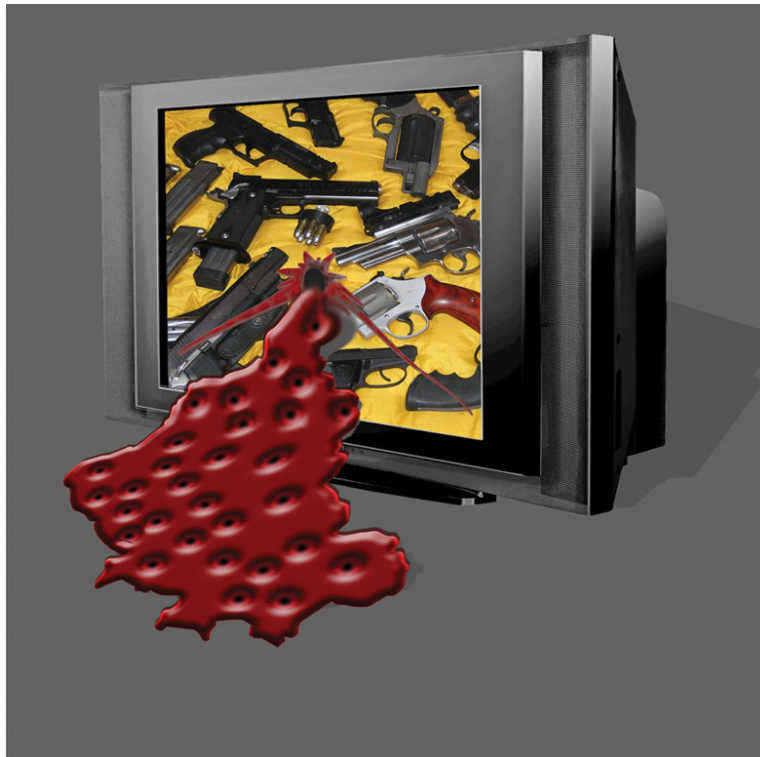


**ALDA CRISTINA COSTA**



**“A construção social da violência no contexto jornalístico e político: o embate entre visível e invisível”.**



**Belém-Pará  
2010.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA**

**O EMBATE ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A construção  
social da violência no jornalismo e na política.**

**Alda Cristina Silva da Costa**

**Belém-Pará  
2010**

**ALDA CRISTINA COSTA**

**“O embate entre o visível e o invisível: a construção social da  
violência no jornalismo e na política”.**

**Belém-Pará  
2010.**

**O EMBATE ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL:  
A construção social da violência no jornalismo e na política.**

**ALDA CRISTINA SILVA DA COSTA**

Tese submetida à avaliação, como requisito parcial  
para a obtenção do título de doutor em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Wilson José Barp  
PPGCS/ UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA

---

Examinador Interno: Profa. Dr<sup>a</sup>. Kátia Marly Leite Mendonça  
PPGCS/ UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA

---

Examinador Interno: Prof. Dr. Daniel Chaves de Brito  
PPGCS/ UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA

---

Examinador Externo: Prof. Dr. Manuel José Sena Dutra  
ILC UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA'

---

Examinador Externo: Prof. Dr. Agenor Pacheco Sarraf  
CESA/ UNIVERIDADE DA AMAZÔNIA- UNAMA

---

Examinadora Suplente: Profa. Dr<sup>a</sup>. Maria José da Silva Aquino  
PPGCS/ UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA

---

Examinador Suplente: Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso  
PPGCS/ UNIVERIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA

Aprovado \_\_\_\_\_

Belém-PA. \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)**

---

**Costa, Alda Cristina Silva da**

“O embate entre o visível e o invisível: a construção social da violência no jornalismo e na política / Alda Cristina Silva da Costa; orientador, José Wilson Barp. - 2010

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

1. Presidentes - Brasil - Eleições - 2006. 2. Campanha eleitoral - Brasil. 3. Televisão na política. I. Título.

CDD - 22. ed. 324.730981

---

## **AGRADECIMENTO**

É difícil nominar quando tenho tantos a agradecer. Mas busquei no dicionário uma palavra que pudesse abarcar tudo que sentia e tudo que podia expressar aqueles que foram guias e suportes na elaboração desta pesquisa: **Obrigada.**

**Obrigada.**

Essa expressão é a tradução daquilo que posso dizer para todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente.

**Obrigada,**

Pela paciência da espera.

**Obrigada,**

Pai do Céu pela oportunidade de crescer, de viver e de existir. Sem tua fé nada seria. Que o Senhor continue a me guiar e iluminar a minha vida.

**À minha mãe,**

Que em sua simplicidade e amor me ensinou o valor da educação, do respeito e da busca;

**Ao meu irmão e irmãs,**

Pois mesmo na distância do convívio familiar, foram meus suportes em termos de amizade, diálogo e torcida;

**Aos meus filhos,**

Por esperar sempre a companhia da mãe nos intervalos dos capítulos. À minha “santinha” e “santinho”, que são minhas jóias preciosas e meu norte.

**Ao Jairo,**

Os que amamos são os que mais sacrificamos, relegando-os aos diminutos tempos, às vezes, apenas aos ‘ois’. Que o amor possa serenar as distâncias e as esperas.

**Obrigada, obrigada e obrigada,**

Ao orientador, professor Wilson Barp, pela serenidade, sensibilidade, paciência e respeito. Obrigada por mais essa longa jornada de conhecimentos e, principalmente por apostar duas vezes na minha capacidade.

**Aos professores,**

Kátia Mendonça, um ser ímpar que consegue conciliar os saberes da academia com os saberes da vida;

Daniel Brito, professor que compartilha e socializa os conhecimentos;

Heraldo Maués, Violeta Loureiro e Alex Fiuza de Melo vocês fazem toda a diferença;

**Aos meus colegas de turma,**

Amadeu, Zuleide e Verônica, com os quais compartilhei, angústias e anseios;

**Aos secretários do curso de Pós-Graduação.**

Paulo e Rosângela, sem vocês, estaria perdida;

**À Sue,**

pela inestimável colaboração. Serei eterna devedora;

**À Silvia e Izabela,**

Obrigada pela colaboração;

**À Prado,**

Pela força e companheirismo;

**À nova integrante da equipe, Marilda Ribeiro,**

Sua força espiritual iluminou minha mente e os capítulos da tese;

**À Universidade da Amazônia,**

Por compreender a importância do crescimento docente.

**À Fidesa,**

Pela contribuição e investimento intelectual.

**Ao Waldez,**

Pelos desenhos elaborados que completaram o texto.

**Ao deputado Bira Barbosa,**

Pela compreensão, paciência e colaboração na minha formação.



**Ao amigo Agenor,**

Pela força, leitura e colaboração. Seu entusiasmo reforça minha crença nos homens.

**À minha amiga Ivânia,**

Pela compreensão de minha pouca participação nos projetos conjuntos.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar o uso que foi feito da violência, enquanto problema social, nos contextos jornalístico e político, a partir das matérias veiculadas no Jornal Nacional, da Rede Globo e nos discursos políticos dos candidatos à presidência da República, Geraldo Alckmin (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no horário eleitoral, denominado aqui de campanha eleitoral televisiva, das eleições de 2006. Como aportes metodológicos principais foram utilizadas as ferramentas de análise da hermenêutica e dos enquadramentos (frame analysis), com a intenção de desvelar esse olhar sobre a violência e fazer uma reflexão teórica sobre esse problema social no “pós-mídia”, termo designado nesta pesquisa para o processo de exacerbação da mídia e de sua inserção como instituição que constrói sentido da realidade para a vida das pessoas. O telejornal e a campanha eleitoral, analisados nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006, foram tomados como importantes programas de referências na construção social da realidade. Constata-se que há uma superficialidade e homogeneização no tratamento desse problema social.

Palavras-chave: Televisão, Violência, Política

## ABSTRACT

This research aims to examine the use made of violence as a social problem in journalistic and political contexts, from articles published in the *Jornal Nacional*, from Rede Globo and in political speeches of the candidates for president, Geraldo Alckmin (PSDB ) and Luiz Inacio Lula da Silva (PT), on the electoral timetable, here called television campaign, on the elections of 2006. As the main methodological contributions have been used the analysis tools of hermeneutics and frameworks (frame analysis), with the intention of revealing this focus on the violence and make a theoretical reflection on this social problem in the "post-media", a term known in this research as to the process of exacerbation of the media and its insertion as an institution that builds the sense of reality to people's lives. Television news and the election campaign, tested in August, September and October 2006, were taken as important programs of references the social construction of reality. It appears that there is a superficiality and homogenization in the treatment of this social problem.

Key-words:                      Television,                      Violence,                      Politics.

## RESUMÉ

La présente étude prétend analyser de manière objective l'utilisation de la violence, en tant que problème social, par les médias et les hommes politiques, se basant respectivement sur les publications du *Jornal Nacional*, et de la *Rede Globo* ainsi que les discours des candidats à la présidence de la République, Geraldo Alckmin (PSDB) et Luiz Inácio Lula da Silva (PT), en cette période électorale, et plus particulièrement se basant sur la campagne électorale télévisée, au cours des élections de 2006. Les outils d'analyse de la herméneutique ainsi que des « cadres de l'expérience » (frame analysis) ont été les principaux apports méthodologiques, dans l'intention de dévoiler ce regard sur la violence et de proposer une réflexion théorique sur le problème social dans l'« après-média », terme désignant dans cette étude le processus d'exagération des médias et de son insertion par cette institution qui construit le sens de la réalité dans la vie des individus. Les informations télévisées et la campagne électorale, analysées dans le courant des mois d'août, septembre et octobre 2006, ont été considérées en tant qu'importants programmes de référence en ce qui concerne la construction sociale de la réalité. Il convient de remarquer que ce problème social a été traité de manière superficielle et homogénéisée.

Mots-clés : Télévision, Violence, Politique

Woo...

I'm ahead, I'm a man  
I'm the first mammal to wear pants,  
yeah  
I'm at peace with my lust  
I can kill 'cause in God I trust, yeah  
It's evolution, baby

I'm at peace, I'm the man  
Buying stocks on the day of the crash  
On the loose, I'm a truck  
All the rolling hills, I'll flatten 'em out,  
yeah  
It's herd behavior, uh huh  
It's evolution, baby

Admire me, admire my home  
Admire my son, he's my clone  
Yeah, yeah, yeah, yeah  
This land is mine, this land is free  
I'll do what I want but irresponsibly  
It's evolution, baby

I'm a thief, I'm a liar  
There's my church, I sing in the choir  
(hallelujah, hallelujah)

Admire me, admire my home  
Admire my son, admire my clothes  
'Cause we know, appetite for a nightly  
feast  
Those ignorant Indians got nothin' on  
me  
Nothin', why?  
Because... it's evolution, baby!

I am ahead, I am advanced  
I am the first mammal to make plans,  
yeah  
I crawled the earth, but now I'm higher  
2010, watch it go to fire  
It's evolution, baby  
It's evolution, baby  
Do the evolution  
Come on, come on, come on

### Versão traduzida:

Eu estou a frente  
Eu sou o homem  
Eu sou o primeiro mamífero a usar calças  
Eu estou em paz com minha luxúria  
Eu posso matar, pois em Deus eu confio,  
yeah  
É a evolução, baby

Eu sou uma besta  
Eu sou o homem  
Comprando ações no dia da quebra,  
yeah  
No frouxo, eu sou um caminhão  
Todas as colinas rolantes, eu irei aplanar  
todas elas, yeah  
É comportamento de rebanho, uh huh  
É a evolução baby

Me admire, admire meu lar  
Admire meu filho, ele é meu clone  
Yeah yeah, yeah yeah  
Esta terra é minha, esta terra é livre  
Eu faço o que eu quiser,  
irresponsavelmente  
É a evolução, baby

Eu sou um ladrão  
Eu sou um mentiroso  
Esta é minha igreja, eu canto no coro  
Aleluia, Aleluia

Me admire, admire meu lar  
Admire minha música, aqui estão minhas  
roupas  
Porque nós conhecemos  
Apetite por banquete noturno  
Esses índios ignorantes não tem nada  
comigo  
Nada, por que?  
Porque é a evolução, baby!

Eu estou a frente,  
Eu sou avançado,  
Eu sou o primeiro mamífero a fazer  
planos, yeah  
Eu rastejei pela terra, mas agora eu  
estou alto  
2010, assista isso ir para o fogo  
É a evolução, baby!  
É a evolução, baby!  
Faça a evolução  
Venha  
Venha, venha

## SUMÁRIO

Lista de Quadros .....	i
Lista de Diagramas .....	ii
1 INTRODUÇÃO.....	18
2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	37
2.1 Procedimentos metodológicos.....	38
2.1.1 Objeto de análise .....	44
3. Capítulo I – A visibilidade instituída .....	62
3.1 A contemporaneidade visível.....	63
3.1.1 A era da visibilidade.....	63
3.1.2 Ao alcance dos olhos.....	64
3.1.3 A visibilidade a partir do público e privado.....	78
4 Capítulo II – Pós-mídia .....	98
4.1 Pós-mídia: o que significa isso?.....	99
4.1.1 A mídia e o homem.....	102
5 Capítulo III – Mídia e violência: uma relação complexa .....	122
5.1 Um mundo em contraste.....	123
5.2 As várias violências.....	130
6 Capítulo IV – A arena política contemporânea.....	136

6.1 O cenário contemporâneo.....	148
6.1.1 Arena política.....	149
7 Capítulo V – Desvelando a violência.....	169
7.1 O desvelar.....	170
7.2 Mapeamento da análise.....	180
7.2.1 Análise.....	186
7.3 Enquadrar para interpretar.....	189
7.4 A violência ( <i>in</i> ) visível.....	192
8 Capítulo VI A violência no contexto jornalístico e político.....	197
8.1 O desvelamento.....	198
8.2 O cenário da violência.....	202
8.2.1 Contextualizando o Brasil.....	203
8.2.2 O cenário das eleições.....	205
8.3 O Jornal Nacional e o enquadramento da violência.....	213
8.4 A violência como condição.....	238
8.5 Discursos em oposição: início do período eleitoral.....	243
8.5.1 Geraldo e a campanha eleitoral.....	243
8.5.2 Lula e a campanha eleitoral.....	245
8.6 A violência no campo político.....	247
8.7 Geraldo e a segurança pública.....	262
8.7.1 Enquanto isso no Jornal Nacional.....	265
8.8 Setembro Cinza.....	282
8.8.1 Discurso do outro.....	284

8.9 Segurança pública como prioridade: um discurso.....	280
8.9.1 Violência a todo custo.....	295
8.10. Lula e a segurança pública.....	297
8.11 Outubro, mês das eleições.....	299
9. Considerações Finais.....	325
10. Referência Bibliográfica.....	334



## Lista de Quadros

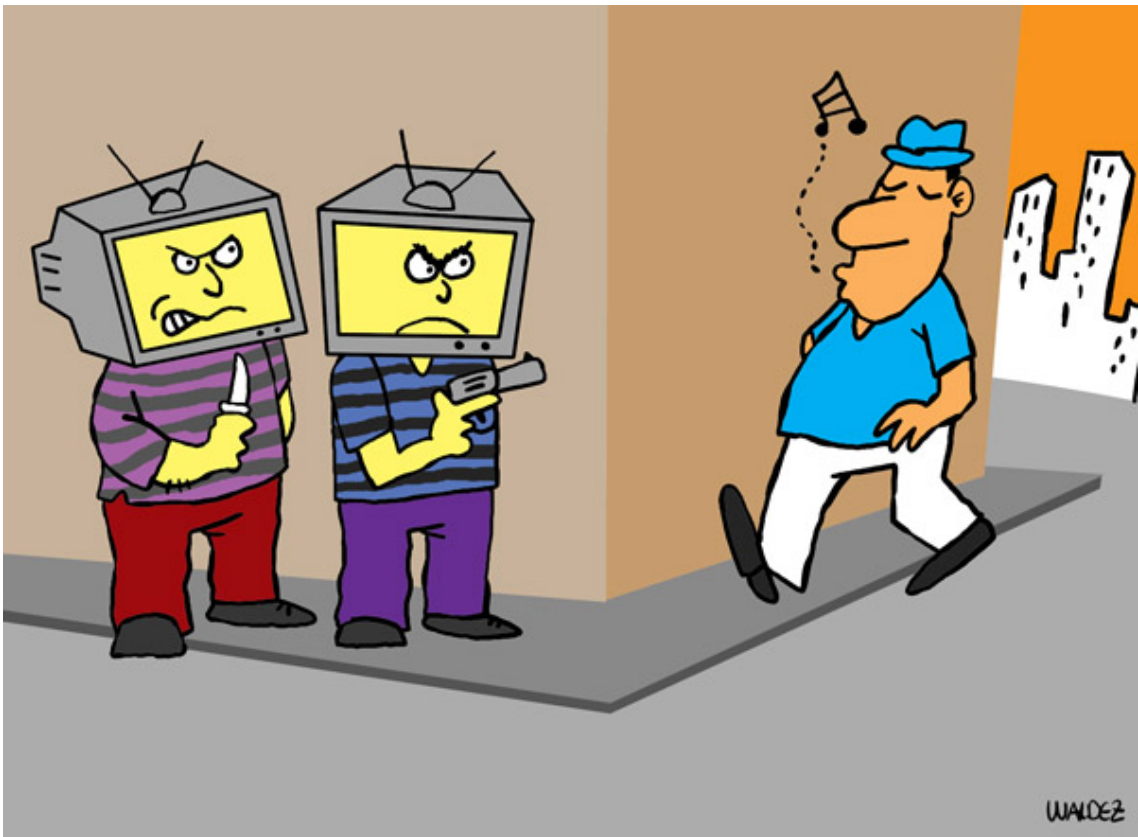
### Quadros

01 – Calendário de datas das matérias do Jornal Nacional – Agosto 2006	50
02 – Calendário de datas das matérias do Jornal Nacional – Setembro 2006	51
03 – Calendário de datas das matérias do Jornal Nacional – Outubro 2006	51
04 – Candidatos que concorreram à presidência da república – 2006	55
05 – Tempo dos candidatos no horário eleitoral	56
06 – Calendário da propaganda eleitoral na televisão – 2006	57
07 – Calendário de programas eleitorais – Setembro 2006	57
08 - Tempo dos candidatos no horário eleitoral – 2006	58
09 – Calendário de programas eleitorais – Outubro 2006	58
10 – Edições do Jornal Nacional – 2006	181
11 – Identificação de Matérias - Agosto 2006	181
12 – Identificação de Manchetes JN - Agosto 2006	182
13 – Identificação de Matérias - Setembro 2006	182
14 – Identificação de Manchetes JN - Setembro 2006	182
15 – Identificação de Matérias - Outubro 2006	183
16 – Identificação de Manchete - Outubro 2006	183
17 – Programas Eleitorais Televisivos 1º turno – 2006	186
18 – Inserções Televisivas do Candidato Geraldo Ackmin 1º turno – 2006	187
19 - Inserções Televisivas do Candidato Lula da Silva 1º turno – 2006	188
20 – Programas Eleitorais Televisivos 2º turno – 2006	188

## Lista de Diagramas

### Diagrama

01 – Palavras do fenômeno violência. ....	173
---	-----



# 1. INTRODUÇÃO

*Tão violento quanto a violência,  
É mascarar os dados sobre ela,  
É ignorar sua procedência e consequência.  
É omitir sua existência.*  
(Alda Cristina Costa)

Segundo semestre de 2004, começa a pulsar em mim o desejo de realizar o doutorado. Ao começar estruturar o projeto da tese, resolvo continuar a pesquisar a violência, dando continuidade aos estudos do mestrado. A decisão foi tomada a partir da inquietação e das imagens produzidas nos programas jornalísticos e no comportamento dos políticos diante dessa problemática social. Em primeiro lugar, por ‘enxergar’, via meios de comunicação, um mundo extremamente violento; em segundo, por perceber que aquelas imagens ‘mexiam’ com a construção do que entendia por violência e realidade; e em terceiro, a percepção de que havia um esvaziamento da discussão sobre o assunto pelos políticos. Esse problema social não fazia parte da discussão da agenda pública deles.

A interpretação tênue e difusa desse problema social foi confirmada com as eleições municipais, realizadas em 2004, e a confusão generalizada de compreensão de quem era a responsabilidade por gerir a política de segurança pública e com ela as questões de violência, mesmo sabendo das atribuições estabelecidas aos estados pela Constituição Federal. Mas para a população não fica claro, principalmente numa campanha eleitoral, de quem são as competências. E a temática violência acaba virando ‘bandeira’ dos candidatos em oposição com relação aos que estão no comando.

O ano de 2005 chega e com ele uma avalanche de denúncias de corrupção envolvendo os senadores, os deputados federais e as instituições brasileiras. A partir dessa situação, percebe-se todo um movimento e comportamento da mídia e dos prováveis candidatos para a eleição de 2006. Nesse sentido, seleciona-se como objeto de pesquisa analisar o pleito eleitoral

de 2006. Inicialmente pensei em trabalhar com mais de dois corpus de análise: o **Jornal Nacional**, por sua representação como gênero jornalístico no país e a **campanha eleitoral televisiva** dos candidatos ao **governo do estado do Pará** e à **presidência da república**. O objetivo primeiro era entender, como se construía o problema social violência numa perspectiva nacional e estadual. Hipoteticamente, naquele momento, achava importantes esses recortes, pois compreendia que em nível federal esse discurso era centralizador, já que grande parte das pesquisas nesse campo tem concentração no Sudeste brasileiro e por parâmetro o estado de São Paulo.

Esse era o arcabouço inicial da tese, mas que sofreu uma alteração a partir de dois momentos decisivos ao longo da realização do doutorado. Primeiro, quando da visita em Belém, do sociólogo e estudioso de violência da USP, professor Sérgio Adorno, no qual apresentei o projeto de pesquisa, numa pré-banca de avaliação. Naquele momento ele inferiu da importância de demarcar a discussão a partir do nacional. O segundo, na qualificação, quando a banca sugeriu também o recorte tendo como pano de fundo ou base, a discussão nacional.

A partir dessas duas inserções, as idéias centrais da tese são reestruturadas e as bases epistemológicas estabelecidas, dando assim, os princípios gerais que vão nortear a compreensão do fenômeno violência, no contexto jornalístico e no contexto político. Decido então, analisar as matérias de violência produzidas e veiculadas no *Jornal Nacional* e os discursos políticos proferidos sobre a questão, no mesmo período estabelecido pela Justiça Eleitoral, de divulgação do horário eleitoral, os meses de agosto, setembro e outubro de 2006. Dois são os candidatos selecionados Geraldo Alckmin (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Essas escolhas foram baseadas em motivos específicos: primeiro, o candidato Lula concorria a reeleição; segundo, o candidato Geraldo era o segundo melhor posicionado nas pesquisas de intenções de votos. Logo, o embate quase que se polarizou ao longo de 2006, entre PT e PSDB.

Nessa configuração, são trabalhadas as relações e implicações entre esses três 'objetos' de pesquisa, televisão, política e violência, e com eles o olhar para além das aparências e a busca da essência da argumentação do tempo presente. Não é possível imaginar a organização das sociedades

humanas sem a presença e uso dos meios de comunicação, que fazem parte da realidade contemporânea material e simbólica, e que potencializaram em múltiplas possibilidades a difusão dos inúmeros atos de fala humana, de sons, de silêncios e, fundamentalmente, das imagens.

Com a televisão é construído o sentimento de pertença ao mundo ‘real’ ou ao mundo que se imagina existir (SARTORI, 2001), transformando a própria natureza. A TV não apenas representa o mundo, mas serve, cada vez mais, para definir como é o mundo que se vive (BAUDRILLARD, 1991). É compartilhar a intimidade e os outros espaços sociais; assistir ao “real e à verdade” reconstruídos pela imagem dessa mídia que reconfigura todos os dias as relações. As estatísticas dão conta que esse artefato moderno está presente em quase 98% dos lares brasileiros<sup>1</sup>. Sua programação, principalmente a jornalística, tornou-se um referencial obrigatório, pois convalida as crenças e dialoga com os indivíduos. As representações das coisas do mundo, que nela são vistas diariamente, confundem-se com as representações externadas e interiorizadas das relações sociais. A partir do telejornalismo, a TV cria e procura dar visibilidade a uma experiência coletiva de nação, sendo importante espaço de sentidos (BECKER, 2006, p.67).

A programação televisiva oportuniza a possibilidade de estar juntos, legitimando os diferentes componentes da sociedade, oferecendo uma possibilidade de coexistência e a integração entre todos. A representação da televisão, se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade. A partir dela, caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito/prescrito pela televisão. A televisão, no olhar bourderiano, se torna o árbitro do acesso à existência social e política (BOURDIEU, 1997). O espaço público começa e termina nos limites estabelecidos pela TV. O que é invisível para a tela não faz parte do debate público, ou seja, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade (BUCCI, 1997).

Nesse sentido, trabalha-se na presente pesquisa, com a construção do conceito de pós-mídia, com a finalidade de inferir a relação dos meios de

---

<sup>1</sup> “A Rede Globo, segundo ela própria, detém audiências que variam de 30% a 50% no horário nobre, com uma participação de mercado que chega a 80%, o que significa que oito entre dez telespectadores ativos assistem à Rede Globo naquele momento verificado” (SIMÕES e MATTOS, 2005, p. 47).

comunicação, especificamente a televisão, com a contemporaneidade. Esse 'pós' não significa a postulação de um novo período ou era, mas a lógica de sua utilização caminha com o sentido de consequência ou subsequência de um tempo decorrido, ou estado de reflexão sobre o papel da mídia em sociedade. As pessoas vão necessitar do discurso da mídia para que possam construir o sentido social da realidade (BAUDRILLARD, 1991; BOURDIEU, 1997; MARCONDES FILHO, 2008; MCLUHAN, 2007; SARTORI, 2001; JAMESON, 2006). Mais especificamente naquilo que analisa Sartori (2001) de que o vídeo está transformando o *homo sapiens* em *homo videns* no qual a palavra vem sendo destronada pela imagem. Tudo se torna visualizado. Ou ainda, o mundo em que se vive já está se apoiando nos ombros da "geração-televisiva": uma "espécie recentíssima de ser humano criado pela tele-visão – diante de um televisor – antes mesmo de saber ler e escrever" (2001, p. 8). Essa imagem passou a ter primazia, ou seja, o predomínio do visível sobre o inteligível que "conduz para um ver sem entender".

Da mesma forma que não se pode imaginar a contemporaneidade sem a mídia, não se pode imaginar o atual cenário político sem a sua dimensão televisiva, uma vez que os políticos vão recorrer dos meios de comunicação para levar sua 'fala' até os eleitores, tentar convencê-los a aceitá-los como a melhor opção para o país. Assim, percebe-se a necessidade intrínseca entre mídia e políticos; pois a primeira necessita dos eventos produzidos pelos atores políticos para divulgá-los, e os políticos necessitam da mídia para que seus discursos tenham sentido e cheguem até aos eleitores. Os meios de comunicação põem em evidência uma reestruturação geral das articulações entre o público e o privado que pode ser percebida também "no novo ordenamento da vida urbana, no declínio das nações como entidades que comportam o social e na reorganização das funções dos atores políticos tradicionais" (CANCLINI, 1999, p.50). A esfera de visibilidade pública, termo cunhado de Gomes (2004) e que será adotado na presente pesquisa como discussão dos problemas sociais, tornou-se ambiente predominante da comunicação. Por essa razão a política tem que lidar com o fato de que o indivíduo contemporâneo está cada vez menos disposto a esforços de tradução de uma comunicação formulada segundo a estranha "gramática da comunicação política tradicional" (GOMES, 2004, p. 320).

A esfera pública será entendida como esfera do debate público enquanto que os *mídias*, expressão utilizada por Gomes serão a esfera de visibilidade ao debate de temas originados na opinião pública, no campo político ou nos próprios mídias. Essa esfera de visibilidade permitirá que o público edite as informações como se fosse uma esfera pública. Ou seja, a partir de seus conhecimentos, informações, interesse e competência receptiva, o público poderá fazer uma edição própria das mensagens das mídias. Mas isto somente será possível dentro de certas condições, entre elas, que os receptores possam aprofundar suas informações em meios mais satisfatórios (o que não é possível somente através da televisão) e a possibilidade do receptor intervir nos debates que se processam no interior do sistema dos media.

É recorrente lembrar, que a política, ao longo dos séculos, tem sofrido profundas transformações de discussão, de operacionalização e de concretização de relacionamento com a sociedade. O que antes, se materializava através do debate das ideias, hoje vai se institucionalizar em regras para serem ditas de maneira objetiva, condensada, sedutora e atraente para os públicos, através das campanhas eleitorais. Os candidatos contratam profissionais para que possam se expressar da melhor maneira com os eleitores (ALBUQUERQUE, 1996; GOMES, 2004; LIMA, 2007; MIGUEL, 2002).

Nesse sentido, as eleições representam uma das principais ações realizadas na democracia, envolvendo e mobilizando toda a sociedade. Se pressupõem que os candidatos participantes ao cargo do executivo nacional devem propor e implementar as políticas públicas, cujo discussão e transformação no dia a dia das pessoas vai garantir o apoio dos eleitores nas urnas. Por outro lado, o envolvimento dos cidadãos nesse processo eleitoral de escolha dos representantes é a única forma de participação em que há abrangência e igualdade, no sentido de que todos têm o mesmo peso no processo de decisão, independentemente de sua condição social e de sua capacidade organizativa (KINZÓ, 2008).

E dentro desse processo tem-se a campanha eleitoral que num sentido lato designa todo o período que um partido, candidato ou postulante a uma candidatura dedica à promoção de sua legenda. Ou, o 'tempo de campanha', que compreende, principalmente, o período de sessenta dias reservados à



propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e televisão, até a antevéspera das eleições, sendo quarenta e cinco dias para o primeiro turno, quinze dias para o segundo turno. Esse período se constitui num referencial oficial de informações e de divulgação das possíveis propostas dos candidatos para a sociedade. Mesmo considerando o diminuto espaço para abordagens das propostas políticas públicas ainda sim, esse horário é construído de sentido para a sociedade. Desde que foi instituída na década de 1960<sup>2</sup> e seu efetivo funcionamento a partir de 1985, período da redemocratização do país, a campanha eleitoral vai ser adotada pelos candidatos como importante momento de convencimento e persuasão dos eleitores.

No Brasil, conforme discussão empreendida no capítulo dos Procedimentos Metodológicos, a obrigatoriedade da propaganda eleitoral gratuita está embasada no entendimento de que o rádio e a televisão são veículos insubstituíveis na irradiação de informações, por sua popularidade e abrangência. A pesquisa não entra no mérito da representação da internet e com ela as mídias sociais, consideradas hoje, poderosos suportes eleitorais. Na televisão essa força se expressa de maneira mais contundente, pois alia duas características importantes que exercem fascínio e influências sobre o telespectador: o som e a imagem em movimento, elementos que fornecem suporte à construção sobre a realidade.

Por outro lado, as campanhas representam momentos, que podem ser considerados como de prestação de contas daqueles que estão pleiteando a reeleição, como no caso do candidato Lula da Silva; e de apresentação de propostas, com base na realidade do país, daqueles que pleiteiam assumir o comando, como no caso de Geraldo Alckmin. A campanha eleitoral é entendida como momento demarcador, na contemporaneidade, no qual os eleitores são informados ou tomam ciência, do processo eleitoral e de seu envolvimento. Nesse momento particular vivido pelos brasileiros, são evidenciados os papéis das instituições e do efetivo cumprimento das políticas públicas. Ganha status diferenciado, mobilizando a sociedade e suas instituições, em torno de um evento que produzirá efeitos no destino de milhões de cidadãos. A eleição é

---

<sup>2</sup> A partir do Código eleitoral de 1950 (Lei 1.164 de 24 de julho de 1950), foi disciplinada a propaganda política no Rádio e em 1982 na televisão. Nesse segundo momento, o tempo para a propaganda política passa a ser concedido aos partidos políticos, nascendo assim o Horário de Propaganda Eleitoral (ALBUQUERQUE, 1996).

um processo ativador da democracia e para tanto, necessita de instrumentos de falar direto com os eleitores, e a campanha eleitoral será um dos canais desse falar, nos quais os candidatos vão sintetizar as possíveis propostas de governo para os brasileiros.

Já a escolha do Jornal Nacional<sup>3</sup> foi realizada tendo como parâmetro, o caráter jornalístico desse programa televisivo. É o telejornal mais antigo no ar, tem regularidade, horário fixo e expressiva audiência<sup>4</sup> (de acordo com dados do Ibope, em média 40% dos aparelhos estão sintonizados no jornal na sua faixa de horário). O telejornalismo é, por suas características e objetivos, um dos programas mais importantes e de maior credibilidade da televisão brasileira.

Por suas características, o telejornal ocupa, de acordo com Becker (2006, p. 70), um dos lugares estratégicos na programação das redes, assim como nos discursos midiáticos contemporâneos, tendo uma linguagem que objetiva garantir a verdade ao conteúdo dessa 'fala', também a própria credibilidade do enunciador, no caso aqui, o Jornal Nacional, da TV Globo. Os discursos proferidos provocam efeitos de realidade e se confundem com o real porque os personagens são reais e os fatos sociais, a base dos noticiários.

A televisão tem um poder político inquestionável, principalmente quando consegue atingir com uma mesma programação, como é o caso do JN, de Norte a Sul o país, levando em consideração a expressiva densidade de audiência que ele possui. É importante destacar, a centralidade e papel desempenhados pela Rede Globo de Televisão<sup>5</sup> na construção das

---

<sup>3</sup> O Jornal Nacional está no ar desde setembro de 1969, sendo o programa jornalístico mais importante da Rede Globo.

<sup>4</sup> De acordo com dados da própria emissora, informações que podem ser lidas no prefácio do livro sobre a história do Jornal Nacional, "há 35 anos, todas as noites, sete em cada dez aparelhos de televisão ligados sintonizam o Jornal Nacional da TV Globo. Este é fenômeno raro se não único em termos mundiais -, tanto pela longevidade do programa como pela permanente liderança de audiência. A única explicação para isso é a confiança que os brasileiros têm nas informações que o JN lhes transmite diariamente" (JORNAL NACIONAL: a notícia faz história, 2004).

<sup>5</sup> "...único veículo de comunicação presente em todo o território nacional, com redações completas e bem equipadas. Nenhum outro órgão de mídia tem o alcance da Rede Globo. Não é por acaso que, se algo acontece em qualquer cidade do Brasil, é na Globo que os brasileiros se informam em primeiro lugar. Apenas a Rede Globo está presente, com repórteres, cinegrafistas e editores, nos 27 estados brasileiros, em 117 municípios, cobrindo literalmente o Brasil inteiro. Ao todo, são 4.500 jornalistas para contar aos brasileiros o que acontece no país.[...] o Jornal Nacional está presente nos Estados Unidos, na Argentina, no Reino Unido, na França, na Itália e em Israel, com correspondente próprios. É um olhar brasileiro sobre o

representações sociais dominantes, mas também o grau de interferência direta que exerce como ator decisivo em vários momentos da história política do Brasil nos últimos anos. As pessoas, fatos e eventos existem se estiverem nas telas dessa emissora (BUCCI, 1997; HERZ, 1987; LIMA, 2006; SIMÕES e MATTOS, 2005). E no ano de 2006 não foi diferente, momento de escolhas importantes para a sociedade, a emissora enquadrou a violência como pauta da agenda pública nacional. Esse enquadramento, na perspectiva das construções simbólicas e interpretativas, teria sido relevante se fossem debatidas as crenças partilhadas na sociedade sobre as questões sociais que mudam o comportamento dos indivíduos e suas relações de sociabilidade, a partir do fenômeno violência.

Portanto, campanha eleitoral e o Jornal Nacional constituem dois importantes programas, que buscam, em perspectivas e interesses diferenciados, trabalhar fatos da realidade e ‘traduzi-los’ para a sociedade, de acordo com as representações sociais dos atores envolvidos. Observa-se assim, que entre esses dois recortes realizados – telejornalismo e campanha, há um jogo entre visibilidade e invisibilidade, envolvendo o poder da mídia e o poder político, no qual um encena mostrar e o outro encena esconder, num constante contraditório.

O embate entre o visível e o invisível se dará dentro da esfera de visibilidade pública já que a mesma vai possibilitar que as pessoas não precisem mais estar presentes a um local para saber se realmente determinado fato aconteceu. A visibilidade se tornou desespacializada e, cada vez mais, separada da ideia de uma conversação dialógica num local comum (THOMPSON, 1998). A televisão, assim como os outros meios de comunicação, gerou um novo tipo de domínio público, que não tem mais limites espaciais e acessível a um número indefinido de pessoas. Essa mídia passou a ser o espaço de discussão. Se ela divulga é de domínio público. Se ela omite ou deixa de noticiar, haverá desconfiança de sua existência. A esfera pública pode ser considerada uma arena de disputa de representações sociais quase sempre conflituosa, assimétrica, plural e estratégica (MACÉ, 2006). Nesse sentido, o embate entre a visibilidade e a invisibilidade sempre se dará numa

---

\_\_\_\_\_ mundo. A qualquer hora do dia ou da noite, mas especialmente no horário do Jornal Nacional”(JORNAL NACIONAL: A NOTICIA FAZ HISTÓRIA, 2004, pags. 12-13).

relação de poder, no qual os atores envolvidos buscam convencer os cidadãos das suas 'verdades', tentando arregimentar um maior número de 'adeptos' às suas proposições. A pesquisa analisou a importância da elaboração de assuntos de conhecimento público, dando um panorama do que é visível ou invisível às pessoas. Dois sentidos foram trabalhados: os que são divulgados ou não pela mídia e os que são difundidos ou não pelos candidatos.

Nesse sentido, procurou-se entender o uso da violência no conteúdo das matérias do Jornal Nacional, uma vez que a notícia, dentro do conceito de enquadramento, define e (re) constrói a realidade. As notícias são um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea (TUCHMAN, 1978). Ao enquadrar determinado assunto, a mídia organiza o mundo tanto para os jornalistas que elaboram a matéria quanto para as pessoas que recorrem às notícias para entenderem esse mesmo mundo (GLITIN, 1980). Por isso foi importante a indagação: como a televisão faz com que se compreenda o mundo, a partir das matérias sobre violência que divulga nos seus programas jornalísticos no contexto de uma eleição presidencial? Dessa maneira, partiu-se da hipótese, que mesmo a mídia – sendo um ator estratégico na construção e funcionamento do processo eleitoral - pautando a violência como um dos mais graves problemas sociais vivido pela sociedade brasileira, em 2006, o fenômeno não terá ressonância nos discursos políticos dos candidatos ao cargo majoritário nacional, na campanha eleitoral televisiva de 2006.

O universo de temas veiculados pela televisão, relacionado às campanhas presidenciais é bastante diverso. Temas como saúde, educação e emprego, por seus indicadores bastante alarmantes, sempre estão em bastante evidência no horário eleitoral. A opção por tratar da questão da violência também está profundamente imbricada com os índices alarmantes de violência no Brasil. Percebe-se que mesmo com toda a modernização, avanços científicos e tecnológicos em todos os campos, o fenômeno violência desponta como um dos grandes problemas sociais, principalmente, nas grandes cidades, independente de categorias sociais.

Em contornos gerais, a violência desponta no país como uma das principais causas de morbidade e mortalidade entre a população jovem e como um fator que amplia o desequilíbrio demográfico contra as principais vítimas, os

homens. Constitui-se em um sério problema econômico, pois vai desde a perda do provedor da família até o investimento em prevenção e repressão, assim como impõe ainda um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger, e estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim, a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam um círculo vicioso (CANO, RIBEIRO, 2007, p. 51).

Em uma análise geral, os números<sup>6</sup> apresentados sobre o fenômeno violência, criminalidade ou segurança pública são assustadores. De 1980 a 2004, o sistema de saúde contabilizou que 797 mil brasileiros foram assassinados. Cerca de 50 mil pessoas são vítimas de homicídio, por ano no país. A taxa de violência letal é uma das mais altas do mundo, atingindo 27 homicídios por 100 mil habitantes. Países da Europa Ocidental têm taxas de dois ou três homicídios por 100 mil habitantes (RAMOS, 2007, p. 21). Esse é apenas um pequeno diagnóstico de um problema que tem se reverberado de diversas formas, ganhando caráter múltiplo e colocando em questionamento direitos fundamentais, valores universais, liberdades individuais e coletivas.

A violência tem natureza plural, atinge vários aspectos da sociedade, seja, na área de segurança pública, da saúde ou no seio familiar. Os problemas surgem a partir do aparecimento da palavra “violência” (WIEVIORKA, 2006), principalmente por não se definir conceitualmente porque se afirma que tal atitude é violenta. O termo amalgama um imenso conjunto de noções, todas mais ou menos confusas ou desordenadas. Violência física e simbólica? Real ou percebida? Individual ou coletiva? Violência de Estado, eventualmente legítima ou violência de rua, de legitimidade contestável? E outras inúmeras. O termo violência não funde apenas fenômenos distintos ou que seria preciso

---

<sup>6</sup> No relatório Anual de 2006 do Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional, constam que o Brasil tem a quarta maior população do mundo de encarcerados, com 401, 236 detentos, distribuídos em 1.076 estabelecimentos penais, ocupando o país o 53º lugar do mundo em encarceramento, ou seja, número de presos dividido pelo número de habitantes, que em 2006 era de 213, 8 presos por 100.000 mil habitantes. Entre os presos, 84,6% encontram-se nos sistemas penitenciários (339.580) e 15,5% estão nas secretarias de Segurança Pública (61.656). Em 2003, 41,5% dos presos nos sistemas penitenciários tinham até 30 anos, sendo 94,9% homens e 5,1% mulheres. Desses 69,5% cursaram o primeiro grau incompleto e 10,4% são analfabetos. A maior causa da condenação no país é o roubo (24%), seguido do tráfico de drogas (10,5%), furto (9,1% e homicídios (8,9%) (RAMOS, 2007, p. 71).

distinguir analiticamente, mas na sua concepção, autoriza ainda a mobilização, também mais ou menos confusa, de todas as teorias gerais disponíveis nas ciências sociais e na filosofia política. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas.

Na presente tese, entende-se violência como um fenômeno plural de condutas sociais e faces variadas, com linguagens múltiplas e padrões de orientação divergentes e incompatíveis (SANTOS, 2007). Ou aquilo designado pela Organização Mundial de Saúde, “uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio ou contra um grupo ou comunidade que resulte em lesão...” (PINHEIRO, 2003, p.3). Violência de caráter múltiplo, na qual atinge a sociedade de forma diversa, mas que assusta e dá a sensação de impotência diante do quadro desenhado, principalmente nas notícias divulgadas pela televisão. Para Bertrand (2002), os jornalistas tendem a priorizar conflitos, escândalos, ruínas, falências, ameaças, acidentes e mortes – e, em geral, a provocar apenas a negatividade (60,1% dos americanos acham que a imprensa faz a situação na América parecer pior do que realmente é (18%, melhor) (2002, p. 78).

Da mesma forma alguns estudos já realizados, entre eles, o do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade de Minas Gerais (RAMOS, 2006), constatam que a área de atuação do jornalismo responsável pela discussão sobre violência e políticas públicas não conta com profissionais especializados para compreender o fenômeno da segurança pública e da violência em todas as nuances. A mídia como um todo e os governantes não dispõem de instrumentos de diagnósticos, apreensão e avaliação da violência no Brasil. As bases de dados e sistemas de informação existentes são precárias, e não há o interesse de fato de aferimento da realidade, assim como uma agenda de discussão da questão.

Nos inúmeros programas realizados na televisão, as imagens ou representações sociais do crime, da violência e o medo da população, são muitas vezes apresentadas, na avaliação de Zaluar (2004), irracionalmente envenenada pela mídia, manipulando-as através do exagero (banalização e espetacularização) ou a excessiva exposição de notícias sobre crimes. Essas relações - entre a mídia e o setor de segurança pública -tem sido marcadas por

ambiguidades, conflitos e sentimentos controversos. Para Beato (2007, p. 32), as organizações de segurança percebem na mídia como um dos “palcos no qual atuam algum de seus mais importantes agentes, e por meio do qual se comunicam com o público e adquirem notoriedade”. A matéria prima deste relacionamento será um bem público de interesse fundamental para os cidadãos, que necessitam de segurança como um dos componentes de qualidade centrais de vida.

Geralmente a cobertura realizada pelos meios de comunicação sobre segurança pública e o fenômeno violência revestem-se de caráter negativo, questionando quase sempre o descrédito das instituições responsáveis por gerir as políticas públicas.

Portanto, o arcabouço de construção da presente pesquisa atravessou a esfera de visibilidade pública, acionada pela televisão através dos conteúdos jornalísticos produzidos no Jornal Nacional da TV Globo, e pelas falas ou discursos dos candidatos à presidência da República na campanha eleitoral da TV, em 2006, sobre o fenômeno violência.

Entre os vários dilemas enfrentados na estruturação da tese, sem dúvida nenhuma, o método é o que causa uma grande inquietação no pesquisador, pois é a partir dele que os resultados serão observados em uma situação particular, a justificativa do seu delineamento, a escolha dos dados e os procedimentos analíticos. O desafio enfrentado foi o de propor metodologias que analisassem as aparências e essências do jornalismo e da política. Por isso, interpretar a realidade não é algo desprovido de compromissos ou de interesses, conforme foi tratado ao longo da pesquisa, principalmente quando essa realidade é mediada por outros dois importantes campos, midiático e o político, havendo uma luta de interesses e poder. Interpretar requer um conhecimento baseado nas ciências e na realidade, para que não se perca de vista o lócus de discussão e de que sociedade se fala.

É importante demarcar que quando se realiza pesquisa de estudos comunicacionais, depara-se, quando comparada com outros campos, com dificuldades ainda maiores, além das habituais, principalmente no universo das ciências sociais. “Está-se em campo teórico, fortemente influenciado pela instrumentalidade de suas práticas” (LOPES, 2004, p. 25), em que a definição de objetos próprios e de metodologias precisas é bastante complexa, senão

impossível, por ser tratar de um lugar e de problemas que podem ser analisados por quaisquer dos outros saberes e enfoques contemporâneos das áreas de conhecimento das ciências sociais e mesmo de outras ciências. Esse debate foi trabalhado no capítulo denominado de Procedimentos Metodológicos.

Como aportes metodológicos foram empregadas as ferramentas de análise da hermenêutica, com base em Heidegger (1997) e Gadamer (2002; 2007) e da teoria dos enquadramentos (*analysis frames*) de Ervin Goffman (1986). A hermenêutica ensina que a recepção das formas simbólicas – incluindo os produtos da mídia – sempre implica um processo contextualizado e criativo da interpretação, no qual os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem, para dar sentido às mensagens que recebem (THOMPSON, 1998, p. 17). Essa filosofia pode ser entendida como um recurso que permite ao pesquisador instrumentar-se conceitualmente para interpretar o mundo a partir da aprendizagem da existência de uma relação comunicativa, cultural, educativa, política e social que se descortina por trás de cada ação que estrutura as diversas culturas que orientam o homem em sociedade. Para Gadamer (1998, p.17), a espécie humana atingiu um grau evolutivo que lhe permite, cognitivamente, desenvolver plena consciência da historicidade do presente e da relatividade de todo conhecimento. Ele fala de uma situação de consciência que permite ao humano superar a ingenuidade de uma aprendizagem no meio de uma ação estratégica, fazendo uso de reflexões que evidenciam a possibilidade de desconstrução de saberes cristalizados na tradição científica, política, social e comunicativa. No momento em que toma forma uma nova reflexão sobre a vida e a ação social, principalmente do papel exercido pela mídia na sociedade, foi importante questionar a representação que se faz de determinadas questões sociais e as interpretações das situações vividas ou apreendidas pelas imagens da televisão.

Com a teoria do enquadramento, ainda pouco explorada, tem como um dos defensores Ervin Goffman (1986). No campo da comunicação é o espaço que ela tem sido utilizada com bastante propriedade, pois um de seus pressupostos é a tentativa de demonstrar que as pessoas podem ter compreensões diferentes do mesmo acontecimento, constituindo-se num vínculo conceitual entre o entendimento das relações individuais cognitivas



com a informação, a sua produção organizacional e a recepção desta mesma informação. Os enquadramentos são construções simbólicas e interpretativas, que se referem a crenças partilhadas na sociedade sobre determinadas questões sociais.

Os enquadramentos são princípios organizadores que governam os eventos sociais e o envolvimento das pessoas nesses eventos. Ou de outro modo, marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas darem sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004, p.78). Ao selecionar determinado enfoque de uma notícia, os meios podem construir sentidos para as pessoas.

As duas interpretações – hermenêutica e de enquadramentos - caminharam junto com a esfera de visibilidade dada à agenda pública sobre o fenômeno violência. No primeiro capítulo chamado de “Visibilidade Instituída” são trabalhados os conceitos de esfera pública, esfera privada e esfera de visibilidade pública. A visibilidade terá eixo central, no sentido que abarca como um divisor que diferencia a atualidade, ou seja, a cultura passa cada vez mais a ser mediada pelo imaginário televisivo. Antes do advento da televisão a capacidade visual do homem era bem limitada, o seu alcance atingia apenas poucos metros de distância. Com a televisão, porém, aumenta-se a possibilidade de ver tudo sem necessidade de estar no local do acontecimento. Quase tudo que existe e é visível pode ser visto pelos indivíduos. Até a ação política se dará em relação direta com a comunicação, ou seja, os agentes políticos vão atuar para esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação, que em grande parte da política se encerra nos meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa, na qual “a presença da televisão alterou a atividade política e exigiu a formação de novas competências e habilidades no campo político que lhe transformaram significativamente a configuração interna” (GOMES, 2004, 23-24).

O espaço de visibilidade midiático, termo utilizado por Maia (2003), será formado pelas tensões entre a visibilidade e o segredo, lembrando que a política não se reduz a troca de argumentos, mas abarca também encenações e a fala retórica. A política, na sua concepção, sempre envolveu e valorizou a discussão para aumentar o capital político, estabelecer coalizões, pactos e conluios, realizar barganhas, mobilizar a opinião pública e estender a esfera de

influências. E é a televisão que vai modificar, essencialmente, a própria natureza da comunicação, deslocando-a do contexto da palavra para o contexto da imagem. Autores como Habermas (1989), Thompson (2002), Bourdieu (2007), Gomes (2004), Maia (2003), Champagne (1996), entre outros vão criar a lógica dessa visibilidade na contemporaneidade.

No segundo capítulo, denominado de “Pós-Mídia”, discute-se a relação da mídia com a contemporaneidade, principalmente o papel exercido pela televisão. Argumenta-se que há necessidade de se fazer um **estado de reflexão** sobre a sociedade, momento designado de “pós-mídia”. Ou seja, que as pessoas recebem influências diretas dessa ‘instituição’, transformando o modo de pensar e agir, assim como criando novas relações e construindo o sentido de realidade social a partir das imagens. As pessoas passam a perceber a si e as suas relações com os outros, a partir da mediação dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que as informações produzidas pela mídia operam como uma espécie de discurso sobre a realidade.

A mídia é concebida na pesquisa como instituição que se insere na sociedade como uma representação da contemporaneidade, na qual tem papel determinado e semelhante às instituições tradicionais como família, escola, igreja, entre outras. Além também de entrar numa disputa direta ou indireta de poder com o Estado. É ela que ‘vê’, ‘ouve’ e ‘fala’ pelas e para as pessoas. Anteriormente, argumenta Marcondes Filho (2008), havia entre estado e população instituições político-sociais. Com seu esvaziamento, os meios de comunicação tomaram seu lugar. A comunicação passa a ocupar o lugar das instituições, fato esse que provoca distorções significativas: “a população em vez de se dirigir à justiça para valer seus direitos, à polícia para obter mais segurança, às escolas e universidades para aprender e melhorar sua formação, recorre à mídia, como se estivesse lá suprir para essas necessidades” (2008, p. 114).

Na concepção dessa ideia de pós-mídia o debate foi travado com o pensamento de estudiosos como Jameson (1992), Baudrillard (1991), Marcondes Filho (2008), McLuhan (2007), entre outros.

No terceiro capítulo, denominado de “Mídia e violência: uma relação complexa” são analisadas as várias cenas de violência que passaram a ser comuns no cotidiano, seja na vida real ou nas cenas televisivas. Há violência

nos bairros, nas cidades e nos países. Hoje, crianças e adultos conhecem a violência em suas diversas variáveis: física ou psicológica, de perto ou de longe, fictícia ou real. Nesse capítulo apresenta-se uma discussão conceitual sobre a falta de um consenso entre os estudiosos sobre a origem da violência e do seu caráter fundador. Esta discussão abrange diversos campos de conhecimento, na sociologia com Michaud (1991), Wieviorka (1989), Santos (2007), Costa (2006), Foucault (1987), Dadoun (1998); na antropologia com Zaluar (1999) e Girard (1990), na filosofia com Arendt (1994) entre outros. Quase sempre o sentido de violência é plural e multifacetado, idealista das manifestações violentas no decorrer do processo histórico de constituição das relações do homem em sociedade.

O grande problema da violência é quando as pessoas começam a justificá-la como sendo característica do processo social contemporâneo, sem levar em consideração que começa a se tornar refém de uma realidade que transforma o próprio existir humano e sua condução na sociedade. Os indivíduos passam a se proteger com armas, muros, grades, alarmes, seguranças para 'afastar' a violência do seu convívio. O mundo lá fora não é o meu, mas daqueles que fazem dele um enorme gueto de excluídos.

No quarto capítulo, "A arena política contemporânea" discute-se o contexto da política na contemporaneidade, tendo como suporte o discurso político na propaganda eleitoral. Aborda as transformações decorridas nesse processo, a partir daquilo que foi designado na pesquisa de "pós-mídia", ou seja, que a política a partir dos meios de comunicação adaptou o seu rito de realização e apresentação junto aos públicos. Ao discutir essa arena política contemporânea, leva-se em consideração quais os elementos ou questões são privilegiadas na campanha eleitoral. Todo aquele que quiser conquistar (disputa política e eleitoral) o poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva, deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade. Os representantes devem usar o poder simbólico para persuadir e confrontar, para influenciar ações e crenças, cultivar relações de confiança e influenciar, o que puder, o curso dos acontecimentos.

Os acontecimentos políticos assumem a forma de "pseudo-eventos", isto é, eventos planejados para os meios de comunicação. Isto leva à adequação das estratégias políticas aos critérios midiáticos, notadamente à personalização

dos movimentos coletivos e à preferência por ações espetaculares, em detrimento do trabalho a longo prazo. A forma do discurso político também é afetada; sob o predomínio dos meios eletrônicos, ele se torna mais imagético, mais fragmentado, mais intimista e mais difuso. Estudiosos da política como Balandier (1982), Bourdieu (2007), Gomes (2004), Habermas (2003), Lima (2006), Miguel (2000), entre outros.

No quinto e sexto capítulos, denominados respectivamente de “Desvelando a violência” e “A violência no contexto jornalístico e político” são analisados o enquadramento da violência nos conteúdos jornalísticos das edições do Jornal Nacional, da Rede Globo e nos discursos dos candidatos Geraldo Alckmin (PSDB) e Lula da Silva (PT), na campanha eleitoral televisiva, e sua interpretação como problema social da agenda pública brasileira. A argumentação empreendida nas análises foi de que, na contemporaneidade, há um jogo entre visibilidade e invisibilidade, envolvendo o poder da mídia e o poder político. Esse contraditório permeia os discursos proferidos tanto no campo jornalístico que tem como responsabilidade a apuração das informações para a sociedade, como na fala daqueles que serão responsáveis por gerir os recursos públicos e as políticas públicas. Em síntese, o que está sempre em jogo é a verdade e a sociedade.



WALDEZ

## 2. Pressupostos Metodológicos

“Os fatos que nossos sentidos nos apresentam são socialmente construídos de duas maneiras: através do caráter histórico do objeto sendo percebido e através do caráter histórico do organismo que percebe. Ambos não são simplesmente naturais: eles são formados pela atividade humana” (HORKHEIMER).

“Integramo-nos com o mundo e até conosco através da linguagem, porque a linguagem é o modo universal de ser e conhecer” (GADAMER).

“A linguagem é a morada do ser” (HEIDEGGER).

## 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação de uma pesquisa requer a seleção de um método ou de vários, com a finalidade de dar conta da análise de uma situação particular. Essa seleção não é algo simples, mas representa uma orientação ou caminho que será seguido para desvelar o objetivo da pesquisa. Ou seja, os embates na escolha desse método serão aplicados também de acordo com os pressupostos teóricos do pesquisador. É um permanente ir e vir para que não se perca a percepção sobre a singularidade de seu objeto e seu compromisso com o desenvolvimento e legitimidade dos resultados. E quando se lida com o campo midiático, é necessário uma atenção maior, pois esse campo se estrutura tendo como base vários outros campos de conhecimento. Portanto, o método não é a camisa de força que deve caber na pesquisa, mas a espinha dorsal que deve conduzir o fazer científico.

Como bem explica Lopes (2004, p. 25), quando se realiza pesquisa de estudos comunicacionais, depara-se, quando comparada com outros campos, com dificuldades ainda maiores, além das habituais, principalmente no universo das ciências sociais. “Está-se em campo teórico, o da comunicação, fortemente influenciado pela instrumentalidade de suas práticas”, em que a definição de objetos próprios e de metodologias precisas é bastante complexa, senão impossível, por ser tratar de um lugar e de problemas que podem ser analisados por quaisquer dos outros saberes e enfoques contemporâneos das áreas de conhecimento das ciências sociais e mesmo de outras ciências.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como escopo de análise duas vertentes: teoria do enquadramento e a análise hermenêutica. Na primeira, a violência foi tomada como objeto de enquadramento (*frames*) tanto dentro do Jornal Nacional da TV Globo e no horário eleitoral gratuito da TV, que também foi denominado na pesquisa de campanha eleitoral televisiva de 2006, dos candidatos Geraldo Alckmin (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT); e na segunda, se analisou a interpretação dos discursos proferidos sobre a violência tanto pela mídia televisiva como pelos candidatos à presidência da República, nas eleições de 2006.

A intenção ao selecionar esses dois métodos de análise foi investigar de que forma a violência, uma das questões sociais que mais angustiam a população, foi apresentada em dois momentos da vida do brasileiro, ou seja, no programa televisivo jornalístico e no horário eleitoral, evento que de acordo com normas do Tribunal Superior Eleitoral é oficial na divulgação das propostas dos candidatos aos eleitores. Esses dois recortes são importantes porque representam referências de escolhas e de conhecimento dos eleitores e população, na perspectiva que constroem, a partir do jornalismo e do horário eleitoral, o sentido de realidade e que são selecionados para discussão como aspectos principais de propostas e da vida social.

Para a hermenêutica, abrangendo a percepção de Heidegger e Gadamer, a interpretação não é um mero componente psicológico ou mental do homem, mas o modo de ser e compreender o fazer humano, interpretação que efetua fundamentalmente uma compreensão antropológica ou uma tradução de uma realidade, ou seja, a maneira de captar o real, do conhecimento do ser pelo homem.

Na concepção de Gadamer (2007), a linguagem enquanto linguagem é velada porque ela sempre tem em vista algo a cada vez. A própria linguagem continua sendo até hoje algo misterioso, a não ser, rebate o filósofo, que só precisemos dela para calcular e dominar e a "aprimoremos, então, da melhor forma possível por meio de simbolismos artificiais" (2007, p. 41). A linguagem como compreensão singular e universal do ser inserido no mundo.

"... precisamos exigir de nós uma transposição violenta de calcificações quando percebemos as visões vivas do pensamento enredadas em regras lingüísticas e em terminologias cristalizadas, assim como em estereótipos da formação de opinião. Nesse caso, carece-se de um esforço hermenêutico para explicitar o que queremos dizer quando falamos uns com os outros e o que gostaríamos de mostrar ao outro – a fim de aprender por nós mesmos quando falamos uns com os outros"(GADAMER, 2007, p. 43).

Para que possa existir a hermenêutica é preciso obter mais do que informação é necessário à contextualização dos fatos na sociedade. O mundo além de ser um texto é um contexto. Portanto, as matérias jornalísticas também devem seguir esse preceito, pois não se pode entender a realidade apenas de



um recorte que se faz dela, sem levar em consideração os aspectos fundadores de sua constituição.

A proposta apresentada por Gadamer situa-se na perspectiva da validação da consciência histórica como referência para a interpretação do conhecimento humano. O homem é marcado pela tradição e a forma de estar no mundo comporta o passado como condição para o desenvolvimento da linguagem, a qual, num constante movimento de reinterpretação, constitui a realidade. Para o filósofo, estamos imersos na história e não é possível nos situarmos fora dela. O que nos resta é a consciência do processo histórico e a interpretação do que nos condiciona como seres no mundo. De um modo geral pode-se deduzir que se trata da consciência de estar exposto à história e à sua ação, de tal forma que não se pode objetivar essa ação sobre nós, pois essa eficácia faz parte de seu sentido enquanto fenômeno histórico.

Esse procedimento interpretativo pode ser percebido como um derivativo da estrutura existencial de nosso Ser-no-mundo. Na explicação de Heidegger (2002), não é uma questão de sair desse círculo, mas de entrar nele adequadamente, uma vez que ele contém a possibilidade de uma percepção original. Ou seja, é importante entender de que forma uma questão social pode ser compreendida em dois eventos que traduzem sentidos para as pessoas: o telejornalismo como espaço de que cercam o conhecimento e de entendimento da realidade e a campanha eleitoral como espaço de conhecimento com objetivo de escolha.

Para Heidegger, o sentido vem do mundo por meio da intencionalidade da compreensão do ser humano, do mesmo modo como a compreensão vem do binômio homem-mundo, perfazendo, conjuntamente, o sentido e a compreensão, a base da linguagem e da interpretação.

A linguagem não é meramente um instrumento do pensamento, mas ela própria trabalha para nos revelar um mundo; nós nos movimentamos dentro dele e com base nele. A linguagem é que gera nossa compreensão de nós mesmos e de nosso mundo. Por isso é importante a indagação: como a televisão possibilita compreender o mundo, a partir das matérias sobre violência que divulga nos seus programas jornalísticos? E por outro lado, de que forma os candidatos trabalham questões que pertencem ao campo da violência?

A hermenêutica define-se, nesse primeiro momento, como trabalho de decifração dos símbolos, esses signos que, em seu sentido literal, direto, apontam para outra coisa, um outro sentido que só se revela pela interpretação. Interpretar é, aqui, esclarecer esse duplo sentido, ou seja, na presente pesquisa se caminha para entender como a TV e candidatos constroem ou ressignificam o sentido da violência para a sociedade.

A interpretação é, portanto, talvez o ato essencial do pensamento humano: na verdade, o próprio fato de existir pode ser considerado como um processo constante de interpretação.

Para Palmer (1969), a existência humana tal como a conhecemos implica sempre a linguagem e assim qualquer teoria sobre interpretação humana tem que lidar com o fenômeno da linguagem. E entre os mais variados meios simbólicos de expressão usados pelo homem, nenhuma ultrapassa a linguagem quer na flexibilidade e poder comunicativos, quer na importância geral que desempenha. A linguagem molda a visão do homem e o seu pensamento – simultaneamente a concepção que ele tem de si mesmo e do seu mundo (não sendo estes dois aspectos tão separados como parecem). A própria visão que tem da realidade é moldada pela linguagem. Muito mais do que pensa, o homem veicula através da linguagem as várias facetas da sua vida – aquilo que venera, aquilo que ama, os comportamentos sociais, o pensamento abstrato; mesmo a forma dos seus sentimentos sintoniza-se com a linguagem. “Se considerarmos este tema em profundidade, torna-se visível que a linguagem é o «medium» no qual vivemos, nos movemos e no qual temos o nosso ser” (PALMER, 1969, 21).

Não se pode perder a perspectiva que é a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas. Toda ação é finalizada em função de um objetivo e se estrutura em um espaço fechado irreversível, que faz com que o responsável e, aqui se toma os candidatos, o agente, seja um decisor que deve se dar os meios de atingir seus fins. Decisor quer dizer que o agente não apenas elaborou um projeto no qual está inscrito o fim a atingir, mas que, além disso, tomou a decisão de engajar-se na concretização dessa ação pela qual ele é, a partir desse momento, totalmente responsável. Dar-se os meios de obter um

resultado positivo significa que é esse mesmo agente que planifica da melhor forma possível a sucessão dos seus atos, preocupando-se unicamente com a eficácia (não se planeja para fracassar), mas avaliando, ao mesmo tempo, as vantagens e os inconvenientes da escolha desse ou daquele meio. A fala política, neste sentido, se constitui como fato social (CHARAUDEAU, 2006), já que mobiliza a todos em sociedade.

Por outro lado se tem a perspectiva do enquadramento (*frames*), termo utilizado por Goffman, que também se insere no campo da interpretação, na medida que ele tem por finalidade os princípios organizadores compartilhados socialmente e persistentes ao longo do tempo, que trabalham simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social; e na hermenêutica a interpretação é o substrato essencial de sua lógica, pois vai possibilitar entender e compreender movimento da parte para o todo (ou seja, o sentido de violência construída pela TV e pelos candidatos para a realidade), e vice-versa, no processo de compreensão.

A teoria do enquadramento, ainda pouco explorada, tem como um dos defensores Ervin Goffman (1986). No campo da comunicação é o espaço que ela tem sido utilizada com bastante propriedade, pois um de seus pressupostos é a tentativa de demonstrar que as pessoas podem ter compreensões diferentes do mesmo acontecimento. Do mesmo modo, ela se constitui num vínculo conceitual entre o entendimento das relações individuais cognitivas com a informação, a sua produção organizacional e a recepção desta mesma informação. Os enquadramentos são construções simbólicas e interpretativas, que se referem a crenças partilhadas na sociedade sobre determinadas questões sociais.

Os enquadramentos são princípios organizadores que governam os eventos sociais e o envolvimento das pessoas nesses eventos. Ou de outro modo, marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas darem sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004, p.78). Ao selecionar determinado enfoque de uma notícia, os meios podem construir sentidos para as pessoas.

É necessário na análise e interpretação verificar todos os elementos envolvidos na construção de sentido do fato comunicacional. Por isso, Thompson (1995) enfatiza um enfoque tríplice de reconhecimento, ou melhor: a

partir da produção e difusão das mensagens; da construção interna da mensagem e da recepção dessa mensagem pelos telespectadores. Em síntese, tem que ser levado em consideração o processo de produção dessas formas, sua transmissão e distribuição via canais de difusão seletiva. Esses processos, lembram Thompson, estão situados dentro de circunstâncias sócio-históricas específicas e envolvem acordos institucionais particulares. O segundo enfoque, diz respeito à construção da mensagem pela televisão, caso específico da presente pesquisa. Essas mensagens transmitidas pela comunicação de massa são produtos que estão estruturados de diversos modos, apresentam-se como construções simbólicas complexas e que mostram uma estrutura articulada. Já o terceiro aspecto, referente à recepção e apropriação das mensagens dos meios. Essas mensagens são recebidas por pessoas, grupos de pessoas, que estão situados dentro de circunstâncias sócio-históricas específicas e que empregam os recursos disponíveis a eles a fim de compreender as mensagens recebidas e incorporá-las na sua vida cotidiana.

Por outro lado, Goffman propõe investigar o uso que é feito dos enquadramentos primários e de suas transformações no processo de definição de situação que tem lugar na vida cotidiana. Os enquadramentos primários não remetem a uma interpretação pré-existente ou originária e que permitem fornecer sentido a determinados aspectos que, de outro modo seriam desprovidos de significação. A preocupação central do sociólogo, principalmente com a análise das vulnerabilidades a que está sujeito o processo de definição de situação, isto é, busca dar conta das ambiguidades e conflitos que cercam o processo de construção social da realidade. É importante destacar que o estudioso não trabalha especificamente com a mídia na questão do enquadramento. Seus estudos são utilizados como pano de fundo ou base, para discutir a relação desses enquadramentos na construção social da realidade.

A questão da construção da realidade pelos *media* vai ser investigada com bastante propriedade por Gaye Tuchman (1978), a partir de uma análise sociológica do jornalismo. A autora trabalhou de que maneira a estrutura burocrática das organizações jornalísticas e a ideologia profissional dos jornalistas interferem no enquadramento das notícias por eles divulgadas e

constroem a realidade. Tuchman analisa a mídia a partir das seguintes perspectivas: organização e produção das notícias no espaço e tempo; às relações dos jornalistas com as fontes e colegas de trabalho e os critérios de noticiabilidade<sup>7</sup> utilizados pelos jornalistas. Segundo ela, as notícias são um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea, pois os jornalistas tendem a privilegiar as versões de determinados grupos em detrimento das de outros.

Adotando uma metodologia diferenciada de Tuchman que procura investigar pressupostos sociais e culturais gerais da produção da notícia, Gitlin (1980) vai partir sua investigação de um fato concreto, com interferência direta dos meios de comunicação. De acordo com Gitlin, na contemporaneidade, as pessoas se valem cada vez menos da sua experiência direta, e mais dos *media*, para constituir sentido acerca da sua realidade. Por esse motivo, tomando como base os pressupostos de Goffman, Gitlin vai utilizar o conceito de enquadramento de *media (media frames)*, o eixo central de sua análise. Ele entende os enquadramentos de *media* como referenciais tacitamente aceitos que permitem aos jornalistas e ao seu público ordenar o mundo. Ou melhor, persistentes padrões de cognição, interpretação e apresentação de seleção, ênfase e exclusão, por meio dos quais os manipuladores do símbolos rotineiramente organizam o discurso, seja ele verbal ou visual (GITLIN, 1980).

É com base nessas duas perspectivas, de enquadramento e hemerística que a pesquisa busca compreender a violência no contexto jornalístico e político. As pessoas tomam como base as 'falas', tanto do telejornalismo como das campanhas eleitorais para construir ou ordenar a realidade.

### **2.1.1 Objeto de análise**

#### **Amostra:**

Dois foram os objetos de análise da pesquisa: o Jornal Nacional, da TV

---

<sup>7</sup> Noticiabilidade tem a ver com o conjunto de instrumentos e operações que possibilitam ao jornalista escolher os fatos que vão se transformar em notícias, evidenciam-se nos valores-notícia (TRAQUINA, 2005).

Globo e o horário eleitoral gratuito na televisão, que denominamos de campanha eleitoral oficial dos candidatos. As matérias selecionadas do telejornal coincidiram com o período determinado pela justiça eleitoral de divulgação da propaganda dos candidatos, ou seja, nos meses de agosto, setembro e outubro. Essa escolha foi intencional, com a finalidade de constatar e confrontar as matérias do JN com as falas dos candidatos sobre violência.

## **Jornal Nacional<sup>8</sup>**

Desde que entrou no ar, em setembro de 1969, o Jornal Nacional nasceu com a proposta de ser referência em comunicação no país, tanto que ao anunciar a sua criação, a Rede Globo<sup>9</sup> salientou: "vamos lançar um telejornal para que 56 milhões de brasileiros tenham mais coisas em comum. Além de um simples idioma" (Veja apud REZENDE, 2000: 109). Em pouco tempo, o Jornal Nacional conseguiu comandar a audiência entre os telejornais do horário nobre<sup>10</sup>. Essa liderança será possível em virtude das relações da emissora com os governos militares.

"Com o surgimento do JN coincidindo com o endurecimento do regime militar brasileiro, o noticiário configurou-se como a voz do Estado militar, seguindo uma linha editorial oficialista" (CARVALHO, 1980, p.31).

---

<sup>8</sup> A escolha do Jornal Nacional se deu por ser o telejornal brasileiro mais antigo - ele entrou no ar no dia primeiro de setembro de 1969 - , sua expressiva audiência, de acordo com dados do Ibope, em média 40% dos aparelhos ligados. E também porque o telejornalismo é, por suas características e objetivos, um dos programas mais importantes e de maior credibilidade da televisão brasileira.

<sup>9</sup> Como somente a história da Rede Globo comporta a realização de um estudo maior, utiliza-se um breve resumo da importância dessa organização, que foi fundada em 26 de abril de 1965, pelo jornalista Roberto Marinho. Atualmente, é a maior cadeia de telecomunicações da América Latina e a quarta do mundo, assistida por cerca de 80 milhões de pessoas diariamente.

<sup>10</sup> A televisão brasileira na década de 1970, caracterizou-se pelo desenvolvimento técnico. E a Rede Globo foi a emissora que mais cresceu, pois com seu aperfeiçoamento da qualidade de suas produções traduzido pela expressão "padrão global". Neste sentido, a competição entre as emissoras ficou mais acirrada, principalmente em virtude da verba publicitária. Hoje a TV é o veículo com o maior investimento publicitário do mercado, quase 60%. E o horário de maior audiência, ou seja, de pessoas assistindo televisão é compreendido entre as 18h e 24h, considerado o horário nobre da TV e o mais caro. Para se ter uma idéia o horário nobre do rádio é matutino, período em que as pessoas mais ouvem o veículo.

A relação do JN com o governo militar se tornou clara na exibição de sua primeira notícia quando anunciou os nomes que compunham a junta militar, a qual comandaria o país em consequência da doença de Costa e Silva. O telejornal surgiu com a incumbência de influenciar as massas e promover a manipulação de informações para servir a ideologia dominante na época.

A potência econômica e política da Rede Globo foi sendo consolidada já na sua implantação, em 1965, considerando suas relações com o poder central. A política de integração nacional – planejada pelos governos - vai beneficiar principalmente essa Rede, que manterá uma relação de parceria, enquanto o Estado investia em infra-estrutura para possibilitar a distribuição massiva de programação, a Rede Globo vai se tornar uma espécie de porta-voz do regime militar (HERZ, 1987).

Ao analisar a situação propiciada à Globo naquele momento, Bolaño (2004) constata que o que vai acontecer a partir do início dos anos 1970 é um processo acelerado de concentração, pois a partir da entrada da Globo, em dois anos o mercado se estrutura como um mercado oligopolizado extremamente concentrado. A partir de 1970 começa a constituição da Rede nacional e o predomínio da Globo se estabelece no país. E a entrada do JN no ar, vai ser amparada no uso da infra-estrutura da Rede Nacional de Telecomunicações, inaugurada pelo governo militar, em 1967. Esse telejornalismo será o primeiro da televisão brasileira em rede nacional.

Desse período até hoje, o JN mantém a liderança absoluta entre os telejornais, condição que lhe outorga um enorme poder de impacto informativo em todo o Brasil.

“A Rede Globo, segundo ela própria, detém audiências que variam de 30% a 50% no horário nobre ( em números de junho de 2004), com uma participação de mercado que chega a 80%, o que significa que oito entre dez telespectadores ativos assistem à Rede Globo naquele momento verificado, enquanto os 20% restantes assistem a outros canais de TV. Trocando em miúdos, o que foi mencionado demonstra que a participação de mercado da Rede Globo, critério adequado à análise de concentração de poder de mercado, é, na verdade, muito maior do que os 32% de audiência média apresentados pelo representante das emissoras de TV” (SIMÕES e MATTOS, 2005, p.47).

Mas evidente que na sua caminhada e a representação demandada enquanto poder simbólico e as suas relações de interesses, vão fazer com que, em determinado momento da história, essa relação entre em confronto, em outras palavras, interesses do governo e interesses da sociedade, ou interferência direta da emissora na construção dos fatos. E foi o que aconteceu na década de 1980, quando três fatos vão envolver o JN e criar sérias polêmicas com relação a seriedade, imparcialidade e compromisso com o público. O primeiro foi com relação a cobertura das eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1982. O telejornal foi acusado de participar de uma tentativa de fraude nas eleições contra o então candidato Leonel Brizola, do PDT. Era a primeira eleição direta para governador após a instauração do regime militar.

Em 1984, o *JN* foi acusado de omitir informações sobre a campanha das Diretas Já, pois mostrou o comício na Praça da Sé em São Paulo, como sendo referente às comemorações do aniversário da cidade. E em 1989, a polêmica ficou por conta da edição do debate presidencial que favoreceu o candidato Fernando Collor de Melo.

Para medir a importância do *JN*, não só para o telespectador comum, assim como para as instituições e autoridades, afirmou Bucci (2004), um dia depois da eleição de 2002, quando Lula foi recebido para uma entrevista ao vivo no *JN*. Na viagem que leva ao poder, o *Jornal Nacional* era escala obrigatória.

A televisão, sem dúvida nenhuma, tem um poder político inquestionável, na contemporaneidade, principalmente quando tem a proeza de atingir com uma mesma programação, como é o caso do JN, de Norte a Sul o país, levando em consideração a expressiva densidade de audiência que ele possui. Segundo Lima (2005) o que distingue a Rede Globo de Televisão de outras redes privadas e comerciais é não só sua centralidade na construção das representações sociais dominantes, mas o grau de interferência direta que passou a exercer como ator decisivo em vários momentos da história política do Brasil nos últimos anos.

Retornando a implantação da Rede Globo, o que se percebe é que todo esse panorama estabelecido vai propiciar que o telejornalismo se constitua, simbolicamente, como expressão da atualidade imediata, fazendo com que



temas dominantes na discussão cotidiana fossem transmitidos em rede para todo o país. A Rede Globo de Televisão, com base na integração nacional, passa elaborar sua programação com o objetivo de “falar diretamente ao povo”. A linguagem utilizada pelo JN e, posteriormente por outros telejornais de rede era de proximidade, de familiaridade e de intimidade, ou seja, o jornal falava diretamente para as famílias brasileiras.

Na atualidade, esse poder da Rede Globo se estendeu pelos estados brasileiros, ou seja, se ramificou já que domina na maioria dos Estados brasileiros as redes de comunicação como filiadas da emissora, e figuram na posição, em quase todas as localidades como líderes no segmento televisivo. Alguns pesquisadores chegaram a seguinte conclusão: uma emissora de TV, geralmente afiliada a Rede Globo, predomina na audiência local e com a presença de, pelo menos, dois jornais diários, sendo que, na maioria dos casos, um deles estão vinculado a um canal de TV (quase sempre afiliado à Rede Globo de Televisão), que também estão ligados a uma rede de emissoras de rádio AM e FM. Além da penetração nacional e local, outra afirmação a de que noticiários em nível nacional veiculados por emissoras de rádio e TV da Rede Globo, e também seus jornais, são reproduzidos por todos os veículos dessa teia de comunicação então criada localmente (LIMA, 2006, 65).

O telejornalismo, neste momento, baseado em convenções narrativas, vai apelar para a verossimilhança, ou ainda:

“...a transcrição instantânea da realidade mostrava a infalibilidade da memória, suporte também de identidade pessoal. Essa mesma narrativa era baseada no ato memorável, no testemunho, produzindo a crença na autenticidade do revelado. Se na mídia televisiva não existia a possibilidade da utilização do documento, a viva voz supria a sua ausência. Para escrever cotidianamente a vida era necessária uma série de convenções narrativas que funcionavam como simulacros persuasivos” (BARBOSA e RIBEIRO, 2005,p.213)

O testemunho, afirmam as autoras, construía a ideia de autenticidade e o verossímil é também o que vai captar mais de perto o familiar, o comum, o cotidiano:

“Se, por um lado, inicialmente verossímil é aquilo que se assemelha ao real, num segundo momento, é aquilo que se assemelha ao verdadeiro. Nesse sentido, as convenções do telejornal apelam a esses dois aspectos: mesclam os chamados temas leves... e matérias que eram definidas como de “interesse nacional” (Idem,p.213).

Aliado a esses aspectos, os telejornais também começam a destacar as tragédias, a violência, tudo o que interrompia a cena e instaurava um eterno presente.

Nesses 37 anos de existência, o JN fortaleceu sua presença na televisão brasileira e se consolidou como um dos telejornais com maior audiência. Tudo de importante que acontece no Brasil ou fora dele, o JN se faz presente. Os eventos relevantes para os brasileiros, como as eleições, sempre recebem uma maior produção, envolvendo profissionais de várias áreas.

O JN em inovações continua atender e captar mais audiência. Em 2002 por ocasião das eleições presidenciais o JN exibiu pela 1º vez entrevistas ao vivo. O processo eleitoral caracterizou-se por uma exposição excessiva dos candidatos e da campanha nos meios de comunicação, uma das novidades foi a elaboração e divulgação de pesquisas.

Em 2006 não foi diferente. A Rede Globo preparou todo um aparato com a finalidade de discutir às questões pertinentes às eleições. Dentro do Jornal Nacional a cobertura das eleições envolveu os seguintes blocos de notícias: “**O Dia dos Candidatos**”, depois marcou **Entrevistas de 15 minutos** com cada um no Jornal Nacional, além de instituir a **Caravana do JN**, que viajou para algumas regiões do país, com a finalidade de ouvir o povo brasileiro sobre suas dificuldades. Essa Caravana iniciou sua viagem no dia 31 de julho e terminou no dia 30 de setembro, percorrendo mais de 15 mil quilômetros de estradas, nas cinco regiões brasileiras. Foram 60 dias em que a Rede Globo, a partir de um motorhome (ônibus equipado), apresentou de 15 em 15 dias, parte do Jornal Nacional das cinco regiões, mostrando os “Desejos do Brasil”. O comando da Caravana ficou a cargo do jornalista Pedro Bial. Os apresentadores do JN, William Bonner e Fátima Bernardes, se revezaram na apresentação do telejornal, ou seja, em determinadas localidades um comandava o JN da Caravana e outro ficava no estúdio, e vice - versa.

Nas explicações sobre a adoção desses quadros, os apresentadores enfatizaram que o JN buscou uma abordagem quantitativamente equilibrada em nome da “ética e cidadania”, no entanto, constata-se ao longo da pesquisa, que manteve a unilateralidade em vários momentos. Algumas abordagens do *Jornal Nacional* foram concentradas na questão da violência. O Brasil, a partir das matérias, perdeu para a violência e virou uma barbárie. Muitas matérias serviram como espaços de denúncias permitindo enquadramentos que contribuíram na negatividade das campanhas e/ou dos candidatos, principalmente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a reeleição.

### **Método de apuração.**

Na presente tese se adotou o recurso de gravações das edições do JN, em CD/DVD. As edições foram gravadas ininterruptamente, considerando primeiro e segundo turnos das eleições. Ao todo foram analisadas 73 edições do Jornal Nacional. Para melhor compreensão do material coletado foi determinado duas fases de apuração, assim distribuídas:

a) Primeiro turno das eleições. As gravações começaram a ser realizadas no dia 05 de agosto, dez dias antes do início do horário eleitoral gratuito na TV e rádio que começou em 15 de agosto de 2006. Nessa fase foram gravadas 49 edições do Jornal Nacional.

No mês de agosto, foram gravadas 23 edições do JN, conforme Quadro 01, abaixo:

Quadro 01 – Calendário de datas das matérias do Jornal Nacional – Agosto 2006

AGOSTO 2006						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Os dias marcados são os considerados na gravação.

No mês de setembro, foram realizadas gravações de 26 edições do JN e também a gravação do primeiro Debate da TV Globo, no primeiro turno, conforme Quadro 02, abaixo:

Quadro 02 – Calendário de datas das matérias do Jornal Nacional – Setembro 2006

SETEMBRO 2006						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Os dias marcados são os considerados na gravação.

**Dia 28 de setembro** – Primeiro Debate Eleitoral da TV Globo.

Nesse primeiro momento as gravações - que atingiram em média mais de duas mil horas - foram feitas em CD/DVD.

b) Segundo turno das eleições. As gravações continuaram, conforme explicação acima, sem suas interrupções, levando-se em conta que as pesquisas já apontavam para possibilidade de um segundo turno.

Da mesma maneira, foram gravadas 24 edições do Jornal Nacional, contando a partir do dia 02 de outubro, após eleição do primeiro turno. Foram em média mais de mil horas de gravação. E mais o segundo debate eleitoral promovido pela TV Globo.

Quadro 03 – Calendário de datas das matérias do Jornal Nacional – Outubro 2006

OUTUBRO 2006						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Os dias marcados são os considerados na gravação.

## Corpus de análise

Após a gravação, foram transcritas somente as matérias consideradas do fenômeno violência. Parte-se do entendimento da Organização Mundial de Saúde para o conceito de violência, com a finalidade de ter uma compreensão geral da questão:

“uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (PINHEIRO, 2003, p. 16)

É importante destacar que conceituar violência não é algo que se possa atribuir a um campo de conhecimento único, mas a questão se corporifica em diversas ramificações, o que dificulta partir de uma mesma origem. Portanto, na presente pesquisa se entende a violência como de caráter múltiplo. Até mesmo quando os meios de comunicação vão trabalhar com a temática há uma generalização, sem especificamente determinar de que ponto se está partindo para dizer que tal atitude ou ação é violenta.

Aspectos importantes que foram observados nas matérias jornalísticas:

- a) o veículo ( televisão – TV Globo);
- b) o conteúdo das matérias;
- c) a similaridade das informações;
- d) as características das informações;
- e) interpretação de fenômenos da violência como notícias.

Foram consideradas manchetes, matérias, depoimentos e entrevistas. Todo o material que envolve violência e/ou segurança pública.

## **Horário eleitoral e/ou campanha eleitoral televisiva**

O horário eleitoral tem sido importante instrumento do processo democrático e de conhecimento dos candidatos que vão concorrer ao cargo majoritário. Apesar de sua regulamentação datar do ano de 1962, efetivamente ele só vai começar a funcionar de forma regular a partir de 1985, período da redemocratização do país. A utilização sistemática de radiodifusão para fins políticos no Brasil remonta ao primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), principalmente a partir da instauração do Estado Novo, em 1937. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, teve um papel central nessa questão, pois houve um controle rígido dos diversos instrumentos de comunicação, assim como o DIP elaborou uma propaganda sistemática do governo.

Com a queda do Estado Novo e o advento do regime de 1946, faz nascer as condições políticas necessárias para a regulamentação da propaganda política nos meios de radiodifusão. A partir do Código Eleitoral de 1950 (Lei 1.164 de 24 de julho de 1950), começou a ser disciplinada a propaganda política no rádio. Com essa lei foi possível determinar períodos para a propaganda política (paga) e reserva de um período de meia hora, durante os 15 dias anteriores à eleição para os esclarecimentos da Justiça Eleitoral. Neste sentido, lembra Albuquerque (1996, p. 91)) a emissora não era obrigada a fechar contratos com candidatos ou partidos que ele não quisesse apoiar. Em função disso, e dada a dependência das emissoras de rádio em relação ao governo, o espaço da propaganda política tendia a se fechar para os políticos opositores.

Duas questões são salientadas por Albuquerque como importantes para evolução do horário gratuito de propaganda eleitoral, após golpe de 1964: 1) do ponto de vista político, significou uma quebra de continuidade ao processo de desenvolvimento da democracia no país, refletindo na organização da propaganda eleitoral; 2) do ponto de vista tecnológico, as telecomunicações foram melhoradas no regime militar, resultando em um incremento na importância do horário eleitoral, principalmente com a entrada da televisão (1996, 92).

A partir de 1982, começou a utilização da propaganda na televisão e, nesse momento, o tempo para a propaganda política passa a ser concedido aos partidos políticos em blocos situados fora da programação normal televisiva, o chamado Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, levando em consideração as regras que relacionam a quantidade de tempo de que dispõe cada partido proporcional ao tamanho das bancadas parlamentares em âmbito federal, estadual ou municipal. São dois programas diários, sendo um diurno e um noturno, transmitidos durante seis semanas anteriores às eleições.

É interessante destacar, que no Brasil a obrigatoriedade da propaganda eleitoral gratuita está embasada no entendimento de que o rádio e a televisão são veículos insubstituíveis na irradiação de informações, por sua popularidade e abrangência (Weber, 2000:32). Na televisão essa força se expressa de maneira mais contundente, pois alia duas características importantes que exercem fascínio e influências sobre o telespectador: o som e a imagem em movimento, elementos que fornecem suporte à construção de uma realidade. Essa propaganda terá a finalidade de difundir informações com objetivo de esclarecer os cidadãos, oferecendo-lhes conhecimentos, subsídios e possibilidades para escolher um candidato.

Nas últimas eleições e, no ano de 2006 não foi diferente, o horário eleitoral apresentou-se como um dos instrumentos que têm recebido uma visibilidade e atenção maior por parte dos partidos políticos. Este modelo de propaganda funciona com a intenção de reunir, para um mesmo espaço político, as iniciativas mais importantes da disputa pelo voto. O horário eleitoral não é o único instrumento de campanha utilizado pelos candidatos, mas ocupa, na atualidade, como espaço privilegiado de conhecimento e divulgação, principalmente por ter destaque no horário nobre televisivo.

### **Método de apuração**

A campanha eleitoral televisiva dos candidatos foi outro objeto de análise da tese. Foram gravados, em CD/DVD todos os programas dos candidatos no primeiro e segundo turnos da eleição de 2006.

É importante destacar que nas eleições de 2006<sup>11</sup>, sete candidatos concorreram à presidência da República, conforme Quadro 03.

Quadro 04 – Candidatos que concorreram à presidência da república e suas coligações - 2006

<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>COLIGAÇÃO</b>
<b>LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA</b>	<b>PT</b>	<b>PT/PRB/PCdoB</b>
<b>GERALDO ALCKMIN</b>	<b>PSDB</b>	<b>PSDB/PFL</b>
<b>CRISTOVAM BUARQUE</b>	<b>PDT</b>	<b>-</b>
<b>HELOISA HELENA</b>	<b>PSOL</b>	<b>PSOL/PSTU/PCB</b>
<b>ANA MARIA RANGEL</b>	<b>PRP</b>	<b>-</b>
<b>JOSÉ MARIA EYMAEL</b>	<b>PSDC</b>	<b>-</b>
<b>LUCIANO CALDAS BIVAR</b>	<b>PSL</b>	<b>-</b>

Na análise foram levados em consideração apenas dois candidatos: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por concorrer a reeleição e Geraldo Alckmin, que renunciou o governo de São Paulo, para concorrer como candidato do PSDB, e apresentava maiores chances de disputa com o presidente Lula.

O Tribunal Superior Eleitoral determinou assim as inserções dos candidatos no horário eleitoral:

---

<sup>11</sup> Nas eleições de 2006 além de votar para presidente da República, o eleitor brasileiro também votou para senador, governador, deputado federal e deputado estadual.



Quadro 05 – Tempo dos candidatos no horário eleitoral<sup>12</sup>

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	DIAS	HORÁRIOS	TEMPO DE PROGRAMA
<b>GERALDO ALCKMIN</b>	<b>“Por Um País Decente” (PSDB-PFL)</b>	<b>TERÇA-FEIRA QUINTA-FEIRA SÁBADO</b>	<b>Das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55.</b>	<b>10 minutos e 21 segundos</b>
<b>LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA</b>	<b>A Força do Povo” (PT-PRB- PCdo B)</b>	<b>TERÇA-FEIRA QUINTA-FEIRA SÁBADO</b>	<b>Tarde - das 13h às 13h25; Noite - das 20h30 às 20h55.</b>	<b>7 minutos e 21 segundos</b>

No primeiro turno foram gravados em CD/DVD, quarenta programas do horário eleitoral, ou seja, tanto do horário da tarde quanto da noite, para verificar alteração de informações e dados, perfazendo em média mais de mil horas, levando-se em consideração que a gravação abrangeu inicialmente todos os candidatos, ou seja, os 25 minutos determinados pelo TSE, no primeiro turno e mais os 20 minutos do segundo turno, além dos debates políticos realizados pela TV Globo.

No mês de agosto, foram gravados 16 (dezesesseis) programas eleitorais, oito tarde e oito noite, conforme Quadro 06 abaixo:

<sup>12</sup> Por determinação do TSE, as emissoras também reservaram 30 minutos diários da programação, de segunda a domingo, para veiculação de inserções. As inserções foram estipuladas em 6 minutos para cada cargo em disputa. De acordo com a Lei 9.504/97, um terço do tempo do horário eleitoral foi dividido igualmente entre todos os candidatos. Os outros dois terços foram divididos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados. No caso de coligação, considerou-se o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integravam naquele momento. Além da divisão do tempo do horário eleitoral, a Lei 9.504/97 garantiu a todos os candidatos participação nos horários de maior e menor audiência das emissoras ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

Quadro 06 – Calendário da propaganda eleitoral na televisão – 2006

MÊS AGOSTO						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

**Dia 15 de agosto** – início do horário eleitoral na televisão e rádio, conforme determinação do TSE.

No mês de setembro, foram gravados 24 (vinte e quatro), programas eleitorais, conforme Quadro 07 abaixo:

Quadro 07 – Calendário de programas eleitorais – Setembro 2006

MÊS SETEMBRO						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

**Dia 27 de setembro** – último debate dos candidatos na TV Globo.

**Dia 28 de setembro** – final do horário eleitoral gratuito do primeiro turno das eleições de 2006.

No segundo turno, novas regras foram estipuladas pelo TSE para a veiculação da propaganda eleitoral na televisão e rádio. Nesse segundo momento, os candidatos, Luis Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, vencedores do primeiro turno<sup>13</sup>, dividem a propaganda eleitoral em dois períodos diários de 20 minutos, inclusive aos domingos. O tempo de cada período será dividido igualmente entre as duas coligações que disputaram

<sup>13</sup>Dados divulgados pelo TSE confirmaram os dois candidatos vencedores do primeiro turno das eleições para presidência da República foram Luiz Inácio Lula da Silva com. com 46.662.365 (48,61%); e Geraldo Alckmin com 39.968.369 (41,64%) ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

o segundo turno, ou seja, 10 minutos para cada candidato a presidente. Na pesquisa, foram gravados todos os programas, tarde e noite.

Quadro 08 - Tempo dos candidatos no horário eleitoral - 2006

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	DIAS	HORÁRIOS	TEMPO DE PROGRAMA
<b>GERALDO ALCKMIN</b>	<b>“Por Um País Decente” (PSDB-PFL)</b>	<b>Todos os dias da semana.</b>	<b>13h00 20h30</b>	<b>10 minutos</b>
<b>LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA</b>	<b>A Força do Povo” (PT-PRB-PCdo B)</b>	<b>Todos os dias da semana.</b>	<b>13h00 20h30</b>	<b>10 minutos</b>

A propaganda eleitoral, no segundo turno das eleições de 2006, começou, no dia 16 de outubro, pela coligação A Força do Povo (PT-PRB-PCdoB), de Luiz Inácio Lula da Silva, por ter alcançado a maior votação no primeiro turno. No segundo dia, dia 17, o horário eleitoral iniciou com a propaganda do candidato Geraldo Alckmin, da coligação Por um Brasil Decente (PSDB-PFL). A ordem de apresentação dos candidatos foi alternada a cada dia, até o final da propaganda eleitoral gratuita, no dia 27 de outubro.

No mês de outubro, foram gravados 24 (vinte e quatro) programas eleitorais, conforme Quadro 09 abaixo:

Quadro 09 – Calendário de programas eleitorais – Outubro 2006

MÊS OUTUBRO						
DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Os candidatos a presidente além da propaganda em bloco, tiveram direito a 30 minutos de inserções diárias, no rádio e na televisão, conforme o plano de mídia elaborado pelo TSE.

- Dia 1 de outubro** – realização do Primeiro Turno das Eleições
- Dia 29 de outubro** – realização do Segundo Turno das Eleições
- Dia 16 de outubro** – reinicia horário eleitoral gratuito
- Dia 27 de outubro** – término do horário eleitoral gratuito

## Corpus de análise

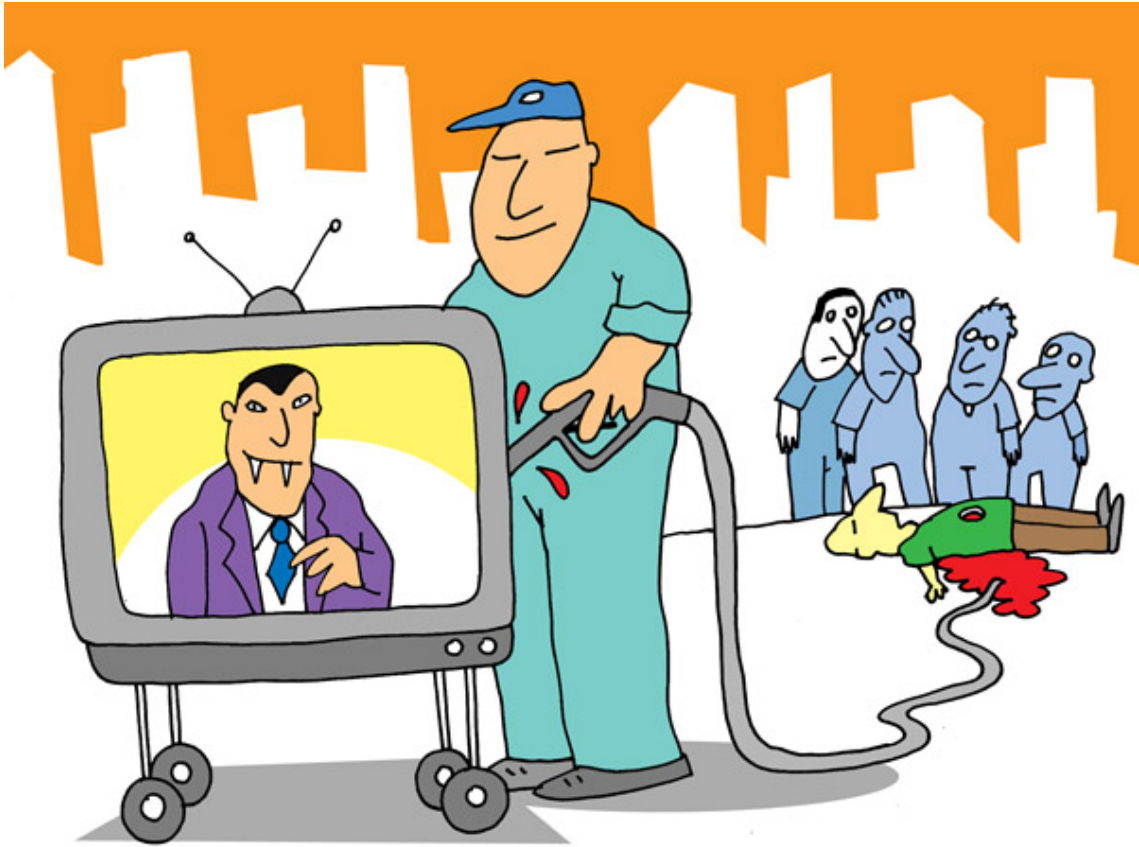
Após a gravação dos programas eleitorais, foram transcritas somente as ‘falas’ ou discurso político dos candidatos que trataram especificamente do campo da violência, ou de segurança pública. Foram observadas de que forma os candidatos apresentaram os dados sobre violência e as propostas de combate a esse grave problema social.

Na análise desses dois objetos, programa jornalístico e programa eleitoral, foi levado em consideração que os meios de comunicação alteram o julgamento que as pessoas fazem dos atores políticos. Isso porque a mídia seleciona e emoldura os fatos que dará destaque nos seus noticiários. Desta forma, ajuda as pessoas a entenderem as ocorrências no espírito das proposições da teoria do enquadramento. As pessoas, por sua vez, não avaliam tudo o que está a sua disposição sobre o assunto. Limitam-se a estabelecer prioridades e calcular uma resposta lógica diante daquilo que está sendo visto ou dito pela televisão ou pelos candidatos. Nessa perspectiva, as pessoas fazem uso da amostra que lhes está disponível à mão. A imprensa ajuda fornecendo essa pequena súpula de dados e se tais dados sustentam-se no noticiário, serão certamente utilizados nessa avaliação sobre os assuntos ou questões sociais.

“Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou escuta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (SHAW, 1979. p.96).

Da mesma forma, os candidatos também utilizam estratégias no discurso político, a partir dos articuladores da campanha, que envolvem cientistas políticos, marqueteiros, consultores, líderes de opinião, entre outros, para convencimento dos eleitores. A realidade é maquiada ou apenas os dados positivos são divulgados.

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras (CHARAUDEAU, 2006). Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser entendida ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.



WALDEZ

### **3 - A visibilidade instituída**

“Vemos as coisas mesmas, o mundo é aquilo que vemos – fórmulas desse gênero exprimem uma fé comum ao homem natural e ao filósofo desde que abre os olhos, remetem para uma camada profunda de “opiniões” mudas, implícitas em nossa vida. Mas essa fé tem isto de estranho: se perguntamos o que é este nós, o que é este ver e o que é esta coisa ou este mundo, penetramos num labirinto de dificuldades e contradições”(MERLEAU-PONTY).

### 3.1. A contemporaneidade visível

O referido capítulo pretende traçar um panorama geral da sociedade contemporânea, tendo como base a questão da visibilidade como um fenômeno central do tempo presente, abarcando a discussão do sentido de esfera pública, ou seja, que existir é fazer-se visível no espaço público ou espaço midiático, levando em conta fundamentalmente o sentido dado a essa questão com o desenvolvimento dos meios de comunicação<sup>14</sup> que, defende uma realidade que não se pode ver nem tocar sem a ajuda deles. A partir dessa perspectiva, duas questões sociais serão levantadas: a política e a violência que, “ganham” espaço demasiado e reconfiguraram sua discussão na contemporaneidade.

#### 3.1.1 A era da visibilidade

É interessante destacar que os indivíduos e as formas de relação entre eles são alimentadas pela mídia porque a maior parte dos conhecimentos acerca do mundo, dos modelos de papel, dos valores e dos estilos de comportamento chega à mente humana não pela experiência direta do mundo físico e das relações com os outros, mas cada vez mais pela mediação dos meios de comunicação. E diversas questões passam a habitar a mente humana, a partir da discussão por esses meios. Esses meios se tornam fundamentais como suportes de inclusão e exclusão sociais e de controle das coisas que acontecem no mundo.

Evidentemente que há uma diferença entre a realidade vivida e a realidade mediada, pois geralmente a segunda é editada para que as pessoas a compreendam de forma compacta. Além do que há um recorte em grande

---

<sup>14</sup> A palavra “meio” em latim é *médium* e seu plural *media*. Os primeiros teóricos sobre os meios de comunicação, no caso os ingleses, utilizavam *mass media*, ou melhor, meios de massa. A pronúncia, em inglês, do latim *media* é “mídia”. Quando utilizados “the media” significa “os meios”. Portanto, no Brasil, a palavra passou a ser utilizada como feminino e no singular, “a mídia”. Na presente pesquisa, utiliza-se as duas maneiras meios de comunicação e mídia. A primeira com sentido de se referir a objetos tecnológicos capazes de transmitir informação para um grande público ou para a massa. A segunda, mídia, com sentido amplo, isto é, não como suportes tecnológicos, mas como instituição de formação de comportamentos. De acordo com o Oxford English Dictionary, foi somente na década de 1920 que as pessoas começaram a falar de “mídia” (BRIGGS, Asa e BURKE, 2004).



parte daquilo que de fato interessa ser visto e difundido pelos meios, sendo que algumas vezes, determinadas questões são difundidas de maneira estratégica com a finalidade de “atrair” ou “seduzir” os públicos. Aqui, necessariamente se entra no cruzamento dos dois campos de poderes (da política e da mídia), que passa pela questão dos interesses envolvidos. Interesses que vão demarcar o que vai ser divulgado para a sociedade, seja pela mídia, seja pelos políticos e/ou autoridades. O que é visível, na contemporaneidade, aos olhos das pessoas, necessariamente é aquilo que passa pela mediação dos meios de comunicação, principalmente a televisão. A televisão neste sentido, não pode ser mais considerada como mera coadjuvante dos eventos que noticia. Ela participa e se torna parte integral da realidade que divulga. A realidade é sua matéria prima.

Especificamente, na presente pesquisa se pontua duas (in) visibilidades, aquela agendada pela mídia para divulgação e discussão em sociedade, e aquela em que os candidatos ao cargo político selecionam ou excluem do debate com a sociedade. Os assuntos são selecionados de acordo com os interesses desses dois campos de poder: da política e a da mídia.

### **3.1.2– Ao alcance dos olhos**

A visibilidade se tornou um dos fenômenos centrais da contemporaneidade. O que é visível aos indivíduos é fundamentalmente aquilo que é divulgado pelos meios de comunicação e aqui, especificamente trabalha-se com a televisão pelo seu poder de penetração e alcance na sociedade. A mídia aqui passa a ser entendida como instituição, inserida nas estruturas da sociedade que influencia de maneira direta as relações sociais. Caso algumas questões escapem aos olhos da mídia e, grande parte da realidade fica alheia a esse olhar, tem-se a sensação de que elas não existem ou que estão controlados pelas instituições. É bom salientar que os veículos de comunicação de massa, não só transmitem, de modo implícito ou explícito, os conteúdos produzidos pelos vários grupos sociais, como também, por sua vez, transformam-se em fontes relativamente independentes de produção de

significados, vindo assim a constituir-se como centros autônomos de decisão e poder, equiparando-se aos poderes político, judicial e econômico.

A visibilidade desponta como um divisor que diferencia a atualidade, ou seja, a cultura passa cada vez mais a ser mediada pelo imaginário televisivo. Com a televisão aumenta a possibilidade de ver tudo sem necessidade de estar no local do acontecimento, quase tudo que existe e é visível pode ser visto pelos indivíduos. É a televisão que, antes de mais nada, vai modificar, e essencialmente, a própria natureza da comunicação, deslocando-a do contexto da palavra para o contexto da imagem (SARTORI, 2001).

A descoberta do telescópio, ao mostrar um vasto mundo que os olhos imaginariam a abarcar, abalou a confiança infalível depositada na nossa percepção natural das coisas, alterando de forma substancial o modo pelo qual se concebia a realidade e a ideia de verdade. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação mudou a concepção do homem de enxergar esse mundo.

A mídia é a reveladora/divulgadora e ao mesmo tempo construtora de um juízo de valor sobre as outras instituições e organizações. Não só as posições de poder – econômico, político e simbólico – encontram visibilidade na ação dos meios de comunicação de massa: eles também alimentam, de maneira vigorosa, a tendência inerente a toda instituição social de atuar por “inclusão e exclusão”.

Ao discutir o império e os imperativos das imagens que nos cercam, seja na perspectiva, da infância, da juventude, do consumo ou da própria atitude de tomada de decisões, Baitello Júnior (2005) afirma que essa sociedade é fundada na visibilidade e suas estratégias são cada vez mais invasivas, pois há uma proliferação das imagens em todos os campos, seja visuais, acústicas, performáticas e comportamentais, olfativas ou simplesmente mentais, distribuídas pela disseminação do imaginário que acompanha todo movimento cultural. Postula ainda, que a era da visibilidade, transforma a todos em imagens, invertendo o vetor da interação humana, criando a visão que se satisfaz apenas com a visão. Para ele, a comunicação de proximidade, interpessoal, familiar, fraternal, importante pilastra de equilíbrio para as tensões

e conflitos individuais, vem sendo crescentemente suprimida pelas relações escravizadoras da era da visibilidade.

Estar ou não visível depende da circulação do discurso produzido, seja pelos meios, seja pelas autoridades ou políticos de plantão. Se caminha, parece, em lados opostos, ou melhor, contraditórios. A mídia mostra uma sociedade marcada pela violência, com imagens que dão a sensação que o mundo virou uma barbárie e que nada pode ser feito. Já os candidatos que postulam comandar o país, amenizam essa realidade, ignorando dados ou trabalhando de forma que a sociedade acredite que as matérias divulgadas não refletem de fato a realidade. E que os casos apresentados são isolados ou apenas representam uma 'sensação' de violência.

É pertinente destacar que esse fator é proveniente de uma sociedade caracterizada pelo surgimento dos meios de comunicação que transformou a natureza do espaço público e os limites entre as esferas pública e privada.

Paralelo à profusão de imagens dessa realidade, seja ficcional ou real, o panorama que se descortina sobre esse tempo, marcado por um avanço tecnológico sem precedentes, é uma sensação generalizada de violência em todos os campos da sociedade, seja na perspectiva física, social ou simbólica e que, involuntariamente envolve a todos nos acontecimentos.

Traçar ou estabelecer um perfil do tempo presente, principalmente tentando compreender a violência, não é tarefa fácil, até porque tem que ser levado em consideração o recorte histórico de desenvolvimento da sociedade. E a situação se torna ainda mais complexa quando se busca fazer a interface entre mídia, discurso político e violência. Questões que a priori podem parecer em campos diferenciados, mas que ocupam espaços sociais contíguos, de disputa de poder, de interesses, com implicações próximas e diretas para a sociedade.

Na presente pesquisa se partiu da ideia que, a invenção da imprensa é um marco delimitador de transformação social, seja, pelas técnicas de impressão, desenvolvidas por Gutenberg, por volta do século XV, que se espalharam rapidamente, fazendo florescer um mercado de livros e jornais pela Europa até o início do século XVIII, seja pelas mudanças nas relações de comunicação do homem. Neste sentido, a informação começa a circular, principalmente com a descoberta da eletricidade que possibilitou sua

transmissão, como importante moeda de conhecimento e desenvolvimento. A mídia passa a ser importante instituição de formação, transformação, influência e espaço de discussão de questões públicas.

Antes da imprensa, a circulação da informação e do conteúdo simbólico era um processo que acontecia dentro do contexto de uma interação física, isto é, face a face. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, essa interação não desapareceu, mas foi sobreposta por novas formas de ação e interação, quase sempre mediadas. Essas novas formas de interação vão se dar com o suporte midiático, envolvendo o emprego de um meio técnico que possibilita a transmissão de informação e do conteúdo simbólico às pessoas que não partilham o mesmo local espaço-temporal.

Essa nova forma de relação será designada por Thompson (2002) de quase-interação midiática, em virtude de ela ser dirigida a uma gama indefinida de receptores em potencial, implicando na produção de materiais simbólicos que se tornam acessíveis a uma pluralidade de possíveis receptores – ela é, em outras palavras, relativamente aberta. Discussão essa que toma como relevante na presente pesquisa.

Essa interação midiática é que vai possibilitar a transformação das maneiras como as pessoas e acontecimentos são tornados visíveis aos outros. Ou mesmo como as pessoas passam a compreender a realidade. Se compreendam, por vezes, as pessoas não conseguem entender qual a origem de tanta violência na sociedade. O que é público, no sentido tomado aqui, é o que é visível ou observável, o que é desempenhado diante de espectadores, o que é aberto para que todos, ou muitos, possam ver, ouvir, ou ouvir falar a respeito. O que é privado, em contraste, é o que é escondido da vista, o que é dito ou feito em segredo ou entre um círculo restrito de pessoas.

O processo de comunicação de mídia de massa foi fortemente construído por várias décadas, em cima das principais características dos meios de comunicação de massa: o poder de grande alcance, difundir uma mensagem para o maior número de pessoas possíveis mesmo que estas sejam de grupos sociais diferentes; tem a possibilidade de propagar culturas ou de construir novos tipos; tem a grande capacidade de persuasão; possui a possibilidade de moldar a opinião; tem o poder transformador na sociedade pela força da comunicação.

“... em geral da comunicação e da cultura de massa fornecem hoje o ambiente cultural decisivo para a configuração da opinião socialmente relevante, a política de opinião disputa-se, em sua maior parte, na arena fornecida pelos meios de comunicação de massa ou em campos de conflitos a estes relacionados... há na política contemporânea um conjunto de habilidades e ações destinadas à formação da opinião pública...” (GOMES, 2004, p. 359).

A discussão da questão não pode ser colocada de uma forma simplória, mas exige uma investigação mais profunda para que se busque compreender o significado da esfera pública a partir dos meios de comunicação. Até porque aquilo que inicialmente Habermas (1989) vai denominar de esfera pública, ainda dentro das discussões sobre a indústria cultural, estará associado a atuação dos jornais, instituições de comunicação do início do século XVIII, às funções e problemáticas do espaço público no sentido de que nas cidades se organizavam espaços específicos para troca de opiniões e comentários, dentre outros assuntos, sobre a produção literária burguesa. A esfera pública seria então constituída como o domínio da vida social, à medida que os cidadãos se reuniam e associavam-se para discutir assuntos de interesses públicos.

Na perspectiva de Habermas, o desenvolvimento do capitalismo mercantil no século XVI, junto com as transformações institucionais do poder político, criaram as condições para a emergência de um novo tipo de esfera pública. Assim, o significado de “autoridade pública” começou a mudar, passando a ter menos referência ao domínio da vida palaciana do que às atividades de um sistema estatal que tinha legalmente definido esferas de jurisdição e um monopólio sobre o uso legítimo da violência. Ao mesmo tempo, vai emergir uma “sociedade civil” como o domínio das relações de uma economia privatizada que eram estabelecidas sob a égide da autoridade pública. O domínio privado, neste sentido, compreendia tanto o domínio em expansão das relações econômicas quanto a esfera íntima de relações pessoais que se tornavam cada vez mais livres da atividade econômica e sustentadas na instituição da família conjugal. Entre o domínio da autoridade pública ou o estado, de um lado, e o domínio privado da sociedade civil e das relações pessoais, de outro, surgiu uma nova esfera de público: a esfera

pública burguesa constituída de indivíduos que se reuniam privadamente para debater entre si as normas da sociedade civil e da condução do estado. Esta nova esfera pública não fazia parte do estado, mas, pelo, contrário, era uma esfera em que as atividades do estado poderiam ser confrontadas e sujeitas à crítica. O meio para esta confrontação era em si mesmo significativo: o uso público da razão, articulada por indivíduos comprometidos na discussão que era em princípio aberta e irrestrita.

O “surgimento” da esfera pública terá implicações direta com o surgimento da imprensa periódica. Os jornais críticos e os semanários morais que começaram a aparecer na Europa em fins do século XVII e ao longo do século XVIII produziram um novo fórum de debate público. Embora estas publicações muitas vezes tenham surgido como jornais dedicados à crítica literária e cultural, elas logo se interessaram por questões de importância mais social e política. Além disso, novos centros de socialização apareceram nos principais centros urbanos da Europa moderna, incluindo salões e cafés que, a partir de meados do século XVII, se tornaram lugares de discussão e ambientes sociais onde as elites instruídas podiam interagir entre si e com a nobreza em posição mais ou menos de igualdade (THOMPSON, 1998, p. 68).

O espaço público é, a princípio, um espaço físico; o da rua, da praça, do comércio e das trocas. Foi só a partir dos séculos XVI e XVII que esse espaço físico se tornou simbólico, com a separação entre o sagrado e o temporal e o progressivo reconhecimento do estatuto da pessoa e do indivíduo em face da monarquia e do clero. Esse movimento abrange dois séculos. É, com efeito, a redefinição do privado que permite, em contraponto, ao espaço público desenhar-se e afirmar-se.

A argumentação habermasiana, está pautada em mostrar que a discussão crítica estimulada pela imprensa periódica finalmente teve um impacto transformador sobre as formas institucionais dos estados modernos. Ao ser constantemente chamado diante de um fórum público, o Parlamento se tornou cada vez mais aberto ao escrutínio, finalmente abandonando o direito de evitar a publicação de seus procedimentos. O parlamento também se tornou mais aberto à imprensa e começou a desempenhar um papel mais construtivo na formação e na articulação da opinião pública.

Mais do que comparar a arena das mediações deste século XXI com eras passadas, precisa-se repensar o significado do caráter público na contemporaneidade, num mundo permeado por novas formas de comunicação e difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal. As pessoas, a partir desses eventos, podem participar de forma crítica e ter atitudes contrárias, não necessariamente serem manipuladas, mas interagindo fortemente no processo de decisões, pois a opinião de grupos importa de forma direta e servem como instrumento de pressão na condução de determinadas questões sociais.

Seguindo a discussão habermasiana a esfera pública oferece grande contribuição para uma análise crítica do relacionamento entre mídia, poder e público. O argumento de Habermas é histórico: a esfera pública burguesa criou um fórum no qual a autoridade do Estado podia ser criticada e chamada atenção, necessitando justificar-se diante de um público informado e racional. Esse fórum estaria baseado no princípio da publicidade, em que as opiniões pessoais de indivíduos particulares podiam evoluir para opinião pública por meio de um debate racional-crítico de um conjunto de cidadãos num espaço aberto a todos e livre de todas as formas de dominação. Neste contexto a comunicação e a informação veiculadas em folhetos, volantes, jornais, outras publicações que circulavam nos meios intelectuais e burgueses, cumpriam relevante papel na promoção do debate de questões de interesse público que aos poucos foram se alargando na esfera pública.

Na busca para dar resposta à relação entre mídia e esfera pública e definir seu papel na formação da opinião pública, Gomes (2004) chega ao conceito de *esfera de visibilidade pública*. A esfera pública será entendida como esfera do debate público enquanto que *os mídias*, (expressão utilizada pelo autor) seriam a esfera de visibilidade ao debate de temas originados na opinião pública, no campo político ou nos próprios mídias. Para Gomes, não se pode coerentemente falar de esfera pública midiática a não ser que se desfigure a noção de esfera pública ou que se exagere a importância dos fatos argumentativos e comunicativos que existem na cena midiática. Porém, esta esfera de visibilidade permitiria que o público editasse as informações como se fosse uma esfera pública. Ou seja, a partir de seus conhecimentos,

informações, interesse e competência receptiva, o público poderia fazer uma edição própria das mensagens dos mídias. Mas isto somente seria possível dentro de certas condições, entre elas, que os receptores possam aprofundar suas informações em meios mais satisfatórios (o que não é possível somente através da televisão) e a possibilidade do receptor intervir nos debates que se processam no interior do sistema dos media. Ele afirma que há de se notar que a esfera de visibilidade pública mediática pode ser editada e vivenciada como autêntica esfera pública pelo seu usuário e não que ela de fato seja editada e vivenciada pela maioria deles.

Mas o que se percebe é que as pessoas, muitas vezes, tomam como integral as informações difundidas, ou por falta de tempo de procurar aprofundar aquilo que está sendo noticiado, ou por falta de interesse em buscar dados que os ajudem a construir uma idéia mais crítica da situação. A televisão, neste sentido, acaba servindo como “intérprete” do pensamento humano, pois ela já faz um recorte, pensa, edita e mostra o que considera o mais importante para a sociedade.

As modificações na esfera pública e na própria política levam à extinção da racionalidade, do pensamento crítico e contestador em relação às ações políticas. Habermas caracteriza historicamente a essência da esfera pública e, portanto, da atividade política no uso público e argumentado da razão. Reconhece que, conforme avança a mudança estrutural da esfera pública e se vislumbra um cenário pós-moderno, a realidade é distorcida e entra em declínio: a razão dá lugar à distração e ao consumo. A extinção da crítica na esfera pública contribui para a anulação das capacidades políticas do homem e, em consequência, para o abuso de poder e a manipulação das massas.

Hoje, sem dúvida nenhuma, a possibilidade de acesso do público a um determinado discurso depende de sua veiculação pela mídia. Trata-se de um fenômeno relevante, que o elemento crítico na disputa política é a criação de sentido: a construção de crenças sobre o significado de eventos, de problemas, de crises, de mudanças políticas e de líderes. Até porque, pela extensão territorial do país, é impossível os candidatos visitarem todas as localidades. Portanto, os meios servem de suporte para transmitir essa fala. Quanto essa questão, é pertinente a reflexão de Gomes, quando afirma que a relação entre



comunicação e política, numa altura em que parece ter se tornado comum que a comunicação midiática, particularmente a comunicação que se processa pelos jornais e pela televisão, foi convertida num lugar privilegiado para a “palavra política” (GOMES, 2004, p. 423).

“A novidade consiste no fato de que a esfera de visibilidade pública contemporânea controlada pela comunicação de massa tenha se tornado o ambiente predominante da comunicação, portanto, da comunicação política. Por essa razão a política tem que lidar com o fato de que o indivíduo contemporâneo está cada vez menos disposto a esforços de tradução de uma comunicação formulada segundo a estranha “gramática da comunicação política tradicional” (GOMES, 2004, p. 320).

Nessa concepção pode-se dizer que há uma linha tênue, quase imperceptível entre a esfera pública e a esfera pública midiática, pois geralmente as pessoas costumam discutir os assuntos pautados pela mídia. Logo elas se confundem.

Os atores do campo político necessitam acessar a esfera pública midiática, administrada pelos agentes da comunicação de massa, para atingir seus públicos, neste momento tratado como eleitorado. Já o campo da comunicação precisa de informações oriundas da esfera política para atender de maneira constante a quantidade de notícias demandadas pelos seus públicos, neste caso, encarados como audiência. O que parece, à primeira vista, um casamento perfeito, na verdade abriga uma série de choques e negociações de interesses, uma série de encaixes e desencaixes. Pois, necessariamente, os “interesses” nem sempre vão caminhar na mesma direção. E particularmente isso pode ser percebido numa campanha eleitoral, na qual os veículos de comunicação “apóiam” determinados candidatos e, a partir desse apoio, constroem todo um aparato de discussão de questões sociais que acabam sendo utilizadas como estratégias com a finalidade de “derrubar” o concorrente. Percebe-se, que na campanha eleitoral de 2006, isso foi bem demarcado, conforme pode ser comprovado nos próximos capítulos. Os meios enquadraram a violência como questão central para o debate público, com a finalidade de fragilizar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a reeleição.

Nas campanhas eleitorais se desenvolvem técnicas de publicidade e de relações públicas, através das quais grandes empresas capitalistas passam a “trabalhar a opinião pública” e têm como tarefa central a construção do consenso e de uma opinião pública encenada. Mas consenso fabricado não é opinião pública, afirma Gomes (2004). A crítica cede lugar ao conformismo e o consenso passa a ser uma boa vontade conquistada com a publicidade. A esfera pública burguesa assumiu a característica feudal de ser um espaço de representação diante do público. Publicidade era desmistificação da dominação política e agora é um instrumento de dominação. Era transparência, agora é mecanismo de guardar segredos. É a refeudalização da esfera pública, termo utilizado por Gomes. As grandes instituições jornalísticas criam um aparelho que certamente representa um máximo de público e um mínimo de opinião que rompe com o ideal liberal de opinião pública. Os meios selecionam as questões que terão maior destaque para os candidatos.

A esfera pública na política é explorada, sendo o sujeito o público enquanto dono da opinião. No entanto os cidadãos são livres para colocarem e discutirem suas ideias. Assim, propaganda política no rádio, televisão, internet são os principais transmissores das campanhas políticas, assim quanto nos meios impressos, busca reproduzir a forma e a linguagem utilizada nos programas noticiosos.

“Com os novos mídias, modifica-se a forma de comunicação enquanto tal; por isso, no sentido estrito da palavra, atuam de um modo mais penetrante do que a imprensa alguma vez pode fazê-lo. O comportamento do público, sob a coação do *don't talk back*, assume uma outra configuração. Os programas que os novos mídias emitem, se comparados com comunicações impressas, cortam de modo peculiar as reações do receptor, mas ao mesmo tempo tiram-lhe a distancia da emancipação, ou seja, a chance de poder dizer e contradizer. O raciocínio de um público-leitor dá tendencialmente lugar ao “intercambio de gostos e preferências” de consumidores – inclusive o falar sobre o consumido, “a prova dos conhecimentos do gosto”, torna-se parte do próprio consumo” (HABERMAS, 2003, p. 202).

Mas, não se pode esquecer que nesse processo eleitoral há todo um aparato e conjunto de profissionais, entre jornalistas especializados em políticas, cientistas políticos, marqueteiros, especialistas em comunicação e

institutos de pesquisa, contratados para interpretar os “desejos” da sociedade e transformá-los em propostas para que os candidatos trabalhem na campanha. Seria incompreensível entender esse jogo político sem levar em consideração a difusão de subprodutos das ciências sociais e do fato de que os atores políticos estão rodeados de conselheiros em comunicação política, formados nas técnicas publicitárias, assim como as inúmeras pesquisas, publicadas ou não, encomendadas constantemente por eles para avaliarem, o impacto de tudo que será feito, falado, divulgado e defendido pelos candidatos.

Ao fazer análise desse processo, principalmente a partir das pesquisas eleitorais, Champagne (1996) afirma que o sociólogo ou pesquisador não pode abordar o estudo do campo político como se ele estivesse imune da influência dos outros campos, ou seja, o efeito sofrido sobre o objeto estudado. Caso isso ocorra, pode correr o risco de “descobrir” (grifo do autor) e registrar o que outros especialistas, a serviço dos políticos, fabricaram explicitamente, por vezes, propositalmente, para ser utilizado pelos comentaristas políticos.

E isso se constitui em fato relevante na presente pesquisa, na qual a televisão utilizou a violência como estratégia, de persuasão e de exaustão, e os candidatos, por outro lado, deram pouco espaço na sua discussão, seja no horário eleitoral, ou nos debates políticos. Contraditoriamente a violência não foi pauta de discussão dos presidencialistas.

De fato, uma observação desatenta do fenômeno pode levar a pensar que houve efetivamente mudança de modelo. A transformação é de certo mais evidente quando considera-se a política contada, narrada, exibida, comentada pela comunicação, a assim mal chamada política na mídia. Trata-se, aí, da política apropriada pelos recursos de expressão da comunicação, da política objeto dos seus sistemas de recolhimento, seleção e edição. Além deste domínio da política narrada pela comunicação industrial existe, um segundo domínio da vida política, onde estão as práticas, as habilitações, os valores, a cultura e as ações da política que eventual e parcialmente se tornam objeto da narração mediática, formando a imagem pública. A Imagem Pública, para Gomes, é uma estratégia que implica três elementos distintos: o conceito-imagem, a imaginação e o visível. E cada um desses elementos corresponde a um nível de participação discursiva na elaboração da Imagem Pública (o ator, o

diretor e o público) e pode também ser vista de modo dinâmico e integrado, como uma função estrutural presente em todos os momentos e em cada parte. (GOMES 2004 p.239).

“Se o termo imagem pública se refere ao conjunto de características ou propriedades estáveis que se reconhece publicamente como compondo uma personalidade, então como separá-lo de expressões como reputação e outras correlacionadas como fama, nome? A rigor não parece haver diferença importante entre imagem e reputação. Ao contrário, fama, reputação, pelo menos aparentemente poderiam recobrir adequadamente o campo semântico que nesses dias vem designando como imagem. Pessoas e instituições, corporações e produtos dependem de uma boa reputação, um bom nome, de uma boa fama, isto é, de uma imagem positiva. A vantagem do termo imagem pública é simplesmente seu valor técnico em nossa época: trata-se simplesmente da terminologia vencedora (GOMES, 2004, p. 256).

Para Gomes, a política sempre esteve associada à retórica, entendida como uma explicação discursiva de convencimento e da persuasão racional. Mas, atualmente, a política estaria se aproximando da poética e a retórica da estética orientada para a produção de representações miméticas: a narrativa e o drama. Assim, a comunicação tornou a retórica política mais compreensiva e sedutora, sem deixar de ser persuasiva e racional. Apesar da supervalorização equivocada de sua transformação pela mídia, a “comunicação pode dispensar a política, mas a política não pode prescindir da comunicação” (GOMES, 2004, p. 321).

Dentro dessa lógica, encontra-se as campanhas eleitorais que passaram a ter como suporte os meios de comunicação na difusão de suas propostas, uma vez, que os candidatos à presidência da República não podem estar em vários lugares ao mesmo tempo, precisam de mecanismos que levem a sua “fala”, sem necessariamente sua presença física. Os eleitores, na maioria das vezes, tomam conhecimento da existência desses candidatos pelos suportes comunicacionais, ou seja, além da apresentação dos mesmos nas rádios emissoras de televisão, os materiais impressos utilizados e espalhados nos espaços públicos.

Os assuntos ou políticas públicas, em período eleitoral, ganham destaque nos meios de comunicação, seja como forma de destacar

favoravelmente, caso os candidatos postulantes aos cargos majoritários recebem apoio dos veículos, seja negativamente se os interesses estiverem em choque.

No caso específico da TV Globo, constata-se em alguns momentos, a emissora se instituir como o 'grande' poder fiscalizador, que busca corrigir os problemas sociais brasileiros dado a inoperância dos poderes instituídos. Essa situação pode ser percebida na matéria veiculada em 24 de outubro de 2006, quando o Jornal Nacional chamou o perito criminalista Ricardo Molina para analisar as imagens de um suposto envolvido em assalto:

"...Pela maneira como ele se portou na filmagem – por duas vezes retornando ao local do crime – e, principalmente, pelas contradições em seu depoimento", alega o delegado William Grande. Rodrigo Cavalcanti de Melo está preso há 19 dias. Ele foi apontado pelas testemunhas como o homem que aparece sem o capuz. A conclusão de que ele é o mesmo que atirou (...) foi da polícia, sem que a fita passasse pelos peritos do instituto de criminalística. **A pedido do Jornal Nacional, o perito Ricardo Molina analisou as imagens.** O assassino tem o tronco menor que as pernas. O corpo de Rodrigo é mais proporcional. A altura do assassino é estimada em 1,80 metro. Rodrigo é dez centímetros mais baixo. "Não é a mesma pessoa. E era possível verificar isso apenas com o exame das imagens", assegura Molina. A fita com as imagens não chegou ao Ministério Público. Mesmo assim, o promotor Marcelo Alexandre de Oliveira diz que encaminhou o pedido de prisão preventiva confiando no trabalho da polícia, e a Justiça concedeu (JN, 24/10/06).

Na matéria o JN deixa claro o papel que representa, não foi qualquer emissora, foi a TV Globo que chamou o perito e pediu que analisasse as imagens, papel que deveria ser da justiça e polícia na averiguação, veracidade e comprovação das supostas provas.

Ao discutir a lógica dada pela mídia na questão política ou do poder, Balandier afirma que a televisão provoca a invasão progressiva pela imagem que suplantar a palavra, ou seja, a tela torna-se o lugar onde tudo pode ser mostrado sob um aspecto dramático para que se formule um julgamento, a partir do que é "visto". A política, neste sentido, continua o autor, se faz pela difusão cotidiana de imagens e o poder dispõe assim de uma verdadeira tecnologia das aparências, que lhe permitirá produzir ao mesmo tempo a

impressão de uma certa transparência ou de suscitar a convivência passiva ou ativa de numerosos governados-espectadores com o sentimento de uma liberdade de determinação – em face da imagem introduzida no universo privado – e de possibilidade de participação – graças às intervenções que lhes são propostas (BALANDIER, 1982, p. 67).

Nessa política contemporânea, de acordo com Gomes (2004), o exercício do governo à disputa eleitoral, se estabelece numa estreita relação com a comunicação de massa:

“Ganha ares de evidência comum o fato de que grande parte da ação política se dá em relação com a comunicação, que os agentes políticos (mesmo aqueles da sociedade civil) tendem a atuar para esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação, que grande parte (senão tudo) da política se encerra nos meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa, que a presença da televisão alterou a atividade política e exigiu a formação de novas competências e habilidades no campo político que lhes transformaram significativamente a configuração interna” (GOMES, 2004, 23-24).

Ao discutir o papel da mídia, Habermas (1992) vai assinalar as ambigüidades do potencial existente para transpor a comunicação face a face de contextos restritos para vastas audiências; para criar redes de comunicação simultânea com conteúdos advindos de diferentes setores sociais e, de tal modo, disponibilizar mensagens em amplas escalas espaço-temporais. Se, por um lado, essa comunicação pode se revelar manipulatória e autoritária, favorecendo estratégias de organizações e grupos que “visam influenciar as decisões dos consumidores, eleitores e clientes (...) para mobilizar o poder de compra, a lealdade, o comportamento conformista por outro lado, pode contribuir para fazer deslanchar “processos comunicativos críticos, inclusivos e conectados horizontalmente” (HABERMAS, 1997, p.437). Ele confere à esfera pública nova importância e significação no contexto das sociedades contemporâneas, mostrando que o conceito ainda é importante para se pensar os processos de legitimação da vida pública – não como uma proposição histórica, mas sim como uma proposição normativa, essencial para a idéia de democracia. A esfera pública denota as condições de comunicação nas quais é possível a formação, por meio do discurso racional, de opinião pública sobre

questões relevantes para a sociedade. A construção de esferas públicas autônomas e capazes de ressonância no governo, na mídia e no mercado é essencial para que os processos democráticos sejam dirigidos pelo poder comunicativo da sociedade civil.

“A esfera pública não pode ser concebida como uma instituição e certamente não como uma organização. (...) [Ela] pode melhor ser descrita como uma rede para a comunicação de informações e pontos de vista. A esfera pública se distingue como uma estruturação comunicacional (...) não se refere nem às funções nem ao conteúdo da comunicação de todo dia mas ao espaço social gerado pela comunicação (HABERMAS, 1996, p. 360).

Na presente pesquisa se trabalhou com dois contextos de visibilidade ou (in) visibilidade: a visibilidade das informações divulgadas pela mídia e a visibilidade das propostas dos candidatos ao cargo majoritário do executivo nacional. Ou seja, se parte de uma reflexão das “falas” produzidas pela mídia e pelos políticos sobre a violência. Falas que a priori não caminham no mesmo sentido e nem na mesma direção. A análise seleciona dois aspectos importantes da vida dos indivíduos: a mídia, instituição que é tomada como referencial de informação e formação na democracia; e as campanhas eleitorais que são possíveis instrumentos de conhecimento da sociedade sobre as propostas daqueles que vão comandar o país. Esse “possível” é referenciado pelo tempo que os candidatos vão dispor.

### **3.1.3 A visibilidade nas fronteiras do público e do privado**

A distinção de público e privado remonta à época dos debates na Grécia sobre a vida na *polis*, quando os cidadãos se reuniam para discutir questões de interesse comum e criar uma ordem social orientada para o bem comum. Hoje, a televisão se tornou o grande centro de debate, no qual as pessoas se “reúnem” com a finalidade de ouvir ou teleouvir aqueles que discutem a vida da sociedade.

O primeiro sentido da dicotomia, segundo Thompson (1998), tem a ver com a relação entre o domínio do poder político institucionalizado, que cada vez mais era exercido por um estado soberano, por um lado, e o domínio da atividade econômica e das relações pessoais, que fugiam ao controle direto do poder político, por outro lado. Assim, a partir de meados do século XVI em diante “público” começou a significar atividade ou autoridade relativa ao estado e dele derivada, enquanto “privado” se referia às atividades ou esferas da vida que eram excluídas ou separadas daquelas.

Desde o final do século XIX, as fronteiras entre o público e o privado se tornaram cada vez mais tênues. Os estados foram assumindo um papel cada vez mais intervencionista, operando com políticas de controle da atividade econômica e compensando as consequências negativas do crescimento econômico. Indivíduos se uniram para formar organizações e grupos de pressão com o objetivo de influenciar a política governamental. Na verdade, aponta Thompson, a própria fronteira entre o público e o privado tornou-se um marco importante nos debates políticos quando os governos procuraram redefinir o escopo da atividade estatal, expandindo os serviços e investimentos públicos ou, alternativamente, removendo preocupações do setor público para o privado através de privatizações.

É interessante destacar que historicamente há uma complexa e mutável relação entre formas de governo e visibilidade ou invisibilidade de poder. Nas cidades-estado da Grécia Clássica, onde os cidadãos se reuniam em lugares comuns para debater questões, fazer propostas e tomar decisões, o exercício do poder político era relativamente visível: as intervenções e argumentações dos participantes podiam ser vistas e ouvidas por aqueles ali reunidos, e todos tinham direitos iguais de manifestar a própria opinião e de ser ouvido. As assembleias constituíam um tipo distinto de esfera pública na qual a publicidade (ou visibilidade) do poder se baseava na capacidade dos indivíduos de se ocuparem num debate uns com os outros num lugar comum e de chegarem a decisões coletivas através de um consenso da maioria. É bom que se destaque que nesse momento havia uma esfera pública restrita, ou seja, somente homens atenienses acima de 20 anos podiam participar, o restante da sociedade era excluído. Na antiga democracia, como forma de governo, implicava um certo compromisso com a visibilidade do poder, um compromisso



que muitas vezes faltou em outros sistemas de governo (THOMPSON, 1998, pp.112-113)

Percebe-se desse modo como o momento atual reatualiza em alguns contextos as atitudes do passado, quando nos tradicionais estados monárquicos da Idade Média e início da Europa moderna, os negócios do estado eram conduzidos nos círculos relativamente fechados da corte, de modo completamente invisível à maioria da população. Mesmo que hoje, na democracia, se tenha o congresso nacional e as assembleias legislativas com a finalidade de defender os interesses da sociedade, na maioria das vezes, as decisões são tomadas em círculos fechados, em acordos entre executivo e legislativo, deixando, às vezes, a população sem entender as atitudes adotadas. Evidentemente que o caráter é diferenciado, já que se pressupõe que “todos” participam nessa democracia.

“Os detentores do poder encontraram novas formas de manter segredo e novas razões para se defenderem. Novas formas de poder invisível e de governo encoberto – desde as ininvestigáveis atividades dos serviços de segurança e organizações paramilitares aos acordos e transações de políticos a portas fechadas – foram inventadas. Limitar a invisibilidade do poder não torna o poder inteiramente visível: pelo contrário, o exercício do poder nas sociedades modernas permanece de muitas maneiras envolto em segredo e escondido da contemplação pública” (THOMPSON, 1998, p. 113).

Quando no passado, os reis, princesas e lordes apareciam diante de seus súditos, eles o faziam apenas para afirmar seu poder publicamente (visivelmente), não para tornar públicas (visíveis) as razões em que assentavam suas decisões políticas. Suas aparições públicas eram eventos cuidadosamente encenados, cheios de pompa e cerimônia. Publicidade dizia respeito, não ao exercício do poder, mas à sua exaltação. A invisibilidade do poder era garantida institucionalmente porque o processo de tomada de decisão acontecia num espaço fechado, o gabinete secreto, e porque as decisões mesmas eram apenas ocasionalmente e seletivamente reveladas ao público.

Hoje, na contemporaneidade, os políticos se valem das estratégias de comunicação para atingir seus objetivos, assumindo por vezes, um comportamento teatral.

“O universo político parece mais aberto ao olhar dos governados, perdendo uma parte do mistério que tinha na sua natureza de mundo escondido e secreto; não o é sem dúvida menos, mas as suas aparências todos os dias manifestadas provocam uma baixa curiosidade e um certo desencantamento. As técnicas audiovisuais de que o poder dispõe, permitem uma dramatização constante ou quase, e assim menos dependente do ciclo anual do cerimonial político. Melhor equipado para produzir imagens, os governos encontram-se, todavia, na situação paradoxal de ver esta capacidade enfraquecer seu próprio uso” (BALANDIER, 1999, p. 97).

Com o desenvolvimento do estado constitucional moderno, a invisibilidade do poder começou a ser limitada de alguma maneira. O gabinete secreto, de acordo com Thompson (1998), foi substituído ou suplementado por uma série de instituições de caráter mais aberto e “responsável” (grifo do autor); decisões políticas importantes eram sujeitas a debates dentro de assembleias parlamentares; e aos cidadãos foram concedidos certos direitos básicos, em alguns casos formalmente reconhecidos pela lei, que garantia, entre outras coisas, sua liberdade de expressão e associação.

Esse pequeno panorama que pode ser chamado de um *an passant* pela história tem apenas a finalidade de situar a discussão entre as fronteiras do público e privado, a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação. Mas, é importante que se enfatize que na presente pesquisa, se caminha com público e privado com base naquilo que estabelece Thompson (1995), no sentido de público-privado ter a ver com *publicidade*<sup>15</sup> *versus privacidade*, com *visibilidade versus invisibilidade*, especificamente nas questões de interesses coletivos. O desenvolvimento da comunicação de massa vai possibilitar a reconstituição dos limites entre vida pública e privada.

---

<sup>15</sup> O sentido de publicidade utilizado aqui tem o sentido de dar conhecimento ou visibilidade aos fatos.

A base para esta reconstituição é que, com o desenvolvimento da comunicação de massa, a publicidade (visibilidade) dos acontecimentos ou indivíduos nos domínios público e privado não está mais diretamente ligada a partilha de um local comum e, conseqüentemente, os acontecimentos ou pessoas podem adquirir uma publicidade que é independente de sua possibilidade de serem observados ou ouvidos diretamente por uma pluralidade de indivíduos (THOMPSON, 1995, p. 314).

A partir dessa perspectiva, a comunicação de massa facilitou e promoveu a emergência de dois tipos de acontecimentos que possuem características e conseqüências distintas: acontecimentos públicos mediados e acontecimentos privados mediados. Ou seja, os primeiros, originalmente, têm lugar numa situação institucional dentro do domínio público, mas que adquirem novo status em virtude do fato de que eles são registrados por um meio técnico de transmissão e, com isso, tornam-se acessíveis a um conjunto de receptores que não estão presentes para testemunhar a ocorrência original do fato, isto é, vão receber as informações, a partir de um suporte técnico. O segundo, acontecimentos privados vão ter origem no lugar de domínio íntimos, mas que adquirem um novo status pelo fato de serem registrados e transmitidos pelos meios de comunicação de massa, isto é, os meios vão dar conhecimento ao público sobre os fatos. Das duas maneiras, percebe-se que há uma visibilidade na divulgação dos fatos, sempre através de um suporte comunicacional.

A intenção aqui não é discutir se os meios de comunicação acabaram com a esfera pública ou privada e, sim, trabalhar o sentido dessas esferas como responsáveis pela visibilidade dos fatos. Especificamente buscou-se entender de que forma os candidatos e a mídia se apropriam dos fenômenos sociais e os reproduzem para a sociedade. Pois, especificamente se encontra dois olhares ou duas “falas”: da mídia e dos candidatos. A mídia acaba sendo uma caixa de ressonância onde “tudo” ecoa.

A questão da (in) ou visibilidade foi o pano de fundo que deu o suporte de argumentação, tanto aos meios de comunicação, como aos candidatos à presidência da República sobre a construção do discurso da violência.

Nessa discussão sobre a esfera pública e seu papel na contemporaneidade é importante recuperar a concepção de Macé (2006), que advoga ser uma arena de disputa de representações sociais quase sempre

conflituosa, assimétrica, plural e estratégica. Nela se empreendem estratégias de legitimação ou de desqualificação, e é também onde entram em cena o discurso normativo ou a subversão dos modelos interpretativos. Nesse campo, afirma o estudioso, operam regimes de visibilidade relacionados ao processo de produção e circulação de representações nos media, originalmente associado ao projeto hegemônico e posto em evidência na contemporaneidade pela TV, mas também disputado pelos movimentos sociais contra-hegemônicos.

A visibilidade, na sua avaliação, é ambivalente, porque é ela mesma produto e relações de poder, logo atingi-la não significa a ultrapassagem da questão das discriminações, nem necessariamente um maior reconhecimento.

Mas, é interessante destacar aquilo que afirma Maia (2003) quando diz que o espaço de visibilidade midiático é formado pelas tensões entre a visibilidade e o segredo, lembrando que a política não se reduz a troca de argumentos, mas abarca também encenações e a fala retórica. A política, na sua concepção, sempre envolveu e valorizou a discussão para aumentar o capital político, estabelecer coalizões, pactos e conluíus, realizar barganhas, mobilizar a opinião pública e estender a esfera de influências.

Ao fazer um diagnóstico da sociedade, do ponto de vista político, levando em conta todo o processo democrático e a tomada de decisões dos governantes, Hobsbawm (1995) vai afirmar que:

... a tendência cada vez mais sistemática de governos contornarem o processo eleitoral ampliou a função política dos meios de comunicação, que agora chegavam a todas as casas, proporcionando de longe o mais poderoso meio de comunicação da esfera pública para homens, mulheres e crianças privados. Sua capacidade de descobrir e publicar o que as autoridades desejavam manter na sombra, e de dar expressão a sentimentos públicos que não eram, nem podiam ser, articulados pelos mecanismos formais da democracia, transformavam esses meios de comunicação nos grandes atores no cenário público. Os políticos os usavam e temiam” (1995, p. 559).

Neste sentido, ao tornar público as promessas, as propostas e os projetos, dentro do princípio da publicidade, são criadas expectativas de que os falantes devam dar respostas e assumir responsabilidades por suas ações e ditos, frente a um número expressivo de pessoas. Essa é a grande

preocupação, como transformar de fato e de direito, as promessas feitas, sem levar em consideração os arranjos que foram realizados para conseguir a conquista do poder.

O debate público encetado pelos meios de comunicação, sem dúvida nenhuma, mudou a lógica apreendida ao longo de vários séculos, de que determinadas questões e situações eram reservadas ao espaço da privacidade. Na atualidade, as mesmas questões são alvos da cena televisiva.

As informações recebidas dos mais longínquos lugares pelos telespectadores dão a impressão de que os indivíduos, hoje sabem de tudo que vai pelo mundo, pois o tempo e o espaço foram encurtados pelos meios de comunicação. As vidas privadas das pessoas podem ser transformadas em acontecimentos públicos pelo fato de serem veiculadas através dos meios de massa; e acontecimentos públicos podem ser vivenciados em situações privadas.

Essa esfera midiática, se assim pode ser designada, possibilitou que as pessoas não precisam mais estar presentes a um local para saber se realmente determinado fato aconteceu. A visibilidade se tornou desespacializada e, cada vez mais, separada da idéia de uma conversação dialógica num local comum. A televisão, assim como outros meios de comunicação, gerou um novo tipo de domínio público, que não tem mais limites espaciais e acessível a um número indefinido de pessoas. A televisão passa a ser o espaço de discussão. Se ela divulga é de domínio público. Se ela omite ou deixa de noticiar, com certeza, haverá dúvida da existência do fato.

Ao fazer um diagnóstico sobre os diferentes estágios vividos pela imprensa, pelas mídias e pela comunicação, Miège (1995) propõe considerar que esses diferentes momentos construíram quatro modelos de comunicação que podem ser considerados princípios organizadores dos espaços públicos das sociedades liberais-democratas. A imprensa de opinião, de meados do século XVIII, que se caracterizava pelo engajamento político e, ao mesmo tempo, pela escrita literária e que confrontava as elites; a imprensa comercial de massa, da segunda metade do século XIX, que era financiada pela grande indústria e fez emergir um jornalismo voltado para os leitores cidadãos; das mídias audiovisuais de massa, que assumem a cena na segunda metade do século XX e caracterizam-se por dar visibilidade a todos os acontecimentos do

mundo graças ao desenvolvimento tecnológico e à organização do marketing, da comunicação generalizada, enfim, que a partir dos anos 70 invadiu o planeta transformando os desafios sociais. O autor acrescenta que esses modelos, longe de substituírem-se uns aos outros, justapuseram-se e continuam mesmo a coexistir. Neste sentido, não haveria, portanto, decisão nem ação possível no campo político sem a consideração da opinião, para cuja fabricação as mídias intervêm.

Para tanto, lembra Charaudeau (2006) encontramos-nos, assim, em um jogo em que todos mudam sob a influência dos outros: a opinião sob a influência das mídias, as mídias sob a influência da política e da opinião, o político sob a influência das mídias e da opinião. Essa midiatização da política, se assim pode ser designada, também influenciou a “politização da mídia” (PIOVEZANI, 2003) que, por vezes, se sente o porta-voz da sociedade brasileira no campo da política.

“Numa estranha equação, instaura-se a política como teatro: de um lado, no palco, a mídia atuando no sentido de “revelar” os jogos da política como teatro: de outro, na platéia, a passividade espectadora do (e)leitor imerso na imensa rotatividade das mensagens que lhes são dirigidas pelos meios de comunicação. A mídia se atribui a função de “descobrir a verdade por trás dos véus” e de revelá-la aos espectadores a partir de um paradoxo entre a proximidade, que é garantia de boa visão, e a distância, que assegura a isenção e a objetividade. Nesse papel de porta-voz, em que pode olhar o envolto e secreto e desvelá-lo, a mídia promete representar (interceder em favor de) uma dada coletividade e, ao mesmo tempo, confrontar-se com os agentes políticos” (GREGOLIN, 2003, p. 13).

Esse teatro foi visível em uma campanha eleitoral, principalmente quando os candidatos em disputa armam um cenário e atuam procurando convencer os eleitores de suas intenções. Por outro lado, a mídia atua como árbitro dos discursos, ora selecionando falas favoráveis, ora sentenciando as mesmas. Mas sempre se auto-proclamando defensora da sociedade e disposta a revelar aquilo que os prováveis candidatos escondem ou não divulgam. E os eleitores perdidos nessa arena sem saber quem de fato fala a verdade.

Nas eleições de 2006 não foi diferente esse panorama, a mídia “tentou” ser o porta-voz da sociedade, fazendo por conta própria, campanha negativa

acirrada, principalmente contra o candidato a reeleição Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. A grave crise política iniciada em 2005 e as eleições presidenciais de 2006, marcaram na avaliação de Lima (2007), uma ruptura na relação histórica entre a grande mídia e a política eleitoral no Brasil.

“O processo eleitoral brasileiro de 2006 será lembrado e estudado, entre outras características, por ter sido aquele em que houve forte desequilíbrio na cobertura jornalística dos principais candidatos a presidência da República, verificado por instituições independentes de pesquisa; por haver prevalecido uma atitude de hostilidade ao candidato Lula entre os jornalistas da grande mídia; por um deslocamento entre a opinião dominante na mídia e a opinião da maioria dos eleitores; pelo sensível aumento da importância de site e blogs no debate eleitoral; pela entrada da mídia na agenda pública de discussão; pela colocação de credibilidade da grande mídia em questão e pela crescente organização da sociedade civil, fenômeno que tem provocado a emergência de uma série de novas mediações que diminuíram o poder de influência direta da grande mídia sobre boa parte dos eleitores” (LIMA, 2007, p.27)

É interessante discorrer que o campo da mídia detém os instrumentos para a produção de visibilidade, pois a partir de sua inserção em divulgar as informações sobre o que vai pelo país, faz com que as pessoas ou atores de outros campos dependam dessa divulgação. Os governantes necessitam da mídia para dar conhecimento dos seus afazeres diários em benefício da sociedade, pois os meios possibilitam a publicização das ações políticas.

O caráter de mudança empreendido pelos meios de comunicação, transformou a natureza da visibilidade e alterou as relações entre a vida pública e a vida privada. As pessoas que transitam pelo espaço público são bem mais visíveis que no passado, e porque sua capacidade de traçar uma linha divisória entre sua personalidade pública e sua vida privada é muito mais limitada. Se já era tênue a linha divisória ou demarcatória entre esfera pública e privada, com o advento dos meios de comunicação ela ficou ainda mais complexa.

A construção do espaço de visibilidade midiática é um processo complexo, frequentemente envolvendo atores com metas, interesses e mensagens divergentes. Esse espaço pode ser entendido como “palco”, “arena”, “fórum” de

disputas políticas e de negociação de sentidos. Em termos gerais, o governo e os políticos precisam frequentemente tomar decisões sobre questões controversas diante, simultaneamente, da oposição político-partidária, de grupos de interesse e daquilo que é colocado em cena, através dos veículos de comunicação. Em termos específicos, o espaço de visibilidade midiática é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram, colocando em movimento interações diversas dentre e entre os atores políticos e os próprios cidadãos.

Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões de mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas, ou estimula a mobilização cívica. As instituições da mídia conectam diferentes atores, instituições e mundos sociais. Contudo, é excessivamente complicado atribuir à mídia responsabilidade direta por qualquer desenvolvimento político específico, já que as razões para as ações políticas são muito complexas para serem discutidas dentro dos limites do campo da mídia. A mídia estabelece, sim, interfaces com as práticas políticas, as quais possuem estruturas institucionais, atores, dinâmicas e condições histórias próprias – a apreensão dessas interconexões se desdobra em um sem número problemas de pesquisa (MAIA, 2003, pp.. 26-27).

Com base nessa lógica midiática, as fronteiras são dissolvidas, ou seja, fica mais complexo entender a separação entre o público e o privado, o mercado e a cultura, o cidadão e o consumidor, o povo e a multidão. Essa transformação é na opinião de Ianni:

“...o que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução de capital; e operando decisivamente na formação de mentes e corações, em escala global...” (IANNI, 2000, p.64).

Essa época de alta visibilidade midiática, e os que estão em, ou aspiram a, posições de proeminência na vida pública agem dentro de um ambiente



informacional totalmente diverso daquele de algumas décadas atrás: devido ao desenvolvimento de múltiplas formas de redes de comunicação midiática e ao surgimento de numerosas organizações de mídia e, os atores políticos devem, hoje, agir em um ambiente informacional que é mais intenso, mais extenso e menos controlável que no passado.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, possibilitou que os políticos e outras figuras públicas se tornassem muito mais visíveis hoje do que no passado; é bem mais difícil para eles na atualidade, colocar um véu sigiloso sobre as atividades ou acontecimentos que eles prefeririam manter ocultos ao domínio público.

Por isso, que o fenômeno da visibilidade se torna central, pois suscita a compreensão que os indivíduos terão sobre determinadas questões sociais, a partir da divulgação pelos meios de comunicação. Os fatos passam a existir ou não, conforme a visibilidade ou conhecimento dado pelos meios. Antigamente um homem público precisava de um secretário particular para criar uma barreira entre ele e o público. Hoje tem uma assessoria de imprensa para mantê-lo regularmente à vista do público.

A transformação da sociedade, via visibilidade, é muito mais forte quando se trata do meio televisão, por seu poder de penetração no domínio privado dos lares brasileiros, com implicações profundas na maneira como os indivíduos passam a perceber os acontecimentos e a realidade.

Neste sentido, a mídia se torna uma instituição fundamental para o bom funcionamento da democracia. Perspectivas diferentes sobre o papel que os meios de comunicação podem desempenhar em relação ao sistema democrático tem sido objeto de estudo no âmbito da ciência política. Mas, existe uma preocupação comum sobre o desenvolvimento da comunicação política como laço entre os cidadãos e o mundo da política. Particularmente no caso brasileiro Lima (2006), realiza estudos e pesquisas sobre a atuação da mídia brasileira na crise política vivida a partir de 2005<sup>16</sup> no Brasil; e a análise da estrutura do sistema brasileiro de mídia, que se caracteriza pela concentração e pela internacionalização. Para o autor a crise política que o

---

<sup>16</sup> O período que antecedeu as eleições de 2006, especificamente o ano de 2005, foi marcado por denúncias de corrupção; compra de deputados e senadores.

país viveu desde maio de 2005 se enquadra no conceito de “escândalo político midiático”, ou seja, “não existiria se não fosse na e pela mídia”.

Da mesma forma o campo<sup>17</sup> político altera seu comportamento frente a esse campo midiático, ou seja, se adapta as “regras” impostas pelo campo da visibilidade. Não se pode esquecer que há nessa disputa dois campos de força, o político e o midiático, que buscam a efetivação do poder e, principalmente do poder simbólico. Mas que a ascendência do campo midiático sobre a política está no seu poder de conceder visibilidade, fazendo com que sejam incluídos os recursos, a partir dos meios técnicos de fixação este que fornecerá os subsídios para que sujeitos e instituições do campo político construam sua credibilidade para disputar uma eleição.

O campo político é o campo da ação e interação, que está ligado a aquisição e ao exercício do poder político através do uso do poder simbólico, entre outros aspectos. O uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta do poder político, mas é essencial a ele. Todo aquele que quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva, deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade.

O poder simbólico se refere à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos através da produção e transmissão de formas simbólicas (BOURDIEU, 2007; THOMPSON, 2002). Ao exercer poder simbólico, os indivíduos se fundamentam em vários tipos de recursos que podem ser descritos como os meios de informação e comunicação. Esses são as transmissões; as habilidades, as competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico (capital cultural); e a acumulação de prestígio, reconhecimento e respeito atribuída a certos produtores ou instituições (capital simbólico).

---

<sup>17</sup> Como campo se entende aquilo que é preconizado por Bourdieu, “um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias” (BOURDIEU, 2007).

Assim o poder simbólico segundo Bourdieu é o poder de construção da realidade, poder de dar sentido ao mundo, formando opiniões e pensamentos, tendo como ato intencional consolidar-se sobre as questões sociais e culturais, as prevalências da dominação econômica. O poder simbólico constrói a crença da realidade, criando uma nova visão de mundo, porém se articula por meio de estratégias de dominação organizadas e esquematizadas, tornando desnecessário o uso da força, o uso da violência ao corpo. Pois racionaliza a constante luta de grupos que objetivam a imposição de uma única e específica visão de mundo, desta maneira se desmistifica as ideias de dominação, se tornando, o pensamento oficial, por passar a ser praticado oficialmente sem qualquer contestação, configurando o poder simbólico, inerente nas relações sociais, as quais estão baseadas na subordinação diante ao poder invisível. Bourdieu considera que a imposição violenta do poder simbólico somente pode destruir-se pela tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença.

Não se pode perder de vista que a questão do poder e da legitimidade política têm implicações diretas na vida dos indivíduos, sendo inclusive temas de debates de Platão, passando por Kant, Weber, Arendt, Foucault, Bourdieu e Habermas.

Desde que Aristóteles escreveu seu tratado *Política*, no século IV A.C., e definiu o Estado como “criação da natureza”, para concluir que “o homem é, por natureza, um animal político”, a política vem sendo definida como ciência, ora como arte de governar. E, nesta acepção, ora como a “arte do possível”, isto é, daquilo que, nas circunstâncias de tempo, lugar e pessoa, pode ser feito, em contraste com a “arte do necessário”: o que deve ser feito, independentemente das limitações presentes. É importante destacar que, a atividade política e os atos que a pressupõem e informam são mais visíveis e notáveis que seu eventual conteúdo filosófico, ou sua lógica (ARISTÓTELES,1998).

O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligado ao conceito de poder. O poder foi definido tradicionalmente como “consistente nos meios para se obter alguma vantagem” (Hobbes) ou, de modo análogo, como “o conjunto dos meios que permitem conseguir os efeitos desejados” (Russell). Sendo um desses meios o domínio

sobre outros homens, o poder é definido ora como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade, determinando-o seu, malgrado o comportamento: mas como domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas meios para se obter “alguma vantagem”, ou, mais exatamente, “os efeitos desejados”. O poder político pertence à categoria do poder de um homem sobre outro homem. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, nas quais se reconhecem expressões típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre comando e obediência (BOBBIO, 2000: pp.160, 161).

O espaço público é, evidentemente, a condição para o nascimento do espaço político, que é, na análise de Wolton (2004), o “menor” dos três espaços no sentido daquilo que circula. Não se trata, nesse espaço, nem de discutir nem de deliberar, mas, sim, de decidir e de agir. Sempre houve um espaço público. Simplesmente, a especificidade da política democrática moderna reside no alargamento do espaço público, na mesma medida do movimento de democratização. A palavra emerge entre o século XIII e o século XIV, vinda do latim *politicus*, tomada da palavra grega *politik*, a idéia essencial da arte de gerir os assuntos da cidade. Existe, então não apenas um desafio suplementar em relação ao espaço público, que é o poder, conforme foi enfatizado acima, mas, também, um princípio de fechamento mais estrito, ligado aos limites territoriais dentro dos quais se exercem a soberania e a autoridade. Continua Wolton, afirmando que o espaço comum diz respeito à circulação e à expressão; o espaço público, à discussão; o espaço político, à decisão (2004, p.514).

A modernidade promove profundas transformações na configuração da política. A conformação de uma esfera política (WEBER) ou de um campo político (BOURDIEU), autonomizado na modernidade, possibilita a emergência de instituições e rituais especificamente políticos, tais como o Estado-nação, o parlamento, os partidos, as eleições, além de permitir também a profissionalização do político. A secularização, desencantamento do mundo (WEBER) e da política, permite a emergência de uma legitimidade eminentemente política, viabilizada pela ideia de representatividade, de

centralidade indiscutível para a política moderna. Em lugar do direito divino dos reis, por exemplo, a legitimidade viria agora da opinião pública, à qual presumivelmente os representantes teriam obrigação de representar (RUBIM, 2000, p. 20).

É pertinente enfatizar que a esfera pública, conforme acima discutido, passa por complexas transformações na contemporaneidade, onde a política, antes distinta, não só da esfera privada, mas da atividade empresarial, sofre consequências direta desse processo. Essa fronteira tem sido continuamente eliminada, principalmente pela televisão, que determina uma espécie de unificação das diversas esferas, em especial da política.

“Ainda que continue a existir uma distinção formal entre programas de informação, espetáculo e publicidade, ocorre frequentemente que os políticos preferem comparecer aos programas mais populares, nos quais a política se mistura logo com outros gêneros. E criam programas televisivos de informação política cada vez mais frequentemente modelados em esquemas de programas de entretenimento. Assim, o político não deve apenas, adequar-se às regras desse outro tipo de programa, mas, principalmente, é percebido pela opinião pública como parte de um mundo que lhe é mais familiar, no qual aquelas atividades revelam-se indistinguíveis. O político aparece como um produto entre outros, é avaliado com critérios que se aproximam bastante dos vigentes no mundo do consumo. Assim, esta mudança de parâmetros de referência é a real transformação, mais do que o papel preponderante que a televisão adquiriu no jogo político. E uma confirmação desta tendência vem do fato de que a tecnopolítica é constituída cada vez mais amplamente pelos instrumentos que vêm diretamente do mundo da produção, do comércio, da publicidade” (RODOTÁ, 1997, p.12).

Percebe-se assim que os políticos ou candidatos vão seguir regras para falar bem junto ao público telespectador com a finalidade de atraí-los ou persuadi-los. Ou de outro modo, são produtos que devem ser bem embalados para que os eleitores possam ‘comprá-los’.

Para Maria Helena Weber (2000), o regime de visibilidade é a lógica midiática que opera na supremacia da aparência, na construção de padrões e oscila entre proximidade e distanciamento da realidade e pressões dos campos sociais.

Evidentemente, que na atualidade, esse processo se transformou por completo, pois as maneiras como os líderes políticos hoje se apresentam diante dos outros foi moldada pela mudança nas formas de publicidades criadas pela mídia. Agora os líderes políticos podem dirigir-se a seus sujeitos como se fossem pessoas da família ou amigos.

Na campanha de 2006, os dois candidatos Geraldo e Lula vão aparecer constantemente em locais públicos, geralmente com trabalhadores, enfatizando que são pessoas semelhantes a eles. Geraldo apareceu como um homem despojado, 'que não tem medo do trabalho', sempre com imagens em que aparece fiscalizando obras, quando governador de São Paulo, andando nas ruas, nos bairros e sua ascendência social, ou seja, de rapaz humilde conseguiu se tornar médico.

O candidato Lula resgata a origem do povo brasileiro, colocando representações de índios, negros e pessoas simples. A campanha foi desenvolvida mostrando as várias fases de sua vida, desde sindicalista até sua posse como presidente da República, ao lado de sua esposa.

Se a visibilidade desejada pela política é dada principalmente pelas ações do campo midiático, a credibilidade e legitimidade dependem da aparência, do olhar, ou seja, do exercício de meios e agentes que movimentam a competência do campo, através de regras dinâmicas próprias do jornalismo, da publicidade, do marketing e outros.

Essa lógica da produção midiática, na concepção de Gomes (1995), constrói discursivamente a realidade social, por meio de um "sistema informativo híbrido", na medida em que os programas e materiais informativos (que deveriam narrar uma atividade objetiva) assumem, muitas vezes, uma forma ficcional. O hibridismo, característicos dos produtos midiáticos (sejam informativos, de propaganda ou de entretenimento), produzem uma realidade diferente daquela suposta pelos modelos cartesianos de representação. Na cultura da produção midiática a representação do real dá lugar à encenação do real quando a verossimilhança pode ser mais importante que a faticidade.

"Nas sociedades modernas avançadas, a validação é explicitamente "técnica" e, em graus diversos ideológica. Ela parece ter esvaziado o imaginário; aparentemente torna-se ainda mais explicativo. De fato,

o discurso técnico modificou sobretudo o modo de produção das imagens e dos efeitos. [...] a linguagem política necessita de uma comunicação calculada, procura efeitos precisos; não desvenda senão uma parte da realidade, pois o poder também deve sua existência à apropriação da informação, dos “conhecimentos” exigidos para governar, administrar, e para exercer seu domínio (BALANDIER, 1982, p. 13).

O campo das mídias é o espaço privilegiado da visibilidade e seu poder está na sua centralidade tecnológica, institucional e discursiva e, conseqüentemente, na interdependência que provoca em relação aos outros campos, como mediador de sentidos, na construção de opiniões e reações que possibilitam reconhecimento público.

A partir dessa perspectiva, há uma alteração profunda no modo de produção das imagens políticas. Elas podem ser fabricadas em grande quantidade, por ocasião (campanhas eleitorais) ou de circunstâncias que não têm necessariamente um caráter excepcional, adquirindo, via televisão, uma força irradiadora e uma presença que não se encontram em nenhuma das sociedades do passado. Elas são cotidianas, isso quer dizer que elas se tornam banais e se desgastam, o que exige renovações freqüentes ou a criação de aparências de novidade. O próprio campo midiático exige essa renovação. Na sociedade dos meios de comunicação, a empresa política se alimenta do acontecimento, é o motor das dramatizações que a constituem e mantém. Nas sociedades anteriores, era o contrário; o poder dramatizava a longa duração, a manutenção da tradição, a perenidade de seus próprios sucessos e os acontecimentos se achavam de qualquer modo ocultados pelo artifício dessa encenação (BALANDIER, 1982).

Os políticos que buscam conquistar notoriedade pública – e também os demais atores sociais – torna-se tarefa urgente operar efetivamente no espaço da visibilidade constituído pela mídia. Para se ter maiores chances de acesso à agenda dos meios de comunicação, torna-se importante conhecer os valores e as práticas do campo, planejar campanhas, adaptar-se aos seus modos operatórios e aos formatos de diferentes veículos (GOMES, 2004, p. 67; MIGUEL, 2002, p. 169). Em outros termos, para “atravessar” o campo constituído pelos profissionais da mídia, os políticos – bem como os porta-vozes de certos interesses e causas – lutam para influenciar a construção das

notícias, para administrar a própria apresentação, ou ainda para tentar controlar a percepção de eventos públicos e questões importantes que acontecem nas democracias contemporâneas (MAIA, 2006, p. 27).

A política é ação que depende dos espaços de discussão e de persuasão que, para serem válidos, devem ser divididos em domínios, pois toda sociedade tem necessidade de reconhecer e de classificar as trocas realizadas.

È quase que constante as transformações estruturais que moldam o ambiente em que a atividade política acontece. Na contemporaneidade, há o declínio dos partidos políticos baseados em classes, em que partidos com sistemas de crenças nitidamente opostos, representando de maneira geral os interesses de diferentes classes sociais se confrontavam na arena política. A mudança nas relações de trabalho transformou o contexto social da política. Os partidos não podem mais buscar sua sustentação apenas nas antigas classes sociais que forneciam até então, a base de sua sustentação. As divisões ideológicas tradicionais se atenuaram e os partidos e seus líderes, cada vez mais, tem de conseguir seu apoio entre grande número de votantes independentes. Embora tais grupos ainda possuam relativa importância, mais e mais cidadãos, não comprometidos politicamente, estão se guiando, na escolha de seus partidos e candidatos, pelo que o autor chama de “política de confiança”, com forte ênfase no caráter e na credibilidade e confiabilidade dos atores políticos.

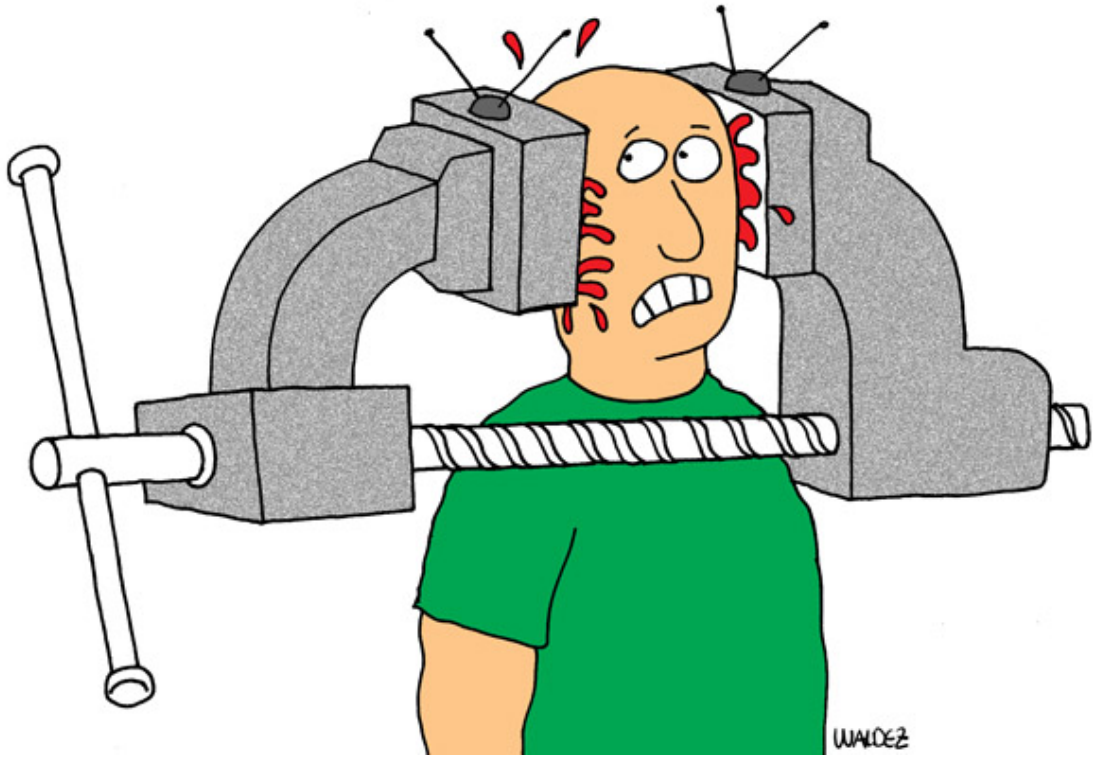
Esse enfraquecimento da política ideológica dos partidos tradicionais com base nas classes, são provenientes das transformações sociais do período pós-guerra, cujos sistemas de crenças fortemente opostos e seus agudos contrastes entre esquerda e direita, e criaram as condições para uma ênfase crescente naquilo que chama de política de confiança. Com o enfraquecimento das formas de segurança, antes garantidas pelas afiliações sociais duradouras aos partidos políticos, muitas pessoas olham cada vez mais para a credibilidade e a confiabilidade dos líderes políticos ou aspirantes a líderes, para seu caráter (ou a falta dele), como um meio de avaliar sua adequação, ou não, ao exercício de um cargo.

Este primeiro capítulo teve como foco principal discutir a institucionalização da visibilidade, passando pela questão da esfera pública e



privada em consonância com os dispositivos da esfera midiática, no qual efetiva a visibilidade dos fatos.

No próximo capítulo se discute a mídia como instituição, momento que será designado como pós-mídia, ou seja, que há necessidade de fazer um estado de reflexão sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação na formação e nas relações das pessoas em sociedade.



## 4. PÓS-MÍDIA

“Viver efetivamente é viver com informação adequada. A comunicação e o controle, portanto, são integrantes da essência da vida interior do homem, na mesma medida em que fazem parte de sua vida em sociedade”.(WEINER, 1968)

“... civilização que será construída...não terá o caráter de uma civilização material caracterizada por edificações imensas, mas será virtualmente uma civilização invisível. Para sermos mais precisos, ela deveria ser chamada de “civilização da informação...”. (MASUDA, 1985)

“... o que nos marca e desmarca, o que nos forma e deforma não são apenas os objetos transmitidos pelos ‘meios’, mas os próprios meios, os próprios aparelhos: que não são apenas objetos de possíveis usos, mas eles já fixam, por sua estrutura e função firmemente determinadas, seu uso e com isso o estilo de nossa ocupação e nossas vidas, em resumo, de nós” (ANDERS, 1956).

#### 4.1 Pós-mídia: o que significa isso?

O presente capítulo discute a relação da mídia com a contemporaneidade, principalmente o papel exercido pela televisão. Argumenta-se que há necessidade de se fazer um **estado de reflexão** sobre a sociedade, momento interpretado nessa pesquisa de pós-mídia. Ou seja, que as pessoas recebem influências diretas dessa 'instituição', transformando o modo de pensar e agir, assim como criando novas relações e construindo o sentido de realidade social a partir das imagens. As pessoas passam a perceber a si e as suas relações com os outros, a partir da mediação dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que as informações produzidas pela mídia operam como uma espécie de discurso sobre a realidade.

Ao construir o sentido do pós-mídia vários embates foram travados no interior da presente pesquisa, tanto da perspectiva teórica quanto da representação dos meios de comunicação na contemporaneidade, principalmente para que não se incorra ou se entenda como um neologismo, ou apenas o emprego de uma expressão ilustrativa. A lógica de sua utilização tem a ver com o sentido de consequência ou subsequência de um tempo decorrido, ou seja, um estado de reflexão após a implantação e desenvolvimento dos meios de comunicação na sociedade<sup>18</sup>. Ou melhor, os efeitos gerados em

---

<sup>18</sup> Especificamente centra-se a discussão na televisão por atingir um percentual expressivo de pessoas na sociedade. No Brasil quase 100% dos lares tem um aparelho de TV. E esse 'aparelho' representa ao mesmo tempo meio de informação, de influência, de persuasão, de conselheiro, de companhia, e de entretenimento da grande maioria dos brasileiros. Mas, na mesma perspectiva entra a internet como pós-mídia, porém não sendo objeto dessa pesquisa. Não se pode esquecer a transformação, sem precedentes operada na sociedade, a partir da rede, atingindo todos os setores produtivos e sociais. A rede mundial de computadores, internet, nasceu como Arpanet, uma iniciativa militar dos EUA, em meio a Guerra Fria, no final da década de 1960. A estratégia de desenvolver tecnologia da informação de ponta com o auxílio de universidades e centros de pesquisa conferiu ao modelo norte-americano o sucesso do projeto – visto que a premissa básica de garantir que numa eventual guerra as informações estariam seguras, pois não mais estariam confinadas em um único espaço. O alcance social que a internet, também chamada rede das redes, trouxe transformações econômicas, sociais e técnicas que estão a modificar as relações sociais, econômicas e políticas. A internet modificou consideravelmente o mercado, a mídia e criou novas formas de sociabilidade. Cada vez mais as relações, outrora apenas existente da realidade geográfica, passam a estar presentes no espaço virtual. A rede, de alcance global contribui para extrapolar fronteiras, expandir informação e conhecimento CF: CASTELL, Manuel. A galáxia da internet. Reflexões sobre internet, negócio e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004. Outra questão

sociedade pela mídia<sup>19</sup>. Esse “pós” não significa a postulação de um novo período ou era, até porque seria necessária uma ampla avaliação e pesquisa dos vários campos de conhecimento para compreender os eventos que fizeram a sociedade avançar e se inserir na modernidade. Mas tem haver com o resultado ou “com-vivência” (de conviver com) com esses meios. Hoje, é inconcebível imaginar a sociedade sem os meios de comunicação. Assim como é pertinente pensar na formação ou influência que eles exercem na vida diária das pessoas, constituindo-se em muitos casos em referenciais de formação, informação e entretenimento.

A mídia é concebida nesta pesquisa como instituição que se insere na sociedade como uma representação do tempo moderno, no qual tem papel determinado e quase semelhante às instituições tradicionais como família, escola, igreja, entre outras. Além também de entrar numa disputa direta ou indireta de poder com o Estado. É ela que ‘vê’, ‘ouve’ e ‘fala’ pelas e para as pessoas. Apura os fatos, compacta e edita a realidade para todos. As pessoas tem conhecimento do mundo a partir daquilo que é divulgado por ela. As imagens se tornam referências de vida.

Anteriormente, argumenta Marcondes Filho (2008), havia entre estado e população instituições político-sociais. Com seu esvaziamento, os meios de comunicação tomaram seu lugar. A comunicação passa a ocupar o lugar das instituições, fato esse que provoca distorções significativas: “a população em vez de se dirigir à justiça para valer seus direitos, à polícia para obter mais segurança, às escolas e universidades para aprender e melhorar sua formação, recorre aos meios de comunicação, como se estivessem lá suprir para essas necessidades” (2008, p. 114).

---

importante que vem sendo pesquisada é a mudança advinda com os meios de comunicação. Inclusive o Clube de Roma, organização privada, com cerca de 140 participantes da comunidade política, intelectual e científica, provenientes de 38 países dos cinco continentes, tem discutido “como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação”, com a participação dos especialistas mais destacados da UCLA, MIT, Laboraty for Computer Scienza, MIT Media Lab, Microsoft, Oracle, Xérox, Picture Tel, ACER, ASCIL, ABB EUROPE, ICL e outros (CEBRIÁN, 1999).

<sup>19</sup> É interessante destacar que a literatura existente geralmente trata a questão da mídia em uma perspectiva histórica. Ou seja, relata o desenvolvimento dos meios de comunicação nos períodos históricos. Falta investigação das conseqüências operadas em todos os campos das sociedades a partir do desenvolvimento das comunicações e seus suportes midiáticos.

A mídia neste sentido passa a ter um papel fundamental, pois as pessoas necessitam do seu discurso para que possam construir o sentido social da realidade. Não é apenas um suporte tecnológico, mas uma instituição, conforme designado acima, responsável por criar uma lógica de mundo, muitas vezes, não muito clara, mas que exerce sentido na vida humana, pois influencia as relações sociais ou até cria novas formas de sociabilidade. Essa instituição se insere na sociedade com muita mais força, uma vez que os indivíduos antes de receberem a formação educacional, já têm influências, informações e dados da mídia. Hoje, a imagem midiática começa na primeira idade das crianças e vai até o fim da sua vida, ditando as intenções daqueles que trabalham para construir esses sentidos, sejam produtores anônimos ou ocultos: no despertar pedagógico da criança, nas escolhas econômicas e profissionais do adolescente, nas escolhas tipológicas (a aparência) de cada pessoa, até nos usos e costumes públicos ou privados, às vezes como “informação”, às vezes velando a ideologia de uma escolha ou persuadindo os comportamentos. As crianças começam a desenvolver algumas lógicas de pensamento a partir de uma programação televisiva. Não se está afirmando que as outras instituições não tenham mais importância, mas sim que, as tarefas foram compartilhadas hoje com a mídia.

Na avaliação do psicólogo Moscovici (1969), a mídia, de uma forma geral, cria as condições de nascimento, circulação e penetração das representações sociais, ou melhor, “dos sistemas cognitivos com uma linguagem e uma língua próprias (...) sistemas de valor, idéias e práticas com uma dupla função: estabelecer uma ordem para capacitar os indivíduos a se orientar em seu mundo material e social e controlá-lo; possibilitar a comunicação entre os membros de uma comunidade” (MOSCOVICI, 1969, p.13).

Esse pressuposto caminha no sentido de referir que tudo que se sabe do mundo e de nós mesmos deve-se a capacidade de interagir com os outros, capacidade essa que serve, de maneira cada vez mais ligada, dos meios de comunicação.

A pesquisa parte dessa argumentação, ou seja, que esse estado de reflexão é necessário para possibilitar a compreensão do tempo presente em que a mídia desempenha papel central na vida das pessoas, não apenas na

intenção de constatar fatores isolados de comportamentos, mas de entender e aprofundar o real valor dado pelas pessoas ao discurso produzido sobre a realidade pela mídia.

Nessa discussão, toma-se aquilo que prega Calinescu (1987), quando afirma que "... não é um novo nome para uma nova 'realidade' ou uma 'estrutura mental' ou ainda uma 'visão do mundo', mas uma perspectiva da qual podemos formular sobre certas perguntas sobre a modernidade em suas manifestações gerais" (1987, p. 278).

A contemporaneidade experiencia esse momento de reflexão, no qual faz certas indagações com a finalidade de compreender o que vai pelo mundo e a sua própria realidade. O mundo da vida é composto de realidades diversas. O mundo da mídia é composto de realidades compactas e selecionadas.

#### **4.1.1 A mídia e o homem**

A revolução da informação, proporcionada pelos meios, é uma realidade e habita o dia-a-dia das pessoas. Sem dúvida nenhuma, afetou a maneira como vemos o mundo e como vivemos nele. A sociedade vive uma nova experiência de relação social, pois hoje, o conhecimento que as pessoas adquirem do mundo são especificamente mediados pelos suportes midiáticos. O sentido de realidade, muitas vezes, é construído a partir das imagens divulgadas por esses meios. Os indivíduos não precisam se deslocar dos seus lares para conhecer o mundo. O mundo é colocado à sua disposição por eles. Tempo e espaço não é problema, pois onde não posso estar os meios me representam sendo meus 'olhos', 'ouvidos' e 'boca'.

Antes de discorrer sobre esse artefato moderno, a televisão, que ampliou o seu papel e espaço na sociedade, é necessário descrever um pouco o entendimento sobre o significado da mídia na vida humana. A palavra mídia vem do latim, "*médium*" e significa meio. No Brasil foi adotada e escrita como "mídia", transcrição da pronuncia inglesa para o plural latino de "*médium*", que tanto em latim quanto em inglês se escreve "media". A palavra passou a ser utilizada como sentido restrito da comunicação, ou seja, significando os meios de comunicação. É preciso lembrar que os meios de comunicação tem um

papel mais recente na vida do homem e a comunicação do homem antecede esses meios de massa. Logo, a mídia começa antes do jornal, rádio, televisão e internet.

Nos estudos das ciências da comunicação, somente na metade do século XX é que vão descobrir ou estudar o corpo humano e sua potencialidade comunicativa como comunicação primária, ou mídia primária. Ou seja, quando duas pessoas se encontram existe uma intensa troca de informações, e, portanto, um intenso processo de comunicação por meio de inúmeros vínculos, canais, relações, conexões e linguagem. A mídia primária para funcionar exige a presença física no mesmo espaço e no mesmo tempo que o interlocutor, pois envolve a voz, o cheiro, o gesto e o gosto. A mídia secundária já será uma invenção do homem, pois a sua inquietação possibilitou a criação de mecanismos para se comunicar sem a sua presença física. Portanto, surgem as marcas em objetos, desenhos em pedras, em ossos, em árvores, deixando seus sinais e, portanto, usando objetos fora do seu corpo para a sua comunicação.

Entre a mídia primária e a mídia secundária surge um elemento importante, o meio ou a mídia, pois para se comunicar o homem deixará mensagens através de objetos. Usando um objeto para transmitir seus sinais, sua informação, o homem consegue criar a presença na ausência. Mas essa mídia ainda não será suficiente para dar conta das necessidades humanas, por mais que ela amplie, no tempo e no espaço, o alcance comunicativo do homem, mas por outro lado ela ainda limita a atuação do mesmo já que terá dificuldades para transportar o suporte da informação. Para que a comunicação se realize é necessário superar as barreiras e dificuldades das longas distâncias. Tudo tem que ser transportado e o transporte tem um alto custo, porque o espaço é muito oneroso, oferece as dificuldades do peso, da gravidade, dos obstáculos físicos, dos obstáculos do tempo e outras dificuldades.

Com o advento da eletricidade começam a ser desenvolvidos sistemas de mediação mais sofisticados utilizando um aparato de emissão e um aparato de captação da mensagem. Nesse momento, surge o que os estudiosos vão chamar de mídia terciária, representada pelo telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e as redes de computadores. A mídia terciária, na concepção de



Baitello Júnior (2005) decreta o fim do tempo contemplativo e individualmente diferenciado. Igualmente eliminam-se os obstáculos do espaço em sua concretude e em sua gravidade, uma vez que já não se transportam os suportes que carregam os sinais, mas se transmitem os sinais sem seus suportes. Assim também como a comunicação estreita a vida das pessoas, que vão passar a receber imagens de todos os lugares do planeta.

A televisão representa o *locus* de familiaridade, de identidade e de representatividade para os indivíduos, pois os assuntos divulgados têm significados comuns e 'criam' um 'vínculo' entre as pessoas. A programação oportuniza a possibilidade de estar juntos, ou seja, a TV legitima os diferentes componentes da sociedade, oferecendo uma possibilidade de coexistência e talvez de integração entre todos (WOLTON, 2004).

A representação da televisão, pontua Bourdieu (1997) pretende-se um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade. A partir dela, caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito/prescrito pela televisão. "A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política" (1997, p. 29).

No passado as pessoas tinham conhecimento do mundo a partir dos historiadores que relatavam os fatos sobre o mundo vivido. Na contemporaneidade, a mídia também exerce esse papel, pois ela está presente em grande parte dos acontecimentos, fazendo com que os indivíduos sejam co-participantes do que acontece no mundo. As pessoas, com base naquilo que é divulgado pela mídia, também narram para seus pares os fatos. Como bem lembra Medina (2006, pp. 91-92), na trajetória da modernidade, a informação de atualidade – uma das narrativas que atribuem significados coletivos ao acontecimento contemporâneo – se fez necessária à construção histórica tanto das idéias políticas quanto das práticas socioculturais democráticas. As sociedades modernas legitimam essa produção cultural, pois a informação de atualidade ou as narrativas da contemporaneidade se tornaram capital simbólico inerente às decisões dos cidadãos.

A televisão é o veículo que identifica, une e iguala, no plano imaginário, no olhar de Bucci (2004), o Brasil. Para ele a TV conseguiu produzir a unidade imaginária onde só havia disparidades materiais. Sem tal unidade, o Brasil não se reconheceria como o Brasil tem sido.

Para se ter uma visão geral da inserção dos veículos de comunicação no Brasil<sup>20</sup> é necessário compreender de que forma foi gerida a política de implantação da televisão no país e o porquê da sua centralidade. Implantada na década de 1950, mas somente em 1970 que a televisão assumiu o papel de integrar o país, ou seja, feito esse determinado pelo próprio governo. A integração nacional, uma das prioridades do governo, foi atrelada, conforme análise de Kehl (2004) à Doutrina de Segurança Nacional que vai contemplar também o Plano Nacional de Cultura, que preconizava que a política cultural deveria estar “entrelaçada com as políticas de segurança e desenvolvimento”. Essa concepção era balizada no ideário vigente da época, isto é, de que o território brasileiro, para estar a salvo das influências subversivas dos inimigos externos e internos (os militantes comunistas), precisava estar inteiramente sob controle de um veículo de comunicação abrangente, onipresente, forte e unificador. Para tanto, afirma Bucci (2004), o Estado precisaria garantir a infraestrutura para as telecomunicações; a iniciativa privada daria conta do resto. Coube à Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel a missão de amarrar o país-continente pelas telecomunicações, com antenas e satélites. À televisão foi designada a tarefa, via Embratel de unificar no plano do imaginário, o povo brasileiro (BUCCI, 2004, 223). Evidente que essa implantação se deu em contexto diferenciado, quando comparado com outros

---

<sup>20</sup>Para diagnosticar a realidade dos veículos de comunicação no Brasil, o Projeto Donos da Mídia, realizado por um grupo de pesquisadores que integra o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), do Rio Grande do Sul, entidade parceira do FNDC, listou 7.275 veículos de comunicação, abrangendo rádios (inclusive as comunitárias), televisão aberta e por assinatura, revistas e jornais existentes no país. De acordo com dados do site Donos da Mídia no Brasil, o Sistema Central de Mídia é estruturado a partir das redes nacionais de televisão, ou seja, conglomerados composto de cinco maiores redes privadas (Globo, Band, SBT, Record e Rede TV!) que controlam, direta e indiretamente, os principais veículos de comunicação no País. Na ampla maioria dos estados, há um número mínimo de geradoras de televisão. Onde existe uma certa diversidade, ela se limita às capitais. No interior do Brasil, os municípios contam com uma média de apenas duas ou três programações distintas. As demais redes precisam ser captadas via satélite ou por meio de retransmissoras, que em sua maioria não inserem conteúdo local por um impedimento legal. Portanto, a programação é gerada das emissoras-mãe, isto é, conteúdo igual para todos. Em média, entre 75% e 90% da grade de programação Mesmo onde existe geradora, a regionalização é mínima. Em média, entre 75% e 90% da grade de programação das emissoras locais tem caráter nacional. Desta forma, o conteúdo que chega em quase a totalidade dos municípios é gerado exclusivamente em cidades paulistas ou fluminenses. Das 33 redes nacionais de TV identificadas, 24 estão sediadas no estado de São Paulo e 2, no Rio de Janeiro. (Informações do site <http://donosdamidia.com.br>).

países. Por isso, é pertinente a concepção de Mattos (2002) ao refletir o papel da TV brasileira concomitante com as fases de desenvolvimento vividas no país, devido as políticas oficiais implementadas pelos governos.

Mattos identifica, dentro da realidade cronológica do Brasil, os principais aspectos que mais marcaram o desenvolvimento econômico, social e político, considerando que durante toda a sua história, no período de 1964 a 1985, a televisão foi usada como uma poderosa ferramenta política, tanto de mobilização social como de formação de opinião pública.

Os meios de comunicação no Brasil passaram por grande desenvolvimento durante o século XX. Em um país com altas taxas de analfabetismo, a televisão consolidou-se como a mídia mais popular, com enorme penetração em todo território nacional. Nesse cenário são fortalecidas as emissoras de TV, fundamentalmente a TV Globo que comungou dos ideários dos governos autoritários. Mas também foi a emissora que conciliou talento e gestão na realização de sua programação, estabelecendo um padrão de qualidade no que produz e, ao mesmo tempo, impondo um modelo brasileiro de televisão. Bucci lembra que a Globo além de informar, entreter, vai “pacificar onde há tensões e une onde há desigualdades”.

Essa pequena retrospectiva histórica tem o objetivo de compreender a estruturação da televisão no Brasil e como hoje a mídia exerce um papel tão forte que se assemelha as atitudes do Estado.

Neste sentido, afirma Marcondes Filho (2002), os media co-produzem o acontecimento, e é por isso que toda arte do terrorismo moderno está em atrair o olhar deles e os manter como reféns o maior tempo possível.

Pode-se caminhar naquilo que pontua Jameson e Lash quando comungam de uma ideia de que “estamos, na verdade, em um período novo, pós-moderno da história”. Ou seja, a sociedade vive uma nova situação, que a separa de forma definitiva da sociedade anterior. Jameson (1992, p. 260) fala do “ espaço original ainda não teorizado de algum novo ‘sistema mundial’ de capitalismo multinacional, ou tardio”, ou “como um novo modo ainda inimaginável de representar” seu novo “espaço mundial”. Toda a argumentação do autor sobre o terceiro estágio, ou seja, o novo alcance global do capital, a importância decisiva da mídia e da comunicação, o papel valorizado da cultura, a perda do senso de história – aponta para uma nova era. No mesmo sentido

escreve Lash (1994) quando afirma que uma nova sociedade de “signos e espaço”, uma sociedade na qual os signos substituíram as coisas e objetos – tanto pessoas como imagens – são capturados em um fluxo de âmbito mundial. Ele indica o crescimento de um alto grau de “reflexividade”, ou auto-consciência, entre as populações das sociedades industriais contemporâneas, a um ponto em que ela está criando novas possibilidades de relações sociais em uma larga variedade de esferas – em “relações íntimas, amizade, trabalho, lazer e consumo”.

Esse elevado grau de reflexividade é ressaltado por Giddens (1991) e Beck (1994) ao destacar que as sociedades modernas chegaram a um ponto em que são obrigadas a refletir sobre si mesmas e, ao mesmo tempo, desenvolveram a capacidade de refletir retrospectivamente sobre si mesmas.

Para Giddens a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. De modo significativo, foi com a era do rádio que o mundo acadêmico começou a reconhecer a importância da comunicação oral na Grécia antiga e na Idade Média. O início da idade da televisão, expressão de Briggs (2004), na década de 1950, deu surgimento a comunicação visual e estimulou a emergência de uma teoria interdisciplinar da mídia. Estudos foram realizados nas áreas de economia, história, literatura, arte, ciência política, psicologia, sociologia e antropologia, o que levou à criação de departamentos de comunicação e estudos culturais.

É neste sentido que se incorpora a expressão pós-mídia com a finalidade de refletir sobre o tempo presente numa perspectiva em que a mídia exerce grande influência no social e na produção da cultura contemporânea. Hoje, apesar de ainda existir algumas resistências em considerar a importância dos meios de comunicação e seu papel na formação dos indivíduos, não se pode mais negar ou ignorar sua influência no coletivo, até porque há uma geração que já foi “alfabetizada” por esses meios. Meios que funcionam como suportes essenciais de inclusão e exclusão sociais, de controle das instituições e da sociedade em geral. Outro fator importante que não pode deixar de ser levado em consideração nessa discussão é que nos países desenvolvidos e/ou outros a televisão não tem um papel tão central como Brasil, pois eles dispõem

de outros elementos que contribuem para diluir essa centralidade<sup>21</sup>. A mídia funciona, no país, ao mesmo tempo como referência e influência nas relações sociais.

Tudo se processa tão rapidamente, embalados pelo avanço das tecnologias que é necessário fazer esse **estado de reflexão**, como forma de entender a sociedade ou sociedades que, sob várias perspectivas, pode ser denominada de modernidade, segunda modernidade, sociedade de informação, pós-industrial, globalização ou pós-modernidade. Não se está discutindo que há uma nova sociedade e sim que, a contemporaneidade atravessa situações de caráter diferenciados que afetam sobremaneira a vida dos indivíduos, principalmente construídas a partir da mídia, ou melhor, da televisão. Ou seja, a realidade passa não só no contexto social da vida, mas nas telas reconstruída para as pessoas. Pode-se afirmar que essa transformação é decorrente de um tempo onde os acontecimentos não são mais totalmente locais/espaciais, mas proveniente de uma intermediação de um suporte midiático que proporciona as pessoas terem conhecimento primeiro da realidade, via imagens e, após é que se conhece essa realidade. Um mundo onde há mais mediação do que em qualquer outro momento da história. E muitas vezes as pessoas vão ter como real apenas aquilo que é divulgado pelos meios de comunicação. Não necessariamente participa-se das questões sociais num espaço territorial.

Essa reflexão vai ao encontro daquilo que postula Jameson quando alega compreender o pós-modernismo como a cultura de um estágio particular do capitalismo, do “capitalismo tardio”, com a finalidade de mostrar a continuidade básica do novo sistema com o que o precedeu e não, como aconteceu com a teoria pós-industrial, “um rompimento, uma ruptura, uma mutação”. Para ele, o “posmodernismo não é o elemento cultural dominante de uma ordem social inteiramente nova... mas apenas o reflexo concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”. Esse pressuposto se

---

<sup>21</sup> De acordo com informações do Ibope, a média nacional de tempo gasto na frente da televisão, independentemente de classe social ou sexo, é alta. O brasileiro assiste quatro horas e cinquenta e três minutos de televisão por dia. Em 2001, eram 15 minutos a menos. Quando o Ibope compara o consumo de TV por mulheres e homens, outra diferença aparece. O público feminino gasta 32 minutos a mais que o masculino diariamente. Quem mais passa horas na frente da televisão são as pessoas com idade superior a 50 anos. A diferença deles para os jovens de 18 a 24 anos supera uma hora, diariamente. Dados do site [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br).

insere transversalmente naquilo que se discute como pós-mídia, isto é, a influência dos meios de comunicação nas relações, sejam elas de que natureza for política, econômica, cultural ou social. As relações são transformadas e com ela a cultura de uma forma geral, pois os indivíduos passam a receber influências diretas dos suportes comunicacionais. A vida passa a ser mediada.

Na concepção de Jameson o capitalismo tardio será configurado ou “materializado” nas empresas transnacional, na divisão internacional do trabalho, “uma nova e vertiginosa dinâmica na atividade bancária internacional e nas bolsas de valores”, “novas formas de interrelacionamento da mídia”, computadores e automação, e com as consequências sociais advindas dessas mudanças. Esse momento também é designado por Jameson para amenizar o sentido do capitalismo tardio, de “sociedade do espetáculo ou da imagem”, “capitalismo da mídia”, “sistema mundial” ou “posmodernismo” (1992, pp. ix-x; 48). Esse novo estágio do capitalismo sugere uma relação radicalmente nova entre cultura e sociedade.

Para o sociólogo, o pos-moderno seria “o que acontece quando o processo de modernização termina e a natureza desaparece para sempre”. Como consequência tem-se a cultura no centro da sociedade, uma sociedade na qual a “cultura” tornou-se uma verdadeira “segunda natureza”. A cultura, neste contexto, dificilmente pode ser considerada “o reflexo e concomitante” da sociedade e do sistema econômico. No estágio do capitalismo tardio, a cultura em si torna-se o principal determinante da realidade social, econômica, política e mesmo psicológica. Houve, afirma Jameson “uma expansão prodigiosa da cultura por todo o reino social, ao ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e poder do Estado às práticas e à própria estrutura do psique – pode ser considerado como tendo se tornado cultural em algum sentido original e ainda não codificado em teorias” (2006, p. 137).

Na mesma linha de raciocínio segue Baudrillard (1991), o qual deu ênfase na sobrecarga cultural causada por uma super produção de informações transmitidas pela mídia, que resulta na implosão do significado e num mundo simulacional, um hiperespaço no qual vivemos além da normatividade e da classificação, numa alucinação estética da realidade. Jameson modifica os termos da discussão a respeito das relações entre infra e superestrutura, na medida em que se baseia na suposição de que o

desenvolvimento da produção de mercadorias, somado ao incremento das tecnologias da informação, produziu o triunfo da cultura da representação, que inverte a direção tradicional do determinismo, de modo que as relações sociais ficam saturadas de signos culturais em mutação, ao ponto de podermos dizer que “tudo em nossa vida social tornou-se cultural” (JAMESON, 1996, p. 74). Na sociedade pós-moderna, portanto, tudo seria mediado pela cultura, a ponto de que até os “níveis” político e ideológico inicialmente constituem um emaranhado no seu modo primário de representação, que é o cultural.

Ao fazer análise dessa sociedade, com a influência da TV na vida do homem Sartori (2001) afirma que o vídeo está transformando o *homo sapiens* produzido pela cultura escrita em um *homo videns* no qual a palavra vem sendo destronada pela imagem. Tudo se torna visualizado. Argumenta que a sociedade atual já se apóia nos ombros da “geração-televisiva”: uma espécie recentíssima de ser humano criado pela tele-visão – diante de um televisor – antes mesmo de saber ler e escrever. A televisão, continua Sartori, representa em “ver de longe” (tele), e portanto, levar à presença de um público de espectadores coisas para ver, quer dizer, visualmente transmitidas de qualquer parte, de qualquer lugar e distância. A televisão passa a simbolizar a ligação do homem com o mundo. Para o autor, a televisão não é somente um instrumento de comunicação; é, ao mesmo tempo, um instrumento, um médium (meio) que gera um novo tipo de ser humano.

Ao comparar modernismo e posmodernismo, Lash (1990) diz que o primeiro “problematizou” e “desestabilizou” a representação da realidade, ao passo que o segundo, posmodernismo problematiza e desestabiliza a própria realidade. Sugere que a realidade, de uma forma geral, nada mais é do que outro conjunto de representações ou imagens. Dentro do viés dessa concepção, a cultura e sociedade tornam-se, mais uma vez, uma única coisa, ou pelo menos aspectos gêmeos da mesma (e insubstancial) coisa. A vida diária torna-se saturada por uma realidade – na TV, anúncios, vídeo, computadores, o walkman, toca-fitas em automóveis, cds, cdv – que, cada vez mais, são representações. Não há distinção, ou distância, entre o “significador” (a imagem) e o “referente” (a coisa ou realidade externa que supostamente representa). Cada um invade o espaço do outro, ambos assumem a função do

outro (KUMAR, 2006). A imagem, ou ilusão, imita o real e o real é ilusório, composto de imagens. O real é tão imaginado como o imaginário.

O atual momento vivido pela sociedade caminha para a era “pós-moderna”; um tempo de opção incessante. Jenks (1989) trabalhará entre o pós-modernismo e a sociedade de informação. Pois, de acordo com seu pensamento, essa é uma era em que nenhuma ortodoxia pode ser adotada sem constrangimentos e ironia, porque todas as tradições aparentemente tem validade. Esse fato seria dentro de sua concepção, em parte, consequência do que se denomina de explosão das informações, o advento do conhecimento organizado, das comunicações mundiais e da cibernética (1989, p. 7).

No Brasil, essa geração teria um pouco mais de 50 anos, após implantação desse recurso tecnológico no país, pois alguns anos foram necessários para o desenvolvimento desse meio. Portanto, tempo que pode ser considerado suficiente para analisar os efeitos gerados por esse meio que transformou o modo das pessoas se verem no mundo. Assim como sentença Meyrowitz (1985), a mídia alterou toda a "geografia situacional" da vida social.

Se a contemporaneidade é marcada por eventos divulgados pelos meios de comunicação, logo essa realidade passa necessariamente pela visibilidade que os meios dão aos acontecimentos. Logo, a “realidade” é, na verdade, a série de imagens exibidas nas telas de TV. De um elemento de decoração da sala de jantar, nos anos 50 e 60, a TV passou a ocupar um espaço de instituição formadora de opiniões, de comportamentos e de decisões. Sua importância ultrapassou os limites perceptíveis, pois o construto que as pessoas fazem a partir dela, adquiriu uma dimensão simbólica incalculável, pois muitas vezes as pessoas tomam ciência da realidade com base nas informações divulgadas por esse meio.

É bom lembrar que em pouco mais de dois séculos a sociedade sofreu uma profunda transformação no seu modo de vida e de relações sociais. A comunicação surge como uma força revolucionária sustentada pela lógica do capital, das mega-empresas e corporações financeiras, no qual os meios de comunicação surgem como instrumentos fundamentais de desterritorialização, promovendo o enfraquecimento do poder do Estado e o desmonte de territórios nacionais simbólicos (BECKER, 2006).



Os séculos XIX e XX foram marcados por um desenvolvimento explosivo das tecnologias básicas de comunicação, como: a fotografia e telegrafia, a impressão, a máquina de escrever, o cabo transoceânico, o telefone, o filme, a telegrafia sem fio, o gravador, o fax, o rádio, a televisão, o computador. Ao trabalhar os meios como extensões do homem, o canadense McLuhan (2007) já vaticinava o significado da representação desses meios na vida humana que, na sua concepção, começam a funcionar muito antes de que se tenha consciência da existência deles. Para ele, os meios, como extensões dos sentidos, estabelecem novos índices relacionais, não apenas entre os sentidos particulares, como também entre si, na medida em que se interrelacionam.

Baudrillard (1991) considera que a mídia de massa moderna produz um impacto bastante diferente, e também muito mais profundo, do que o de qualquer outra tecnologia. O advento da mídia de massa, particularmente da mídia eletrônica, como a televisão, transformou a própria natureza de nossas vidas. A TV não apenas “representa” o mundo para nós, mas, na verdade, serve, cada vez mais, para definir como é este mundo em que vivemos. O autor sustenta que, em uma era na qual a mídia de massa está em toda parte, na verdade, cria-se uma nova realidade – hiper-realidade – composta pelo amalgamento do comportamento das pessoas com as imagens exibidas pela mídia. O mundo da hiper-realidade é feito de simulacros – imagens cujo significado só pode ser revelado a partir de outras imagens e que, por isso, não possuem nenhum embasamento em uma “realidade externa”. Ultrapassando essas postulações ou mesmo as criticando, Thompson (1998) argumenta que a mídia de massa moderna não nos nega a possibilidade de termos um pensamento crítico; na verdade, ela nos proporciona muitas formas de informações às quais antes não se tinha acesso.

Os meios de comunicação podem ser definidos como tudo aquilo que serve para vincular o homem ao homem, considerando-os verdadeiras extensões desse homem (MCLUHAN, 2007). Ao sentenciar que o meio é a mensagem, o autor elabora a teoria de que esse meio era mais forte que o próprio conteúdo veiculado. Ou seja, se a televisão em si mesma influencia mais do que o conteúdo que ela transmite, isso evidencia que tal veículo exerce uma ação mais profunda do que aquilo que por ela é veiculado, reestruturando a personalidade e moldando as pessoas. É uma máquina que

provoca mudanças nas pessoas, altera os costumes, os comportamentos e o modo de ver o mundo. Em síntese, se os homens criam as ferramentas, estas recriam os homens.

As crianças que foram submetidas à televisão “constituem uma geração completamente diferente da dos seus pais”. Sublinha que o surgimento de novas tecnologias, além de transformar os hábitos de vida, muda também a forma de pensar e escala de valores. Para McLuhan, a televisão produziria um tipo diferente de homem. O meio neste sentido, modifica o ambiente e, a partir disso, suscita novas percepções sensoriais. O aforismo mcluhaniano de que “o meio é a mensagem” gerou durante muito tempo certo desconforto e conflito de entendimento. O autor parte de uma explicação histórica para o fenômeno dos meios de comunicação de massa ao avaliar que a trajetória da humanidade é moldada, também, pela introdução desses meios, desde a imprensa até a televisão. Inferindo o princípio de que as técnicas dominantes de comunicação afetam e acabam modelando o aparato perceptivo, sensorial, psicológico e cultural de toda a sociedade. Afirma que “os recursos com os quais se difundem as palavras são mais relevantes do que as próprias palavras” (MCLUHAN, 2007, pp. 76-77).

Houve, diz Jameson, “uma expansão prodigiosa da cultura por todo o reino social, ao ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e poder do Estado às práticas e à própria estruturado psique – pode ser considerado como tendo se tornado ‘cultural’ em algum sentido original e ainda não codificado em teorias”. Somos testemunhas de uma “dilatação imensa” da esfera do cultural, “uma imensa e historicamente original aculturação do real” (1992, pp. 35, 38, 44, 50, 54).

Na sociedade pós-mídia a informação tem importância maior que a produção. Alguns teóricos defensores do conceito de pós-modernidade argumentam que a sociedade contemporânea (com suas tecnologias, novas formas de cultura e novas experiências do presente) constitui uma ruptura decisiva em relação às antigas formas de vida. Para eles, o prisioneiro do sofá, incansável zapeador das ondas de tevê, e o navegador da internet plugado no ciberespaço e nos novos mundos da informação e entretenimento, constituem uma espantosa novidade na aventura humana. Esses novos indivíduos estão aprendendo a conviver com uma imensa fragmentação e com a proliferação de

imagens, informações e tecnologias sofisticadas, que precisarão processar. As pessoas estão de fato rodeadas por novos modos de produção cultural e novas formas de vida social e política. Suprido por equipamentos eletrônicos, o lar está se tornando “um lugar onde nunca se ouvirá falar em tédio”. Para os pós-modernistas, essa era se caracteriza pela crise do real, ou seja, pela desestabilização das grandes regularidades que estruturam a relação do sensível do homem com o mundo. A instantaneidade das transmissões audiovisuais provoca perda do sentimento de lugar e confusão da escala de grandeza com a contração do espaço. Mediante o novo arranjo social, a realidade vem se tornando virtual, e já não se distinguem com nitidez as diferenças entre fato e ficção. Com a transformação da realidade em imagens, as idéias do que são “realidade” e originalidade vêm perdendo sua autoridade incontestada.

Essa crise do real exprime pela “falsificação” generalizada dos dados de existência, cuja desmaterialização se realiza num lugar privilegiado: o mundo das imagens. Baudrillard (1992) é um dos radicais defensores dessa concepção. Deduz-se que a comunicação veiculada pela mídia é assimilada como contemplação pelo telespectador que, graças aos outros, vive por procuração, ou seja, por meio das celebridades que encarnariam os seus sonhos. Baudrillard acredita que o mundo da cultura hoje se apresenta inteiramente separado de toda base objetiva de concretude e que a vida social é mais um espetáculo que simula a realidade do que a própria realidade. Afirma ele que as pessoas obtêm sua realidade quase que exclusivamente por meio das mídias. Mediante o estabelecimento da era visual e a proliferação das imagens, tudo parece tornar-se espetáculo visual; simultaneamente, porém, a suposta transparência é ilusória, pois se funde na representação das imagens como se elas fossem a própria realidade.

É inegável que parte do repertório do homem, aliás grande parte, é construído a partir das imagens difundidas pelos meios de comunicação. Lugares que nunca se foi, pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar ou do seu espaço territorial e outras coisas do mundo, chegam ao conhecimento do homem, via imagens dos meios de comunicação. Personagens que se passa tratar com familiaridade porque se vê todos os dias nos noticiários, mas nunca se foi apresentado. As cenas da comunicação

de massa, lembra Marcondes Filho (2008) moldam muito do que imaginamos. O cotidiano é cada vez mais preenchido pelas imagens, pelos fatos veiculados pelos meios de comunicação de forma que, fora deles, sentimo-nos como que “fora do mundo”.

Na década de 1930, o pensador contemporâneo, Walter Benjamin, já preconizava o papel da imagem na sociedade quando trabalha no seu texto “a obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, a transformação da sociedade que produzia manual e artesanalmente suas imagens para uma sociedade que inventou máquinas reprodutoras de imagens.

“O que faz com que uma coisa seja autêntica é tudo o que ela contém de originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico. Como esse testemunho repousa sobre essa duração, no caso da reprodução, em que o primeiro elemento escapa aos homens, o segundo – o testemunho histórico da coisa – encontra-se igualmente abalado. Não em dose maior, por certo, mas o que é assim abalado é a própria autoria da coisa” (BENJAMIN, 2000, p. 225).

A realidade acaba fazendo sentido, a partir das imagens, pois os indivíduos nascidos no pós-mídia, conhecem os fatos a partir daquilo que os meios de comunicação constroem ou relatam para eles. Evidentemente que os meios de comunicação não são os únicos que constroem esse sentido de imagem na psique humana, mas contribuem hoje de forma significativa na formação humana. Recebe-se informações e imagens da mídia, antes mesmo de se ter contatos com determinadas realidades.

Ao discorrer sobre a uniformidade da informação veiculada pela televisão, Bourdieu assinala:

“Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de produzir o que os críticos literários chamam o efeito de real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas e etc.

capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, to record, como repórter, implica sempre uma construção da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização ou de desmobilização” (BOURDIEU, 1997, p.28).

Nesses cinquenta e nove anos de produção e reprodução de imagens de televisão no Brasil, período de um desenvolvimento técnico sem precedentes e sem exemplos na história, as formas da vida social – religião, costumes, princípios éticos e políticos – passaram a ser objeto de controvérsia e revisão. Aos poucos, a difusão universal de imagens foi sendo consumida pelas sociedades. Cenários e mitos artificiais e instáveis foram feitos e desfeitos com rapidez. A instantaneidade e a simultaneidade adquiriram novas dimensões: o mundo foi posto na ponta dos dedos. Mais: a “realidade virtual” imagina romper com a clássica cisão entre natural e artificial. Culturas convivem com tendências e pensamentos que se ignoravam, crenças incompatíveis foram postas lado a lado, e estéticas nunca pensadas são reveladas. Tudo isso mediado pelas imagens. Sucessivas descobertas de mundos jamais vistos antes foram apresentadas ao espectador comum, graças às imagens. Essa nova realidade pôs o próprio pensamento em crise. À diferença dos momentos anteriores, a imagem hoje se transformou na mercadoria por excelência, objeto de produção, circulação e consumo, realizando de forma fantástica o velho axioma: cria-se não apenas uma mercadoria para o sujeito, mas criam-se, também, sujeitos para a mercadoria. É este hoje o estatuto da imagem (NOVAES, 2005).

As imagens televisivas transformaram-se em nova religião, “espírito de um mundo sem espírito”. Isso não quer dizer que o problema seja nas imagens apenas, mas sim no excesso de sua produção e no novo sentido de que se quer dar a elas.

Argumenta-se que a imagem é fenômeno que antecede a realidade. Ou seja, os indivíduos constroem o sentido dessa realidade, a partir das imagens presentes na cobertura jornalística televisiva. Ao elaborar o que será divulgado pela mídia, é preciso levar em consideração a manipulação técnica da notícia, no qual Marcondes Filho (2002) afirma que os responsáveis pelas

programações jornalísticas nas emissoras de televisão, na dianteira dos processos de reinvenção da notícia, impuseram um novo conceito de informação, de forma irreconhecivelmente distante dos critérios clássicos, pautados pela apresentação dos acontecimentos, a verificação cuidadosa, o acréscimo de contextos de sentido. Hoje, a notícia ocupa um espaço entre o imaginário ficcional dos novos mundos da eletrônica e os acontecimentos cotidianos da esfera pública, estes, cada vez mais reduzidos ao status de matéria-prima bruta, inutilizável in natura para a comunicação.

Assistir a um noticiário tem a ver hoje muito mais com o conceito de vivenciar, de participar à distância, de entrar no clima interativo de uma instalação, de uma performance. Para isso, importa mais à notícia ser muito real, mais real do que o real, muito bem montada do ponto de vista técnico: a beleza plástica, a qualidade da imagem, do som, da tomada submetem a reportagem, o documentário ao critério estético do cinema. Verdadeiro, real, é o que satisfaz o critério da estética eletrônica: uma boa imagem, uma economia verbal – uma única declaração de cada entrevistado, duas é demais -, uma capacidade de provocar emoção. “Emoção verdadeira, diz Eco, torna a notícia verdadeira. A qualidade da representação impõe-se como critério da objetividade jornalística” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 192).

O telejornalismo, gênero de programa selecionado na presente tese, será chamado por Marcondes Filho (1988) de uma “segunda natureza” do fato, pois ele altera mais a realidade, porque além de fragmentar e personificar o fato, também se utiliza de “recursos técnicos e ideológicos”. Para ele os telejornais recolhem as notícias na realidade e criam uma nova realidade, extraindo só a parte que lhes interessa.

Essa fragmentação será um mecanismo de produção da notícia, que retira o fato do meio ou do contexto em que se originou e o trata como notícia isolada, no qual aparece apenas o aspecto conveniente. A personificação ou personalização seria o mecanismo pelo qual se atribui a uma pessoa (político, líder sindical ou criminoso) a responsabilidade de um fato, quando na verdade, ele é produto de um conjunto maior, de uma instituição ou mesmo de toda a sociedade. Para ele, a função do telejornal não é a de noticiar ou divulgar fatos que interessam a sociedade, mas a de moldá-los, esticá-los ou comprimi-los, reproduzindo assim a vida política e social conforme os critérios ideológicos e

particulares dos jornalistas, proprietários e patrocinadores. O telejornalismo criaria assim, um outro mundo, outra história que pouco tem a ver com o mundo real, já que este sofre toda uma série de mutilações.

“...o telejornalismo cria, portanto, uma outra natureza, que se impõe a milhões de lares no país, como se fosse a verdade e não aquela do mundo real. A imagem que toda a população acaba construindo de seu país, de sua cultura, de seu povo é fortemente influenciada e, em alguns casos extremos, completamente forjada por essas informações inexatas, tendenciosas e deturpadas” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 56).

Essa perspectiva é a mesma que se adota na presente tese, ou seja, que os dados divulgados pelo Jornal Nacional, não explicam, homogeneizam e fragmentam as informações sobre violência. A sociedade acaba não sabendo de fato o que é violência, uma vez que os editores do telejornal, aumentam o número de matérias sobre o problema e reduzem, suprimem ou repercutem os fatos, conforme interesses da emissora.

Ao trabalhar a questão da visibilidade Vernier aponta três contratos na percepção da televisão: imagem-profundidade; imagem-superfície e imagem-fragmento. O primeiro, da imagem-profundidade, afirma que há um real, e ele pode ser captado pela imagem televisiva, símbolo de uma época perdida em que a TV ainda poderia fazer crer que era uma janela para o mundo. Tal contrato exigia um telespectador ingênuo e inocente diante das imagens do mundo. O segundo, da “imagem-superfície” toma o mundo como espetáculo. Por fim, o da “imagem-fragmento”, imagens esvaziadas de sentido e um contrato de visibilidade visando a intensidade, a pura sensação. Para o telespectador, o mundo é apenas uma colagem de imagens, combinatória de imagens virtuais ( SFEZ, 1993, p. 953).

Num processo simbólico, a televisão representa para os indivíduos o mundo. Ou seja, ela é a mediação entre o homem e o mundo, possibilitando o conhecimento das coisas como um todo. Uma das análises mais perceptivas do impacto da mídia eletrônica sobre o tecido social foi feita por Meyrowitz (1985). Para ele, os meios de comunicação, sobretudo a televisão, romperam barreiras entre espaços sociais antes relativamente estanques. Quando adultos

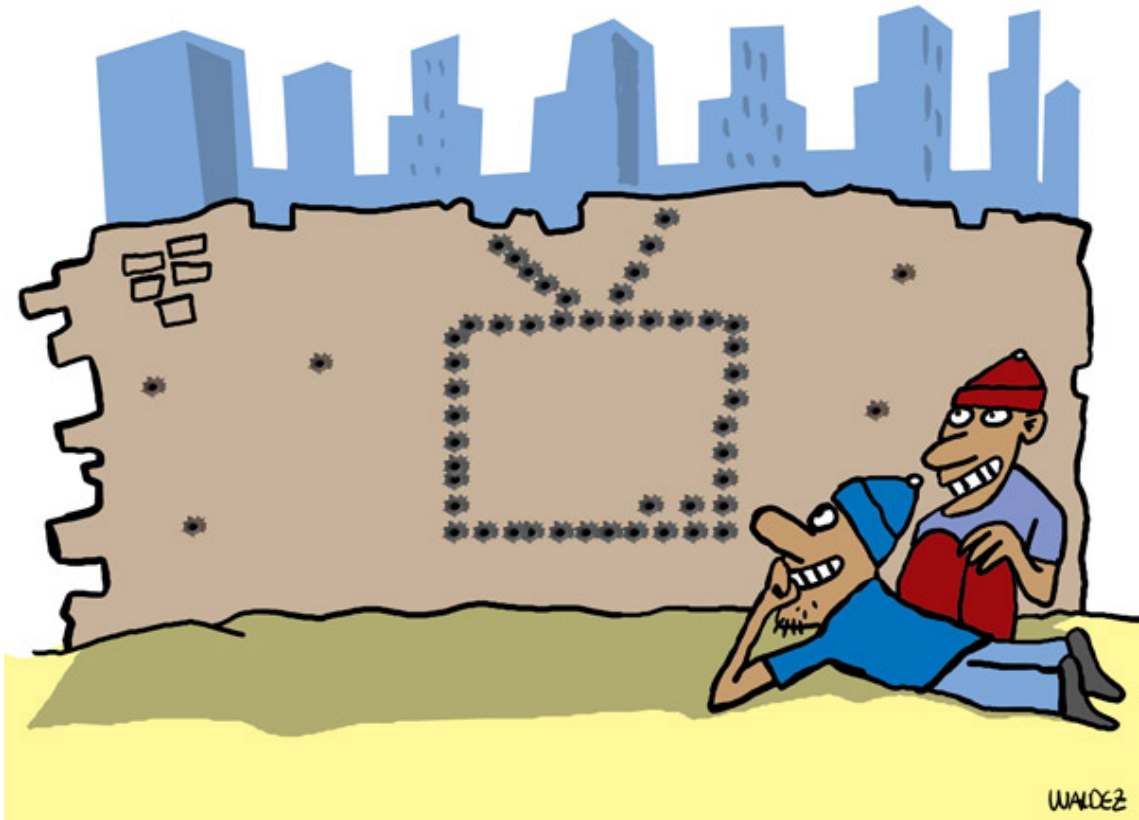
e jovens, de ambos os sexos compartilham das mesmas informações, por assistirem aos mesmos programas, torna-se mais difícil decretar que "isto não é assunto de adulto" ou "isto não é assunto de criança". Portanto, os limites são alterados e a mídia influencia a concepção dessa nova realidade e atualidade. As coisas não são tão simplistas, no qual você pode dizer até aqui essa questão é pertencente a determinado campo. Você só pode ter acesso a isso e não aquilo. A mídia ampliou sua visão de mundo e com ele o entendimento das questões sociais. A mídia será, então, a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça acerca desses acontecimentos.

A construção do cotidiano é midiática, já que o universo simbólico que nutre os conhecimentos e as emoções é ancorado na experiência de mundo que todos dispõem, graças à imprensa, ao cinema, ao rádio, à TV e às redes de informática. A vida em grupo é regulada pela pressuposição de que os indivíduos adquirem o status da cidadania quando aderem às formas, historicamente determinadas, de seu encontro no "espaço público", onde vigem os contratos fundadores da experiência comum. A expressão "aldeia global", cunhada pouco depois da metade do século XX, por McLuhan para indicar a transformação que os instrumentos de comunicação de massa estavam produzindo em nossa experiência no mundo, não é apenas um slogan, mas a precisa descrição de um dado de fato. A humanidade descobre, a cada dia, a linha de tensão que interliga o nível micro ao nível macro na série de fenômenos.

Através do olhar, a televisão domina silenciosamente todos os sentidos, e só somos sensíveis a esse domínio se ficarmos atentos à participação do nosso corpo. O algo que a televisão constrói pelo olhar é um campo de força do desejo de ver e do desejo de ser visto. Ela tece uma rede de fenômenos que produzem efeitos de encantamento que atingem direto o coração, a consciência e o sistema de oculto da vida neurovisceral. Desloca tensões e leva o homem ao esquecimento e à perda de si mesmo nas imagens que vê: absorvido pelas imagens que contempla, na realidade é o objeto que se mostra nele, armadura de um mundo invisível, "infraestrutura corporal que sustenta o edifício das nossas representações". (NOVAES, 1991, p. 85).



Portanto, denominar de 'pós-mídia' não é criar uma nova sociedade, mas entender o tempo presente com base no sentido de realidade construída pelas pessoas a partir das imagens divulgadas. Entender a materialização da violência nas falas da televisão. Ou seja, se entende a realidade a partir das cenas divulgadas na telas televisivas. Os indivíduos compreendem o mundo, porque o mundo é editado e compactado para ele. No "pós-mídia", o mundo tem sentido porque a televisão 'fala' sobre as questões sociais. E no caso específico da pesquisa, a violência é percebida da forma como essa instituição contemporânea trabalha sua divulgação.



## 5. Mídia e violência: uma relação complexa

“Nas interpretações religiosas, a violência fundadora é desconhecida, mas sua existência é afirmada. Nas interpretações modernas, sua existência é negada. Entretanto, é a violência fundadora que continua a governar tudo, longiuo sol invisível em torno do qual gravitam não somente os planetas, mas seus satélites e os satélites de satélites; pouco importa, e é mesmo necessário, que a natureza deste sol, seja desconhecida, ou, melhor ainda, que sua realidade seja considerada nula ou inexistente”(GIRARD, 1990).

“Boas notícias não são notícias”; em deferência a esse mito lamentável, os jornalistas tendem a priorizar conflitos, escândalos, ruínas, falências, ameaças, acidentes e mortes - e, em geral, a provocar apenas negatividade (60,1% dos americanos acham que a imprensa faz a situação na América parecer pior do que realmente é (18%, melhor) (BERTRAND, 2002).

## 5.1 Um mundo em contraste

O presente capítulo discute os vários conceitos de violência e sua relação no contexto social, passando pelos campos filosófico, sociológico, e antropológico. Argumenta-se que a violência tem caráter múltiplo, no qual atinge a sociedade de formas diversas, assusta e dá a sensação de impotência diante do quadro desenhado, principalmente a partir das imagens divulgadas pela televisão.

A primeira questão que emerge ao se discutir a questão da violência é contextualizá-la num mundo social permeado de contrastes e de valores em oposição: riqueza e pobreza; coletivo e individual; inclusão e exclusão; bem e mal; modernidade e atraso; ter e ser. Essa é a perspectiva que se abre ao debater a violência como um dos problemas sociais que mais angustiam a sociedade brasileira, seja da perspectiva física, seja da psíquica, ou simbólica não só pelas conseqüências que gera, mas pela proporção que passa a ser difundida pelos meios de comunicação. Violência nas ruas, nas escolas, nos estádios, nos lares, no trânsito, na mídia, entre outros lugares, criando assim um clima de instabilidade e de insegurança constantes. Violência que passa a povoar o imaginário das pessoas, mudando hábitos e transformando os espaços de convivência.

Parece existir uma sensação generalizada na sociedade de que o país perdeu para a violência, avolumam o número de crimes que fazem com que as pessoas evitem sair à noite; circulem menos em ruas consideradas perigosas; mudem constantemente de trajetos para evitar contatos com ladrões; mudem a arquitetura das casas, colocando grades e sistemas de alarme, implantando câmeras; se recusem a conversar com estranhos, por medo de confusão, além de outras atitudes como utilização de carros blindados, peliculados e porte de armas.

Pode-se afirmar que a violência sempre esteve presente na relação entre os homens, não que isso signifique uma sina ou fatalidade da qual não se pode escapar, mas como fenômeno que precisa de uma explicação mais clara para compreender a sua difusão, nas diversas formas que se dá na sociedade.

As cenas de violência passam a ser comuns no cotidiano, seja na vida real, seja nas cenas televisivas. Tem violência nos bairros, nas cidades e nos países. Hoje, crianças e adultos conhecem a violência, seja em que contexto for, física ou psicológica, seja de perto ou de longe, seja fictícia ou real. Quase sempre o quadro que se descortina quando se fala na questão é: linchamentos, guerra do tráfico, seqüestros relâmpagos, assaltos á mão armada, crimes organizados ou não, acidentes de trânsito, conflitos de terras, crianças perambulando pelas ruas, desabrigados, corrupção, desvio de dinheiro público que poderia ser utilizado para o combate à violência, miséria e fome.

Para Santos (2007) existe uma pluralidade de condutas sociais, com múltiplas linguagens e padrões de orientação da conduta não raro divergentes e incompatíveis. Resultando daí, uma violência multifacetada, com ênfase em uma violência de cunho simbólico que dificulta a ação dos poderes legitimados por determinada norma social.

Nesse viés, a presente tese trabalha o conceito de violência em caráter múltiplo, no qual atinge a sociedade de forma diversa, mas que assusta e dá a sensação de impotência diante do quadro desenhado, principalmente nas matérias divulgadas pela televisão.

Quando se analisa o problema social de uma sociedade, sua intensidade só pode ser dimensionada quando se toma como parâmetros retratos de outras sociedades em distintos tempos históricos. Ou seja, na contemporaneidade há uma preocupação generalizada com a questão da violência e com uma explicação lógica de sua disseminação. Hoje diversos institutos de pesquisas, núcleos e centros de estudos especializados realizam estudos nas áreas de violência, criminalidade, segurança pública, justiça criminal e direitos humanos, pode-se apontar: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CEsC (UCAM), Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Fiocruz), Centro de Políticas Sociais (FGV), Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG), Laboratório de Análise de Violência (UERJ), Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência (UFRJ), Núcleo de Estudos da Violência (USP), Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (UNB), Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Associação para Reforma Prisional, Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas – IBASE, Grupo de Pesquisa - Violência e Não-Violência da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre tantos outros.

Na perspectiva antropológica Zaluar (2004, pp. 227-228), combina algumas reflexões importantes sobre a questão, tendo como base, principalmente, a literatura com a finalidade de dar uma “feição teórica” nos estudos realizados nos últimos 25 anos. Essas reflexões abrangem os seguintes aspectos:

- a) – a violência e seus múltiplos planos e significados, em virtude da negatividade da palavra;
- b) – as imagens ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população, muitas vezes apresentada como irracionalmente envenenada pela mídia, que manipularia através do exagero (banalização e espetacularização) ou excessiva exposição de notícias sobre crimes;
- c) – contar as vítimas e os crimes, isto é, contar, na dupla conotação do termo, os números e os sentidos da vitimização ou da criminalidade violenta, separadas por gênero, idade ou cor;
- d) – a procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade;
- e) – o problema social da criminalidade como tema de política pública.

A finalidade ao mapear esses vários sentidos sobre a violência, Zaluar busca definir e compreender essa questão social na contemporaneidade. Primeiro, é importante saber de que violência se fala e com que sentido; segundo, de que forma ela se caracteriza na sociedade e os males advindos no contexto social.

Na perspectiva sociológica, Wieviorka (2006) trabalha a violência com foco no sujeito, isto é, não elimina ou abandona as teorias existentes sobre a questão, pelo contrário, situa esses outros pontos de vista no quadro de um raciocínio mais amplo, em que estes são de alguma forma colaterais ou mesmo subordinados à noção de sujeito. O autor privilegia o ponto de vista do sujeito tendo como base os protagonistas da violência, aqueles que cedem a ela, praticam-na, instalam-se nela e, eventualmente, conseguem sair dela. E do

outro lado, aquelas que a violência visa, atinge e afeta, direta ou indiretamente. Para ele, a violência pode ser considerada:

“...frequentemente, ao menos em parte ou na origem, a marca de um sujeito contrariado, interditado, impossível ou infeliz. A marca, eventualmente, de uma pessoa tendo sofrido, ela própria, uma violência, seja física – como esses traumatizados de guerra que desenvolvem, a seguir, perturbações de personalidade podendo incluir episódios de violência –, seja moral ou simbólica, como é com frequência o caso dos jovens delinqüentes” (2006, p. 202).

No entendimento do sociólogo, sujeito é aquele que tem a capacidade de construir-se a si próprio, de proceder a escolhas, de produzir sua própria existência. O sujeito, na sua concepção, é apenas uma dimensão da pessoa, que distingue do indivíduo, no sentido de que, ele participa da modernidade e, principalmente, pelo consumo e pelo acesso ao dinheiro. O sujeito é, assim uma categoria abstrata, que encontra na ação sua realização concreta mais importante. Porém, afirma Wieviorka (2006), o sujeito não se torna sempre, ou facilmente, ou plenamente ator e é mesmo, com frequência, no espaço que separa o sujeito do ator que se esboça a violência.

O grande problema da violência é quando as pessoas começam a justificá-la como sendo característica do processo social contemporâneo, sem levar em consideração que começa a se tornar refém de uma realidade que transforma o próprio existir humano e sua condução na sociedade. Os indivíduos passam a se proteger com armas, muros, grades, alarmes, seguranças para ‘afastar’ a violência do seu convívio. O mundo lá fora não é o meu, mas daqueles que fazem dele um enorme gueto de excluídos.

“No conjunto do país, a violência se destaca como uma das principais causas de morbidade e mortalidade entre a população jovem e como um fator que amplia o desequilíbrio demográfico contra os homens, principais vítimas. Por outro lado, apresenta-se como um severo problema econômico, tanto para as famílias que perdem o principal provedor de renda quanto para a sociedade como um todo, em função da perda de capital humano e dos gastos que vão do tratamento médico até o investimento em prevenção e repressão. A violência impõe ainda um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger, e

estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim, a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam o círculo vicioso” (CANO, RIBEIRO, 2007, p. 51)

Direito do homem à vida. Esse é um dos compromissos fundamentais apregoados pela sociedade democrática. Mas, o que se percebe na presente contemporaneidade, é um desrespeito, ameaça, intranquilidade e medo à vida, assim como o declínio dos valores morais. Ao tentar construir um panorama dessa sociedade, grande parte das pessoas a assimila como um tempo marcado por fatos ou atos violentos mais visíveis, sem uma compreensão lógica ou justificada de tamanha violência nos diversos espaços sociais. Quase sempre os pensamentos remetem a assaltos, traficantes, sequestros, balas perdidas, mortes no trânsito, miséria e fome. Ou seja, violência de caráter diferente, mas que oprimem e desrespeitam a dignidade e os valores humanos. Vive-se num mundo composto de avanços tecnológicos, responsáveis por conquistas significativas em campos estratégicos para a sobrevivência humana. Esse mundo tem sido caracterizado pela teoria social por aspectos cruciais como industrialização, relação entre burguesia e proletariado, Estados nacionais, racionalização crescente, ou, ainda, por novas formas de comunicação, capazes de aproximar indivíduos que habitam regiões distantes.

Nos últimos trinta anos, entretanto, tem surgido um sentimento crescente de que explicações gerais não oferecem soluções práticas para o controle da degradação do espaço urbano, nem para o aumento dos índices da criminalidade. O mundo traz com ele a permanência, senão o recrudescimento de exclusões sociais e culturais, intolerâncias raciais e religiosas, discriminações e crimes violentos, talvez potencializados por esses avanços, mas carente ainda de explicações.

As mortes por causas violentas são o principal fator do total de mortes verificadas na faixa etária de 5 a 39 anos no Brasil. E o número de mortes por homicídio na faixa etária dos 15 aos 24 anos é um dos maiores do mundo<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Em 1999 era de 86,7 homicídios para cada 100.00 habitantes masculinos. Comparativamente, essa taxa era de 1,3 na Alemanha, em 1997; 3,0 em 1995, no Canadá; e 27,9 em 1997, nos Estados Unidos. Ver Márcio Porchamann. “Violência e emigração internacional na juventude, in Ciência e Cultura, SBPC, julho, 2002, p.39.



De acordo com Wainberg (2005), alguns desses incidentes deram projeção internacional ao terror criminal existente no Brasil, entre eles o massacre de 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo; o assassinato de crianças abandonadas nas ruas do Rio de Janeiro; os conflitos agrários, em especial a morte de Chico Mendes, o massacre de 19 trabalhadores, em Eldorado do Carajás, no Pará em 1996 e o assassinato da irmã Dorothy Sting, em 2005; o tráfico de drogas e o conluio policial com narcotraficantes e os sequestros relâmpagos.

Esses dados quando comparados às estatísticas internacionais, revelam 40 homicídios por 100.00 habitantes na região sub-Saara africana e 23 na América Latina em 2000. Tais indicadores sofreram grave deterioração desde o período 1980-1984, quando se tinha uma média mundial (amostra de 34 países de várias regiões do mundo) de 5,82 homicídios por 100.000 habitantes. Os países industrializados tiveram um aumento de 15% na década seguinte, enquanto na América Latina esse indicador subiu mais de 80% (somente na Ásia e no sul do Pacífico esses indicadores caíram). A média mundial era de 8,86 no mundo no período 1990-1994 (WAINBERG, 2005, p.79).

Essas ocorrências de criminalidade urbana ocasionam o mesmo efeito de fratura na coesão social que o provocado pelo terror. Tais indicadores superam os de muitos países em situação de conflitos abertos.

No relatório Anual de 2006, do Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional, foi constatado que o Brasil tem a quarta maior população do mundo de encarcerados, com 401.236 detentos, distribuídos em 1.076 estabelecimentos penais. Esses números quando comparados são superiores a muitas populações de vários municípios brasileiros. No entanto, quando se compara a taxa de encarceramento do Brasil (isto é, o número de presos dividido pelo número de habitantes, o Brasil ocupa o 53º lugar do mundo. Entre os presos brasileiros, 84,6% encontram-se nos sistemas penitenciários (339.580) e 15,5% estão nas secretarias de Segurança Pública (61.656). Entre os presos que se encontram nos sistemas penitenciários, 94,9% são homens e 5,1% são mulheres. Em 2003, segundo levantamento, 41,5% dos presos no sistema penitenciários têm até 30 anos, 69,5% haviam cursado o ensino fundamental incompleto e 10,4% eram analfabetos. A maior

causa de condenação no país é o roubo (24%), seguido de tráfico de drogas (10,5%), furto (9,1% e homicídios (8,9%)<sup>23</sup>.

As discussões sobre esse grave problema social quase sempre partem da compreensão conceitual do que é de fato a violência, até como forma de diagnosticar uma questão que tem gerado certas controvérsias no que concerne ao seu crescimento e à perspectiva de onde se parte para discussão. De que base estou partindo para dizer se realmente a violência cresceu? Dos números, das vítimas, da mídia ou das autoridades?

Segundo Wieviorka (2006), desde que aparece a expressão “violência”, inúmeros problemas surgem, para começar, o de saber do que falamos. Porque o termo violência amalgama um imenso conjunto de noções, todas mais ou menos confusas ou desordenadas. Violência física, ou também simbólica? Real ou percebida? Individual ou coletiva? Violência de Estado, eventualmente legítima ou violência de rua, de legitimidade contestável? E outras inúmeras. O termo violência não funde apenas fenômenos distintos ou que seria preciso distinguir analiticamente, mas na sua concepção, autoriza ainda a mobilização, também mais ou menos confusa, de todas as teorias gerais disponíveis nas ciências sociais e na filosofia política.

## **5.2 As várias violências**

As sociedades do século XXI parecem viver sob o signo da incerteza. Da incerteza à proteção ou mesmo de que podem ter garantidos seus direitos de ir e vir, sem temerem as várias violências que assombram os espaços de convivência.

O juízo do que seja violência no plano concreto varia segundo o tempo e a cultura; o contexto sociocultural informa e atua sobre a noção do que é sentido e julgado como tal, de um povo, tanto como os símbolos e valores desta cultura e deste tempo (MICHAUD, 1991 e GIRARD, 1972).

---

<sup>23</sup> Dados de RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.* – Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

Antes de discutir propriamente o conceito de violência, é preciso pontuar a noção em si mesma que apresenta um conteúdo semântico universal mais ou menos permanente, que não depende dos contextos concretos. De acordo com Albornoz (2000), o que sugere a palavra violência, tem proximidade com violação, ou seja, dilaceração, despedaçamento, agressão, desordem; assim como remete ao sentido de quebra, ruptura de um tabu, de um limiar; ultrapassagem de um limite; transgressão de uma proibição; até a ideia de abuso de um corpo, falta de respeito físico, carregando em si a noção de caos.

Para a autora, tal conteúdo pode ser aplicado a coisas empiricamente distintas: na natureza reside uma potencialidade e uma efetividade de violência; essas não são nem totalmente atingíveis nem controláveis pela ação dos homens, por isso, não se põem primordialmente como problema para a liberdade, não sendo consequência da ação humana. A violência contida nas ações da natureza que, independem da ação do homem, pode causar sofrimento a um povo, (inundações, terremotos, seca e entre outras) e, neste sentido, não constitui propriamente a ocasião de um problema ético em si mesmo, a não ser nas questões relacionadas com a atuação sobre suas causas ou sob seus efeitos.

Já a outra forma de violência, praticada pelos homens sobre seus semelhantes, que estabelece relações dialéticas com a dominação agressiva da natureza, de que a consciência ecológica começa a dar conta. No sentido que se aplica à violência humana, a questão é identificada como agressão física, corporal; com conotação mais ampla, podem-se considerar também outros fenômenos como violência, principalmente àquela que a influência do ambiente se exerça sobre os indivíduos de modo que sua realização corporal e espiritual efetiva permaneça aquém de sua realização potencial.

Identificar o que é ato violento, conduz a um mundo obscuro onde a sensibilidade pessoal leva a uma generalização do sentido da violência, ou a uma personificação do significado do ato violento. No sentido genérico assumido pela expressão há um mundo difuso onde a objetividade da violência sentida se perde num mar de justificações e explicações e onde, no final, a compreensão fica interrompida por uma providencial dogmatização do conceito. A violência é nesse contexto um ato de agressão contra à vida, à liberdade, à saúde e, indo além desse sentido, à própria realização humana.

No micro universo da violência sistematizada, a difusão e a imprecisão do termo conduz a perda do contorno, do perfil do ato social violento. É possível dizer-se que existe a violência, já que essa se expressa em grandes ou pequenos gestos dos atores sociais. Uma constituição da existência do fenômeno violência pode ser feita sem muitas dificuldades, bastando que a utilização do termo seja adequada às várias circunstâncias que caracterizem uma forma qualquer de agressão ao indivíduo. Existe uma rede de relações sociais que determinam o aparecimento do fenômeno violência. Essa multiplicidade de fatores causais é decorrente da própria forma de organização social.

Primeiro é preciso partir do significado etimológico da palavra que vem do latim, *violentia, ae*, com sentido de violência ou impetuosidade do vento, o ardor do sol, o arrebanhamento, o caráter violento, a ferocidade, a sanha, o rigor, a severidade, o furor. Na origem, de acordo com Menezes (2003), o termo referia-se mais ao aspecto físico, à ação contrária à ordem da natureza; por isso, Aristóteles distinguia o movimento segundo a natureza e o movimento por violência: o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural, enquanto o segundo os afasta. Muito tempo depois é que o termo vai ser atribuído à ação contrária à ordem moral, jurídica e política, assumindo também uma dimensão psicológica e simbólica, multiplicando sua variedade para forma mais sutis.

Não se pode entender a violência apenas como pertencente ao campo puramente físico, é necessário incorporar sentidos e significados que se estendem ao domínio psicológico, pois os danos podem ser tão maléficos quanto os físicos. Neste sentido, busca-se a compreensão da violência retomando alguns conceitos.

Compreender o fenômeno da violência na sociedade contemporânea requer um levantamento, tanto do ponto de vista teórico quanto analítico, como forma de dar conta da complexidade da questão. Não é fácil e nem pontual tratar sobre o assunto, é necessário compreender suas formas diferenciadas de manifestação. É preciso levar em consideração que ela tem uma história, tanto quanto tem uma geografia e uma sociologia; que ela assume formas diferentes em períodos históricos diferentes.

O paradoxo que se argumenta acima a respeito da sociedade contemporânea é o mesmo que permeia a compreensão da violência, pois

pode-se indagar se o homem conseguiu a partir de sua razão desenvolver a sociedade para o bem comum, como pode na mesma escala de crescimento ter criado mecanismos que de forma abrangente têm proliferado a violência em todos os sentidos?

No início do século XX, o pensador alemão Simmel (1992) já apontava para o desequilíbrio crescente entre cultura objetiva e cultura subjetiva. O enorme desenvolvimento e progresso dos recursos materiais e tecnológicos não era acompanhado, segundo ele, por um aperfeiçoamento e amadurecimento das subjetividades individuais. Isso gerava uma distorção entre os elementos objetivos externos, à disposição da sociedade, e a possibilidade de os indivíduos se beneficiarem internamente, em termos de seu crescimento pessoal. Assim, empobreciam-se as possibilidades de interação e diálogo, o que afetava a qualidade de vida pessoal e social. Não se tratava de negar ou rejeitar a importância da tecnologia e do desenvolvimento material, mas de sublinhar o descompasso que relegava a dimensão subjetiva a um plano secundário.

Então, cabe indagar uma questão que faz parte dos anseios daqueles que tentam compreender o crescimento da violência: O mundo está mais violento ou a violência tem maior visibilidade na sociedade contemporânea?

Evidentemente que não há um consenso entre os estudiosos sobre a origem da mesma e, nem do seu caráter fundador, seja nos diversos campos de conhecimento, na sociologia com Michaud (1989), Wieviorka (1989), Santos (2007), Costa (2006), Foucault (1987), Dadoun (1998); na antropologia com Zaluar (1999) e Girard (1990), na filosofia com Arendt (1994) e Chauí ((1998) na psicanálise com Freire Costa (1986)), pois quase sempre o sentido de violência é plural e multifacetado, idealista das manifestações violentas no decorrer do processo histórico de constituição das relações do homem em sociedade. Como também está ligada a questão do poder em sociedade.

Para Michaud (1991), ao recorrer a origem da palavra violência, no latim, procura explicar o seu entendimento, violentia, com sentido de força ou violência, extraído do verbo violare, transgredir, profanar, tratar com violência. Para o autor, o núcleo da palavra violência é vis, ou seja, caracterizado por um lado a idéia de força, vigor, potência, violência, emprego de força e, por outro lado quantidade, abundância, essência de alguma coisa. A intenção do autor é

refazer a análise do processo civilizatório entendendo que este, com todos os seus controles, disciplinas e racionalizações, não foi suficiente para impedir a barbárie.

“há violência quando, numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais”. (MICHAUD, 1991, p. 11).

Nessa contextualização é relevante pontuar o que a Organização Mundial de Saúde, designa como violência:

“uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (PINHEIRO, 2003, p. 16)

A violência é “tudo que abrange a força para ir contra a natureza de algum ser” (CHAUI, 1998). Abrange manifestações de coação, constrangimento, tortura, brutalizações, violações, sevícias, abusos físico-psíquicos contra alguém, produzindo, de algum modo, opressão, intimidação, medo e terror de “um contra todos”, de “um contra um” e de “todos contra todos”.

A antropóloga Zaluar (1999), recorre também da origem latina do termo violência – violentia – constituindo a idéia de vis, como sendo força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital. Para ela, esta força ganha a dimensão de violência quando ultrapassa limites socialmente estabelecidos em acordos tácitos, regras ou convenções que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. A autora incorpora “atos” ou “estados” de violência no âmbito das sociedades democráticas, como sendo um descumprimento das regras, entendendo que é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento ou não, com variações culturais e históricas.

Da perspectiva psicanalítica, Freire Costa conceitua a violência como:

“emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência desses predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita. É porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente predeterminado, assim como o é a presa para a fera. Nada disso ocorre na violência do homem. O objeto de sua agressividade não só é arbitrário como pode ser deslocado” (1984, p. 30).

Essa definição pode ser aplicada ao homem que se constitui numa experiência moderna, no qual vale tudo para atingir seus objetivos, assim como os seus desejos são infinitamente maiores daqueles que precisam apenas de algumas coisas para sobreviver. Esses desejos vão desde o campo pessoal, para o profissional, moral e social.

A violência pode ser processada de forma direta e indireta e, neste sentido é importante demarcar a distinção entre estados de violência e atos de violência, sendo que quase sempre estes últimos decorrem daqueles, os quais articulam normalmente a dominação exercida pelas classes privilegiadas, mediante a opressão, a exploração, a injustiça, a discriminação, a exclusão, entre outras. Na sua avaliação, reside aí, a razão pela qual a violência dos fracos e oprimidos (crime comum, delinquência, protestos, greves, roubos entre outros) é mais facilmente visualizada; ao passo que a violência dos opressores se exerce frequentemente de maneira discreta, sutil, calma, fria e dissimulada, mas sempre portadora de terrível eficácia (MENEZES, 2003).

Por outro lado, a banalização da violência cotidiana leva a invisibilizar e a encarar como natural ou universal o sistema que a propicia e a aceitar como “normais” fatos do tipo: fome, marginalidade, doenças coletivas, insalubridade, poluição, acidentes de trabalho, brutalidade, arbítrio, torturas, perseguições ideológicas, mentiras sistemáticas, autoritarismo, burocracia, censura, golpes, entre outros, ou as várias formas de violência simbólica como as exercidas pela doutrinação política, religiosa e educacional.

Um dos sérios debates, em sociedade, é com relação à banalização da violência, na qual as pessoas, a partir das inúmeras imagens divulgadas tanto

na televisão, quanto no cinema ou jornais e revistas, teriam perdido a sensibilização e solidariedade na ampliação do debate. A violência se torna um dos elementos a mais a serem massificados com a finalidade de atrair o público. Por isso, é importante recorrer ao pensamento de Girard (1990) que trabalha a questão da violência e o sagrado, com o objetivo de refletir a polêmica ideia de que os homens são governados por um mimetismo instintivo responsável pelo desencadeamento de “comportamentos de apropriação mimética” geradores de conflitos e rivalidades de tal ordem, que a violência seria um componente natural das sociedades humanas a ser incessantemente exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias. Neste sentido, o sacrifício teria a finalidade de apaziguar a violência explosão e impedir a explosão de conflitos decorrentes de rivalidades cada vez mais crescentes.

Para o autor, é a violência que constitui o verdadeiro coração e alma secreta do sagrado, afirmando que:

“Ainda não sabemos como os homens conseguem colocar sua própria violência fora deles mesmos. No entanto, uma vez que isto tenha ocorrido, uma vez que o sagrado tenha se tornado esta substância misteriosa que vagueia ao redor deles, investindo-os de fora sem se identificar verdadeiramente com eles próprios, atormentando-os e brutalizando-os, um pouco como as epidemias ou as catástrofes naturais, os homens se defrontam com um conjunto de fenômenos aparentemente heterogêneos, mas que apresentam notáveis analogias (GIRARD, 1990, p. 46)”.

O sacrifício, enquanto pilar fundamental da violência, em Girard, precisa de uma vítima que não possa reagir. Ao receber toda a violência do sacrifício, a vítima não pode devolver a violência; não pode vingar-se. Por isso, a vítima é sempre alguém à margem da sociedade. São todos indivíduos que apresentam um vínculo frágil ou nulo com a sociedade. Nesse processo, mais importante do que ser culpado é a garantia de que a vítima não possa ser vingada, isto é, que ninguém reivindique a sua vingança. Uma vez sacrificado, o bode expiatório, que era considerado a causa da crise, passa a ser a fonte da reconciliação e de se viver novamente em tranquilidade. A violência do sacrifício além de produzir o sagrado, também sacraliza a violência, que passa a ser considerada purificadora. Em Girard, o pensamento moderno, assim como todos os outros anteriores, busca explicar o exercício da violência e da



cultura em termos de diferenças. Isso se constitui, na sua avaliação, um preconceito, apenas uma leitura correta do religioso primitivo pode dissipá-lo.

O paradoxo da modernidade é que o progresso material não só não eleva, necessariamente, os espíritos, mas associa-se, com frequência, a formas extremas de exploração e desrespeito da pessoa humana. A situação de categorias sociais oprimidas, de minorias discriminadas e de regiões miseráveis expressa e produz, dramaticamente, o mal-estar que contamina todas as relações humanas.

Crimes, extermínios, massacres, genocídios, terrorismo, guerras, balas perdidas, temores e sobressaltos parecem fazer parte da sociedade contemporânea. A violência parece que se incorporou no seio da sociedade sob vários aspectos, assustando e amedrontando as perspectivas futuras da humanidade. Ela parece ser a ferramenta básica e essencial da sobrevivência humana e do poder.

Ao longo da história, a violência surge através de práticas de extermínio muito concretas, restabelecendo um processo de assustadora disseminação. A história reivindica seu lugar privilegiado: além do fato de abundar até o desvario em expressões diretas, concretas e cruas, plenas de violência, ela também nos faz entrar no domínio da quantidade, fornecendo imperturbavelmente dados e balanços – ela enumera a violência testemunhando assim a implacável onipresença e o reino entrecortado daquilo que Dadoun (1998) vai denominar de *homo violens*. Como exemplo disso, o autor lembra que a guerra assinala uma violência institucionalizada, ritualizada; por mais cruel que seja, ela possui regras e leis que enquadram a beligerância e supõem a busca da paz, qualificada por vezes como “paz dos bravos”; ela reconhece o inimigo como pessoa com os mesmos direitos, respeita feridas e prisioneiros, poupa as populações civis, entre outros.

Esta imagem ideal da guerra é logo confundida com a prática do massacre, que se traduz por um estrondo selvagem do ódio, do desprezo, das pulsões destrutivas: os feridos são exterminados, os prisioneiros mortos, mulheres, crianças e velhos são executados, violenta-se, tortura-se, mutila-se, queima-se, esfumaça-se. Com o genocídio, atinge-se o cúmulo do horror: a destruição deliberada, sistemática e programada por todos os meios, de uma coletividade inteira cujos membros são acusados e tratados como seres

“inferiores”, “subhomens”; o objetivo confessado é a realização da “solução final” do “problema” através da eliminação total dos indivíduos.

Já Arendt (1994) demonstra nos seus estudos, como o século XX encontrou, na violência e na multiplicação de seus meios pela revolução tecnológica, o seu denominador comum, apontando como a “Nova Esquerda” tem como uma de suas características, precisamente, o tomar conhecimento dessa maciça intromissão da violência criminosa, em larga escala, na política. Como exemplos paradigmáticos dessa intromissão estão os campos de concentração, o genocídio, a tortura e os massacres em massa de civis nos conflitos bélicos, que tipificam as modernas operações militares.

Para a autora, a violência se relaciona ao poder, ou seja, o poder – que é inerente a qualquer comunidade política – resulta da capacidade humana para agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum de ação. Por isso, poder e violência são termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. É a desintegração do poder que enseja a violência, pois, quando os comandos não são mais generalizadamente acatados, por falta de consenso e da opinião favorável, implícita ou explícita, de muitos, os meios violentos não têm utilidade.

A violência, ainda na concepção de Arendt, destrói o poder, não o cria. Sua afirmação é fundamentada caracterizando a violência como instrumental e diferenciando-a do poder (a capacidade de agir em conjunto); do vigor (que é algo no singular, como no caso do vigor físico de um indivíduo); da força (a energia liberada por movimentos físicos ou sociais); e da autoridade (o reconhecimento inquestionado que não requer nem coerção nem persuasão, e que não é destruído pela violência, mas pelo desprezo).

Enfim, a violência, ressalta a autora, multiplica, com os instrumentos que a tecnologia fornece de maneira cada vez mais exponencial, o vigor individual. A violência destrutiva do poder está, no entanto, muito presente na vida do século XX. Arendt acredita que a violência e sua glorificação explicam-se pela severa frustração da faculdade de agir no mundo contemporâneo, que tem suas raízes na burocratização da vida pública, na vulnerabilidade dos grandes sistemas e na monopolização do poder, que seca as autênticas fontes criativas.

Desde fins do século XIX, que observa-se a vinculação do fim do século passado a uma era de degradação da ordem e da segurança, simbolizadas pela degenerescência racial, pelos vícios mentais de toda sorte, encontrados de forma visível na França.

Sob uma perspectiva diferenciada, se encontra nos escritos de Foucault (1987), retratando a violência nas “disciplinas”, ou seja, ele faz uma crítica política da sociedade moderna, aquela que se inicia aproximadamente na segunda metade do século XVIII e vem até os dias de hoje. Analisa o que chamou de sociedade disciplinar, que fabricou indivíduos dóceis e úteis. Foucault é um filósofo preocupado com o problema da individualização, da normalização, da disciplinarização e da formação simultânea de saberes e poderes controladores, cujo resultado é o homem cognoscível pela medicina, pela psicologia, pela pedagogia. Para ele, técnicas punitivas – prisões, fábricas, quartéis e hospitais – mecanismos e dispositivos reguladores e controladores nas escolas, produziram a sociedade disciplinar.

Numa concepção pós-estruturalista, Foucault parte da sociedade disciplinar, que denomina de imenso cárcere destinado a excluir, punir, separar ilegalidades, conhecer o indivíduo que foge às normas, isolar o delinquente.

A disciplina não era percebida como uma instituição, nem um aparelho, nem conjuntos regulares de saber, mas um tipo de modalidade para exercê-lo (poder) comportando todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, alvos: é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia.

São várias as perspectivas de Foucault sobre a sociedade disciplinar e sociedade de controle, pensar a realidade contemporânea de um mundo dominado pelo poder da mídia ampliado com a nova ordem imposta pelo capitalismo renovado, onde as pessoas são cada vez mais levadas ao consumo e onde as dificuldades de se impor ao capitalismo – parecem não ter oposição e se apresentam de maneira autoritária como a única alternativa de sistema econômico e de vida.

Deve-se recorrer a esses estudos para compreender a genealogia da violência, ou seja, a investigação da história com o objetivo de identificar as relações de poder que deram origem a ideias, valores ou crenças. E

particularmente, não se pode discutir a violência simbólica sem levar em consideração o poder existente na sociedade e as instituições que o exercem, no caso específico aqui, ao poder emanado dos meios de comunicação e sua influência no comportamento social.

Desde a década de 1950, período de implantação da tevê no Brasil, começaram nos Estados Unidos a ser realizadas pesquisas com a finalidade de averiguar o comportamento das pessoas diante de uma programação violenta. Esses estudos partiram da preocupação de que na televisão tem violência em demasia e que pode alimentar ansiedades, formar atitudes, definir valores ou incentivar comportamentos diversos com os outros. O principal é o sentido construído das matérias para a sociedade. A presente pesquisa caminha nesse viés, de interpretar aquilo que se fala sobre a violência.

Algumas pesquisas, entre elas a que foi realizada por Gerbner, no final da década de 1960, demonstram como a televisão influencia na construção da realidade dos indivíduos, ou seja, os fatos apresentados pela televisão são aceitos como verdade e base para a ação. O pesquisador constatou que, se você assistir mais TV do que outras pessoas com renda igualmente alta, então o seu medo do crime será muito semelhante ao das pessoas com nível médio ou baixa renda que assistem mais TV do que o resto de seu grupo de renda. Ou seja, os espectadores assíduos de todas as classes têm as suas atitudes cultivadas pela televisão.

Por isso, a presente pesquisa relacionou e selecionou o discurso sobre violência produzido pelo maior telejornal brasileiro, apresentado em horário considerado nobre no país, o Jornal Nacional, da TV Globo, no período eleitoral, levando-se em conta os três meses de campanha e também a ressonância nos discursos políticos produzidos sobre essa questão social pelos candidatos à presidência da República. Se a mídia é importante instituição de formação e informação da sociedade, é pertinente analisar essa realidade reconstruída para os telespectadores tendo como contraponto a 'fala' das possíveis autoridades que vão comandar o país.

A mídia representa uma instância de poder social dentro da sociedade. O poder de fazer visível os fatos. De tornar público aquilo que acontece com os indivíduos e instituições. Não se pode esquecer que o jornalista interpreta os fatos, ou a realidade e a retransmite à sociedade. Para Charaudeau (2006) as

provas da verdade, ou, melhor dizendo, da veracidade de uma informação são, igualmente, da ordem do imaginário, isto é, baseadas nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito. Entenda-se que não existe uma verdade única, pois cada veículo tem a sua.

Ao trabalhar a questão da violência, a televisão vai acionar vários mecanismos, que na compreensão de Wainberg (2005, pp. 30-31) são importantes para entender os apelos produzidos pela programação violenta, entre os quais:

- a) - identidade social com o evento divulgado;
- b) - manipulação do humor, ou seja, as imagens violentas possibilitam expressar emoções que nem sempre são possíveis em determinadas circunstâncias;
- c) - busca de sensações e excitação;
- d) - fantasias;
- e) - moralidade (satisfação e prazer quando o bandido é castigado e o mocinho, vitorioso);
- f) - contexto histórico (o interesse por imagens e experiências de violência simulada muda com o tempo);
- g) - aumento de consumo das imagens sobre violência, quando se aproxima mais da realidade;
- h) - violência da programação ficcional serviria como controle social.

Os estudos sobre a violência e televisão são realizados desde sua implantação na sociedade e, hoje quase todos os países já realizam pesquisas com a finalidade de verificar a correlação entre uma programação violenta e comportamento agressivo, seja em crianças ou adultos. No Brasil, esses estudos partem inicialmente do número de horas dispensados pelas pessoas à programação televisiva. Esses números atingem entre 3,5 e 4,5 horas diárias assistindo TV. Evidentemente, que esse número, em algumas faixas etárias e de renda, vem perdendo para a internet, pois hoje as pessoas já ficam diuturnamente na frente de um computador teclando nos diversos programas oferecidos pela rede, entre: email, msn, orkut, twitter, facebook, entre outros.

Dados da Unesco dão conta de que jovens de até 14 anos passam 28 horas semanais diante da televisão comparativamente à média de 23 horas na escola. Nos Estados Unidos estimativas afirmam que uma criança vê na TV 3.000 atos de violência todos os anos (em especial assassinatos, agressões, tortura, assaltos e roubos). De 15% de programação violenta nos anos 1950 pulou para 80% na metade da década de 1990 e os programas infantis eram os mais violentos (WAINBERG, 2005, p. 35).

De lá para cá, a mídia tem continuamente programado mais e mais violência. Saiu dos programas específicos e caiu nas graças da programação do telejornalismo. E isso também pode ser observado no Jornal Nacional. Considerado um dos mais respeitados e sérios jornais da televisão brasileira, tanto pela audiência como pelo público que assiste todas as noites. A partir da década de 1990, o telejornal também popularizou a cobertura policial, levado principalmente pela onda dos programas das outras emissoras que já realizavam cobertura com matérias sobre violência. Os demais conteúdos – econômico, político e internacional – ficaram para segundo plano.

E como construtora de imagens simbólicas, a mídia participa ativamente, na contemporaneidade, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade.

A partir do imaginário é possível atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo, afirma Baczko (1984). É no imaginário que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegoria, rituais e mitos. Com essas textualizações, constroem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

A mídia – funcionando como instituição responsável pela criação de símbolos, que alimentam o imaginário social – representa verdadeiras comunidades de imaginação ou comunidades de sentido (BACZKO, 1984), no interior das quais os indivíduos internalizam referências simbólicas que lhes dão os meios inteligíveis para seus intercâmbios com as instituições e estas,

por sua vez, são legítimas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades (CASTORIADIS, 1982).

O imaginário social desempenha papéis muito diferentes nas sociedades tradicionais e modernas. Nas sociedades tradicionais, “tanto o imaginário social quanto as técnicas da sua manipulação são produzidos espontaneamente, e se confundem com os mitos e os ritos” (BACZKO, 1984, p. 20). Na modernidade, com a autonomização da “esfera da política” em torno do Estado, que as técnicas de manipulação do imaginário social se tornaram independentes dos mitos, e objeto de uma atitude instrumental, tendo em vista a disputa política. Ou seja:

“As situações conflituais entre os poderes concorrentes estimularam a invenção de novas técnicas combativas no domínio do imaginário. Elas visavam formar, de um lado, uma imagem desvalorizadora do adversário e, muito particularmente, invalidar a sua legitimidade, de outro lado, elas exaltam, por intermédio de representações magnificantes, o poder e as instituições cuja causa está sendo defendida” (BAZCKO, 1984,p. 20).

Na relação entre os meios de comunicação de massa e os imaginários sociais, percebe-se que os “*mass-media* fabricam e emitem, com efeito, para além de informações sobre a atualidade transformada em espetáculo”, os imaginários sociais, as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades, os mitos políticos, os modelos formadores de mentalidades e de comportamentos, as imagens dos “leaders” (BAZCKO, 1984, p.37).

Cada sociedade elabora uma imagem do mundo, afirma Castoriadis (1982), fazendo um conjunto significativo, onde encontram o que importa para a vida da coletividade, a própria coletividade e uma certa “ordem do mundo”. Esta imagem utiliza as nervuras racionais do dado, mas as subordina a significações que não dependem do racional, mas do imaginário. Nesse sentido, a instituição está inserida em uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional, sem o qual a sociedade não sobreviveria, e um

componente imaginário que, no social histórico, é criação, fazer ser, é posição na e pela instituição de formas e significações sociais.

O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para "existir", para passar do virtual a qualquer coisa mais. O simbólico comporta, quase sempre um componente "racional-real": o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para agir. Mas este componente é tecido inextricavelmente com o componente imaginário efetivo – e isso coloca, tanto para a teoria da história como para a política, um problema essencial (CASTORIADIS, 1982, p.155). A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário.

E é nessa intrincada relação que os indivíduos vão perceber as representações construídas pelos meios de comunicação. A violência apresentada na mídia é sem sentido ou origem. É homogênea.

Para Gregolin (2003) os trajetos simbólicos, construtores do imaginário social, dependem, de um diálogo entre sujeitos, entre enunciadores (que fazem circular concepções de mundo) e enunciatários (que as interpretam, reconhecendo-as ou não). Nesses trajetos, através dos múltiplos imaginários, traduzem-se visões de mundo que coexistem, superpõem-se ou excluem-se enquanto forças reguladoras do cotidiano. O real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário; nele, os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a aparição dos sentidos (2003, pp. 98-99).

Outro trabalho interessante com relação à discussão da violência é de Mougín (1998) que discute a questão na pós-modernidade, a partir das imagens do cinema. Para ele, essas imagens funcionam como produto das ideologias e das condições sociais, econômicas e culturais. A estrutura de como a violência é apresentada no cinema não pode ser confundida com a apresentada na televisão ou em outros meios de comunicação. Porque uma estaria ligada à questão cultural, uma vez que o romance, a fotografia e o cinema contribuíram de forma extremamente significativa para fixar a história da humanidade em sua forma fixa e visível, objetiva, e isto foi feito utilizando a figura do mito. Na pós-modernidade, a relação dialética, viva, dramática entre cinema e imaginário humano acaba resultando na perda de especificidade de ambos. Em cada um dos episódios mostrados é retratada de forma mitificada



diferentes faces da violência. Percebe-se o tráfico de drogas, o crime organizado, assassinatos, perversões sado-masoquistas, transgressão das normas e leis estabelecidas, enfim, formas as mais diferentes de se retratar os estereótipos sociais da violência. Não se sabe se os negociantes da violência se submetem aos desejos dos expectadores ou se apenas inventam cenários cuja violência não constitui uma preocupação para eles.

“[...] são inseparáveis do papel exercido pela televisão, pela imagem de síntese ou pelo vídeo, e pela influencia por elas exercidas nas fabricas de imagens. Nesta dupla orientação, a violência fica literalmente sem escapatória: abordada de maneira direta, imediata, ela não consegue nenhuma distância, nenhuma representação. (MOUGIN, 1998,p. 33).

No cinema, as imagens variam se diferenciando das apresentadas na televisão. Existem filmes que mostram a violência de forma mais indireta, outros de forma bem mais explícita. Acontece que todo filme que trata de tráfico e consumo de drogas, violação dos direitos humanos, caça predatória e mesmo apresenta um alto índice de xingamentos está indissociavelmente falando de violência. A vítima da violência nem sempre é mostrada de forma correta. É mais provável que a natureza da vítima influencie o medo do público, e não sua aprendizagem. Para os personagens dos filmes, que se encontram muitas vezes em ambientes aversivos, diferentemente dos espectadores, a violência é uma resposta que têm grande parte das vezes como consequência algum tipo de reforço social. “A natureza da violência mudou assim como a sua difusão: ela é cada vez mais indiscernível, lateral, está cada vez menos controlável e faz cada vez mais medo” (MOUGIN, 1998, p.18).

As análises de Mougín se assemelham às de outros estudiosos quando chama a atenção para a exposição intensiva ou repetida de imagens violentas que podem aumentar a dessensibilização, a assimilação e o medo entre o público. A violência extrema acrescenta à violência certa dessensibilização sobre a qual os investigadores põem a tônica. Ora, este movimento de dessensibilização procede paradoxalmente de uma sociedade em que a violência se tornou hipersensível.

“A violência se desdobra, oscilando entre um movimento de interiorização invisível ( a violência que o toxicômano exerce sobre o seu próprio corpo) e um movimento visível de exteriorização ( o espetáculo da morte em direito de Beirute tem sido desde 1975 o centro ativo). Não existe violência que não seja secreta, acaçapada, subterrânea, invisível, ou demonstrativa, explosiva, exacerbada, hipervisível”. (1998, p. 21)

“[...] esta insensibilização a violência acompanha-se da constatação de uma violência exterior cada vez mais insuportável e de uma interiorização da violência que se esconde sob a máscara insensível do espectador [...]” (1998, p.162).

A violência apresentava-se no ecrã, nos filmes de gênero, onde o conflito gerador do problema podia levar a morte de um dos adversários. Marcava um tipo de narrativa opondo indivíduo ou grupos, os momentos de violência acompanhando o desenrolar mais ou menos trágico de uma escalada para a morte. A violência no estado natural não conhece nem principio nem fim, assim quando se reporta à violência das imagens que parecem ser naturais, o sentimento de gradação, ou de escalada desaparece, porque se instala em definitivo. Quando a violência se encontra em seu estado natural, a mesma corresponde à guerra entre os indivíduos, não remetendo para as relações entre grupos ou estados e sim para guerras que se travam no interior, que sejam na cabeça ou na rua.

É importante destacar com relação a questão da dessensibilização, que o excesso de violência ou de imagens sobre a mesma, acaba por naturalizar-se, para que nela se torne cada vez menos distintas as figuras do agressor e da vítima, e ainda para que se forme a idéia da guerra interior como de coisa banal. É um segundo círculo vicioso: pelo fato de não se ver a violência senão no fluxo das imagens, acaba-se por acreditar que imagem e violência são sinônimos.

As imagens da violência estão como que expostas num laboratório cinematográfico onde elas desfilam até ao infinito, como se elas colocassem em cena um mundo estranho, diferente do vivido no dia a dia. O cinema separa essas duas realidades. Ver a violência para melhor se isolar dela não equivale a convertê-la: esta atitude não corresponde a experiência da catarse que é, ela inseparável da experiência de um olhar que aceita ser posto a prova pelo espetáculo ao qual assiste. A dessensibilização não corresponde a uma

depuração do susto produzido pela violência das imagens, é antes a invenção de um sujeito ausente, suspenso ao abrigo da sua própria violência e do mundo, ela é uma produção de um sujeito que olha uma violência imaginada em laboratório, uma violência *in vitro* que não lhe diz respeito, de um sujeito que se afasta de um mundo de que tem demasiado medo. Claro, um sujeito que não é mais sujeito.

Diferente do cinema, na televisão, os indivíduos percebem a violência do mundo, uma vez que as imagens divulgadas representam fatos da realidade e do dia a dia das pessoas. A violência se generaliza e homogeneiza as ações na contemporaneidade. O medo passa a ser real, pois o que é retratado é a vida e as suas contradições.



## **6. A arena política contemporânea**

“A política na TV é o império das aparências. Lá o sujeito esgota-se no predicado (no atributo externo)”.  
(ANDERS)

“A política, em outros tempos, eram idéias. A política, hoje são pessoas. Ou melhor, são personagens. Pois cada dirigente parece escolher uma função e desempenhar um papel. Como num espetáculo. Agora o próprio Estado se transforma, então, num produtor de espetáculo. Agora a política volta-se para a encenação”  
(SCHWARTZENBERG).

## 6.1 O cenário contemporâneo

O presente capítulo discute o contexto da política na contemporaneidade, tendo como suporte o discurso político na propaganda eleitoral. Aborda as transformações decorridas nesse processo, a partir daquilo que foi designado na pesquisa de pós-mídia. Ao discutir essa arena política contemporânea leva em consideração quais os elementos ou questões são privilegiadas na campanha eleitoral.

Desde Platão o exercício da política mudou muito na sociedade. As praças e as ruas que eram os espaços privilegiados de discussão das ideias foram abandonadas e substituídas, e o palco central transferido para o espaço midiático. Hoje, os candidatos para convencerem seus eleitores se utilizam de diversos artifícios com a finalidade de atrair a atenção do público e difundir o seu discurso político.

Da mesma forma que se tem uma geração alfabetizada pela mídia, na qual a educação foi compartilhada entre instituições tradicionais e os meios, se tem também uma geração que compreende a política de acordo com a propaganda eleitoral divulgada nos meios de comunicação.

A política, sem recorrer aos conceitos filosóficos, sociológicos, jurídicos ou antropológicos, permeia o imaginário coletivo como sendo as ideias difundidas no horário de propaganda eleitoral no período das eleições. Evidentemente ela abarca um campo muito mais expressivo da vida em sociedade, no qual seus preceitos estão balizados naquilo que determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum.

O estudo da política pode se dizer que teve início com os gregos, sendo Platão e Aristóteles os criadores da disciplina. Mas o contraste entre as abordagens desses dois estudiosos recai sobre a ideia de que a linha divisória entre o destaque dado na observação dos fenômenos e uma ênfase na análise dos valores sempre existiu, desde o começo. No entanto, o desenvolvimento da ciência política através da Idade Média, do Renascimento e do período moderno foi muito desigual. Autores como Maquiável, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville passaram a vida analisando a política,

inclusive o interesse pela vida política tal como ela efetivamente ocorre era amplo, em parte porque queriam melhorar um *status quo* que achavam altamente insatisfatório.

Em virtude de ter nascido com o desejo de organizar a vida dos indivíduos em comunidade, na concepção de Charaudeau (2006), a política se concretiza mediante as várias atividades de regulamentação social: regular as relações de forças com objetivo a manter ou aplainar certas situações de dominação ou de conflitos e mesmo tentar estabelecer relações igualitárias entre os indivíduos; legislar, mediante a promulgação de leis e de sanções, orientando os comportamentos dos indivíduos para preservar o bem comum; distribuir e repartir as tarefas, os papéis e as responsabilidades de uns e de outros mediante a instalação de um sistema de delegação e de representação mais ou menos hierarquizado (por nomeação ou eleição). Esses modos de percepção da política caminham para mostrar que a mesma é um espaço de ação que depende dos espaços de discussão e de persuasão que, para serem válidos, devem ser divididos em domínios, pois toda sociedade tem necessidade de reconhecer e de classificar as trocas realizadas (CHARAUDEAU, 2006, p. 27).

A política, ao longo dos séculos, sofreu profundas transformações, de discussão, de operacionalização e de concretização de seu relacionamento com a sociedade. O que antes, se materializava através do debate das ideias, hoje se institucionaliza em regras para serem ditas de maneira objetiva, condensada, sedutora e atraente para os públicos. Determinadas questões sociais serão excluídas dos debates, por vezes, obedecendo somente aquilo que pode seduzir e convencer os eleitores.

Evidentemente que a política hoje, principalmente a partidária, adquiriu um novo formato, estabelecido pelo processo de comunicação entre as pessoas, geralmente sob suportes midiáticos, no qual, os candidatos lançam mão de artifícios com a finalidade de seduzir, atrair e convencer os eleitores de suas propostas, que podem ser vazias de conteúdos, mas necessitam de apelo junto ao público, no sentido de convencer e vencer o processo eleitoral.

A questão, então, é se seria aceitável imaginar que parte da prática política, fora do alcance da esfera da visibilidade pública controlada pela comunicação de massa, manteria uma certa indiferença ou autonomia em

relação a esta. Para Gomes, a política sempre esteve associada à retórica, entendida como uma explicação discursiva de convencimento e da persuasão racional. Mas, atualmente, a política estaria se aproximando da poética e da retórica da estética orientada para a produção de representações miméticas: a narrativa e o drama. Assim, a comunicação tornou a retórica política mais compreensiva e sedutora, sem deixar de ser persuasiva e racional. Constata-se assim, que apesar da supervalorização equivocada de sua transformação pela mídia, a “comunicação pode dispensar a política, mas a política não pode prescindir da comunicação” (GOMES 2004 p. 321). Evidências empíricas de tais alterações se acumularam nos estudos de comunicação política nos últimos tempos e constituem um repertório que aponta decididamente em favor da tese da transformação da esfera política propriamente dita, pelo menos nas sociedades democráticas de massa.

Nos argumentos de Gomes são descartadas ideias, nas quais afirmam a presença de um novo modelo de política. O autor entende que há algo novo presente nas condições em que o mesmo fazer político se realiza, agora centrado na mídia. Esses dispositivos não devem ser tidos como favoráveis ou contrários à criação de um espaço público democrático. Isso passa necessariamente pelo maior engajamento da sociedade e pela superação de interesses setoriais que, na maioria das vezes, frustra a construção e a defesa de interesse geral e a luta pela visibilização de suas demandas.

As pessoas acabam compreendendo a política no período anterior as eleições, ou quando os candidatos precisam dar conhecimento à sociedade que são candidatos e necessitam do seu apoio para ocupar determinado cargo de comando. Nesse período, determinado de campanha eleitoral, as pessoas ficam mais atentas, pois em tese, a sociedade se volta para discutir as propostas daqueles que vão governar o país. Esse momento de discussão das possíveis propostas, é socializado, via meios de comunicação com a sociedade. Observa-se também por parte da mídia, uma cobertura maior sobre determinadas questões sociais. Nem que seja com a finalidade de combater os candidatos que vão contra seus interesses ou de demarcação de posição.

A crescente relevância política dos meios de comunicação, em todo o mundo, está ligada exatamente à dupla mediação que eles promovem. Em primeiro lugar, a mediação do discurso político. Hoje, a possibilidade de acesso



do público a um determinado discurso depende de sua veiculação pela mídia. Trata-se de um fenômeno relevante, que o elemento crítico na disputa política é a criação de sentido: a construção de crenças sobre o significado de eventos, de problemas, de crises, de mudanças políticas e de líderes. Parece ter se tornado comum que a comunicação midiática, particularmente a comunicação que se processa pelos jornais e pela televisão, foi convertida num lugar privilegiado para a “palavra política” (GOMES, 2004, p. 423).

“A novidade consiste no fato de que a esfera de visibilidade pública contemporânea controlada pela comunicação de massa tenha se tornado o ambiente predominante da comunicação, portanto, da comunicação política. Por essa razão a política tem que lidar com o fato de que o indivíduo contemporâneo está cada vez menos disposto a esforços de tradução de uma comunicação formulada segundo a estranha “gramática da comunicação política tradicional” (GOMES, 2004, p. 320).

A necessidade de obter a atenção dos meios de comunicação faz com que os acontecimentos políticos tendam a assumir a forma de “pseudo-eventos”, isto é, eventos planejados para se tornarem notícia. Isto leva à adequação das estratégias políticas aos critérios midiáticos, notadamente à personalização dos movimentos coletivos e à preferência por ações espetaculares, em detrimento do trabalho a longo prazo. A forma do discurso político também é afetada; sob o predomínio dos meios eletrônicos, ele se torna mais imagético, mais fragmentado, mais intimista e mais difuso.

Os atores do campo político necessitam acessar a esfera pública midiática, administrada pelos agentes da comunicação de massa, para atingir seus públicos, neste momento tratado como eleitorado. Já o campo da comunicação precisa de informações oriundas da esfera política para atender de maneira constante a quantidade de notícias demandadas pelos seus públicos, neste caso, encarados como audiência. O que parece, à primeira vista, um casamento perfeito, na verdade abriga uma série de choques e negociações de interesses, uma série de encaixes e desencaixes.

A esfera pública na política é explorada, sendo o sujeito o público enquanto dono da opinião. No entanto os cidadãos são livres para colocarem e discutirem suas ideias. Mas o que se percebe é que os meios de comunicação

são os principais condutores da propaganda política. A ideia de esfera pública é necessária para se pensar as alternativas da cidadania em controlar cognitivamente a instância onde se produz a decisão política.

Por isso, algumas questões sociais ficam fora desse debate, pois haverá uma seleção, dos profissionais envolvidos no processo da campanha eleitoral, daquilo que poderá ser dito pelos candidatos para os eleitores. Ou, então ditos de maneira não muito clara e nem elucidativa. Sabe-se que os meios de comunicação modificaram a ação política na contemporaneidade, porém alguns elementos ainda precisam ser analisados para verificar até que ponto essa transformação tem excluído das campanhas eleitorais a discussão das questões públicas importantes junto à sociedade, entre elas a violência.

A mídia acaba gerando um impacto nas práticas políticas, convergindo assim para quatro dimensões principais desse processo que são: a) a mídia como instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns, ou a mídia substitui esquemas políticos tradicionais e, notadamente, reduz o peso dos partidos políticos; b) o discurso político transformou-se, adaptando-se às formas preferidas pelos meios de comunicação; c) a mídia passa a ser responsável pela produção da agenda pública (MIGUEL, 2002). A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Especificamente se enquadra a questão da violência, que nas eleições de 2006, foi agendada como pauta central no Jornal Nacional; e por fim, c) a preocupação, mais que no passado, com a gestão da visibilidade, ou imagem pública dos candidatos. Neste sentido, a mídia passa a ser importante instituição de influência, discussão e divulgação de informações dos candidatos e das questões sociais.

As transmissões políticas utilizam os mesmos artifícios da propaganda comercial com a finalidade de convencer os eleitores. A política copiou virtualmente os slogans, os logotipos, os jingles, as cores, cifras e imagens da propaganda; todos esses itens são ferramentas básicas de identificação, diferenciação que foram adotados pelos políticos na tentativa de atrair os eleitores.

Essas estratégias são utilizadas em todos os países, em menor ou maior proporção. Mas os políticos têm demonstrado que eles usarão qualquer

vantagem que a mídia possa oferecer para influenciar o comportamento dos eleitores na direção desejada por eles. E tudo isso teve início num período em que o mundo ocidental estava saindo finalmente da austeridade e da contenção do pós-guerra.

Percebe-se que a crise vivida pelos partidos no Brasil fez com que a mídia assumisse determinadas funções dessas instituições: construir a agenda pública (agendamento), gerar e transmitir informações exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população. Na observação de Lima isto se explica pela simples razão de que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela.

“O papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias, dos gêneros, das gerações, da estética etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2006, p. 55)

Desse modo, as campanhas eleitorais sofreram grandes modificações, de operacionalização, de execução e de produção:

“Os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc.) passaram a ser planejados como eventos para a TV. O contato direto foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica. O mesmo ocorreu com relação às fontes de informações dos eleitores. Pesquisas do DataFolha revelaram que 86% das entrevistas em 1989 e 89% em 1990 tomaram conhecimento sobre os acontecimentos políticos através da TV (LIMA, 2006, p. 59).

Assim tem início, o que pode ser denominado da política espetáculo, aquela que terá como fundamento básico o ver para acreditar. Os políticos utilizam a mídia com a finalidade de massificar sua imagem e propostas.

Atribui-se ao nazismo alemão, a introdução do espetáculo político na cena pública. As mudanças são marcantes, pois demarcam as oposições, ou seja, enquanto outros partidos políticos concentravam-se em expor seus

programas, seus planos de ação econômica, suas propostas sociais, os nazistas ganhavam as massas mediante grandes festividades públicas, dos espetáculos carregados de retórica populista e de energia teatral, que sugeria soluções rápidas, imediatas e radicais para os principais problemas sociais (MARCONDES FILHO, 2008, p. 113).

A política, que a partir de 1800 nasceu como grande ocupação nacional nas discussões em cafés, bares, praças públicas e locais de concentração popular, passa a ser revitalizada nos anos que se seguem à Primeira Guerra, e depois desaparecerá da cena urbana após 1945. Televisão, rádio, jornais e cinemas passarão a transmitir os discursos, as concentrações, os comícios e o político torna-se, cada vez mais, dependente dos meios de comunicação e de sua cobertura.

As novas técnicas, reforça Balandier (1982), dão suportes mais poderosos à dramaturgia democrática, os da mídia, da propaganda e das pesquisas eleitorais. Elas reforçam a formação das aparências, ligam o destino dos homens de poder tanto à qualidade de sua imagem pública quanto às suas obras. Denuncia-se então a transformação do Estado ou espetáculo, em teatro da ilusão.

Essa teatralidade política não é desprovida de intenções, pelo contrário, sua consagração e seus ritos, não é uma maneira obliqua de reduzi-los a aparências e jogos ilusórios. É uma resultante, tudo concorre para isto – desde as relações sociais definida pelo sistema de produção até as constituídas pelos valores e imaginário coletivos. A sociedade, sempre em evolução, terá sua unidade realizada pela imagem, imposta justamente pelo poder dominante, com suas pretensões e prescrições nunca inteiramente de acordo com a realidade vivida, por isso pode-se compreender melhor a necessidade de produzir efeitos que tenham uma função de compensação. A sociedade não depende exclusivamente de coerção, das relações de força legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, o objeto e a realizadora. Sua ordem, permanece vulnerável; ela é portadora de perturbações e de desordem, mas geradores de ardis e dramatizações que mostram o poder em negativo (BALANDIER, 1982).

Neste sentido, dois fenômenos, se assim podem ser designados, discurso político e violência, tiveram sua visibilidade ampliada, não que eles

não tivessem destaques em outros momentos históricos, mas a contemporaneidade fez aflorar, em grandes proporções seus construtos e percepções, seja pelo avanço científico e tecnológico, seja pelo aumento populacional dos espaços urbanos, dos problemas sociais e, sobretudo a modernização dos meios de comunicação. A violência e o discurso político passaram a ser percebidos com maior intensidade pelas imagens.

As imagens políticas foram transformadas pelos meios de comunicação. Elas podem ser fabricadas em grande quantidade, por ocasião de acontecimento ou de circunstâncias que não têm necessariamente um caráter excepcional. Elas adquirem, graças à mídia, uma força de irradiação e uma presença que não se encontram em nenhuma das sociedades do passado. Até porque tem que ser levado em consideração que um país como o Brasil, composto de 27 Estados e mais de 5.564 (cinco mil quinhentos e sessenta e quatro) municípios, dados do IBGE, é impossível a presença física dos candidatos em todos eles. Então, a mídia procura propagar e difundir essas imagens e propostas aos eleitores brasileiros. Essas imagens se tornam cotidianas; isso quer dizer que elas banalizam-se e se desgastam, o que exige renovações freqüentes ou a criação de aparências de novidade. Esta primeira e sumária enumeração de novas condições de funcionamento da imagística política basta para marcar as diferenças com as situações anteriores. O universo político parece mais aberto ao ver dos governados, ele perde uma parte do mistério que se ligava a sua natureza de mundo oculto e secreto; mas continua assim, o que acontece é que suas aparências cada dia manifestadas provocam uma queda de curiosidade e um certo desencantamento. As técnicas audiovisuais de que dispõe o poder permitem uma dramatização permanente, ou quase e, assim, menos dependência do ciclo anual do cerimonial político. Melhores equipados para produzir imagens, os governantes se encontram, entretanto, na situação paradoxal de ver essa capacidade enfraquecer-se por seu próprio uso. Eles têm que aprender a dominar uma nova tecnologia do simbólico e do imaginário, uma nova forma de dramaturgia política. Expressões e fórmulas foram lançadas para modificá-las (ou desqualificá-las) (BALANDIER, 1982, pp. 62-63).

As ideias foram substituídas por personagens que captam a atenção e sacodem a imaginação, afirma Schwartzberg (1977). Esses personagens

representam por vezes, o herói, o homem comum, o líder de charme, o pai, a mãe. As circunstâncias fazem e desfazem esses personagens, provocam a sucessão de papéis, condicionam as figuras diferentes da autoridade. A passagem se dá de uma arte política mais teatral e melhor ajustada ao tipo de poder ilustrado pelo herói para uma arte política moldada pelo cinema e pela televisão. Para um modo de representação que se organiza à maneira do “*star system*” e encontra na mídia um agente de reforço. Segundo Schwartzberg, a dramaturgia política contemporânea se diferencia cada vez menos do espetáculo de imagens; o poder está “em evidência”.

Com relação à diversificação da nova tecnologia política, Schwartzberg elaborou a sua teoria do Estado-espetáculo. Os políticos tem a obrigação contraditória de mostrar a cena política, mantendo a distância os efeitos de perspectiva, as dramatizações, sem as quais o poder se auto-aboliria. A civilização dos meios de comunicação permite-lhes dar a ver mais do que a pensar, conduzir uma política da imagem que se torna necessariamente emprestado à arte do espetáculo. O poder não é mais associado a uma figura longínqua, moldada pelo mito inicial, o imaginário coletivo e a tradição, mas a uma elaboração que permite aos responsáveis uma presença e um renome, fazendo-os personagens capazes de provocar mais adesões. A cena parlamentar não é mais um universo quase fechado, ela é, proposta aos olhos dos telespectadores que se tornam efetivamente espectadores à distância do drama montado para eles – o mais frequentemente sob a forma de uma breve confrontação das “estrelas políticas”. As eleições, além do efeito de “suspense” que produzem, são ocasiões de manifestações festivas, verdadeiros shows, apesar das restrições da legislação eleitoral nas eleições de 2006, de campanhas orquestradas por profissionais de diversas áreas, cientistas políticos, formadores de opinião, marqueteiros, entre outros, de dramatizações programadas.

Os dois candidatos selecionados - Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alkmin – durante a campanha eleitoral, apareceram bem vestidos, elegantes, sempre em imagens com o povo, com trabalhadores e autoridades. Lula optou por mesclar as origens dos brasileiros, ou seja, misturou índio, negro e branco em sua campanha.

Na sociedade pós-mídia, termo designado na pesquisa, a empresa política se alimenta do acontecimento, é o motor das dramatizações que a constituem e mantêm. Nas sociedades anteriores, era o contrário: o poder dramatizava a longa duração, a perenidade de seus próprios sucessos e os acontecimentos se achavam de qualquer modo ocultados pelo artifício dessa encenação.

“Na política , as imagens tornam-se muito sofisticadas e complexas porque precisam garantir, simultaneamente, estabilidade e permanência ao poder e sua adaptabilidade, flexibilidade e dinamismo para responder às conjunturas. A competição política não se faz entre partidos, ideologias ou candidatos, mas entre imagens que disputam valores como “credibilidade”, “confiabilidade, ‘respeitabilidade’, inovação, ‘prestígio’ (CHAUI,1992,p. 386).

A contemporaneidade se descortina como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente no passado torna-se uma representação. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo dominante na sociedade.

Ao relacionar espetáculo político e mídia, Maria Helena Weber (2000) vai destacar quatro tipos de espetáculos: 1) o espetáculo político editorial; 2) o espetáculo político articulado; 3) o espetáculo político autônomo; 4) o espetáculo político arbitrário. E é no espetáculo político arbitrário que será incluída a campanha eleitoral:

“espetáculos marcados por uma estética híbrida, que apresenta a política misturada a linguagens e gêneros, configurando, assim, um delito à sua especificidade. É possível assistir a um programa político construído num formato de telejornal, imitando programas de entrevistas, ou reproduzindo a idéias das ‘externas’ quando transeuntes-cidadãos são entrevistados sobre qualquer coisa. Programas humorísticos, fragmentos de telenovelas, programas de calouros, são usados como performance no horário político. Dessa forma se constituem como o espetáculo político arbitrário porque se instalam, durante meses ou minutos, na programação, alheios aos fatores que determinam a audiência e a fidelidade desta audiência”( WEBER, 2000, p. 39).

As campanhas eleitorais obedecem essa lógica da espetacularização, abusando dos artifícios do marketing, das estratégias de persuasão e do discurso curto que pouco dizem sobre as políticas públicas que serão implementadas. Quase sempre o horário determinado para divulgação das propostas é utilizado como espaço de falar contra o candidato adversário ou de apresentação de efeitos de convencimento do eleitor.

Esse domínio do aparecer vai ao encontro da expressão cunhada por Debord sociedade do espetáculo. “Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação”(1997, p. 20). A realidade é uma imagem e as imagens tornam-se realidade. A unidade que falta à vida recupera-se no plano da imagem. É a onipresença dos meios de comunicação. Este é o seu aspecto mais visível e superficial ao formar uma sociedade na qual a vida real é pobre e fragmentária. Os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta na existência real. Eles olham e se alimentam das notícias sobre os outros, estrelas, políticos, líderes; e vivem em seu lugar (TÚLIO COSTA, 2009, p.190).

As relações entre as pessoas não seriam mais mediadas apenas pelas coisas, mas diretamente pelas imagens. A imagem é uma abstração do real, e o seu domínio é o espetáculo. O espetáculo estaria: na relação social entre as pessoas, mediada por imagens; no modelo atual da vida dominante na sociedade e na exploração de toda a atividade social (DEBORD, 1997).

As transformações da fala política, via influência dos meios de comunicação, serão percebidas com maior propriedade nas campanhas eleitorais, nas quais os candidatos terão que adequar o discurso político de acordo com as determinações da mídia. Ou seja, o discurso proferido atenderá todas as exigências do tempo destinado aos partidos, do que deve ser dito e como deve ser dito para os eleitores. As campanhas, considerando as restrições impostas pela lei eleitoral nas eleições de 2006, ainda assim se constituíram em eventos midiáticos<sup>24</sup>. Anteriormente eram verdadeiros

---

<sup>24</sup> A lei 11.300, de 10 de maio de 2006, chamada de minirreforma eleitoral proibiu a veiculação de qualquer tipo de propaganda: nos bens públicos; de arregimentação do eleitor ou a propaganda de boca de urna; de divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, cartazes, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestiário; de distribuição de brindes, ou seja, a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, canetas, cestas básicas ou quaisquer outros bens materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.



espetáculos, com a finalidade de atrair o eleitor. Participavam cantores e artistas de grande expressão e de credibilidade junto à sociedade eram convocados a darem seu depoimento de apoio aos candidatos.

Nas eleições de 2006, o horário eleitoral se constituiu em importante canal de divulgação dos candidatos, pois a Lei eleitoral 11.300, surgiu em decorrência do episódio conhecido como “escândalo do mensalão” e também teve como objetivo diminuir as fontes de despesas das campanhas eleitorais e coibir com maior rigor às práticas financeiras irregulares, vivenciadas em eleições anteriores.

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, o discurso político passa, então, ser breve, privilegiando a astúcia verbal e o fim das grandes narrativas como exigências das práticas discursivas, principalmente da televisão. São as técnicas da comunicação de massa aplicadas ao discurso político que, homogeneizado, torna-se um produto de consumo. Adotam-se estilos da vida cotidiana, da vida privada por meio do agenciamento da gestualidade, pois o corpo torna-se recurso central dessa linguagem de aparência que é a teatralização do político. Essa nova maneira de produzir a cultura por meio do espetáculo leva à invisibilidade das massas, suplantadas pela visibilidade do homem-político.

Em função dessa reconfiguração da política “pós-mídia”, a dependência da comunicação de massa comporta a necessidade de que, em função de cálculos de eficiência, os discursos políticos predominantes sejam organizados de acordo com a gramática específica das linguagens dos meios onde devem circular. Linguagens que vêm a ser justamente aquelas que orientam a apreciação e o consumo de mensagens por parte dos públicos que se deseja alcançar. Onde há necessidade de conversão do discurso político segundo a gramática do audiovisual e as fórmulas de exibição e de narração próprias do universo do entretenimento. Decorre desse pressuposto a evidência da centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de afetos

---

Proibiu a realização de showmicio e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral; também foi proibido o uso de outdoor na campanha (Fonte: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

e de emoções, para a conversão de eventos e ideias em narrativas e para o destaque daquilo que é espetacular, incomum e escandaloso.

Nesse processo será permeado o alcance dos valores ideológicos no embate político e na caracterização das posições em disputa. Características da gramática e da lógica da enunciação na comunicação de massa, como a prioridade da imagem sobre o verbal e o predomínio do texto curto, direto e forte sobre o discurso argumentativo clássico, esvaziaram as contraposições ideológicas. Diferenças ideológicas são diferenças de visão de mundo e da vida. A linguagem veloz da comunicação industrial, pouco afeita ao discurso e à polêmica complexa e verbalmente sofisticada, impediria a exposição adequada das diferenças entre as posições políticas e, ainda mais, constituiria um empecilho à polêmica discursiva que se deveria seguir à apresentação das posições. Além disso, as competências comunicacionais trazidas para o campo político por técnicos do marketing, de imagem e de opinião, tenderiam a reduzir o componente especificamente político da arena, convertendo as diferenças ideológicas em alternativas de marca, preferência e gosto (GOMES, 2004, p. 26).

Todo discurso político – e, portanto, toda ação política, na medida em que o discurso é uma forma fundamental, ou mesmo a forma por excelência, da ação política – se estrutura necessariamente em torno de um projeto, ainda que obscuro, latente e contraditório (MIGUEL, 2000). Isto porque todo discurso político deve, de alguma forma, responder à pergunta “o que eu faria, se tivesse poderes para tanto”. Quanto mais clara (e honesta) for a resposta, mais lúcida pode ser a decisão dos cidadãos e eleitores.

Portanto, é interessante destacar essas nuances com a finalidade de compreender o tratamento dispensado à violência, tanto no discurso da mídia, como no discurso político dos candidatos nas eleições presidenciais, em 2006. Violência como fenômeno social que na contemporaneidade atingiu a todos, independente de classe social, modificando assim atitudes e comportamentos dos indivíduos em sociedade. Ao transportar determinadas temáticas ao pronunciamento dos políticos é importante referenciar que esse discurso político pode ser considerado aquele que pronuncia, mas não de forma clara, pois as reais intenções não são pronunciadas, apenas maquiadas, para amenizar o seu sentido. Na maioria das vezes, que é pronunciado ou o que se

torna público não é sempre o mais interessante e importante. A publicidade, princípio essencial da teoria democrática, não é sinônimo de qualidade: o que é conhecido não é obrigatoriamente importante e, ao contrário, o que é importante nem sempre é conhecido.

Já que o discurso político representa um processo que mobiliza uma ação, seja de convencimento, seja de tomada de decisão por parte dos eleitores, é importante perceber a construção social feita pela mídia e pelos candidatos sobre a questão violência. Não se pode esquecer que não há política sem discurso e, na contemporaneidade, sem mídia. Pois é a mídia que dará visibilidade e construirá uma relação de proximidade entre candidato e eleitores, tendo na linguagem a materialização da ação, da orientação e da produção sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que possibilita que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação política. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2006).

O discurso político pode ser entendido como um sistema de pensamento e ato de comunicação. Ou seja, o primeiro, é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção de opiniões e posicionamentos. É em nome dos sistemas de pensamento se determinam as filiações ideológicas; o segundo, concerne mais diretamente aos atores que participam da cena da comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Ele resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comícios, debates, apresentação de slogans, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas).

Todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (BOURDIEU, 2007), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. Ou melhor ainda, no dizer de Courtine (2003), o discurso político é assim submetido a uma dupla exigência; de uma parte, uma injunção à

verdade: ele é então o “falar verdadeiro”, grifo do autor, e exprimiria em sua transparência as próprias coisas. De outra parte, um imperativo de simplicidade: ele é então o “falar-francamente”, língua ordinária, banalização cotidiana das ideias políticas, assim sendo, os políticos são submetidos a essa nova modalidade do falar político.

Qual o resultado disso? A imposição das formas breves, ou seja, o primeiro elemento dessas recentes transformações da fala pública. É possível ver nelas os efeitos, no campo do discurso, de uma racionalização do espaço político, totalmente causada pelo uso de técnicas de comunicação de massa. Na lógica televisiva, quer seja aquela do spot publicitário, da informação ou do debate, as mensagens simples e curtas são preferidas em relação às longas e complexas. Resultando disso que pouco será dito ou quase nada sobre as questões sociais importantes. Os candidatos acabam sintetizando as ideias e priorizando aquilo que pode atrair a atenção do eleitor.

O funcionamento das campanhas políticas, independentemente do dizeres do político, o efeito sobre o eleitor não passa pelo conteúdo das propostas, pela avaliação da qualidade política do que o candidato propõe. A linguagem publicitária se apossou de tal maneira desse processo político que o debate político já funciona segundo a lógica da realização de desejos. O eleitor não vota mais no candidato que expõe algumas ideias razoáveis, que coloca problemas que talvez possam ser resolvidos; “o eleitor vai votar no candidato cuja campanha se orienta no sentido de fazê-lo gozar diante da imagem” (BUCCI, 2004, p. 105).

Com efeito, o comportamento do orador mudou. O orador tradicional encontrava sua dimensão verdadeira no ajuntamento popular. Distante, quase nunca visível, ele estava, entretanto, em contato com cada um, quando todos estivessem reunidos. Se ele não era sempre visível, podia-se ouvi-lo, pois as pessoas vinham para ouvi-lo.

Na contemporaneidade, a comunicação midiática fez com que a produção do discurso político entrasse num universo tecnológico de controle de dados físicos da fala, numa situação quase experimental de controle do contexto imediato dos enunciados. O sentido dessa mudança é compreendido dessa forma: a substituição de um médium “quente” por um canal “frio”, a supressão do contato direto com uma massa, restrita, mas presente, em

proveito de uma relação abstrata com uma massa imensa, mas ausente (COURTINE, 2003, p. 26).

Ao alçar a televisão como importante instrumento da política, o discurso vai ficar cada vez mais breve, fragmentário, bloqueando qualquer aprofundamento dos conteúdos (MIGUEL, 2000, p. 72-78). A fragmentação do discurso não é uma imposição técnica da televisão, mas fruto dos usos que se fizeram dela. O resultado é que a fala-padrão de um entrevistado em um telejornal, por exemplo, é de poucos segundos e as expectativas dos telespectadores adaptaram-se a essa regra, assim como os políticos. Abreviar a fala, reduzi-la a umas poucas palavras, de preferência "de efeito", tornou-se imperativo para qualquer candidato à notoriedade midiática.

E não foi diferente nas eleições de 2006, quando a violência enquadrada no telejornalismo não teve ressonância no discurso dos dois candidatos, apesar dos graves problemas enfrentados no país, no campo da segurança pública. A questão será tratada pontualmente, ou melhor, terá destaque numa perspectiva de seleção de falar sobre todas os problemas sociais, sem necessariamente se deter com detalhes em nenhum deles.

Essa brevidade na discussão das questões será determinada pela própria 'lei' do marketing de priorizar falas curtas com a finalidade de prender a atenção dos eleitores. Dentre tantas definições para o marketing, uma vai além da perspectiva mercadológica e se insere como importante instrumento do sistema contemporâneo, uma vez que procura dá uma feição de instituição. Gaudêncio Torquato afirma que o marketing não se restringe ao eixo da comunicação, como se tem feito entender no país. Abriga, além de vasta rede de comunicação, outros vetores como a pesquisa, o discurso, a articulação social e política de mobilização das massas. A partir desse construto é possível pensar o marketing político como um conjunto de formas e meios de operar a política, mudando seu *modus operandi* no tempo e no espaço. Desse modo, o marketing político seria ciência, arte e técnica que se alimentam dos climas sociais, das identidades de atores principais e secundários, da geografia ambiental, do clima das circunstâncias do sistema normativo, e, por conseqüência, é um espelho que projeta a imagem própria da cultura política.

O marketing configura-se como uma atividade multidisciplinar (QUEIROZ, 2006), tem interfaces com a administração, quando procura

sistematizar e hierarquizar procedimentos a serem adotados por candidatos e/ou partidos (como a definição de uma agenda política pessoal ou a arrecadação de fundos para a campanha eleitoral); com a psicologia, quando adota a persuasão como estratégia de comunicação (transformando candidatos em produtos de consumo).

Neste quadro, o eleitorado desintegra-se enquanto público; os meios de comunicação são simples transmissores de propaganda; e as atividades massivas passam a ser manifestações publicitárias onde o público é composto de figurantes gratuitos para as transmissões de TV. Enfim: ao invés de opinião pública, há apenas um "clima de opinião". De uma opinião não-pública, sem autonomia e racionalidade, mas que pressiona, como consumidor, o atendimento de certas necessidades levantadas e medidas por pesquisas de opinião e introduzidas nos programas eleitorais, pois a manipulação tem limites e precisa atender uma parte de suas demandas. Tem-se, assim, a nova esfera pública burguesa: desenvolvida, demonstrativa, manipulativa e temporariamente estabelecida.

As eleições de 2006 tem sido tema de estudos de diversos pesquisadores, um dos principais, Venício Lima (2006), fez uma ampla investigação, a partir dos jornais e blogs, com a finalidade de identificar o comportamento da mídia com relação a esse evento social. A intenção foi constatar a parcialidade adotada por esses meios, inclusive elencou sete possíveis conclusões sobre a participação da imprensa nas últimas eleições presidenciais: 1) Houve desequilíbrio na cobertura jornalística dos candidatos; 2) Prevaleceu uma atitude de hostilidade ao candidato Lula entre jornais da grande mídia; 3) Houve um deslocamento entre a opinião dominante na mídia e a opinião da maioria dos eleitores; 4) Os sites e os blogs na Internet aumentaram sua importância no debate eleitoral; 5) A mídia entrou na agenda pública de discussão; 6) A credibilidade da grande mídia foi colocada em questão; 7) Novas mediações diminuíram o poder de influência direta da grande mídia.

Portanto, esta pesquisa também se inseriu nesse contexto de análise sobre a mídia, com a finalidade de verificar como a televisão enquadrou o fenômeno violência para a sociedade brasileira, principalmente no período determinado para divulgação da campanha eleitoral televisiva. Mas também foi

além, correlacionou com os discursos dos candidatos Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva sobre o mesmo fenômeno.

As eleições de 2006 devem ser compreendidas levando em consideração o cenário apresentado pelo país naquele momento, ou seja, de inúmeros escândalos políticos. A partir desses escândalos, a mídia protagonizou, desde 2005, uma campanha anticorrupção contra o governo do presidente Lula, alvo das denúncias. O presidente Lula experimentou, nesse sentido, os efeitos de ser, ao mesmo tempo, o chefe do executivo nacional e o candidato com maior intenção de votos. Essa dupla visibilidade, no entanto, apresentou-se predominantemente negativa, amplificando ataques e denúncias:

“Reconhecendo a complexidade da questão, compartilhamos a visão de que uma imprensa plural e dinâmica é fundamental para a saúde da democracia, justificando investigações, pesquisas e monitoramentos que contribuam para uma maior compreensão do comportamento da imprensa nacional - especialmente no que diz respeito ao noticiário político. Contudo, ao contrário dos políticos, incessantemente analisados e investigados - principalmente por iniciativas dos meios - há certa resistência, da parte dos jornalistas, em admitir a legitimidade da análise da mídia” (LIMA, 2006, p. 67).

Na pesquisa realizada, Lima conclui que pode não haver harmonia com a concepção de um sistema de mídia democrático e plural ou que a maioria de seu espaço informativo penda a favor ou contra candidatos em uma cobertura eleitoral, pois aos olhos do eleitorado os informativos dos jornais, TVs e rádios são veículos isentos, mas importantes fontes de formação de opiniões e decisões. O relatório do Doxa, constatou que nas eleições de 2006 o desequilíbrio da cobertura em favor do candidato tucano Geraldo Alckmin foi tão explícito que fica difícil não associar um viés partidário à cobertura.

A cada eleição é acrescentado um caráter novo no processo. Nas eleições de 2006, a internet foi importante ingrediente desse cenário, pois o surgimento de novos atores sociais, através de um meio mais aberto possibilitou a reação da sociedade frente às imposições dos interesses das empresas de mídia. Ainda que o acesso à internet seja restrito a apenas 25% dos eleitores, o conteúdo disseminado na rede ultrapassa as fronteiras virtuais,

chegando a se tornar objeto de conversas, discussões e comentários fora do mundo virtual.

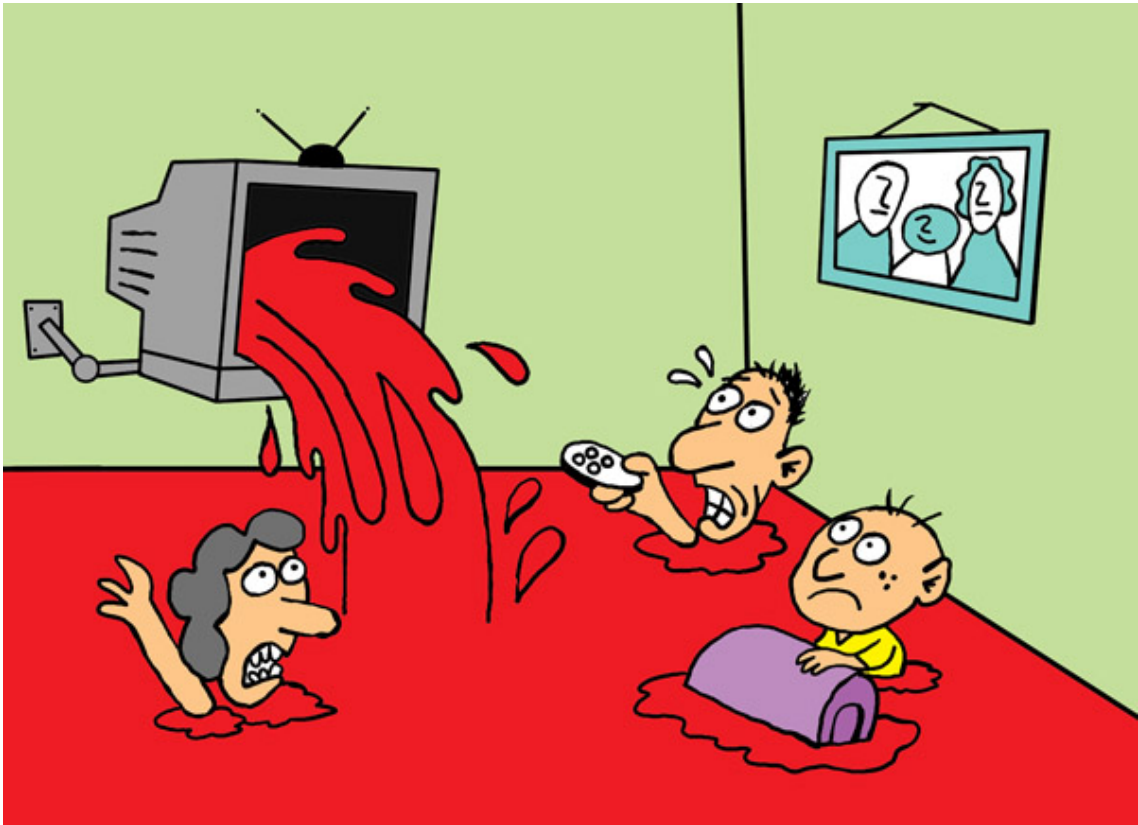
Ao que diz respeito ao uso de novas mídias nas campanhas eleitorais destaca-se o centro de altos estudos em publicidade e marketing, a qual teve por objetivo avaliar o impacto do aparecimento e da implementação das novas mídias na configuração da esfera pública, em outras palavras, na configuração dos espaços sociais mediados por expectativas reguladoras de comunicação não-impositiva.

Nessa perspectiva, indaga-se: qual o papel da mídia no processo eleitoral? De antemão pode-se responder que a mídia é importante ator nesse processo, pois a partir dela, há visibilidade dos candidatos e das questões sociais consideradas importantes nas propostas dos mesmos.

“A campanha de 2002, o próprio Lula priorizou a questão midiática, atraindo para seu campo os quadros mais experientes do marketing político que até então só serviam a burguesia. Foi a campanha do Lula paz e amor. Mas quando eclodiu a chamada crise do mensalão, já num ambiente em que o caráter épico da sua vitória havia se esvaziado pelo desencanto das suas primeiras medidas recessivas, o antilulismo se disseminou, tornando-se postura obrigatória no meio jornalístico” (LIMA, 2006, p.135).

Com relação especificamente as eleições de 2006, Lima calcula que, embora tenha prevalecido o desequilíbrio no noticiário, outros dispositivos concorreram com o poder da imprensa para mediar o discurso, qual seja: a participação de um líder político já bastante conhecido da população; a Internet e os blogs como canais de disseminação e questionamento sobre o noticiário; e o distanciamento da chamada opinião pública. Em outras palavras, a imprensa insistiu no tema da moral na política, quando a imensa maioria da população reafirmava sua preferência no governo Lula em razão de uma série de melhorias sociais e econômicas. Da mesma forma foi desconsiderada a questão da violência como problema mais grave da população brasileira.





## **7. Desvelando a violência**

## 7.1 O desvelar

Recorre-se à palavra desvelar com a finalidade de trabalhar o sentido dado ou produzido pelas ‘falas’ da televisão e dos políticos (candidatos) sobre a violência. Esse desvelar tem o significado de tirar o véu; descobrir, aclarar ou desvelar um problema que não é claro ou visível para a sociedade. As falas mais confundem do que esclarecem. Por vezes, o mundo parece uma barbárie, principalmente quando as imagens desejam reforçar esse ‘estado de guerra’ vivido pelos indivíduos em sociedade. Por outro lado, o mundo construído pelos candidatos, é idílico, pois a sociedade só tem uma sensação de insegurança, mas de fato não a vive. Imagem, fala e realidade são antagônicas nessas duas perspectivas.

Observa-se assim que na contemporaneidade, há um jogo entre visibilidade e invisibilidade, envolvendo o poder da mídia e o poder político, no qual um encena mostrar e o outro encena esconder. Esse contraditório permeia os discursos proferidos tanto no campo jornalístico que tem como responsabilidade a apuração das informações para a sociedade, como a fala daqueles que serão responsáveis por gerir os recursos públicos e as políticas públicas<sup>25</sup>. Em síntese, o que está sempre em jogo é a verdade e a sociedade.

E nesse processo a televisão atua como mediação de interpretação dos fatos sociais. Primeiro, a mídia já faz uma interpretação da realidade para as pessoas; segundo, ela seleciona os fatos sociais que julga serem importantes para sociedade. Os meios de comunicação estabelecem de uma maneira geral, os assuntos da agenda pública. Se os meios divulgam, os existem. Se eles silenciam, aqueles inexistem. Não se pode esquecer que as mídias são seletivas nas informações que veiculam, estando elas sujeitas à intencionalidade em relação ao que está sendo divulgado e, também, ao processamento informativo usual em cada um dos suportes, desde que a informação é “colhida” pelo jornalista até o momento em que é, de fato, publicada ou divulgada.

---

<sup>25</sup> Toma-se o conceito de política pública como o Estado em ação, ou seja, como um importante agente de participação (JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. L'état em action. Paris: PUF, 1987).

Por outro lado, é importante destacar que há também entre os próprios veículos uma disputa pela informação, isto é, os meios de informação concorrem entre si para obter a atenção do público consumidor, o que os obriga a utilizar determinadas estratégias para se distinguirem entre si, no que se refere a maneira de abordar e transmitir as informações ou, em certas circunstâncias, até a provocar os acontecimentos a serem reportados.

As mídias são, quase na mesma proporção, manipuladoras e automanipuladas. Manipuladoras à medida que as informações que veiculam, embora possam ser consideradas verdadeiras, no sentido de que abordam fatos que realmente aconteceram, não são verdades absolutas, pois são recortes situacionais, produções midiáticas que permitem a construção de um determinado sentido de acordo com a forma com que a informação é veiculada e com o grau de engajamento com que é divulgada pela instituição que a publica. As mídias também seriam automanipuladas, uma vez que, em virtude da concorrência, precisam desenvolver estratégias para divulgar informações comuns de formas distintas, cativar e atrair a atenção do público consumidor (CHARAUDEAU, 2006, p. 253).

Neste sentido, recorre-se a Ricoeur quando afirma que vai se revelar indispensável, para a compreensão do humano, a consideração dessa mediação dos símbolos e da linguagem. Tanto o acesso à experiência do mundo quanto essa própria experiência são mediados pelos sistemas simbólicos, sejam os da perspectiva teórica que se adota, sejam os da cultura em que se vive. Ou seja, não se pode perder a perspectiva que a sociedade tem influência direta dos meios de comunicação que, junto às outras instituições são responsáveis pela formação dos comportamentos, e do próprio entendimento dos fenômenos sociais divulgados por eles.

Na contemporaneidade, a experiência da geração que vive no “pós-mídia”, vem da ‘alfabetização’ desses meios, pois antes mesmo dos indivíduos conhecerem a realidade, tomam ciência dela a partir das imagens. As pessoas constroem o sentido do social com base naquilo que a mídia lhe transmite. E nos últimos 59 anos, a televisão constrói esse sentido de realidade para os indivíduos. O mundo passou a ser retratado com base nas imagens, nos recortes e nos dados dos meios de comunicação. Em determinadas situações,

a experiência das pessoas tem como base as notícias veiculadas por esses meios e não propriamente a realidade vivida.

As pessoas se valem cada vez menos da sua experiência direta, e mais da mídia, para constituir sentido acerca da sua realidade. Por esse motivo, o conceito de enquadramento de *media (media frames)*, é importante porque os referenciais abordados pela mídia são tacitamente aceitos e permitem aos jornalistas e ao seu público ordenar o mundo.

Em 2006, isso não foi diferente. O Jornal Nacional enquadrou a violência como grave problema social a ser combatido, mas utilizou a questão como estratégia para desequilibrar as forças políticas em disputa. Quase todas as matérias apontam para um descaso do governo federal com a segurança pública. Expressões como terror, insegurança, medo, crimes, ameaças entre tantos outros permeiam manchetes e matérias do telejornal. O enquadramento, segundo Goffman (1991), é uma ideia organizadora central que dá sentido a acontecimentos relevantes e sugere o que é um tema. Somente a palavra violência foi pronunciada por 38 vezes, ao longo de três meses de investigação, ou seja, de agosto a outubro.

A violência abarca um campo semântico bastante expressivo, complexo e que também várias outras idéias se relacionam e se incorporam a ela, pois se enraíza na questão física, psíquica, moral, simbólica e social. Necessariamente não precisa se utilizar a palavra violência em determinadas situações, uma vez que as mesmas já são automaticamente agrupadas nesse campo, seja por sua construção social, seja pelos resultados provocados. O quadro 11, especifica essa correlação. Ou seja, outras expressões foram utilizadas nas matérias jornalísticas como: roubo, sequestro, assassinato, agressões, prisão, bandidos, mortes, feridos, medo, insegurança, entre outras.

Diagrama 01 – Palavras do fenômeno violência.



A escolha da teoria do enquadramento possibilitou uma análise discursiva da participação dos atores sociais, aqui a televisão e as suas vozes autorizadas. Enquanto construções simbólicas e interpretativas, os enquadramentos se constituem em crenças partilhadas na sociedade e, no caso da análise da presente pesquisa, aos processos de legitimação das seleções dos responsáveis midiáticos e políticos na construção da violência, definindo e redefinindo seus quadros de entendimento. Em alguns momentos há visibilização, em demasia e em outros, invisibilização na discussão da questão.

Ao utilizar como recurso essa teoria, leva-se em consideração o eixo entre estrutura e ação, cognição e práticas sociais, o que estabelece a importância de seu estudo não só ao jornalismo mas à própria avaliação do papel da televisão num momento particular da vida coletiva dos brasileiros, ou melhor, a escolha daquele que irá comandar o destino e as políticas públicas em prol da sociedade.

É importante destacar as pontuações de McCombs e Shaw ao assinalarem, que a mídia pode não nos dizer o que pensar, mas é bem-sucedida quando nos diz no que pensar. Da mesma forma deve ser demarcado que a mídia tem relevante papel no que concerne aos seguintes aspectos da vida na contemporaneidade: capacidade de agendamento, de enquadramento, de construção da informação e de controle social. A mídia pode colaborar consistentemente na construção ou eleição, a partir daquilo que ela noticia e/ou omite, dos temas que estarão na lista de prioridades dos decisores.

E isso pode ser constatado com a fala do apresentador William Bonner quando na edição do JN, do dia 14 de agosto, generaliza que a violência tomou conta das regiões brasileiras, mas ao mesmo tempo se contradiz, quando prioriza a região Sudeste:

“Como diminuir a insegurança no Sudeste?.A violência é um desafio gigantesco. E crescente - como prova o seqüestro da equipe da TV Globo nesse fim de semana. Um pesadelo terrível que terminou hoje, felizmente. Mas, em medidas diferentes, a **insegurança aterroriza brasileiros nas cinco regiões**. Todos sofrem. Pobres e ricos, nas periferias e nos bairros mais sofisticados. Os especialistas ouvidos apontam alguns rumos -- mas nenhuma solução

mágica. A palavra chave é cooperação” (WILLIAM BONNER, dia 14/08/2006).

A pessoa que fala não é qualquer uma. É o apresentador do telejornal do horário nobre, de maior audiência e da maior Rede de Televisão do país.

Em seguida entra o repórter traçando um panorama da questão:

“Batedores de carteiras ainda existem, mas na região mais rica e populosa do país, a criminalidade assumiu contornos mais perigosos e difíceis de enfrentar. Nem todos os crimes são registrados e as estatísticas são frágeis. Os números que existem não dão a dimensão de quanto a população se sente insegura. Em **São Paulo**, quadrilhas comandaram ataques de dentro dos presídios e ameaçaram as forças de segurança. No **Rio**, traficantes enfrentam o poder público, controlam território e balas perdidas cruzam vielas e avenidas. Em **Minas Gerais**, na última década, o cidadão conheceu o medo do assalto, do roubo, nas ruas, chegando em casa. No **Espírito Santo**, a corrupção caminha lado a lado com a violência. Mais de 600 pessoas foram assassinadas só em **Vitória**, este ano. ‘Eu não estou convencido de que apenas com a educação, com a redução da pobreza, você vai ter a redução da violência e do crime no Brasil. Nós precisamos de uma reforma da polícia e uma reforma do sistema de justiça criminal’, aponta o sociólogo Sérgio Adorno. Em 2003, o governo criou o sistema único de segurança pública. O efetivo da Polícia Federal passou de 9 para 12 mil homens - mas ainda não chegou aos 15 mil previstos. Dos cinco presídios federais, um começou a funcionar, três estão em construção e um está em fase de planejamento. A integração das polícias avançou menos do que o esperado. Ações pontuais podem amenizar a criminalidade, como aconteceu na cidade de Serra, no Espírito Santo, que já foi a mais violenta do país. Um conselho de segurança formado por moradores, construiu um novo posto policial e equipou a corporação. Igreja, universidade e empresas profissionalizam desempregados e ocupam as crianças fora do horário das aulas. **Mas a dimensão da violência na Região Sudeste exige soluções que vão além de programas isolados.** É preciso fazer mudanças profundas e de longo prazo nos sistemas penitenciário, judiciário e policial. O diagnóstico dos estudiosos no assunto é um só. As cadeias superlotadas formam em vez de recuperar criminosos. A justiça é lenta e a polícia, ineficiente. Só 10% dos crimes resultam em inquérito. Um professor de Direito Constitucional acha que é fundamental controlar a polícia. ‘Quando falo em sanear a polícia é atacar exatamente estes núcleos da polícia que são coniventes com o crime’, acredita Oscar Vilhena, professor de Direito Constitucional. Com a experiência de quem já esteve no comando da Secretaria Nacional Antidrogas, Walter Maierowitch alerta que não se



combate a violência sem atacar a lentidão da justiça. 'É uma justiça lenta, atrasada, fora de momento, quando o crime já ocorreu muitos anos atrás, gera um descrédito perante a população e, evidentemente, um incentivo a práticas criminosas', comenta Walter Maierovitch, ex-secretário antidrogas. Iniciativas federais, assim como iniciativas regionais, já foram testadas. Mas, segundo os especialistas, é preciso muito mais, é preciso haver um verdadeiro pacto entre todos para poder solucionar o problema **nacional**. "A sociedade tem que sentar, fazer um acordo, um acordo que eu digo pra vocês que não é nem de governo, é um acordo da relação estado com os cidadãos. É um acordo para as próximas gerações. Ou seja, nós temos que pensar que nós queremos para os nossos filhos e para os nossos netos uma sociedade segura e, portanto, nós temos que trabalhar pra isso no futuro, e pra isso vão ter que ser tomadas medidas de médio, curto e longo prazo", acredita o sociólogo Sérgio Adorno. (JN – dia 14/08/06).

A referida matéria, conforme será visto mais à frente, é uma resposta ao sequestro do repórter Guilherme Portanova da TV Globo, no dia 12 de agosto. Ao traçar o panorama da violência, a matéria não apresenta nenhum dado estatístico sobre esse crescimento e, também aponta como um problema nacional, mas a concentração de discussão é a região Sudeste. Percebe-se claramente um questionamento ao governo Federal, por mais que se saiba que a segurança pública é responsabilidade dos Estados, mas deixa implícito o não cumprimento das promessas elencadas como prioridades na área de segurança pública, como: aumento do efetivo policial federal, construção de presídios federais, implementação do sistema único de segurança pública e a integração das polícias. O repórter não cobra ou lista as obrigações, ações ou propostas desenvolvidas pelos governadores no sentido de combater o problema.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo aparecem na reportagem apenas para ilustrar. O repórter não apresenta questões que revelem de fato as estatísticas sobre a violência nesses Estados. Percebe-se que eles (estados) são utilizados para reforçar e subsidiar a questão, servindo como pano de fundo para o problema de São Paulo. Ou melhor, o Brasil é dimensionado a partir de São Paulo. Se os problemas sociais são graves no estado paulista, então o país todo sofre com eles. Em quase todas as matérias serão constatadas preocupações com São Paulo. É a fala do maior Estado sobre os

de menores condições. Para sustentar sua posição, a matéria dimensiona a questão e se respalda com opiniões de estudiosos sobre a violência, como Sérgio Adorno, Oscar Vilhena e Walter Maierowitch.

As imagens utilizadas na reportagem são importantes instrumentos de confirmação daquilo que foi dito pelo apresentador e desenvolvido pelo repórter. São imagens de roubo nas ruas, rebeliões em presídios, marcas de balas em paredes e vidraças de prédios, presídios incendiados, confronto nos morros cariocas entre policiais e bandidos, pessoas sendo presas, pessoas sendo roubadas, entre outras. As imagens utilizadas são de arquivo, de matérias passadas, não necessariamente de fatos ocorridos no momento. Logo, para justificar a matéria, o repórter recorre ao arquivo da emissora para construir esse mundo violento.

Portanto, dizer que uma informação é salientada, significa que ela é tornada mais notável, significativa e memorável para os receptores (LIMA, 2006). É o caso da violência. O aumento da saliência intensifica a probabilidade de os receptores perceberem a informação, discernirem seu significado, podendo processá-la e memorizá-la. A violência é confirmada entre o texto e as imagens. Essa saliência pode ser feita por repetição de informação, mas também por uma associação com símbolos culturalmente familiares. A saliência é um produto da interação entre os textos e os receptores, por isso a presença de enquadramentos em um texto não garante sua influência sobre a maneira de pensar do público. A importância da omissão é que as respostas dos receptores podem ser claramente afetadas se esses percebem e processam a informação sobre uma interpretação e possuem pouca, ou nenhuma, informação das alternativas. E geralmente nos casos de violência, as pessoas ficam presas no contexto do acontecimento, ou seja, elas captam o grau de violência cometida e os danos causados. E, quando são repetidas várias vezes, há uma dessensibilização e o fato se torna apenas mais um num quadro mais amplo.

Não se pode esquecer nessa configuração a própria lógica do jornalismo, isto é, do enquadramento de alguns fatos neste campo, onde as notícias envolvem acontecimentos e não as condições que produzem os acontecimentos; privilegiam as pessoas e não o grupo; destacam o conflito e

não o consenso; privilegiam o fato que “alimenta” a “estória” e não o fato que a explica (GITLIN, 1980). A notícia através dos seus enquadramentos, oferece definições da realidade social; conta ‘estórias’(TUCHMAN, 1976).

Ao tecer as linhas da “teoria” do enquadramento, Goffman (1986) segue a lógica estabelecida por William James, que ao invés de perguntar o que é a realidade, ele dá mais importância a um toque subversivo fenomenológico, destacando o seguinte aspecto: “Sob quais circunstâncias nós achamos que as coisas são reais?” (1986, p. 3) E continua afirmando que o importante sobre a realidade é o “nosso” senso acerca da sua veracidade em contraste com o “nosso” sentimento de que algo está faltando em sua qualidade.

Goffman lembra que James fez um marco ao diferenciar os diversos “mundos” que a nossa atenção e nosso interesse pode tornar real para nós, os possíveis subuniversos, as “ordens de existência”, em cada um dos objetos de um assunto dado pode haver sua própria razão: o mundo dos sentidos, o mundo dos objetos científicos, o mundo das verdades filosóficas abstratas, os mundos do mito e das crenças sobrenaturais, o mundo dos loucos entre outros. Cada um desses sub-mundos, de acordo com James, tem o “seu especial e separado estilo de existência”, e “cada mundo, embora seja feito para tal, é real acerca de seu próprio estilo; apenas a realidade perde sua própria atenção”. E afirma que James permitiu que o mundo dos sentidos obtenha um status especial, sendo aquele que julgamos que é o realmente real, aquele que retém as nossas crenças mais vivas, aquele que os outros mundos devem deixar de lado. Por isso, é necessário distinguir entre o conteúdo de uma percepção corrente e o status de realidade que se dá aquilo que encontramos fechadas ou enquadradas em uma percepção. Neste sentido, como a violência é percebida a partir dos discursos construídos pela mídia e pelos candidatos?

Outro aspecto relacional importante dessa questão é o imaginário constituído pelos indivíduos a respeito dos fatos. O imaginário deve ser entendido efetivamente como uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações.

Por isso, escreve Castoriadis (1982) é no cotidiano que as representações circulam, permitindo a comunicação entre os indivíduos e a ação no mundo, pois é o lugar onde o homem vive sua particularidade com perspectiva de superá-la em direção a totalidade da humanidade. Este

cotidiano está perpassado por várias ideologias que se constitui de conteúdos conceituais e de atribuições valorativas, sendo que suas representações se apresentam como verdadeiras e válidas ao mesmo tempo. Elas se propõem explicar e legitimar as condições sociais, fazendo com que pareçam justas.

“A instituição social histórica é aquilo em que e por que se manifesta e é o imaginário social. Esta instituição é instituição de um magma de significações, as significações imaginárias sociais. [...] O imaginário social é, primordialmente, criação de significações e criação de imagens ou figuras que são seu suporte. A relação entre a significação e seu suporte (imagens ou figuras) é o único sentido preciso que se pode atribuir ao termo simbólico; é com este sentido que este termo é utilizado aqui” (CASTORIADIS, 1982, p. 277)

As sociedades, como os indivíduos, são aquilo que imaginam ser, ou seja, criam suas próprias instituições, e criam-se a si próprias, nesse processo, de acordo com um imaginário que dá sentido ao que fazem e pensam todos e cada um. A sociedade não pode instituir-se sem se instituir como algo; este algo é já necessariamente significação imaginária, porque não pode ser nenhuma outra coisa. Nessa discussão entra a televisão que, enquanto instituição, se insere no contexto de formação do imaginário coletivo, interpretando a realidade e construindo sentidos para os indivíduos.

Percebe-se que na campanha eleitoral de 2006, os candidatos evitaram utilizar a expressão violência, por todo o sentido que ela representa em termos negativos para a sociedade. O candidato, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em nenhum momento do seu discurso político utilizou a palavra violência. O candidato Geraldo Alckmin (PSDB) pronunciou uma única vez a palavra, no dia 14 de agosto, quando especificamente falou sobre segurança, mesmo estando num lugar de oposição ao candidato da situação, se pressupõe que teria mais condições de condenar aquele que está no comando mas não consegue resolver a questão. Mas por outro lado, deve apresentar propostas de fato que possam eliminar ou reduzir a violência.

Portanto, duas importantes ‘falas’, televisão e políticos com discursos e construções diferenciadas sobre o mesmo problema social.

## 7.2 Mapeamento da análise:

### Corpus 01 – Jornal Nacional

Como na presente pesquisa se trabalha com dois objetos de análise - Jornal Nacional e Horário Eleitoral, denominado de campanha eleitoral televisiva – foi identificado como Corpus 01 e Corpus 02 para melhor compreensão.

Conforme identificação nos procedimentos metodológicos, o JN foi selecionado por sua representação dentro do telejornalismo brasileiro. É o telejornal que atinge o maior número de telespectadores, em média 40% das pessoas com aparelho ligado, além de ser, por suas características e objetivos, um dos programas mais importantes e de maior credibilidade da televisão brasileira. O JN, em 2006, tinha 37 anos de existência. E também como bem lembra Franciscato (2005), os conteúdos da atualidade, veiculados nos programas jornalísticos são, em esmagadora maioria, ações discursivas de sujeitos que agem no mundo e sobre o mundo por meio de acontecimentos, atos, falas e/ou silêncios.

A grandiosidade dos números com relação a esse telejornal tem implicações diretas com a emissora que ele está vinculado, a Rede Globo. Essa Rede tem uma concentração de 86% dos seus veículos na região Sudeste; a maioria dos principais grupos regionais de mídia são afiliados a ela; tem o maior número de grupos diversificados – TV, rádio e jornal, chegando a 40% dos existentes no país e além de tudo está presente em todos os 27 Estados brasileiros (FNDC, 2006)

Portanto, ao selecionar o JN foi levado em consideração esses aspectos centrais. No período de três meses - agosto, setembro e outubro de 2006 – foram analisadas 73 (setenta e três) edições do telejornal, começando no dia 05 de agosto e terminando na véspera das eleições do segundo turno, no dia 28 de outubro de 2006, conforme Quadro Geral 10.

Quadro Geral 10 – Edições do Jornal Nacional – 2006

Jornal Nacional	Período – 2006	Identificação de matérias	Início	Término
<b>73 edições</b>	<b>Agosto/setembro/outubro</b>	<b>122</b>	<b>05/08/06</b>	<b>28/10/06</b>

O período selecionado foi intencional com a finalidade de correlacionar as matérias produzidas no JN sobre violência e o período instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral de realização da campanha dos candidatos à presidência, na televisão. O início do horário eleitoral na televisão, em 2006, se deu no dia 15 de agosto.

Na análise do mês de agosto, foram identificadas as matérias do campo da violência com as seguintes denominações, ver Quadro 11.

Quadro 11 – Identificação de Matérias - Agosto 2006

Identificação das matérias	
Mês agosto	
Crime organizado	<b>17</b>
Homicídio	<b>14</b>
Roubo	<b>05</b>
Sequestro	<b>11</b>
Violência urbana	<b>06</b>
Outros	<b>07</b>
Total de matérias	<b>59</b>

Apesar da seleção da corrupção como sendo do campo semântico da violência, conforme Quadro 11, na presente análise ela não foi computada, pois seria necessária uma pesquisa em separado, pois o país, conforme será verificado na seção adiante, enfrentou uma séria crise política que envolveu denúncias de corrupção contra membros do Legislativo e Executivo Federal. E desde 2005, um vasto material sobre corrupção foi divulgado até às vésperas das eleições. Portanto, a referida pesquisa não considerou as matérias sobre essa temática.

As manchetes do JN foram consideradas um material à parte, pois as chamadas da abertura de um telejornal são as que vão comandar, de uma forma geral, os principais assuntos de uma edição do dia, e também objetivam

atrair o público. Somente no mês de agosto, do início das gravações, dia 05 e término dia 31, foram constatadas 18 manchetes sobre violência na abertura do maior telejornal brasileiro, do horário nobre. Ver Quadro 12.

Quadro 12 - Identificação de Manchetes JN - Agosto 2006

<b>Manchetes de abertura do JN</b>	
Agosto de 2006	18

O que se constata é que o mês de agosto será de grande profusão de matérias sobre violência e, especificamente concentradas na questão do crime organizado, referentes aos ataques criminosos em São Paulo.

No mês de setembro foram registradas 25 matérias sobre o campo da violência, no qual se percebe uma pulverização entre as ocorrências de matérias. Não há mais concentração de casos, conforme Quadro 13.

Quadro 13 - Identificação de Matérias - Setembro 2006

<b>Identificação das matérias</b>	
<b>Mês de Setembro</b>	
Crime organizado	<b>05</b>
Homicídio	<b>07</b>
Roubo	<b>02</b>
Sequestro	<b>02</b>
Violência urbana	<b>02</b>
Outros	<b>07</b>
Total de matérias	25

Como houve uma redução no número de matérias sobre violência, as manchetes também foram menores, registradas 09 (nove) na abertura do telejornal. Ver Quadro 14

Quadro 14 - Identificação de Manchetes JN - Setembro 2006

<b>Manchetes de abertura do JN</b>	
Mês de Setembro	09

No mês de setembro, foram registradas 38 matérias sobre violência no JN. Dessa vez nenhuma matéria sobre o crime organizado. Essa questão será mais perceptível na análise mais à frente. Ver Quadro 15.

Quadro 15 - Identificação de Matérias - Outubro 2006

<b>Identificação das matérias</b>	
<b>Mês de Outubro</b>	
Crime organizado	-
Homicídio	<b>18</b>
Roubo	-
Sequestro	<b>04</b>
Violência urbana	<b>06</b>
Outros	<b>10</b>
Total de matérias	38

Apesar de um número maior de matérias, quando comparado com o mês de setembro, as manchetes caíram para 04 (quatro), na abertura do JN, em outubro. O que se percebe que com aproximação das eleições, as matérias ficaram mais concentradas no campo da denúncia, ou seja, da corrupção. E também sem ocorrência de nenhum fato que merecesse maior divulgação ou notoriedade. Ver Quadro 16.

Quadro 16 - Identificação de Manchete - Outubro 2006

<b>Manchetes de abertura do JN</b>	
Mês de Outubro	04

Dentro dessa lógica, a mídia passa a ter um papel fundamental, pois as pessoas necessitam do seu discurso para que possam construir o sentido social da realidade. Não é apenas um suporte tecnológico, mas uma instituição responsável por criar uma lógica de mundo, muitas vezes, não muito clara, mas que exerce sentido na vida humana, pois influencia as relações sociais ou até cria novas formas de sociabilidades e conflitos. Essa instituição se insere na sociedade com muita mais força, uma vez, que os indivíduos antes de



receberem a formação educacional, já têm influências, informações e dados da mídia.

## **Corpus 02 – Horário eleitoral ou campanha eleitoral**

O horário eleitoral ou campanha eleitoral como se denominou na pesquisa, se constitui, hoje, em importante espaço de visibilidade dos candidatos e de seus discursos. Mesmo considerando o pouco espaço determinado para os candidatos, esse período representa o ‘anúncio’ oficial para a sociedade. E é a partir dele, que os postulantes ao cargo público começam a se enfrentar na arena política contemporânea, tanto é assim, que são contratados especialistas em comunicação e política, com a finalidade de trabalharem uma imagem positiva dos candidatos junto ao público ou eleitores. E a população também entende que esse momento representa o início do processo eleitoral.

Ao analisar o processo eleitoral e as políticas públicas sociais, Kinzô (2008) trabalha tendo como parâmetro que essas duas questões são indissociáveis dentro de uma democracia representativa. Para ela, o envolvimento dos cidadãos no processo eleitoral para a escolha dos representantes é a única forma de participação em que há abrangência e igualdade, no sentido de que todos têm o mesmo peso no processo de decisão, independentemente de sua condição social e de sua capacidade organizativa. As campanhas vão se constituir assim, pelo menos deveriam, em importantes momentos de debate com a sociedade, no qual os candidatos terão a oportunidade de socializar as propostas com o coletivo. Ou ainda, prestar contas ou “accountability<sup>26</sup>” sobre a atuação na esfera pública,

---

<sup>26</sup> Na língua portuguesa a expressão “accountability” não foi traduzida ou recebeu equivalência. De acordo com Maia, accountability é um conceito multifacetado, pois é aplicado de modo diferenciado em alguns aspectos da vida pública. “Enquanto responsividade, a accountability refere-se ao imperativo democrático segundo o qual os representantes devem considerar os desejos e as necessidades dos cidadãos na condução dos negócios públicos. O princípio da accountability estabelece uma ligação entre as políticas públicas e as preferências e expectativas dos cidadãos. Independentemente da existência de um controle formal, um governo é considerado “responsivo” se adota políticas que são apontadas pelos cidadãos como favoritas. A accountability legal refere-se a vários métodos empregados para controlar as organizações públicas, a fim de que os agentes atuem de acordo com as prescrições de regras legais e também sejam constrangidos de modo apropriado, devendo fornecer explicações sobre suas ações e aceitar sanções, se a lei for infringida”( MAIA, 2008, p. 299).

envolvendo tanto a idéia de responsividade, em que se espera que os agentes públicos respondam às necessidades daqueles que lhe deram o mandato, como a ideia de responsabilidade, em que se espera que eles (os candidatos) ajam com eficácia e competência na gestão da coisa pública (SARTORI, 1994).

Por mais que alguns estudiosos ainda considerem que esse modelo de campanha eleitoral na tevê tenha pouca aceitação do público, hoje, ela é relevante como processo instituído de divulgação de propostas. Ou seja, as pessoas reconhecem no horário eleitoral como momento importante das eleições, pois há uma demarcação de que a partir daquela data a sociedade se volta para escolher os novos “comandantes”. O espaço reduzido de apresentação de propostas não diminui sua importância, pelo contrário, se reveste de um caráter oficial, pois há uma compreensão generalizada, demarcadora do momento vivido pela sociedade, de escolha de candidatos para determinado cargo político.

É bom lembrar que as transformações da fala política, via meios de comunicação, será percebida com maior propriedade nas campanhas eleitorais, no qual os candidatos terão que adequar o discurso político de acordo com as determinações da mídia. O discurso proferido atenderá todas as exigências do tempo destinado aos partidos, do que deve ser dito e como deve ser dito para os eleitores. As campanhas se materializam nos discursos políticos. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação de discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos (CHARAUDEAU, 2006, p. 39).

Evidentemente que a campanha eleitoral televisiva não é o único instrumento de divulgação da propaganda dos candidatos. Mas, opera como processo de agregação aos demais que serão realizados para socializar o conhecimento sobre o candidato. Percebe-se hoje que os candidatos têm uma preocupação com a inserção de sua imagem nessa campanha televisiva e, fundamentalmente daquilo que será dito para os eleitores.

É com base no discurso político que se procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto

adverso. O seu reforço e a insistência provocam uma certa desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. A desordem social é apresentada como um estado de fato ou como um estado potencial: no primeiro caso, trata-se de persuadir o público de que o mal e as vítimas existem e que não há lugar para a especulação; no segundo, em contrapartida, trata-se de criar um estado de expectativa que obriga a vislumbrar a possibilidade de existência de um mal e o desencadear de um temor gerador de angústia (CHARAUDEAU, 2006, p. 91).

O discurso político acaba sendo um dos construtos principais do falar com os eleitores. É ele que busca dá sentido aquilo que é dito e não-dito à sociedade. Como os candidatos não podem estar presentes em todos os locais, suas falas serão levadas pela mídia nos respectivos lugares que o partido tenha representante ou partidos coligados.

### 7.2.1 Análise

Na pesquisa foram gravados 40 (quarenta) programas do horário eleitoral, referente ao primeiro turno, totalizando mais de mil horas de gravação, considerando o total de 25 minutos determinados para todos os candidatos. O número de horas foi computado de acordo com a gravação, ou seja, na pesquisa foram gravados programas da tarde e da noite. Ver Quadro 17:

QUADRO 17 – Programas Eleitorais Televisivos 1º turno - 2006

MESES	DIAS	NÚMERO DE PROGRAMAS	HORÁRIOS
AGOSTO	TERÇA-FEIRA QUINTA-FEIRA SÁBADO	16	Das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55.
SETEMBRO	TERÇA-FEIRA QUINTA-FEIRA SÁBADO	24	Tarde - das 13h às 13h25; Noite - das 20h30 às 20h55.

Além da gravação do horário eleitoral, a pesquisa computou também a participação do candidato Geraldo Alckmin (PSDB), no debate eleitoral realizado pela TV Globo, no primeiro turno, dia 27 de setembro. O candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva não participou desse debate.

As ‘falas’ sobre violência ou segurança pública na campanha eleitoral televisiva, no primeiro turno, foram assim registradas:

- 1) – O candidato Geraldo Alckmin falou sobre segurança pública três vezes no mês de agosto, sendo 01 (uma) no JN - no bloco denominado “Entrevista com Candidato”, inclusive tendo sido o primeiro a ser entrevistado, cujo período culminará com o terceiro ataque criminoso em São Paulo (dia 07/08/06); 01 (uma) vez no JN no bloco denominado “Dia do Candidato” (14/08/06) e; 01 (uma) vez na campanha eleitoral televisiva (dia 21/08/06).

No mês de setembro, o candidato falou sobre segurança pública apenas uma vez na campanha eleitoral (dia 14/09/06) e uma vez no Debate da TV Globo (dia 27/09/06). Ver Quadro 18:

Quadro 18 – Inserções Televisivas do Candidato Geraldo Alckmin 1º turno - 2006

CANDIDATO	MESES	JORNAL NACIONAL	CAMPANHA ELEITORAL	DEBATES DA TV GLOBO
Geraldo Alckmin	AGOSTO	02* (07 e 14/08/06 )	01	-
Geraldo Alckmin	SETEMBRO	-	01 (14/9/06)	01

# O candidato falou duas vezes no Jornal Nacional, nos blocos denominados “Entrevista com o Candidato” e “Dia do Candidato”.

- 2) – O candidato Luiz Inácio Lula da Silva não falou nenhuma vez sobre segurança pública na campanha eleitoral televisiva, no mês de agosto. Sua manifestação sobre o assunto será no JN – no

“Entrevista com o Candidato”, no dia 10 de agosto, quando será questionado por William Bonner e Fátima Bernardes.

No mês de setembro, o candidato vai falar sobre segurança pública no programa do dia 23/09/06, disponibilizando 8 minutos. Ver Quadro 19.

Quadro 19 - Inserções Televisivas do Candidato Lula da Silva 1º turno - 2006

CANDIDATO	MESES	JORNAL NACIONAL	CAMPANHA ELEITORAL	DEBATES DA TV GLOBO
Luiz Inácio Lula da Silva	AGOSTO	01 (10/08/06 )	-	-
Luiz Inácio Lula da Silva	SETEMBRO	-	01 (23/09/06)	-

No segundo turno, a campanha eleitoral televisiva retorna no dia 16 de outubro e termina no dia 27 de outubro. Os dois candidatos dividem 20 minutos diários de programa, sendo 10 minutos para cada um. Ver Quadro 20

QUADRO 20 – Programas Eleitorais Televisivos 2º turno - 2006

MESES	DIAS	NÚMERO DE PROGRAMAS	HORÁRIOS
OUTUBRO	TODOS OS DIAS	24	Das 13h às 13h20 e das 20h30 às 20h50.

No segundo turno, os dois candidatos não dedicam nenhum programa da campanha eleitoral televisiva para falar sobre segurança pública. O problema só entrará de novo em discussão, no último debate eleitoral realizado pela Rede Globo, do dia 26 de outubro.

### 7.3 Enquadrar para interpretar

A agenda pública do ano de 2006, principalmente nos meses de agosto, setembro e outubro, foi pautada pela mídia com o fenômeno violência. Ao sistematizar a conceituação de enquadramentos, Goffman(1986), diz que são definições da situação construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos e o envolvimento dos indivíduos com eles. Estas estruturas cognitivas que organizam o pensamento, são compostas de crenças, atitudes, valores e preferências, bem como de regras a respeito de entender e correlacionar diferentes ideias. São esquemas que direcionam a atenção para a informação relevante, guiam sua interpretação e avaliação, oferecem inferências quando a informação é falha e ambígua.

Goffman enumera a forma dessa organização, que obedece, em princípio, à alguns recursos, entre eles, as 'estruturas primárias', as 'chaves' e as 'fabricações'. A estrutura primária é o que possibilita aos indivíduos interpretar o mundo a sua volta, produzindo um esquema de interpretações que "permite dar significado àquilo que de outra forma seria um aspecto insignificante de uma cena". A partir desse esquema pode assumir um caráter natural ou social. Já as estruturas sociais são aquelas pelas quais os indivíduos sentem ter controle através da sua vontade, dos seus objetivos ou esforços e são elas que ajudam a "localizar, perceber, identificar ou rotular" qualquer fato em sociedade. E, as ações e acontecimentos serão resultantes da ação humana intencional (GOFFMAN,1986, p. 21).

Nessa linha de raciocínio, todos os enquadramentos de significado são, relativamente ligados à estrutura primária, os secundários podem se diferenciar entre transformações (ficção, imitação, entre outros), e a fabricação (na qual se opera deliberadamente uma diferença entre o que é o enquadramento para alguns participantes e o que é para outros). Os enquadramentos existem no interior e em relação aos processos do que Goffman chama 'keyings', "chaves", ou seja, nos enquadramentos são dadas as premissas ou instruções necessárias para decifrar-se a situação, mas podem variar e transformar-se em realidades múltiplas, pois a realidade é constituída por camadas ou bases em que o indivíduo pode se movimentar.

Ao construir o sentido de “keyngs”, chaves, Goffman vai utilizar diversos exemplos, entre eles, aquele que chamará de “dramatic scriptings”, aqui traduziu-se como roteiros ou comandos dramáticos que, segundo o autor, incluem “ todas as fatias de experiência pessoal retratada disponibilizada como experiência em segunda mão para uma audiência ou grupo de leitores, em especial os filmes oferecidos comercialmente ao público através dos meios da televisão, rádio, jornais, revistas, livros e o palco (ao vivo) legítimo. O mais interessante é que seu significado mais profundo constitui um modelo de cópia da vida cotidiana, um roteiro/comando montado de fazeres sociais sem comando, tendo como consequência uma fonte de grandes pistas relativas à estrutura deste domínio” (GOFFMAN,1986, p. 53).

Essa lógica dos enquadramentos é frequente na construção dos mais diversos discursos difundidos na contemporaneidade, pela mídia, uma das instituições responsáveis por produzir a agenda pública, pautando assuntos que devem ser discutidos pelas autoridades e sociedade. Ou seja, ela possui o poder de formular as preocupações públicas. Essa definição da agenda pelos meios de comunicação é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos, que se veem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões veiculadas com veemência nos noticiários diários.

Nessa análise, é importante destacar o trabalho de Mione Sales (2007) que fez uma pesquisa de dois episódios marcantes de repercussão na mídia: as rebeliões da FEBEM de São Paulo em 1999, e o sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro. A pesquisa analisou a violência que cerca a vida da maioria dos jovens do Brasil e a forma como a mídia trata a questão. Para a pesquisadora social,

“O dado novo é que, ao longo das duas últimas décadas, vem se aprofundando o enlace entre violência e mídia. Portanto, frente ao aludido cenário de complexificação da problemática urbana e da questão social, os veículos de comunicação têm procurado dar respostas – espetacularizadas ou não – à população, atônita diante da dificuldade de compreensão das bases societárias geradoras da incivilidade e violências crescentes... . O gosto pela notícia cor de sangue, construída em forma e conteúdo, em ritmo de folhetim,

bastante ao agrado das massas, vem, portanto, muitas vezes, se somar à exploração imagética e às narrativas de personagens e casos emblemáticos de violência, ano após ano, conjuntura após conjuntura, governo após governo. Em primeiro plano, mostra-se, porém, uma violência lida apenas em suas expressões singulares ou de forma abstrata e generalizada. Ou seja, a divulgação midiática, amparada em dados quantitativos, nem sempre é suficiente quando o objetivo é explicar as causas da violência social ou decifrar as motivações humanas, inter-subjetivas e socioculturais, mais as pulsões propriamente individuais aí envolvidas” (SALES, 2007, pp. 28-29).

Dentro dessa perspectiva do dizer ou não dizer, do mostrar ou ocultar, a pesquisa também caminhou em conjunto com a Hermenêutica, que busca um desvelar de sentidos ocultos. Ou seja, procurou-se ‘descobrir’ sentidos que não são manifestos imediatamente no nosso intuir, mas ir mais adiante, descrevendo e interpretando além do que foi simples e diretamente dado, pois o que é dado é apenas uma pista para o que não é dado, ou não é claramente dado.

Historicamente, a hermenêutica<sup>27</sup> era a arte de ler corretamente e interpretar de forma clara e objetiva os textos antigos, ou seja, a Bíblia. Na concepção de Gadamer (1996), a hermenêutica é um procedimento abrangente para o entendimento em si, que chamará de hermenêutica filosófica e a caracteriza em termos de um “circulo hermenêutico”, ou melhor, levando em conta o movimento de rotação entre uma parte de um texto e seu significado total. Esse pressuposto remete a tudo aquilo que precisa ser compreendido e que traz consigo um horizonte daquele que realiza o ato da compreensão, num embate que obriga à revisão incessante ao que foi preconizado inicialmente, assim como aprofunda o diálogo com a coisa a ser compreendida.

---

<sup>27</sup> De acordo com Lawn, “o termo grego *hermeneuein*, significa interpretar vem da raiz da qual a palavra hermenêutica derivou. Para os gregos, a interpretação era a elucidação e explicação das elusivas mensagens e sinais sagrados. Hermes – o nome está associado com *hermeneuein* – o mensageiro dos deuses, interpretou os desejos dos *deities* fazendo com que seus desejos fossem conhecidos por meros mortais. Desenvolvida a partir desta idéia de tornar os caminhos de Deus conhecidos pelos homens, a teologia protestante do século XVII, desejando entender a escritura de maneira mais sistemática e menos alegórica, criou a hermenêutica, que é uma “arte” de interpretação com seus próprios procedimentos e técnicas. A visão padrão era de que se a Bíblia era a palavra de Deus, a divina revelação, então deveria ser interpretada autenticamente, e padrões de procedimentos corretos deveriam ser criados para cumprir a tarefa” (LAWN, 2006, pág. 66-67).



Ao trabalhar a questão da compreensão é necessário recorrer a Heidegger, no qual Gadamer vai dialogar na sua discussão. No pensamento heideggeriano alguns aspectos importantes podem ser observados: toda interpretação é sempre algo que se constrói no interior de um espaço previamente aberto pela compreensão e que nasce de um desdobramento exposto do elemento compreensível, isto é, o ser do ser-aí humano se determina num processo interpretativo, esse seu ser repousa sobre a compreensão; não há interpretação para além de tal espaço, não há como aceder a momento anterior à abertura compreensiva, ou seja, nesse caso, a compreensão será insuperável. O ser-aí humano não é apenas por vezes compreensivo, ele é constitutivamente compreensivo; a compreensão nunca se constrói simplesmente do nada, mas conta sempre com estruturas prévias que são disponibilizadas em diálogo com o mundo; e por fim, a compreensão é sempre um novo potencial para o pensamento hermenêutico.

O objetivo foi tentar captar não só o que se mostrou de maneira aparente nas matérias jornalísticas do JN ou nas falas ou discursos políticos dos candidatos, mas de revelar atitudes que não são totalmente visíveis à sociedade. Ou seja, na fase de interpretação, foi importante dialogar com os dados, num contínuo interrogar-se, para obter a compreensão do que é realmente a violência enquanto problema social. E principalmente a abordagem dada pela mídia e pelos candidatos à violência. Deve-se compreender a realidade para entender a forma como a mídia constrói ou reconstrói os fatos para sociedade.

Que aspectos foram enfatizados nas matérias jornalísticas sobre a violência? Os candidatos divulgaram propostas de combate à violência? A violência é percebida como problema social? Ou a violência serviu apenas como 'instrumento' ou 'bandeira' dos opositores?

#### **7.4 A violência (in) visível**

Ao longo da pesquisa se discutiu o papel da mídia na sociedade contemporânea, uma vez que a discussão da esfera de visibilidade pública,

necessariamente passa pelas informações divulgadas nesse campo. A importância da fala no espaço público está transversalmente ligada à exposição da realidade; é preciso que as coisas humanas conquistem a aparição pública, para adquirirem alguma forma de existência. Nesse viés, “a aparência constitui a realidade (...), garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDDT, 1989, pp. 59-60).

A discussão da violência permeia no campo da aparência, pois o que é mostrado é o que causa impacto; é o que choca; o que é visual, pois não basta apenas dizer números é necessário identificá-los com imagens. Por outro lado, o conteúdo da discussão é esvaziado, pois além do tempo diminuto para as matérias, aprofundar a questão requer expor problemas estruturais e de interesses comuns.

A mídia passa, então, ser apenas reveladora/divulgadora e ao mesmo tempo construtora de um juízo de valor sobre as outras instituições e organizações. Não só as posições de poder – econômico, político e simbólico – encontram visibilidade na ação dos meios de comunicação de massa: eles também alimentam, de maneira vigorosa, a tendência inerente a toda instituição social de atuar por “inclusão e exclusão”.

O império e os imperativos das imagens que nos cercam, seja na perspectiva, da infância, da juventude, do consumo ou da própria atitude de tomada de decisões, essa sociedade é fundada na visibilidade e suas estratégias são cada vez mais invasivas, pois há uma proliferação das imagens em todos os campos, seja visuais, acústicas, performáticas e comportamentais, olfativas ou simplesmente mentais, distribuídas pela disseminação do imaginário que acompanha todo movimento cultural (BAITELLO JUNIOR, 2005). O estudioso postula ainda, que a era da visibilidade, transforma a todos em imagens, invertendo o vetor da interação humana, criando a visão que se satisfaz apenas com a visão.

Esse processo complexo de construção do espaço de visibilidade midiática, envolve frequentemente atores com metas, interesses e mensagens divergentes. Esse espaço pode ser entendido, conforme sugere Maia (2003), como “palco”, “arena”, “fórum” de disputas políticas e de negociação de sentidos. Em termos gerais, o governo e os políticos precisam frequentemente tomar decisões sobre questões controversas diante, simultaneamente, da

oposição político-partidária, de grupos de interesse e daquilo que é colocado em cena, através dos veículos de comunicação. Em termos específicos, o espaço de visibilidade midiática é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram, colocando em movimento interações diversas dentre e entre os atores políticos e os próprios cidadãos. Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões de mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas, ou estimula a mobilização cívica. As instituições da mídia conectam diferentes atores, instituições e mundos sociais. A mídia estabelece, sim, interfaces com as práticas políticas, as quais possuem estruturas institucionais, atores, dinâmicas e condições históricas próprias – a apreensão dessas interconexões se desdobra em um sem número problemas de pesquisa. (MAIA, 2003, pp. 26-27).

Da mesma forma, funciona o enquadramento de determinadas situações ou assuntos no campo midiático. Goffman (1989) argumenta que os enquadramentos são construções culturais que se realizam na narrativa, na articulação. Um dos campos privilegiados de produção de enquadramentos, uma vez aceita a realidade de um mundo em que a política e a cultura atuam crescentemente na esfera da mídia, é o dos meios de comunicação de massa: Enquadramentos de mídia seriam padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual.

Em tese, os enquadramentos, no pensamento de Entman (apud JAMIELSON, 2003), definem os problemas – determinam o que o agente causador está fazendo, com que custo e benefício, usualmente medido por valores culturais comuns; diagnosticam causas – “identificam quais forças criam problemas; fazem julgamentos de moral – avaliam os agentes causais e seus efeitos; e sugerem remédios - oferecem e justificam tratamentos para os problemas e prever os seus efeitos.”

---

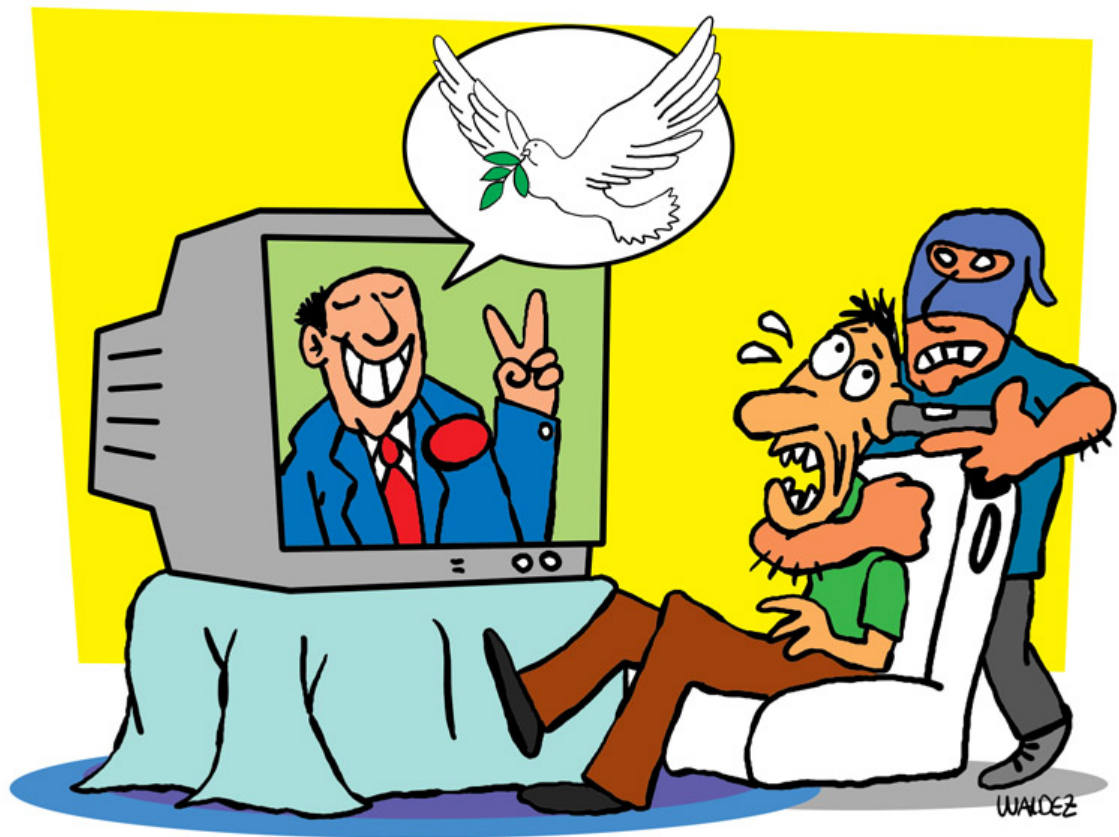
O que se constata que não foi dessa maneira que a mídia e os candidatos trabalharam a questão violência, pois a perspectiva adotada, pela primeira, foi de massificar o assunto, homogeneizar as questões, sem no

entanto, discutir as consequências; e, a segunda de ignorar ou excluir o assunto do debate com a sociedade.

O enquadramento nos diz o que é importante, qual o intervalo aceitável de debate sobre um tema, e quando um problema é resolvido. Escolhendo um enquadramento comum para descrever um evento, condição, ou personagem político, jornalistas modelam a opinião pública. Os enquadramentos são usados intencionalmente para dirigir a atenção e então guiar o processo de informar, para orientar o tratamento da informação de modo que uma leitura preferida dos fatos possa dominar a compreensão do público. Neste sentido, os fatos que os enquadramentos noticiosos ajudaram a determinar o que o público sabe e acredita saber abre oportunidades para os interesses partidários exercerem influência ou falar sobre eles, ou avançar em outras questões, as vezes menos importantes, e subestimar outras.

Como os jornalistas são dependentes desses mesmos atores, ou seja, das autoridades e políticos, com a finalidade de provê-los com informação e indicação, eles podem, algumas vezes, serem suscetíveis à manipulação. Atores políticos entendem quais enquadramentos são importantes em suas posições; quanto maior o poder que um ator tem e mais central são os seus comentários para a história, maior é o sucesso que ele poderá ter em fazer o seu enquadramento ser adotado.

Em 2006, os dois campos jornalístico e político, travaram uma guerra particular de interesses, tratando diferentes representações da violência, ora escondendo seu real significado para sociedade, ora expondo quando a questão poderia ter ganho na construção das relações de poder.



## **8. A violência no contexto jornalístico e político**

## 8.1 O desvelamento

Na concepção de Heidegger (1997), a polis deixa vir o todo dos entes ao espaço aberto, desvelado. Ela é a instância propiciadora do desvelamento do ente ao povo grego. Este designava o desvelamento (*Unverborgensein*), como caráter do ente (de tudo que é), com a palavra *alétheia*. *Alethés* (desvelado) é tudo aquilo que aparece, tudo que é, na superação de seu velamento fundamental. A *alétheia* é o fundamento da polis entendida como local de habitação do homem e lugar essencial de desvelamento.

A diferença fundamental entre a *polis* grega, a república romana e o Estado moderno consiste, segundo Heidegger, no fato da *pólis* fundar-se na essência da *alétheia*. Fato único da história do ocidente, a existência comunitária dos gregos fundava-se diretamente na própria essência do desvelamento. E junto ao esquecimento do desvelamento como caráter essencial da *alétheia*, dá-se o aniquilamento da *pólis* como determinação da existência comunitária do homem ocidental. A constituição essencial da *res publica* e do Estado moderno são possíveis apenas a partir do esquecimento da essência da *alétheia* (ERBER, 2003, p. 83).

O que se percebe é que na antiguidade, os políticos queriam desvelar a realidade. Na contemporaneidade, acontece o inverso, eles utilizam estratégias de velamento da verdade. A palavra acaba sendo uma faca de dois gumes, dependendo de como for utilizada, pode libertar ou oprimir; pode incluir ou excluir; pode revelar ou encobrir; pode dizer ou não dizer.

O que caracteriza esse objeto hermenêutico do ponto de vista do espírito são as vivências. O que para Heidegger (1997) significa que para perceber as partes há que se perceber o todo e, que, para perceber o todo, há que se perceber as partes, num ciclo contínuo. Ele não restringia o conceito de interpretação unicamente aos textos, afirma que o ser humano está em constante estado de pré-interpretação, o que significa interpretar o mundo de acordo com os conceitos que já se possui. Voltando ao círculo hermenêutico é

pertinente dizer que, antes de se interpretar corretamente o mundo, precisamos estar cientes do fato de que certas coisas não podem, por si só, serem interpretadas subjetivamente como são aquelas coisas das quais as interpretações dependem. Logo, indaga-se como a violência é apresentada no “pós-mídia”?

Não se pode explicar um fato de maneira isolada, sem levar em consideração o seu contexto histórico social. Por isso a inserção do pensamento de Gadamer (2007) na presente discussão, pois para ele, o texto está relacionado ao seu contexto, o que significa que toda interpretação é resultado das circunstâncias. Essa interpretação não é isenta e é sempre interessada, ou seja, o texto é continuamente atualizado a partir dos interesses próprios daquele que o busca compreender, o que implica permanente revisão dos preconceitos. O preconceito, no sentido de conceitos prévios, é uma condição para a compreensão. Neste sentido, a pesquisa procurou interpretar a questão da violência levando em consideração o cenário que se apresentava, em 2006 e os interesses subjacentes da emissora e dos candidatos envolvidos na disputa.

É interessante destacar o estudo realizado por Lima (2006) sobre as eleições de 2006 e o papel da mídia. Na observação do autor, a partir das análises realizadas com jornais e blogs, ficou constatado que a mídia adotou uma postura partidarizada contra o candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2006 e afirma que houve uma concordância básica de um desequilíbrio muito grande na cobertura das eleições e o favorecimento de um dos candidatos. Esse desequilíbrio e partidarização contra Lula foi mais evidente nas colunas de opinião dos grandes jornais.

A cobertura jornalística tendenciosa da campanha de 2006 fez emergir publicamente a questão da confiabilidade nos fatos veiculados pela mídia:

“O processo eleitoral brasileiro de 2006 será lembrado e estudado, entre outras características, por ter sido aquele em que houve forte desequilíbrio na cobertura jornalística (...) por haver prevalecido uma atitude de hostilidade ao candidato Lula entre os jornalistas da grande mídia; por um descolamento entre a opinião dominante da mídia e a opinião da maioria dos eleitores; pelo sensível aumento da importância de sites e blogs no debate eleitoral; pela entrada da mídia na agenda pública de discussão (LIMA, 2006, p. 27)



Pode parecer que esses estudos não tenham uma inferência direta com a pesquisa, mas demonstra de um lado, a desproporcionalidade no tratamento dado aos candidatos; e segundo, a ingerência da mídia no processo eleitoral, seja na visibilidade dos discursos ou das matérias jornalísticas. Dessa forma, o enquadramento da violência também foi realizado de maneira a estabelecer um aspecto negativo do governo do candidato que concorria à reeleição.

Portanto, a perspectiva adotada na análise de interpretação desta pesquisa, com relação ao Jornal Nacional, obedeceu aos seguintes critérios de fala: o enquadramento da violência como fenômeno e não problema social; sua utilização como estratégia de questionamento; a inserção dos dois candidatos no telejornal, dentro do bloco denominado de Entrevista com o Candidato; e os debates promovidos pela TV Globo.

A análise adotada seguiu a sequência a partir da inserção da Campanha Eleitoral, ou seja, primeiro as matérias do telejornal e em seguida os discursos dos candidatos, tanto no JN quanto no horário eleitoral. Não há uma quebra de análise, ou seja, JN e horário eleitoral são tomados como objeto único. Essa escolha teve a finalidade de criar uma lógica de continuidade, mesmo entendendo que são objetos com identidades próprias, e em alguns momentos, com objetivos diferenciados. Mas em tese, os dois objetos selecionados trabalham com a realidade: o telejornal tem como construto a realidade dos fatos, seu lócus e a vida dos indivíduos; a campanha eleitoral trabalha a realidade da sociedade e seu bem estar. Na campanha eleitoral, foram observadas as 'falas' ou discursos políticos produzidos pelos candidatos, especificamente no horário eleitoral ou campanha eleitoral sobre a violência. Evidentemente que há uma interface do horário eleitoral com as matérias jornalísticas.

Nesse ocultar ou desvelar da violência, bebe-se na fonte de Derrida (2004), quando ele radicalmente questiona o sentido, propondo que as identidades se deslocam e as significações e as verdades são plurais. Para ele, é impossível a apropriação do sentido, porque a linguagem é marcada por uma *alteridade constitutiva*, ela é sempre "algo outro", diferente do que à primeira vista se imagina. Densconstruir é sair em busca do sentido, que para ele, jamais será localizado; dele só se pode ter "pistas", referências, relações,

nunca o verdadeiro desvelamento, a verdadeira revelação do que é ou significa.

Esse desvelar procura dar conta de como as falas sobre violência se apresentam e sua interface com a realidade, que passa necessariamente em estabelecer uma correlação com entendimento do campo de visão da verdade (CHAUÍ, 2006). Para a filósofa, este campo estará concentrado em quatro concepções: do ver-perceber; do falar-dizer; do crer-confiar; da pragmática. Segundo Chauí, a primeira seria ligada a *aletheia* que se refere ao que as coisas são; a segunda, *veritas* se referem aos fatos; a terceira, *emunah* se refere às ações e coisas que serão; a concepção de verdade corrente é uma síntese dessas três fontes; e a verdade para nós tem a ver com as coisas presentes, com os fatos passados contados pela palavra, pela linguagem, e às coisas futuras.

Por isso, algumas expressões são latentes ao campo do jornalismo, remetendo-as à verdade, como averiguar, verificar, veredicto, verossímil e verossimilhança. A quarta concepção, a pragmática se difere das anteriores por definir o conhecimento verdadeiro pelo critério prático e não teórico. Nela, um conhecimento é verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas, sendo verificado pela experimentação e pela experiência. A marca do verdadeiro seria a verificabilidade dos resultados.

Esses pressupostos se entrelaçam na discussão da questão da violência e do seu significado para a sociedade. Os meios de comunicação, de modo direto a televisão, representam referências de entendimento da realidade. As campanhas eleitorais são eventos que pressupõem discussões de problemas concernentes à vida dos indivíduos em sociedade.

A pesquisa não objetivou discutir o que é verdade, mas o que é visível na televisão e na campanha eleitoral sobre violência. Por isso, não entrou no meandros profundos dos autores que discutem o significado de verdade.

Aqui, o jornalismo passa a ser entendido como espaço socialmente reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações e de distribuição de conhecimento, como um campo social:

“Há um campo social quando se verifica um sistema de relações objetivas que determina o lugar que cabe a cada indivíduo que aí é incluído, que estabelece cada

posição, quanto cada um vale, representa e acumula em prestígio e reconhecimento. Todo sistema dessa natureza ademais, é submetido a muitas tensões internas em virtude da concorrência entre os que dele participam – concorrência voltada para o acúmulo de prestígio que o campo produz. O jornalismo... trata-se de um espaço social onde se busca, controla e distribui um recurso de valor específico em função do qual as práticas e representações sociais se ordenam como um sistema. Esse recurso fundamental e específico está relacionado à autoridade jornalística e comporta prestígio, reconhecimento, fama, celebridade, lugar de fala. Como tal, o jornalismo representa uma forma imanente de controle e distribuição de poder material e simbólico e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição de capital simbólico do campo (GOMES, 2004, pp. 52-53).

Esse campo social fornece os referenciais de realidade para os indivíduos, principalmente a partir das imagens divulgadas. As pessoas tomam como verdade o que é difundido por ele. Portanto, quando determinadas questões são massificadas no noticiário diário, como a violência, acaba-se compreendendo o mundo com a ótica da carga de material apresentado, ou melhor, a percepção que a realidade é só violência e o poder público incompetente para controlar ou coibir tais atos contra os cidadãos.

## **8.2 O cenário da violência**

“No meio da noite, prédios públicos são atacados com rajadas de fuzis automáticos e metralhadoras. Bombas explodem em frente a repartições públicas. Comboios de homens armados percorrem as ruas depois da meia-noite. Param o trânsito em grandes avenidas, saqueiam – pessoas são mortas sem nenhuma razão. Magistrados são emboscados e mortos a tiros. Funcionários de alto escalão são ameaçados. Pelo mar chegam armas e drogas. É o cenário de uma guerra que não se quer admitir. Escolas, comércio e bancos fecham e mando de meninos descalços, que se dizem porta-vozes de grandes traficantes e bandidos. Todos obedecem. Inimigos dos bandos armados são apanhados, julgados e executados sumariamente. Os policiais escondem suas identidades e se escondem atrás de barricadas. Trinta mil presos chegam a se rebelar de uma só vez, atendendo ao comando de uma liderança de cinco homens” (AMORIM, 2007, p. 15))

A epígrafe acima poderia ser roteiro ou cena de um filme americano ou de um cineasta brasileiro, mas é o retrato do Brasil vivenciado nos últimos anos. Ele foi descrito pelo jornalista Carlos Amorim no livro “CV\_PCC: A irmandade do crime”, no qual faz um relato sobre a história do crime organizado no Brasil. Não são cenas de um filme de ficção, mas parte de uma realidade que assombra e cria um clima de tensão entre as pessoas.

Por certo que a violência não é uma questão que atraia em nenhum dos sentidos, mesmo pelas ‘fantásticas’ imagens, às vezes, capturadas em determinadas situações, seja pela carga negativa que a palavra expressa e suscita no imaginário coletivo, seja pelo resultado que traduz. A violência tem se configurado na sociedade como um dos mais sérios problemas a serem enfrentados pelos governos, instituições, incluindo a mídia e sociedade civil. É uma questão social que aflige a todos, desestruturando famílias, instituições e demandando maior aparelhamento do Estado, assim como um volume maior de investimentos não só na área de segurança pública, mas em outros setores que também desagregam e segregam o indivíduo em sociedade.

Nesse sentido, indaga-se, em que contexto o Jornal Nacional e as campanhas eleitorais materializaram a violência?

### **8.2.1 Contextualizando o Brasil**

O ano de 2005 já apontava o que seria as eleições de 2006. Esse ano fora marcado por uma crise política sem precedentes no país, envolvendo o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, para a Presidência da República. Foram denúncias de um esquema de corrupção envolvendo governo federal e o Congresso Nacional, em que se distribuía dinheiro, o chamado “mensalão”, a parlamentares da base governamental em troca de apoio político. O momento inicial de tensão foi provocado pela entrevista do então deputado federal Roberto Jefferson, do PTB, à revista *Veja*<sup>28</sup>, revelando a existência desse esquema de corrupção, que envolvia

---

<sup>28</sup> A matéria foi publicada na edição número 1905 da Revista *Veja*, de 14 de maio de 2005, pag. 54, com a seguinte manchete “homem-chave do PTB”.

diversas autoridades do Executivo e Legislativo. Essa entrevista deu início a uma séria crise política que se estendeu até próximo às eleições de 2006.

A crise política será tema, por vários meses, de matérias de revistas, jornais, internet e televisão. O cenário político brasileiro começa a se desenhar e prevê o tom dos discursos nas eleições de 2006.

Na mesma perspectiva da crise política, a violência desponta como um grave problema social a ser combatido e discutido. Dois fatos marcam o ano de 2005 pela visibilidade que eles tiveram na mídia nacional e internacional: o referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição e a morte da missionária norte-americana, Dorothy Stang, no Pará.

No primeiro semestre, mês de fevereiro, irmã Dorothy Stang, missionária norte-americana, naturalizada brasileira, foi assassinada por pistoleiros com seis tiros no município de Anapu, Sudoeste do estado do Pará. O assassinato de Irmã Dorothy foi considerado mais um capítulo das histórias de violência, assassinatos e grilagem de terras, transformando-se em notícia internacional.

No segundo semestre, mês de outubro, os brasileiros foram convocados para decidir, em referendo<sup>29</sup>, se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil. Mais de cem milhões de brasileiros foram às urnas para decidir, no dia 23 de outubro. A proibição do comércio de armas já consta no Estatuto do Desarmamento (lei 10.826/2003), mas somente com o referendo esse aspecto da lei teria validade.

Estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Tecnologia e a Cultura – Unesco, constataram que no Brasil, 104 (cento e quatro) pessoas são vítimas de armas de fogo por dia. Entre 1979 e 2003, o número de mortes por armas alcançou 550 mil pessoas, e, destas, quase a metade tinha entre 15 e 24 anos.

A população teria que responder a seguinte indagação: "O comércio de armas de fogo e munição dever ser proibido no Brasil?", sim ou não. A sociedade estava dividida. De um lado, as organizações não-governamentais e

---

<sup>29</sup> O referendo é uma consulta popular, feita depois da aprovação de uma lei, seja ela complementar, ordinária ou emenda à Constituição. No plebiscito, ao contrário, a consulta é feita antes da elaboração da lei.

grupos humanitários apostavam em artistas famosos para convencer a população para sua causa. Do outro, a frente parlamentar pela manutenção da atual legislação investia em mostrar o impacto negativo do fim do comércio de armas de fogo.

Segundo pesquisa Datafolha<sup>30</sup>, em agosto, 80% dos entrevistados apoiavam a proibição. Na pesquisa divulgada às vésperas do referendo, o voto "não" já contava com 57%, estimativa superada pelo resultado final. No dia 23 de outubro, a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi rejeitada por quase dois terços dos eleitores.

O ano de 2005 terminava com essa resposta da sociedade e mais uma série de outras denúncias contra senadores, ministros, deputados federais e aliados do governo Lula.

### **8.2.2 O cenário das eleições**

A crise política iniciada no ano de 2005 continuou durante 2006. Nesse ano, os brasileiros precisaram escolher, nas urnas, presidente da República, senadores, governadores, deputados federais e deputados estaduais.

O quadro apresentado não era favorável ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, pelas inúmeras denúncias de corrupção contra seu governo, iniciadas no ano anterior às eleições. Aliada a grave crise política, no mês de maio, será desencadeada uma série de ações criminosas que colocará a sociedade em alerta, assim como a violência em destaque no jornalismo.

#### **O dia interminável**

Ônibus incendiados, policiais mortos em plena luz do dia e atentados contra agentes de segurança penitenciária foram os instrumentos usados pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital<sup>31</sup> (PCC) em uma série de

---

<sup>30</sup> Informações dos sites: [www.noticias.uol.com/](http://www.noticias.uol.com/) [www.comunidadessegura.org/](http://www.comunidadessegura.org/)

<sup>31</sup> O PCC teria nascido durante um jogo de futebol no Piranhão, na tarde de 31 de agosto de 1993. Eram oito presos, transferidos da capital por problemas disciplinares, para ficar em Taubaté – até então, o mais temido dos presídios pela massa carcerária. A permanência na cela era de 23 horas ininterrupta por dia. Os sessenta minutos disponíveis eram reservados

ataques que paralisou a maior cidade do país, São Paulo<sup>32</sup>. O motivo foi um conjunto de transferências de presos que começou na noite de sexta, 12 de maio, só parou três dias depois.

Ao todo, foram registrados 64 ataques contra bases da polícia, delegacias, agentes penitenciários, policiais, oficiais da Guarda Civil Metropolitana, ônibus e agências bancárias. As mortes chegaram a 32 na capital paulista, cidades do litoral e região metropolitana em um só dia. No dia 23, as imagens televisivas mostravam uma São Paulo deserta.

Apesar do pânico, as ações do PCC não foram novidades, pois em fevereiro de 2001, a facção coordenou 29 rebeliões simultâneas em São Paulo com saldo de 30 mortes - a grande maioria alvo de disputas entre gangues rivais nas prisões. Em novembro de 2003, por mais de uma semana, o grupo foi responsável pelo ataque contra dezenas de delegacias com metralhadoras, bombas caseiras, escopetas e pistolas. No total, três agentes policiais foram mortos e 12 feridos.

A noite de 12 de maio só acabaria uma semana depois, com uma estatística assustadora. Foram 239 ataques e 152 mortos - 107 suspeitos, 23 policiais militares, sete policiais civis, três guardas municipais, oito agentes penitenciários e quatro cidadãos - além de 54 feridos, segundo balanço oficial da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo publicado no dia 18 de maio.

Entre os ataques, 82 foram a ônibus, 56 a residências de policiais, 17 a bancos e caixas eletrônicos, um a garagem de ônibus, um a estação de Metrô, um à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), e outras 135 agressões diversas. Ainda conforme os números oficiais, foram apreendidas 146 armas.

“A partir de ataques realizados durante três dias pelo crime organizado contra bases policiais, ônibus transportando civis e agências de bancos particulares, o paulistano atendeu a um “toque de recolher” jamais decretado, seja por alguma autoridade ou por qualquer não-autoridade. A população começou a voltar do trabalho para casa na hora do almoço, entupindo as ruas com carros e transformando o retorno numa dificuldade muito superior à que se enfrenta no trânsito

---

para banho de sol, andar no pátio, mexer-se, esticar-se, amaldiçoar a prisão. Os oito estavam sendo punidos por péssimo comportamento. Oriundos de São Paulo, o time passou a ser chamado de Comando da Capital (SOUZA, 2006, p. 93).

<sup>32</sup> É a quarta maior cidade do mundo, com mais de 18 milhões de habitantes.

normalmente engarrafado da cidade. A partir das 20 horas todos puderam ver ruas e avenidas completamente desertas de gente e de veículos” (TÚLIO COSTA, 2009, p. 172).

As inúmeras matérias apresentadas criam um quadro de pânico, pois as imagens de pessoas correndo, prédios depredados, carros de polícia, ruas vazias configuram a sensação de que o poder público perdeu para o crime organizado. O falso alarme do toque de recolher se assemelha a países em guerra, nos quais os cidadãos são obrigados a não sair às ruas a partir de determinados horários, não tendo o direito de ir e vir livremente. A edição do JN, nesse dia, foi toda dedicada a mostrar uma São Paulo acuada pelo medo, da mesma forma procura evidenciar uma sociedade brasileira refém da violência.

“A leitura dos jornais dos dias anteriores mostra a escalada dos acontecimentos que culminariam no dia 15. A cobertura mistura a representação da violência real dos ataques com a espetacular reprodução de imagens capazes de fazer elevar automaticamente os decibéis das pautas e das manchetes jornalísticas” (Idem, 2009, p. 175).

A situação toma tal proporção que os meios de comunicação começam a fazer um estardalhaço e boatos de possíveis ataques são anunciados na internet. A Rede Globo de Televisão chegou a deslocar<sup>33</sup> do Rio de Janeiro para São Paulo o principal apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, que do alto do prédio da Globo, em São Paulo, abriu o jornal com a seguinte fala:

“Aqui, na maior cidade brasileira, a população volta a sofrer as consequências dos atentados. Criminosos atacam agências, incendeiam ônibus e o medo interfere na vida dos cidadãos. Trabalhadores ficam sem transporte; estudantes longe de escola; e comerciantes evitam abrir as portas. Das 70 rebeliões, apenas duas continuam. E, depois de reunião com o ministro da Justiça, o governador volta a recusar ajuda federal” (Idem, 2009, p. 177).

O telejornal da emissora de maior audiência dimensiona em proporção e intensidade os ataques em São Paulo, ressignificando para a sociedade a

---

<sup>33</sup> Os deslocamentos dos apresentadores ou repórteres só acontecem em ocasiões especiais, como: Copa do Mundo, eleições, terremotos ou outros eventos de grande repercussão.



violência, num sentido em que não se compreende de fato o que são os atos praticados no estado paulista e com que finalidade. As matérias reforçam um estado de 'guerra' vivido pelos cidadãos.

### **Segundo ataque**

Dois meses depois, no mês de julho, o terror toma novamente conta de São Paulo. Os ataques que tiveram início na terça-feira, 11 de julho, foram menos intensos, mas não menos violentos. Esse clima de tensão além de tomar conta de São Paulo, deixou em aflição a população como um todo, principalmente porque o maior jornal da televisão brasileira, Jornal Nacional, produzido no eixo Rio-São Paulo, dedicou suas edições a relatar e mostrar a realidade daquele Estado, como que dizendo "o Brasil é aqui".

### **Terceiro ataque**

No dia 07 de agosto, portanto, oito dias, antes de iniciar o horário eleitoral na rádio e TV, o JN abriu sua edição com quase todas as manchetes sobre violência:

"... noventa e três atentados; a terceira série de ataques criminosos em São Paulo, mais de vinte ônibus queimados, cinco pessoas feridas e dois mortos em tiroteios com policiais...";Uma nova lei aumenta punição para agressores de mulheres" (William Bonner e Fátima Bernardes – JN - em 07/08/06).

As manchetes do telejornal serão reforçadas com imagens de ônibus incendiados, supermercados, postos, bancos, bandidos e posto policial. Logo, em seguida entra o apresentador William Bonner, fazendo a seguinte inferência:

“São Paulo apareceu pela terceira vez, este ano, sob o comando de bandidos. Foram 93 atentados, dois suspeitos morreram em confronto com a polícia” (Manchete do dia 07/08/06).

O destaque da manchete será enfatizado pelo número de vezes, três, que o estado paulista esteve sob o comando dos bandidos, reforçando a

ineficiência do poder público de combater o crime organizado E em seguida entra o repórter, com uma matéria de três minutos:

“Fogo nos ônibus, mas desta vez o transporte público não parou. Neste supermercado, **dois** clientes feridos. Depois de atacar um posto e uma agência bancária. Estes **dois** criminosos foram presos com um coquetel molotov. Um morador de rua, que dormia em frente a esse banco, ficou ferido por um carro jogado contra prédio. A Base da guarda civil foi metralhada. **Noventa e três** alvos foram atingidos. A granada que os bandidos jogaram neste prédio não explodiu, foi detonada pelo esquadrão anti-bomba. Os criminosos provocaram a polícia, queimaram **cinco** carros em uma garagem em frente ao departamento que investiga o crime organizado. E uma bomba de fabricação caseira explodiu na sede do Ministério Público Estadual, peças de metal causaram estrago em toda a vizinhança (entra população falando). A bomba explodiu do lado de fora, mas o impacto foi tão forte, que derrubou uma barreira de vidro blindado e fez parte do teto do saguão desabar. Daqui saíram propostas para endurecer as lei contra a quadrilha que promove os ataques.

Entra fala do Procurador de São Paulo, Rodrigo Pinho: ‘os promotores de Justiça não vão se intimidar e a instituição continuará atuando a repressão à organização criminosa’.

Continua a fala do repórter: O procurador Geral recebeu a solidariedade do governador e do Ministro de Justiça. Entra fala do ministro Márcio Tomaz: ‘eu faço parte da população de São Paulo, também estou amendrontado’.

Continua fala do repórter: ‘Mas o secretário de Segurança Pública de São Paulo disse que os 100 milhões de reais prometidos pelo Governo Federal ainda não vieram e desafiou o ministro’.

Entra secretário de Segurança Pública, Saulo de Abreu – ‘Se o que ele disse acontecer, eu me calo e entrego o cargo. Agora, se não acontecer, ele entrega o cargo, mas antes do dia 31, porque depois que acabar o governo, não val’.

Continua fala do repórter: ‘Mais tarde, em Brasília, o ministro disse que não quer politizar a crise, que o dinheiro, está disponível, falta apenas, segundo ele, que o governo mande a documentação’.

Entra fala do ministro Márcio Tomaz: ‘Tão logo esse documento chegue e o dinheiro vai para a conta do Estado. A gente chega a pensar, pela veemência, que algumas autoridades estaduais colocaram a questão que eles não querem ver. Eu fiquei com a impressão de que se esta usando o fato de que o dinheiro não foi

ainda para São Paulo', embora já esteja disponível, como um pretexto" (JN - Reportagem dia 07/08/06).

Para dimensionar o problema da violência, a matéria foi elaborada evidenciando as imagens, ou seja, prédio, granada, explosões, viaturas policiais queimadas, o departamento que investiga a ação criminosa com marcas na parede e imagens de computador ilustrando o ataque. Realidade e ficção. Essas imagens procuram reforçar a gravidade da situação. O enquadramento estabelece em sua fala (gráficos e editoriais) referências utilizadas pelo público para produzir sentido e significado.

No pós-mídia há manipulação técnica da notícia, nos quais os responsáveis pelas programações jornalísticas nas emissoras de televisão, na dianteira dos processos de reinvenção da notícia, impuseram um novo conceito de informação, de maneira irreconhecivelmente distante dos critérios clássicos, pautados pela apresentação dos acontecimentos, a verificação cuidadosa, o acréscimo de contextos de sentido. Hoje, a notícia ocupa um espaço entre o imaginário ficcional dos novos mundos da eletrônica e os acontecimentos cotidianos da esfera de visibilidade pública, estes, cada vez mais reduzidos ao status de matéria-prima bruta, inutilizável in natura para a comunicação. Assistir a um noticiário tem a ver hoje muito mais com o conceito de vivenciar, de participar à distância, de entrar no clima interativo de uma instalação, de uma performance. Para isso, importa mais à notícia ser muito real, mais real do que o real, muito bem montada do ponto de vista técnico. Verdadeiro, real, é o que satisfaz o critério da estética eletrônica: uma boa imagem, uma economia verbal – uma única declaração de cada entrevistado, duas é demais -, uma capacidade de provocar emoção (MARCONDES FILHO, 2002).

O telejornalismo será uma “segunda natureza” do fato, expressão de Marcondes Filho (1988), pois esse gênero jornalístico altera mais a realidade, porque além de fragmentar e personificar o fato, também se utiliza de “recursos técnicos e ideológicos”. Para ele os telejornais recolhem as notícias na realidade e criam uma nova realidade, extraindo só a parte que lhes interessa.

Por fragmentação entende-se o mecanismo de produção da notícia, que retira o fato do meio ou do contexto em que se originou e o trata como notícia isolada, no qual aparece apenas o aspecto conveniente. Já a personificação ou

personalização será o mecanismo pelo qual se atribui a uma pessoa (político, líder sindical ou criminoso) a responsabilidade de um fato, quando na verdade, ele é produto de um conjunto maior, de uma instituição ou mesmo de toda a sociedade. A função do telejornal, nesse sentido, não é a de noticiar ou divulgar fatos que interessam a sociedade, mas a de moldá-los, esticá-los ou comprimi-los, reproduzindo assim a vida política e social conforme os critérios ideológicos e particulares dos jornalistas, proprietários e patrocinadores.

O telejornalismo criaria assim, na concepção de Marcondes Filho, um outro mundo, outra história que pouco tem a ver com o mundo real, já que este sofre toda uma série de mutilações. A imagem que toda a população acaba construindo de seu país, de sua cultura, de seu povo é fortemente influenciada e, em alguns casos extremos, “completamente forjada por essas informações inexatas, tendenciosas e deturpadas” (1988, p. 56).

Goffman (1986) lembra que, primeiro, é frequente usar o ‘real’ simplesmente como um termo de contraste. Quando se decide que algo é irreal, a realidade não é necessária por si só para ser real, de fato, pode ser uma dramatização de eventos como os eventos por si só – ou então uma investigação sobre a dramatização, ou uma pintura da dramatização, ou uma reprodução dessa pintura. Qualquer um desses últimos pode servir como o original de alguma coisa como um simples substituto, levando alguém a achar que o que é soberano é a relação, não a substância.

Segundo, qualquer faixa mais ou menos prolongada de atividade, e aqui se toma a violência veiculada na televisão, como atividade literal é vista como tal por todos os seus participantes de forma a ser suscetível de conter episódios de diferentes enquadramentos, com diferentes status. Status, em Goffman remete à situação diferenciadas, que vai desde os atos corriqueiros do dia-a-dia até atitudes mais complexas. Claro, afirma o sociólogo, a faixa inteira estratificada de enquadramentos sobreposta certamente poderia ser transformada como um todo para a apresentação na tela, e haveria uma sistemática diferente por apresentação, dando a todo o estado um domínio diferente do original. Mas a versão cinematográfica seria uma cópia, ou seja, uma instância do irreal; seria por si só algo que não foi homogêneo em relação à realidade, algo através de vários enquadramentos e os seus vários domínios.

E a homogeneidade vai ser uma forte característica utilizada pelo telejornal da TV Globo, quando mistura num mesmo bloco, casos diferentes de violência, e os trata da mesma maneira, sem nenhuma caracterização, explicação ou diferenciação. Tudo é violência.

Ao adotar esse comportamento de generalização e homogeneização, a mídia relega sua importância central nos processos de desenvolvimentos da sociedade e suas garantias, principalmente no exercício de três funções básicas: agendamento de temas prioritários para o desenvolvimento humano; como instituição central no sistema de freios e contrapesos dos regimes democráticos, contribuindo para discussão e execução das políticas públicas e; informando, de maneira contextualizada, os cidadãos para que eles possam participar ativamente da vida política (CANELA, 2008, p. 12). Esse seria um importante momento de abrir um debate com as instituições e sociedade sobre os atos de violência cometidos na contemporaneidade e a forma que os indivíduos podem se proteger ou defender. A mídia acaba adotando uma posição unilateral no afã de privilegiar a audiência em detrimento da reflexão séria.

A avalanche de informações difundidas ou “implosão do sentido nos media” (BAUDRILLARD, 1991), terá cada vez menos sentido para as pessoas. E a perda de sentido estará relacionada à ação dissolvente e dissuasiva da informação da mídia, ou seja, a informação devora os seus próprios conteúdos, a própria comunicação social, provenientes de dois motivos: a) em vez de fazer comunicar, esgota-se na encenação da comunicação e; b) em vez de produzir sentido, esgota-se na encenação de sentidos. É dessa maneira que é percebida a construção do discurso da violência na televisão, como uma implosão de imagens que objetiva reforçar o caráter do medo, da impotência e da ineficiência dos governos e/ou instituições.

Essa relação entre imagem e violência, esvazia os conteúdos veiculados pela televisão, na medida em que essa imagem é elaborada e transmitida com a finalidade não só de substituir o real, mas sobretudo oferecer um suposto gozo imediato do telespectador (KEHL, p. 2004) e, com isso, impedir os processos psíquicos e sociais de simbolização, sem os quais o desejo não pode ser transfigurado e realizado e o pensamento não pode efetuar-se, isto é, a dúvida, a reflexão, a crítica, o diálogo encontram-se totalmente bloqueados.

A imagem possibilita que os indivíduos construam e confirmem o sentido de realidade. E isso pode ser constatado com as notícias do telejornal da Globo, que procurou referenciar a gravidade da situação mostrando imagens dos prédios, veículos e pessoas sendo atacadas pela facção criminosa. A imagem é paradoxal: inibe a reflexão conceitual porque não opera por hierarquias de complexidade teórica, mas por impactos instantâneos: não demonstra, simplesmente faz constatar. Esse estatuto específico da imagem é que suscita mal-estar, pois a um só tempo revela e oculta, ilustra magistralmente e obnubila tragicamente (MARCONDES FILHO, p. 2002).

Outro aspecto importante na matéria foi a fala do ministro, quando diz: **“eu faço parte da população de São Paulo, também estou amendrontado”**. Qual a representação dessa fala para a sociedade?

Se o ministério da Justiça que tem como responsabilidade gerir a política de segurança pública junto com as secretarias estaduais, logo, se o ministro afirma que está amendrontado, evidentemente causa desconforto e pânico. Ele que é uma autoridade dá esse depoimento, se entende que a situação está fora do controle. A violência tomou conta da sociedade e nem as instituições estão conseguindo administrar o problema. A própria fala acaba gerando um desconforto, porque infere sentido de perigo.

Constata-se claramente uma interferência entre questão social e a política partidária - **“...os 100 milhões de reais prometidos pelo governo federal ainda não vieram e desafiou o ministro”**- pois a partir desse fato é colocado em confronto as ‘promessas’ e responsabilidades do governo Federal, comandado por partido distinto do prefeito e governador de São Paulo, Claudio Lembo e Gilberto Kassab, ambos do DEM. Percebe-se que esse interesse político é mais forte que o social, já que a preocupação ficou pautada em acusar, em vez de tranquilizar os cidadãos sobre as ações adotadas de combate ao problema.

### **8.3 O Jornal Nacional e o enquadramento da violência**

A televisão, como integrante do pós-mídia, se configura como uma das instituições principais do processo político e de informação dos indivíduos, seja por sua presença nos lares brasileiros, seja pelo papel que desempenha hoje como instituição de formação do espaço público contemporâneo. O olhar instituído pela mídia nada tem em comum com a experiência perceptiva do corpo próprio, uma vez que os meios de comunicação destroem os referenciais de espaço e tempo, constituintes da percepção, e instituem-se a si mesmos como espaço e tempo (CHAUÍ, 2005). E nesse processo, tem-se o telejornalismo, gênero mais importante dentro da televisão, em matéria de noticiário, por trabalhar os fatos tendo como fonte a realidade. O simples fato de assistir um acontecimento na TV, já lhe traduz significação. O mundo deixa de ser uma realidade que precisa ser investigada, explicada, conhecida, para tornar-se algo do qual se participa como um jogo de computador, algo que se assiste como um filme de aventura (MARCONDES FILHO, 2002).

Essa realidade apresentada deve olhar as faixas do dia-a-dia, os fazeres atuais que envolvem seres humanos de carne e osso em transações cara-a-cara com outros, e que é tentador e fácil de desenhar um claro contraste entre cópias presentes em domínios fictícios do ser (GOFFMAN, 1986). As cópias podem ser vistas como meras transformações de um original, e tudo que não é coberto sobre a organização de cenas fictícias pode ser aplicado somente às cópias, e não ao mundo real. Neste sentido, a análise de enquadramentos, então, seria o estudo de tudo, menos do comportamento comum. Por isso, a seleção de tal análise na materialização do discurso da violência na sociedade pós-mídia.

Na análise do enquadramento, o real não é o mero contraste com alguma coisa obviamente não real, como sonhos, mas também esportes, jogos, rituais, experimentações, práticas e outros arranjos, incluindo decepção, e essas atividades não são todas não-comuns. Ainda mais, cada uma dessas alternativas para o dia-a-dia, lembra Goffman, é diferente das outras de um modo diferente. As atividades de cada dia contém enquadramentos rápidos de mudar, muitos dos quais geram eventos que diferem consideravelmente de qualquer coisa que possa ser chamada de literal. As variáveis e os elementos da organização encontradas em domínios não-literais do ser, manifestados e

utilizados em meios distintos em cada um desses domínios, de novo em uma versão distinta de cada.

O argumento, então é que as faixas de atividade, incluindo as figuras das pessoas, devem ser tratadas como um único problema para análise. Os domínios do ser são os próprios objetos para estudo; e o dia-a-dia não é um domínio especial para ser colocado em contraste com os outros, mas meramente um outro domínio.

Ao tomar o telejornalismo como referência dos fatos da realidade é preciso vê-lo como um programa que seleciona parte desses fatos, edita e interpreta para os cidadãos. Por isso os domínios e arranjos que não são comuns podem, claro, ser o sujeito central de interesse pelo seu próprio direito. Para Goffman, o primeiro objeto de análise social tem de ser, comum, um comportamento atual – sua estrutura e sua organização. Domínios do ser que não os comuns fornecem experimentos naturais nos quais uma propriedade de atividade comum é mostrada ou contrastada de uma maneira clarificadora e clara. O design em acordo, no qual a experiência do dia-a-dia é posta junto, pode ser visto como uma variação especial em termos gerais, assim como maneiras de fazer coisas que podem ser feitas de outras formas. Ver essas diferenças (e similaridades) significa ver. O que está implícito pode, ainda assim, ser desfeito, revelado. Exemplificando o sentido de sua análise, Goffman cita que no palco e no rádio se tem que esperar que um performista externalize o estado do personagem que ele está representando para que se mantenha a linha da história, assim, de fato, a audiência saberá a todo momento o que está se passando. Mas, precisamente, esse mesmo tipo de intenção coreografada pode ser encontrada no dia-a-dia, mais evidente quando um indivíduo acha que tem de fazer alguma coisa que deva ser construída como responsabilidade por estranhos que estão meramente exercendo o seu direito de olhar para ele, antes de olhar para longe. Aqui, percebe-se a televisão e os candidatos exercendo esse olhar de “ver” a violência para a sociedade. A própria sociedade passa a “enxergar” e mal, a violência por essas instâncias.

### **As visibilidades midiáticas das eleições**



Antes do início do Horário Eleitoral Gratuito, a TV Globo agendou uma série de entrevistas com os candidatos à presidência da República, com a finalidade de debater questões de interesse público. Esse momento pode ser designado, no olhar de Fausto Neto (2003, 121), como iniciativas institucionais midiáticas que transformam as rotinas da sua programação e de seus gêneros para, assim, acolher a política, como novas possibilidades de lhe dar visibilidade.

É com esse viés, que no mesmo dia 07 de agosto, o JN inicia essa rodada de entrevistas. A ordem das entrevistas foi decidida por sorteio. As entrevistas aconteceram ao vivo, com duração de dez minutos, com uma prorrogação máxima de 30 segundos. Os candidatos se comprometeram a não usar no horário eleitoral obrigatório a entrevista concedida no telejornal, no todo ou em parte.

De acordo com as normas estabelecidas pela TV Globo, as entrevistas serviriam como oportunidade para que os candidatos esclarecessem suas idéias e seus planos e questões polêmicas sobre candidaturas. O primeiro sorteado foi o candidato Geraldo Alckmin (PSDB).

A primeira pergunta foi sobre violência:

**William Bonner:** Ao longo da campanha, o senhor tem apresentado **números muito bons do combate a criminalidade em São Paulo**. No entanto, o estado hoje pela terceira vez, desde o início de maio, foi aterrorizado por ataques de bandidos comandados, inclusive, de dentro das cadeias. A pergunta é: Em que aspecto o senhor considera que a política de segurança pública de São Paulo poderia servir de exemplo para o Brasil?

**Geraldo Alckmin:** Nós reduzimos, Bonner, de 1999 para cá, de 12,8 mil para 11 mil, 10 mil, 9 mil, 8 mil, terminamos o ano passado com 7,2 mil homicídios. Na capital, mais de 50%. Foram 90 mil criminosos tirados da rua e colocados nas prisões. Veja que não tem lógica, ladrão não ataca polícia. Ladrão foge da polícia e quer dinheiro, quer benefício material. Não tem sentido dar tiro em posto de gasolina, atacar polícia, tocar fogo. Ele não ganha nada com isso.

**William Bonner:** É um ataque terrorista, nesse sentido.

**Geraldo Alckmin:** Exatamente. São ações de guerrilha, ações terroristas, para quê? Para atemorizar o governo, o Ministério Público, aqueles que estão do

lado da lei. E nós não podemos retroagir, não devemos retroagir, temos o dever de enfrentar.

**William Bonner:** Certamente a população de São Paulo não há de esperar que o governo recue numa situação como essa. Mas, de qualquer maneira, a despeito do investimento e dos números que o senhor apresenta, o fato é que só na primeira ação, na primeira onda de atentados, foram mais de 100 mortes em São Paulo. A população, certamente, se pergunta o que é que permitiu que as coisas chegassem a esse ponto, candidato, onde foi que houve falhas na política de segurança pública.

**Geraldo Alckmin:** É, foram 500 presos no estado de São Paulo. Essa é uma luta permanente que nós temos que vencer batalhas, todo dia. E digo mais, essa é uma questão, Bonner, **de caráter nacional**. Você tem uma demonstração localizada aqui, ali, mas todas as **grandes cidades brasileiras têm problema de segurança**. E se é uma questão dos brasileiros é uma questão do presidente da República. Eu, como candidato à presidente da República, não vou me omitir, vou estar à frente desse trabalho. **Legislação, toda ela é federal**. Nós podemos melhorar a legislação para apertar o crime organizado. Polícia de fronteira, porque atrás de tudo isso você tem tráfico de droga e tráfico de armas e é importante o policiamento de fronteira. Exército e Polícia Federal. Recursos do fundo de segurança e do fundo penitenciário; inteligência; banco de dados. Pretendo assumir essa responsabilidade. Essa é hoje uma prioridade dos brasileiros e vai ser uma prioridade do meu governo. Não vou me omitir, não vou me esconder e vou liderar esse trabalho.

**Fátima Bernardes:** A gente ouviu, no início do jornal, queixas em falar nisso. Mas, quando o senhor saiu do seu governo em São Paulo havia uma sobra, dita pelo senhor, de R\$ 2 bilhões. Esse dinheiro, recursos federais não chegavam?

**Geraldo Alckmin:** Não, o estado não tem sobra, Fátima. Nós investimos R\$ 9,5 bilhões por ano; 7,5 bilhões a Secretaria de Segurança Pública e quase R\$ 2 bilhões a Secretaria da Administração Penitenciária. O que está havendo hoje é o crime organizado, verdadeiras máfias, tentando fazer o governo recuar, jogando, tentando até jogar a opinião pública contra o governo. E cabe a nós enfrentarmos, não ter medo de cara feia, enfrentar o problema, agir de forma firme, prestigiar a polícia e prender. Essa questão dessa noite, já foram 12 presos, dois mortos no combate e esses 12 vão dizer quem mandou. E você vai chegando à cúpula, e colocar em penitenciária de segurança máxima”(Entrevista concedida ao JN, no dia 07/08/06).

Constata-se que nessa fala vários discursos podem ser empreendidos com a finalidade de justificar as ações de violência ocorridas em São Paulo. Primeiro, isentando o governo estadual de culpa e fazendo uma auto promoção e; segundo, trabalhando o problema como uma questão política e não social.

### **O discurso da promoção**

Evidentemente que a primeira pergunta não poderia ser outra para o candidato, por dois motivos: Geraldo Alckmin ex-governador de São Paulo, havia deixado o cargo para concorrer à presidência; segundo, a capital paulista estava sob ataques criminosos pela terceira vez, em 2006. Mas o que se constata na análise é que o candidato não aponta nenhuma proposta concreta para a área de segurança pública. O que ele faz é reproduzir o que foi feito, quando governador, em São Paulo. É o discurso de auto-afirmação, ou como se diz em marketing, de promoção. Afirma que segurança é uma questão nacional, mas não apresenta dados e nem conhecimento sobre a realidade de outras regiões. Sua performance procura demonstrar firmeza de atitudes. Se ele conseguiu fazer em São Paulo, com certeza, poderá administrar o país. Afirma que “... todas as **grandes cidades brasileiras têm problema de segurança**, mas não especifica e nem esclarece que tipos de problemas. Não enumera dados das regiões, assim como demonstra apenas conhecimento sobre estado paulista, que foi por ele comandado.

A afirmação do apresentador William Bonner na indagação sobre os números, considerados bons sobre segurança pública, é contraditória, pois a entrevista é o primeiro momento que o candidato se refere à questão de segurança pública. Porque até essa data ainda não havia iniciada a campanha eleitoral televisiva, que acontecerá somente no dia 15 de agosto. Por outro lado percebe-se que São Paulo acaba sendo tomado como parâmetro para o país, ou melhor, caso se resolva as questões paulistas, o “resto” dos estados brasileiros estariam contemplados com a questão de segurança pública. De outro modo, se São Paulo está na linha da impunidade, o país todo também caminha na mesma situação. A segurança pública nacional é vista sob a ótica paulista.

A indagação feita pelo apresentador - “...**onde foi que houve falhas na política de segurança pública**” - ao candidato é mais uma afirmação que pretende remeter a ineficiência do governo federal na gestão da violência. Tanto é assim, que a resposta de Geraldo é questionar as ações do presidente da República e contra-ataca afirmando “... **se é uma questão dos brasileiros é uma questão do presidente da República. Eu, como candidato à presidente da República, não vou me omitir, vou estar à frente desse trabalho. Legislação, toda ela é federal...**”. Constata-se, assim, um caráter político/eleitoral, ou seja, a entrevista se constitui mais num palanque para o candidato do que em explicitar propostas sobre o combate da violência ou apresentação de políticas públicas na área de segurança pública. De concreto o candidato fez campanha no JN com dados quando à frente do governo de São Paulo.

Ao longo de três meses o telejornal nas suas edições, vinha enquadrando de forma direta a questão da violência, apontando alguns dados e destacando matérias de todos os campos semânticos da violência, mas especificamente nesse dia, assim como em outros, ignora a importância de alguns fatos no seu combate, demonstrando que a preocupação não é discutir a problemática de uma perspectiva que aponte saídas ou esclareça as políticas públicas na área de segurança. As matérias têm mais objetivo político, ou melhor, de crítica ao governo federal, culpando-o pelo aumento da violência, seja em que campo for, nos estados brasileiros. O JN se apresenta mais com caráter eleitoral, de advogado e como importante voz na campanha, com carga negativa contra o presidente da República.

Isto pode ser percebido claramente no dia 07 de agosto, quando foi manchete do JN a violência doméstica. A matéria teve a seguinte entonação: “Pena maior para violência doméstica”, na qual dava conta da nova lei sancionada pelo presidente da República que aumenta a punição para agressores domésticos – e a proteção para mulheres vítimas da violência:

“...segundo o governo, **dois milhões de maioria mulheres** são agredidas por ano no Brasil. Mas a grande maioria não denuncia. Mesmo assim, no ano passado, só nas capitais, foram **55 mil registros** de violência doméstica contra mulheres. Agressão física, ameaça de morte, violência sexual. São as denúncias

mais freqüentes das vítimas. Agora, a nova lei vai tornar mais rigorosa a punição contra o agressor. A lei possibilita a prisão em flagrante. A detenção que antes era de, no máximo, um ano poderá chegar a três anos. Fica proibido o pagamento de multas ou de cestas básicas como forma de punição. A lei foi sancionada em uma cerimônia no Palácio do Planalto.

Todos nós sabemos que, historicamente, as mulheres são vitimas de violência, muitas vezes dentro da sua própria casa, e esta é uma lei feita para punir, é uma lei feita consensualmente entre todos os partidos políticos, entre todas as organizações da sociedade”, afirmou o presidente Lula” (JN - Dia 07/08/06).

Apesar da questão da violência doméstica<sup>34</sup> ser seríssima no Brasil, o telejornal tratou o fato sem maiores aprofundamentos, apenas poucos segundos para a solenidade de assinatura, não apresentou dados mais consistentes e nem ouviu pessoas ou autoridades falando sobre o significado dessa lei. A matéria é um mero registro do ato. Como bem lembra Soares (apud RAMOS, 2007), até os anos 1990, o silêncio da sociedade brasileira sobre a violência doméstica era uma grande preocupação para pesquisadores e grupos que trabalhavam para minimizar a alta incidência do problema no Brasil. Para estimular a organização das mulheres e sensibilizar governos sobre a adoção de políticas públicas, era preciso conquistar mais espaços na mídia. Percebe-se hoje, que aumentou o número de reportagens sobre o problema, embora ainda não corresponda a importância do fenômeno na sociedade.

Se o questionamento do telejornal ao longo de suas edições, nos últimos três meses, era debater o combate à violência, no caso específico das mulheres agredidas, porque não levantou os avanços ou esclareceu e orientou as pessoas sobre como recorrer da proteção contra as agressões, e a quem procurar para denunciar, não foi dada a importância que a matéria precisava, pois foram anos de luta para concretizar a implantação da lei.

---

<sup>34</sup> Em 2001, a Fundação Perseu Abramo mostrou que: uma em cada cinco brasileiras já foi agredida por um homem e pelo menos 6,8 milhões de mulheres, no Brasil, já foram espancadas pelo menos uma vez, sendo que, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano – ou uma a cada 15 segundos (Fonte: [www.foabramo.org.br](http://www.foabramo.org.br) ).

No dia 08 de agosto, novamente o JN, abre sua edição com matérias sobre o crime organizado, mostrando imagens de trens e ônibus queimados, posto da PM com vidraça quebrada, túnel, viaturas policiais, explosões. Em seguida entra matéria:

“A perseguição a três homens numa rodovia em São Paulo levou a polícia a prender um grupo de suspeitos de participar nos atentados no estado. **Hoje, a violência diminuiu – mas vários alvos civis e militares ainda foram atingidos.** Uma granada ao lado do túnel no centro de São Paulo imobilizou o esquadrão anti-bombas. A área foi isolada para explosão. **A fumaça ainda saia dos escombros** quando o motorista contou o que aconteceu... Onze ônibus foram queimados desde a noite passada e uma bomba atirada no momento em que o ônibus passava na estação. Houve correria no vagão lotado. Ninguém se feriu. Bases da PM e bancos voltaram a ser atingidos por disparos e bombas. Quatro suspeitos foram mortos pela polícia. Em Osasco, na grande São Paulo, quatro pessoas foram presas com armas e uma granada. A maior sequência até agora começou aqui na rodovia Ayrton Sena. Foi por acaso que a polícia descobriu que os três suspeitos tinham ligação com os ataques. Eles foram perseguidos depois de furar o bloqueio e presos por porte de drogas...” (JN - Dia 08/08/06)

Constata-se que na matéria há um dimensionamento da violência, enfatizado sempre aspectos que deem conta da gravidade da situação e, geralmente são utilizados números (de ataques, de feridos, de presos) para reforçar a quantidade de objetos, pessoas ou prédios que foram alvos.

“...**Onze ônibus** foram queimados desde a noite passada. E uma bomba atirada na **hora que o trem chegava** na estação. Houve correria no vagão lotado...[...] **Bases da PM e bancos** voltaram a ser atingidos por disparos e bombas. Quatro suspeitos foram mortos pela polícia. Em Osasco, na grande São Paulo, **quatro pessoas** foram presas com armas e uma granada...”.

Outro aspecto importante é quando implicitamente compara a violência do crime organizado com um estado de guerra vivido pela sociedade. Ou em outras palavras, que a violência é uma guerra que precisa ser vencida:“... a violência diminuiu – mas vários alvos civis e militares foram atingidos. A fumaça ainda saia dos escombros...”. Essa fala dá a conotação de que a sociedade vive um estado de guerra. A fala reproduz expressões utilizadas por

autoridades militares: alvos, civis, militares, escombros, granada, bomba e ataques, em guerra. Mas não diz como a população pode se proteger e quais as políticas públicas implementadas para combater a questão.

Logo em seguida entra a informação que faz um questionamento sutil no ar sobre o benefício a cerca de 11 mil presos do Estado de São Paulo que teriam direito de sair no Dia dos Pais para casa. E divulga outros fatos sobre violência. As matérias são encadeadas e dão a sensação de inúmeros fatos acontecendo ao mesmo tempo de violência, gerando um sentimento de impotência e de generalização.

No dia 10 de agosto, último dia das entrevistas com os candidatos, o JN deslocou os seus apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes para Brasília, com a finalidade de entrevistar o presidente Lula, candidato à reeleição, no Palácio da Alvorada. A mudança de cenário foi proveniente por dois motivos: o casal de apresentadores entrevistou os cinco candidatos anteriores, portanto, a emissora obedeceu à permanência dos mesmos para não polemizar ou causar qualquer questionamento; segundo, no sábado a emissora alterna os apresentadores.

A primeira pergunta foi sobre o esquema de corrupção e o envolvimento dos integrantes do governo. O questionamento sobre esse assunto perdurou por 10 minutos. Quando a entrevista completou 10 minutos, o apresentador William Bonner trocou o assunto para segurança pública levando cerca de 38 segundos para formular a pergunta e o candidato Lula teve menos de dois minutos para responder:

**“William Bonner:** Presidente, vamos falar **um pouquinho** de segurança pública. Antes do senhor assumir a presidência, quando candidato, o senhor repetia: o Brasil não produz cocaína. Pra gente combater tráfico de cocaína, tráfico de arma tem que fechar as fronteiras, tem que reforçar a Polícia Federal, é um trabalho da Polícia Federal, nas fronteiras, nos portos, nos aeroportos do Brasil. Há quatro anos, o senhor é o comandante maior da Polícia Federal brasileira e, no entanto, o que se percebe hoje é que o tráfico aterroriza ainda mais a população brasileira. Onde é que o senhor errou?” (JN – 10/08/06).

O apresentador já afirma que o presidente da República errou na condução da política de segurança pública. Constata-se que ele, propositadamente não estabelece as responsabilidades dos Estados e da União e, ao mesmo tempo, ignora as ações realizadas pela Polícia Federal ao longo do primeiro governo de Lula. Especificamente a pergunta é direcionada ao problema que atormenta São Paulo e não os Estados de uma forma geral.

**Candidato Lula:** “Eu penso que nós precisamos conversar esse assunto com a maior seriedade. Em primeiro lugar, o Brasil tem praticamente 17 mil quilômetros de fronteira, não são 17 metros. São 17 milhões, 7,760 milhões de costa marítima e quase 9 milhões de fronteira seca. Se você tivesse um exército de 3 milhões de soldados, ou a Polícia Federal com 4 milhões, ainda assim você não controlaria toda a nossa fronteira

**William Bonner:** Mas o senhor como candidato parecia desenhar um quadro mais fácil.

**Candidato Lula:** A Polícia Federal está desbaratando quadrilha e prendendo quadrilha vinculada ao narcotráfico como jamais foi preso nesse país. Quando terminar a entrevista, eu vou entregar para você um relatório do trabalho que a Polícia Federal fez.

**William Bonner:** Nós acompanhamos como jornalistas.

**Lula:** Para vocês perceberem o seguinte: que quando sai a notícia, sai a notícia que a polícia desbaratou uma quadrilha, mas não diz desde quando funcionava essa quadrilha. Dá a impressão que aconteceu ontem, não, aconteceu há muito tempo. E nós estamos não apenas investindo de forma excepcional na inteligência da Polícia Federal, como estamos investindo em criar condições para que ela tenha instrumento para trabalhar” (JN – 10/08/06).

É interessante destacar, mesmo que a pesquisa não tenha trabalhado tal questão, que a entrevista foi toda conduzida no sentido de discutir a implicação do presidente Lula com o esquema de corrupção, inclusive reforçando o nome dos envolvidos tanto do PT quanto da administração Federal. E ao longo dos meses, o JN já vinha divulgando matérias sobre o assunto.

Outra contradição constatada, é que o JN diariamente vinha apresentando uma série de matérias do campo da violência, mas ao tratar



sobre a questão com o presidente e o candidato à reeleição Lula, destina um espaço mínimo de apresentação das propostas do governo, inclusive não possibilitando o candidato concluir o pensamento. Foram menos de dois minutos para resposta sobre o assunto. E também pode ser constatado que na própria fala do apresentador já determinaria o tempo para falar sobre a questão: “... vamos falar **um pouquinho** de segurança pública”. Na entrevista com o candidato Alckmin, os apresentadores já iniciam com a pergunta e se prolongam por quase cinco minutos só falando sobre a questão.

Os dados apresentados pelo candidato Lula são ignorados pelos entrevistadores, diferente da entrevista com candidato Alckmin quando o mesmo fala somente das estatísticas de São Paulo, quando governador.

Na afirmação “...**mas o senhor como candidato parecia desenhar um quadro mais fácil**”, constata-se que há um desejo latente de demonstrar que enquanto presidente da República não foi possível resolver a questão, como que ele conseguiria agora como candidato à reeleição?

Mesmo compreendendo que o quadro denominado “Entrevista com o Candidato”, dentro do Jornal Nacional objetivou ouvir os presidenciáveis de uma perspectiva política, em virtude do período eleitoral, percebe-se uma condução diferenciada no tratamento das questões. Evidentemente que no caso dos dois candidatos específicos – Geraldo e Lula – os problemas levantados estavam diretamente ligados aqueles que no momento apresentavam maior repercussão na sociedade e/ou mídia. No caso de Geraldo, os ataques do crime organizado em São Paulo e de Lula, as denúncias de corrupção.

Mas de uma perspectiva nacional, o combate à violência era uma preocupação da sociedade, portanto, uma expectativa de saber de fato o que os dois candidatos propunham como política pública.

### **O discurso do silêncio: mudança de estratégia**

A partir do dia 12 de agosto, o sequestro da equipe da TV Globo vai mudar a estratégia de utilização da violência no JN. Nesse dia, os apresentadores Heraldo Pereira e Chico Pinheiro ‘anunciam’ o desaparecimento da equipe de jornalismo da TV Globo. Fato esse que altera a

própria divulgação de matérias sobre violência nas edições de setembro e outubro.

A manchete de abertura do JN desse dia foi:

“Equipe da TV Globo está desaparecida. (Heraldo Pereira);  
Ela foi capturada por homens armados em São Paulo (Chico Pinheiro);  
A polícia já tem o retrato falado dos suspeitos (Heraldo Pereira)” (12/08/09).

O fato é gerador de repercussão, pois não foi um simples sequestro, de um cidadão pessoa comum, mas da equipe da emissora com maior poder da televisão brasileira. O apresentador Heraldo Pereira dá continuidade à matéria:

“A polícia divulgou os retratos falados dos homens que renderam uma equipe do jornalismo da TV Globo em São Paulo. As vítimas são um repórter e um auxiliar técnico. Eles foram capturados hoje de manhã e estão desaparecidos desde então...” (12/08/06).

A matéria realizada pelo repórter César Galvão vai conciliar recursos gráficos para simular o sequestro do repórter Guilherme Portanova e o técnico Alexandre Calado, assim como mostrar imagens do carro incendiado, buscas da polícia com helicóptero, viaturas e motos:

“...testemunhas disseram que Portanova e Alexandre foram forçados a entrar em outro carro, um Gol vermelho. Logo depois, o Vectra foi incendiado. Segundo moradores da rua, por dois homens que chegaram numa moto. O carro da TV Globo, em que estavam o repórter e o auxiliar ficou aberto no estacionamento da padaria. Nenhum equipamento foi levado. A polícia foi avisada imediatamente. E fez buscas pela cidade...[...] Guilherme Portanova trabalha na TV Globo de São Paulo há oito meses. Calado é funcionário há cinco meses...”

Até o término do JN nessa noite, ainda não havia nenhuma pista, pelo menos divulgada, sobre os motivos do sequestro da equipe da TV Globo. Fato que se desenrolará a partir da meia-noite desse dia, com a divulgação de um DVD com mensagem do PCC.

Ainda na edição desse dia outras matérias terão destaques: duas internacionais sobre o planejamento de Israel de encerrar os combates com os guerrilheiros hesbollah no Líbano e o do governo da Grã-Bretanha que rejeitava a ideia de que sua política externa teria aumentado as ameaças de ataques terroristas; e outra falando sobre o prédio da guarda Civil que havia sido atacado a tiros, em São Caetano do Sul, na Grande São Paulo.

É importante destacar que num telejornal de, em média 40 minutos, os telespectadores acabam percebendo os assuntos de maneira geral, ou seja, se mistura violência nacional com internacional. No final, aparece um pacote generalizado de violências diversas criando uma percepção de que o mundo é só violência. De maneira inquestionável, a forma como a informação é estruturada afeta o processamento cognitivo e a forma como a audiência interage com o texto determina o seu significado último, ou seja, as pessoas acabam compreendendo a violência de acordo como a mídia estrutura para elas (REESE, 2003).

Nesse dia também, a Caravana do Jornal Nacional que percorreu o país com o objetivo de recolher os “Desejos do Brasil”, chega ao município de Itaúna, em Minas Gerais. Os desejos do ‘povo’ serão editados entre segurança, honestidade e paz:

“...Daqui a 50 noites será dia de eleição. Até agora na nossa viagem a procura dos desejos do Brasil, nossa primeira impressão é que o eleitor brasileiro anda mudado, não sei se é uma espécie de desconfiança, de desencanto, de vivência ou maturidade. Não sei se nos tornamos mais cínicos ou mais pragmáticos. Sei que diante da pergunta: que desejo você quer manifestar através do seu voto?. Ninguém pede soluções mágicas ou declarações impossíveis. Temos ouvido pedidos objetivos, desejos possíveis, tanto mais difíceis para os candidatos. Afinal, sem malícia, o que leva alguém querer ser eleito, merecer o seu voto?

Entra população falando:- realmente a primeira intenção é ajudar alguém; - primeiramente tem que ser honesto; - **segurança. É muito importante que a gente saia e volte pra casa com segurança; - paz**” (Pedro Bial -12/08/09).

As três questões apontadas na fala da população buscam refletir o momento que vivia a população brasileira. Ou seja, que a sociedade estaria precisando de segurança, de candidatos honestos contra o volume de

denúncias de corrupção dos últimos meses, além de paz e tranquilidade contra a violência e o crime organizado.

### **O caso Portanova: extra Jornal Nacional**

De acordo com informações apuradas no período de investigação dessa pesquisa, o sequestro da equipe da TV Globo teria sido proveniente da série de matérias que vinha sendo realizada pela emissora contra o crime organizado. Tanto é assim que o técnico Alexandre Calado fora libertado no mesmo dia e de posse de um DVD que continha o manifesto do PCC e que deveria ser exibido em plantão ainda no mesmo dia, sábado ou no domingo, no Fantástico, programa de grande audiência, como condição para libertar o repórter.

Apesar do DVD não ter sido apresentado no JN, ainda assim não pode-se deixar de falar a respeito da questão, até porque esse fato modificará o comportamento da emissora na divulgação de matérias com implicações diretas com o crime organizado. Por outro lado, da mesma maneira que a emissora utiliza a violência como estratégia no telejornal, os integrantes do PCC vão usar a mídia como estratégia de serem ouvidos pelos governantes e sociedade.

Para divulgar o vídeo, a Rede Globo consultou os órgãos internacionais de segurança e após, decidiu exibir, o que foi feito às 0h28min do dia 13 de agosto, em plantão apresentado pelo jornalista da emissora César Tralli<sup>35</sup>. A mensagem, supostamente lida por um integrante do PCC durou 3min36s, mas a emissora cortou parte das imagens que apresentavam pessoas de posse de armas de guerra, dinamites, granadas, e coquetéis molotov.

A mensagem fez críticas ao sistema penitenciário, pediu revisão de penas, melhoria nas condições carcerárias, e manifestou-se contra o Regime Diferencial Disciplinado – RDD. Assunto que será tema de matéria da emissora no dia 17 de agosto. O repórter Guilherme Portanova será solto 24 horas

---

<sup>35</sup> O repórter César Tralli entra nas primeiras horas do dia 13, no Plantão Globo, para anunciar que “o auxiliar técnico da Rede Globo, Alexandre Calado, sequestrado hoje de manhã, junto com o repórter Guilherme Portanova, acaba de ser libertado. Os sequestradores o deixaram perto da emissora e deram a ele um DVD dizendo que a condição para libertar com vida o repórter que está em poder deles é a divulgação, na íntegra, das imagens. O conteúdo é o que segue”. (13/08/06 – Plantão Globo).

depois da exibição do vídeo. A mensagem entra no Plantão da Globo, espaço esse destinado a assuntos de grande relevância e que precisam de imediata divulgação.

“Como integrante do **Primeiro Comando da Capital** (PCC) venho pelo **único meio encontrado** por nós para transmitir um comunicado para a sociedade e os governantes. A introdução do Regime Disciplinar Diferenciado, pela Lei 10.792 de 2003, no interior da fase de execução e inabilitação dos setores sociais redundantes, leia-se clientela do sistema penal, a nova punição disciplinar inaugura novos métodos de custódia e controle da massa carcerária, conferindo a pena de prisão um nítido caráter do castigo real. O Regime Disciplinar Diferenciado agride o primado da ressocialização do sentenciado, vigente na consciência mundial, desde o ilusionismo e pedra singular do sistema penitenciário nacional, inspirado na escola da nova defesa social. A LEP (Lei de Execução Penal) já em seu primeiro artigo traça como objetivo o cumprimento da pena e a reintegração social do condenado, a qual é indissociável da efetivação da sanção penal. Portanto, qualquer modalidade de cumprimento de pena em que não haja comitância dos dois objetivos legais, o castigo é reintegração social com observância apenas do primeiro, mostra-se ilegal e contrário à Constituição Federal. Queremos um sistema carcerário com condições humanas, não um sistema falido, desumano, no qual sofremos inúmeras humilhações e espancamentos. **Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei.** Se nossos governantes, juízes, desembargadores, senadores, deputados e ministros trabalham em cima da lei, que se faça justiça em cima da justiça que é o sistema carcerário: sem assistência médica, sem assistência jurídica, sem trabalho, sem escola, enfim, sem nada. Pedimos aos representantes da lei que se faça um mutirão judicial, pois existem muitos sentenciados com situação processual favorável, dentro do princípio da dignidade humana. O sistema penal brasileiro é na verdade um verdadeiro depósito humano, onde lá se jogam os seres humanos como se fossem animais. O RDD é inconstitucional. O Estado Democrático de Direito tem a obrigação e o dever de dar o mínimo de condições de sobrevivência para os sentenciados. Queremos que a lei seja cumprida na sua totalidade. Não queremos obter nenhuma vantagem, apenas não queremos e não podemos sermos massacrados e oprimidos. Queremos que as providências sejam tomadas, pois não vamos aceitar e ficarmos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário. **Deixamos bem claro que nossa luta é com os governantes e policiais, e que não mexam com nossas famílias que não mexeremos com as de vocês.** A luta é nós e vocês” (grifos nossos) (Plantão da Globo – transmissão de vídeo dia 13/08/06).

O cenário do lugar de fala do integrante do PCC, que faz a leitura da mensagem, é um espaço ou parede em que aparece a sigla PCC, aspecto identificado como delimitador de quem está emitindo o discurso. O integrante está encapuzado, com os olhos semi-encobertos, apenas possibilitando que ele efetue a leitura. Evidentemente constata-se uma edição da imagem, no qual aparece apenas parte dessa pessoa que segura um papel e faz a leitura do comunicado. Fora o texto apresentado, não é dado nenhum destaque ao espaço em que se encontra o integrante.

O PCC utilizou as mesmas estratégias dos grupos terroristas, isto é, planejar suas ações, pensando primeiro em atrair a atenção da mídia e, após, da sociedade. Essa percepção é enquadrada naquele sentido de pós-mídia, ou seja, de que os meios de comunicação tem grande influência no social e podem publicizar as ações com a finalidade de atingir objetivos políticos desses grupos. Os meios têm a possibilidade de 'falar' de forma mais rápida e direta a um número expressivo de pessoas. A mídia passa a ser a principal instituição que pode atingir de forma direta ou indireta todas as outras instituições e a sociedade como um todo.

Ao explicar atitudes dessa natureza, Wainberg (2005) pontua que certos movimentos escolhem o terror como estratégia de luta. Essa lógica, na sua concepção, demanda de uma cadeia de transmissão da qual participam como elementos essenciais e decisivos os meios de comunicação. Afirma ainda que caso contrário, o ato seria fato isolado, evidentemente que sem a repercussão que o grupo que faz o movimento deseja. Para ele, esses atos buscam por meio da violência "não vencer o inimigo, mas abalá-lo seriamente". E isso somente ocorre quando a atrocidade cometida contra o alvo simbólico é rapidamente conhecida pelo público. "Os meios de comunicação são instados a cumprir o papel de disseminador do pânico nas situações em que o terror tem de ser transferido aos lares e às mentes das pessoas" (WAINBERG, 2005, p. 15).

A atitude do PCC pode ser percebida com esse sentido, como forma de chamar a atenção da sociedade, primeiro com o sequestro da equipe da Globo, numa demonstração de força e poder e, segundo, a inserção de um integrante

do grupo na programação televisiva reivindicando direitos, como entidade legalmente instituída, quando de fato não é.

### **As perspectivas**

Na mensagem, constata-se discursos múltiplos como fala do Primeiro Comando da Capital (PCC) na defesa, em tese, dos carcerários como um todo. O PCC se institui como 'entidade' de defesa dos presidiários. Na pesquisa é realizada uma classificação de discursos, a partir da interpretação do conteúdo da manifestação do PCC. Entre os discursos encontrados podem ser constatados:

- a) - Discurso de silenciamento, ou seja, de não dizer claramente as intenções, do não falar, mas de ser entendido pelas autoridades, governantes, policiais, juizes entre outros, “... **queremos que as providências sejam tomadas, pois não vamos aceitar e ficarmos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário...**”;
  
- b) – Discurso da representação, ou do PCC enquanto 'entidade' que representa uma 'categoria' dentro da sociedade, os carcerários, “**como integrante do Primeiro Comando da Capital...**”. Quem fala não é qualquer um, mas um movimento que começa a ganhar corpo na sociedade, e que já demonstrou que pode paralisar ou comandar ações criminosas na sociedade, mesmo que não tenha legalidade na sua existência;
  
- c) - Discurso dos injustiçados, ou seja, de cometer ações ilegais, como sequestro da equipe da Globo, com a finalidade de chamar atenção do poder público e da sociedade, “... **único meio encontrado por nós para transmitir um comunicado para a sociedade e os governantes...**”;
  
- d) - Discurso dos Direitos Humanos, isto é, o PCC tomou tal atitude com a finalidade de invocar os direitos humanos no tratamento e na defesa

dos carcerários: “... **queremos um sistema carcerário com condições humanas, não um sistema falido, desumano no qual sofreremos inúmeras humilhações e espancamentos...**”

e) - Discurso da legalidade, ou seja, mesmo cometendo um ato arbitrário e considerado crime, o sequestro, o PCC solicita o cumprimento da Constituição Federal e das leis, principalmente quando invoca a Lei de Execução Penal: “... **A LEP já em seu primeiro artigo traça como objetivo o cumprimento da pena e a reintegração social do condenado...**”, “...**queremos que a lei seja cumprida na sua totalidade...**”

f) - Discurso do poder, ou melhor, a utilização de verbos que demarcam o sentido de imposição, ou seja, ordem: **queremos, podemos, deixamos**: “... **queremos que a lei seja cumprida...**”; “... **queremos que as providências sejam tomadas, pois não vamos aceitar e ficarmos de braços cruzados...**”; “... **não podemos sermos massacrados e oprimidos...**”; “... **deixamos bem claro que nossa luta é com os governantes e policiais...**”; “...**a luta é nós e vocês**”.

g) - Discurso ameaçador, isto é, caso persista a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado – RDD, que isola especificamente os ‘chefes’ do crime, as ações vão continuar: “...**não mexam com nossas famílias que não mexeremos com as de vocês...**”.

É recorrente lembrar daquilo que prega Verón, e que caminha na mesma lógica da sociedade pós-mídia levantada na presente pesquisa, de que “uma sociedade em vias de midiatização é aquela onde o funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, da cultura, começa a estruturar-se em relação direta com a existência das mídias” (VERÓN, 2001, p. 15). Os indivíduos, as instituições, as entidades e as organizações passam a estruturar suas ações com base também, e principalmente, na visibilidade que elas terão no campo midiático. Por isso, é importante fazer o estado de reflexão desse tempo presente, denominado de pós-mídia, na qual essa instituição tem grande



influência no social. Suas ações demarcam territórios, ou melhor, dos que querem ser vistos e ouvidos.

Ao fazer uma análise específica dessa ação do PCC, o estudioso da mídia Fausto Neto (2006) vai argumentar que o processo de enquadramento do ato é mais complexo do que parece, pois o grupo leva em consideração, ao realizar tal ação, a própria lógica de funcionamento dos meios de comunicação, ou seja, tem consciência da “existência de um dispositivo, sem o qual este discurso não existiria”. Fausto Neto lembra que enquanto organização, o PCC, ao longo de 2006, foi assunto recorrente de várias agendas dos campos sociais, especialmente midiáticas, em que foram atribuídas responsabilidades por rebeliões em penitenciárias paulistas, monitoradas por dispositivos de comunicação, como o uso de aparelhos de celular, assim como incêndios e destruição de transportes coletivos, ataques armados contra instalações civis e públicas, culminando com a morte de centenas de pessoas, encarceradas ou não.

### **O discurso da barbárie**

Entre as manchetes do dia 14 de agosto do JN, duas terão destaques:

“... A violência crescente que aterroriza a região mais populosa do Brasil.  
Termina o seqüestro do repórter Guilherme Portanova.  
Mas o ataque aos funcionários da Rede Globo provoca protestos e aumenta a preocupação com a escalada do crime em São Paulo” (William Bonner – 14/08/06).

A primeira referência do apresentador é para a apresentadora Fátima Bernardes que neste dia estava em Ouro Preto, no projeto Caravana do JN. A jornalista fala da Praça Tiradentes e mostra ao fundo o Museu da Inconfidência, local onde funcionou a estrutura administrativa e política, assim como a cadeia de Vila Rica, nome que anteriormente a cidade era chamada. Informa que dali será apresentado uma série de reportagens sobre riquezas e desafios do Sudeste brasileiro, indústria, trabalho e segurança. E afirma que

por causa de segurança, a edição do JN abriria com esse assunto, em especial com o fim do seqüestro do “nosso” colega Guilherme Portanova.

Retornando ao apresentador William Bonner, o mesmo informa que depois de 40 horas como refém Guilherme Portanova fora solto pelos sequestradores. A imagem inicial é de Portanova sem camisa caminhando na rua escura:

“O vulto na madrugada anunciava o fim de um pesadelo. Muito obrigado, viu, vocês me salvaram, disse Portanova. Portanova, o repórter seqüestrado, estava de volta à TV Globo, em São Paulo. Ficou dois dias refém, sob a ameaça de homens armados que exigiam que a emissora exibisse um vídeo. O vídeo chegou a TV, trazido pelo auxiliar técnico Calado, seqüestrado com o repórter, ... . A fita foi exibida na madrugada de domingo. Na gravação, um homem de capuz faz críticas ao sistema carcerário. Mas Guilherme só reapareceu 24 horas mais tarde. Ele conta que os seqüestradores acompanhavam o noticiário sobre o caso e só anunciaram a libertação dele no fim da noite de ontem. – Me libertaram e dizendo que a gente virou um instrumento para eles chegarem na reivindicação deles, diz ele. Guilherme foi deixado a poucos quilômetros da TV Globo de São Paulo. E pediu ajuda a vigilantes de uma empresa de segurança para chegar à TV. ...[...] a angústia que eu sentia durante esse tempo todo já não cabia mais em mim. Cada hora que passava parecia uma semana, disse a mãe. E o alívio do pai. ... o repórter, acostumado a contar histórias alheias, virou o protagonista. – ficou com uma arma apontada pra sua cabeça?, perguntavam os repórteres. Não vi porque eu fiquei todo tempo de capuz, respondia Guilherme. Guilherme passou 40 horas na condição de refém. Ele e o auxiliar técnico foram rendidos quando saiam da padaria, perto da emissora. Os sequestradores trocaram de carro várias vezes e levaram o repórter para três cativeiros. Em cada um deles, uma equipe de guarda diferente. Ficou claro pra você que em vários momentos do seqüestro tinha gente que cuidava de você que sequer sabia quem você era, perguntavam os repórteres. – Não sabiam... tanto é que quando disse pra um que eu era repórter da Globo, ele disse: tudo bem, eu sou Papai Noel. Uma situação que agravou o medo. – Mesmo que ninguém seja ostensivo, ninguém diga, ‘você vai morrer, você vai morrer, você sabe que você vai morrer, que você está sendo preparado pra morrer e isso é indescritível, de um terror, contou o repórter...” ( César Tralli<sup>36</sup> – 14/08/06).

---

<sup>36</sup>César Tralli é um dos repórteres especiais da TV Globo. Está na emissora desde 1993 e cobre fatos de grande expressão para a emissora. Como correspondente cobriu conflitos no Oriente Médio, o assassinato do primeiro-ministro de Israel Yitzhak Rabin, os dez anos do

A matéria que tem quase 4 minutos mostra o repórter saindo de um local escuro e vindo ao encontro de policiais e do repórter da TV Globo, que de pronto agradece por eles terem salvo sua vida. Há uma mistura de depoimentos de Portanova e dos pais. O repórter acabou sendo protagonista do fato, pois virou notícia e teve também de conceder entrevista para os outros jornalistas.

As imagens ressaltaram e enfatizaram o drama do repórter, apresentando homem encapuzado que fala pelos criminosos, do técnico que trouxe o DVD, dos familiares e colegas de trabalho, dando uma entonação de tragédia e impotência diante da situação. Há concentração somente no repórter, sem explicações claras sob os motivos do desaparecimento. A matéria procura descrever o sentimento de revolta quando destaca e fecha com a seguinte fala de Portanova: “... **cada um estava se sentindo refém também. A pior coisa é vê o seu ideal, sua luta que é justa, que é honesta, se apagar por um ato de brutalidade**”. Há um questionamento explícito às autoridades, pois um trabalhador não pode fazer o seu trabalho devido a violência.

Na edição do JN foi reforçado que o sequestro levantou protestos de organizações da sociedade civil no Brasil e no exterior. E que também aumentou a preocupação de todos com a escalada das ações criminosas em São Paulo.

“No começo foram as rebeliões. Depois, mataram um juiz. Policiais e agentes penitenciários foram as vítimas seguintes. Atentados contra bancos, comércio, ônibus pararam São Paulo numa segunda-feira. Neste fim de semana, os bandidos miraram a imprensa...” (JN - 14/08/06)

---

acidente nuclear de Chernobil, o terremoto que destruiu a Turquia e a morte da princesa Diana. Também faz parte do seu currículo a cobertura dos Ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque; Como repórter investigativo, Tralli ajudou a desvendar escândalos nacionais de corrupção como os do Juiz Nicolau Neto, entre tantos outros casos de corrupção (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>).

A matéria demonstra a generalização da violência, atingindo a todos, autoridades e cidadãos. Ninguém está imune.

Para reforçar a fala do repórter são mostradas imagens de presos em cima de telhados, do carro onde mataram o juiz, balas e sangue nas viaturas policiais, incêndios e depredações de prédios públicos e ruas desertas de São Paulo. A imagem colabora com a construção do texto e reforça a ação criminosa na maior cidade brasileira. Não há contestação, somente confirmação e demonstração do que foi feito pelos criminosos. Após, é comparada com as atitudes de terroristas:

“...Você coloca isso num novo patamar, você está começando a usar táticas que normalmente são usadas só por **grupos terroristas**, só por **grupos de guerrilhas** efetivamente e que sempre tentam jogar uma ideologia, porque o objetivo deles não é esse, é ganhar dinheiro com tráfico de drogas, roubo de carga. O objetivo deles não é jogar com cartas da democracia, aponta Denis Mizne, do Instituto Sou da Paz” (14/08/06).

A ousadia dos criminosos, afronta a sociedade, continua o repórter:

“...Os dois trabalhadores seqüestrados no sábado, a caminho do trabalho, na padaria a poucas dezenas de metros de uma delegacia, na beira de uma das mais movimentadas avenidas paulistanas, foram as vítimas imediatas dessa violência. Mas segundo especialistas, agressões como essas atingem, em cheio, a toda a sociedade...”

A matéria tenta uma relação de proximidade entre os profissionais da TV Globo com os outros trabalhadores brasileiros dando a entender que aquele fato poderia acontecer com qualquer outro trabalhador e, pior, na frente das instituições responsáveis por garantir a segurança aos cidadãos. E aproveita para ouvir várias autoridades como respaldo contra a afronta dos criminosos:

“...Tudo aquilo que cerceia a possibilidade de acesso, da imprensa à informação, à divulgação da informação, é nocivo ao estado democrático de direito e à

convivência social em termos civilizados, afirma Mauricio Azevedo, da Associação Brasileira de Imprensa”.

“...Esse crime não pode ser tolerado sob qualquer hipótese e ele representa um tipo de ação que deixa completamente frágil a sociedade – acredita Celso Schroder, secretário geral da Federação Nacional dos Jornalistas \_FENAJ” (JN – 14/08/06).

Centenas de brasileiros sofrem seqüestros relâmpagos diariamente e os meios de comunicação não fazem mobilização das entidades ou instituições contra esse crime, muita vezes, não viram nem notícia dos telejornais. Evidentemente que o sequestro dos profissionais de imprensa representa uma afronta ao estado democrático de direito, uma vez que os criminosos acham que podem ditar regras para as instituições, principalmente contra a TV Globo que vinha divulgando matérias diárias contra o crime organizado.

De uma forma geral percebe-se que matérias de seqüestros são só divulgadas quando afeta pessoas conhecidas ou de um certo poder aquisitivo, pois são inúmeros os seqüestros e não há nenhuma campanha da mídia contra essa ação.

“...O que aconteceu neste final de semana em São Paulo não foi um problema da imprensa ou dos jornalistas. Foi um problema do país, afirma Marcelo Beraba, presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo” (JN – 14/08/06).

O repórter Ernesto Paglia também relata que o sequestro foi notícia no exterior, dizendo que a história foi contada por veículos de expressão como o britânico Financial Times, os americanos New York Times, USA Today e as rede de TV BBC e CNN. Em seguida mostra as matérias nos jornais internacionais.

“O Instituto Internacional de Segurança da Imprensa, entidade consultada pela direção da Rede Globo durante o episódio recomendou que todos os veículos de comunicação do país, adotem medidas preventivas para evitar ataques como este que não só colocam em risco a vida de jornalistas e outros trabalhadores, mas também ameaçam a liberdade de expressão. O coordenador do programa das Américas para a proteção de jornalistas disse em Nova York que é importante que as autoridades evitem que essas ações se repitam. E assegurem aos jornalistas liberdade para

informar o país sem temer represálias. A organização Repórteres sem Fronteiras, que lida pela liberdade de imprensa no mundo, apoiou a decisão da Rede Globo de divulgar o vídeo dos seqüestradores. A porta-voz da entidade afirmou: se a veiculação do vídeo influenciou a liberação do jornalista tem o apoio dos Repórteres Sem Fronteiras...” (JN – 14/08/06)

Percebe-se que a TV Globo foi buscar o apoio nas entidades e autoridades como governador de São Paulo e ministro da Justiça, como forma de justificar a atitude de ter divulgado um vídeo de produção de criminosos:

“...Ele sobreviveu isso me deixa muito feliz. E agora vamos analisar que aconteceu nesse seqüestro para tirar experiências eventuais, afirmou o governador de São Paulo, Cláudio Lembo...” (JN – 14/08/06).

“... Eu creio que foi uma decisão correta. Neste momento, está em jogo o valor imanente de uma vida humana. É fundamental que as pessoas que estão no comando da situação tomem uma decisão sempre a favor da salvação da pessoa. E essa foi a decisão tomada pela Rede Globo, não antes de se assessorar com organismos internacionais, com a polícia e tudo. Achei absolutamente correta. E acho que essa deve ser uma regra, disse o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos” (JN - 14\08\06).

Essa segunda matéria teve mais de quatro minutos e seu enfoque principal foi ‘dar voz’ às entidades, principalmente do campo jornalístico, como forma de garantir a atitude adotada pela emissora de divulgação do vídeo.

Após, foi a vez dos candidatos comentarem o sequestro dos dois funcionários da TV Globo. O primeiro a falar foi o candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, que procurou dá um caráter político ao problema:

“Organização criminosa você tem que isolar. Assim foi a operação mãos-limpas na Itália, assim no mundo inteiro se faz. Você precisa quebrar o fluxo de dinheiro, isolando os líderes do crime organizado. E não tendo medo de reação. (Alckmin – 14\08\06).

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva divulgou nota como presidente da República, afirmando que tem buscado uma ação conjunta com o governo de São Paulo para impedir que o crime organizado continue atemorizar os paulistas. Na nota, o presidente declara que a sociedade pode estar certa de que o estado brasileiro não se deixará intimidar. A nota foi lida pela apresentadora Fátima Bernardes.

#### **8.4. A violência como condição**

Ainda na edição do dia 14 de agosto, o JN abordou a violência no contexto do Sudeste. Antes de discorrer sobre a matéria, é interessante destacar que será realizada pela jornalista e apresentadora Fátima Bernardes, que foi deslocada do Rio de Janeiro para Ouro Preto, em Minas Gerais, para fazer uma reportagem sobre a importância do Sudeste no contexto nacional. Consta-se com isso que a finalidade foi dar relevância à grandiosidade da região e para tanto se desloca a apresentadora do JN. Fátima Bernardes inicia a matéria destacando que o Sudeste é a região mais rica, industrializada, populosa e que contém as metrópoles brasileiras. A matéria toda evidencia esses aspectos de pujança da região.

Logo depois, entra o repórter Luiz Carlos Azenha de São Paulo, falando sobre a insegurança que toma conta do Sudeste e generaliza a violência como sendo um problema de todo o país e, procura tirar o foco do crime organizado em São Paulo. São 4min26s de matéria produzida sobre a questão.

**“A violência é um desafio gigantesco. É crescente – como prova o seqüestro da TV Globo nesse fim de semana. Um pesadelo terrível que terminou hoje, felizmente. Mas, em medidas diferentes, a insegurança aterroriza brasileiros nas cinco regiões. Todos sofrem. Pobres e ricos, nas periferias e nos bairros mais sofisticados. Os especialistas ouvidos apontam alguns rumos – mas nenhuma solução mágica. A palavra chave é cooperação”** (Luiz Carlos Azenha, 14/08/06)

Para não abandonar completamente a questão do crime organizado, pois a Rede Globo, após o seqüestro de sua equipe, curiosamente não utilizará

mais o nome da facção nas suas matérias. Quando tratar sobre o caso Portanova falou em "facção criminosa que atua nas cadeias de São Paulo", pelo suposto sequestro. E na referida matéria, onde o repórter faz uma análise da falta de segurança na região Sudeste, apenas vai citar o trecho abaixo transcrito sobre a situação, sem tecer maiores considerações ou dados sobre a questão do crime organizado.

“... Os números que existem não dão a dimensão de quanto a população se sente insegura. Em São Paulo, quadrilhas comandaram ataques de dentro dos presídios e ameaçaram as forças de segurança...”  
(14/08/06)

É interessante destacar que não é apresentado nenhum número, portanto a dimensão fica apenas na utilização das palavras. Nesse dia, o JN vai dedicar mais de 16 minutos de sua edição, quase 50% por cento do telejornal, somente para matérias de violência no Brasil. Finalizando a edição desse dia, Fátima Bernardes informará sobre a morte de um turista português, esfaqueado na praia de Copacabana.

Cabe recorrer a Gadamer (1989) e sua experiência básica da verdade, quando afirma que a mesma é revelação, aquilo que se manifesta no encontro entre o familiar e o desconhecido. Nas hermenêuticas iniciais havia uma tensão entre parte e o todo, pois tudo é concentrado na interpretação correta dos textos. Para o filósofo alemão, a experiência da verdade é hermenêutica até onde a parte modifica o todo, ou seja, a experiência da verdade encontrada no novo, a novidade, o inesperado, está numa situação de tensão com aquilo que já foi entendido. Com a finalidade de entender a novidade, de acordo com aquilo que já foi experienciado, que a verdade adota essa dimensão hermenêutica. Ao discorrer sobre a verdade como histórica, Gadamer adota a seguinte postura:

“A história não pertence a nós; nós pertencemos a ela. Antes de entendermos a nós mesmos através dos processos de auto-exame, nós entendemos a nós mesmos de maneira auto-evidente na família, na sociedade e no Estado em que vivemos. O foco da subjetividade é um reflexo distorcido. A autopercepção



do indivíduo é somente uma corrente oscilante nos circuitos fechados da vida histórica. É por isso que os preconceitos, constituem a realidade histórica do seu ser” (GADAMER, 1989, pp. 276-277).

Da maneira como são apresentadas as matérias de violência, não há um entendimento sobre a mesma na sociedade, até porque o olhar construído sempre é literal e procura enfatizar um estado de barbárie e generalizado no país. **A violência é tratada como uma condição**, na qual o poder público é o maior culpado por sua proliferação. É preciso nesse contexto, antes mesmo dos indivíduos procurarem entender a si mesmos como subjetividades, eles precisam entender a si mesmos como identidades construídas, social e culturalmente atribuídas.

A mídia tem a responsabilidade de esclarecer a sociedade com informações que possibilite o cidadão ter dados para poder escolher ou fazer melhor juízo sobre a tomada de determinadas decisões. Na leitura de Krieger (2008) investigar as contradições é o principal papel da imprensa na cobertura de políticas públicas, especialmente no período eleitoral. “Se o eleitor vai decidir seu voto com base nessas políticas, é fundamental fornecer a ele as informações necessárias para avaliar cada programa e definir sua posição” (2008, p. 138). Mas o que se constata é uma deficiência na cobertura, conforme aponta o jornalista Marcelo Beraba (apud KRIEGER):

“a mídia brasileira não sabe cobrir políticas públicas, seja saúde, educação ou segurança pública. É uma cobertura muito fragmentada. Não há uma avaliação das políticas aplicadas e de seus efeitos. (...) a cobertura de segurança pública foi o grande vexame desta campanha (o jornalista fala das eleições de 2006), tanto para os candidatos quanto para a mídia. Havia muito que cobrar dos dois principais candidatos. No caso do governo federal, havia os problemas de policiamento nas fronteiras, o tráfico de drogas e armas, o crime organizado. Na oposição, Geraldo Alckmin precisava explicar a crise que gerou o surgimento do PCC (Primeiro Comando da Capital) no sistema penitenciário. Mas a mídia não entrou na investigação nem na discussão desse assunto (BERABA apud KRIEGER, 2008, 138).

Tomando como base que a condição é uma circunstância, uma maneira de viver resultante da situação de alguém, logo, a mídia atribui essa responsabilidade ao governo federal, mas especificamente a Lula. Ou também, a violência interpretada como um problema das partes envolvidas. É recorrente destacar que em 2006, o país vivia uma disputa eleitoral, e, com ela a escolha de candidatos que poderiam ser aliados dos próprios meios de comunicação. Os veículos são empresas poderosas que precisam de financiamento público<sup>37</sup> para sobreviverem.

Em Gadamer, a posição do intérprete, ou daquele que procura entender, não é fixa; ao contrário, o intérprete é sempre, como parte da tradição, o efeito da interpretação prévia. Não pode haver posição neutra, na qual a interrogação ou entendimento acontece, pois o local de interpretação é por si só o efeito do passado sobre o presente.

Ao efetuar a leitura de um texto, fica subjacente, que o horizonte do texto se misture com o horizonte do leitor de tal forma que o leitor seja afetado pelo encontro com o texto. Da mesma maneira se percebe esse encontro nas matérias jornalísticas redigidas e, principalmente, pelas imagens dessa realidade selecionada. Há uma interpretação dos fatos pelos produtores da notícia, assim como há uma interpretação desses mesmos fatos pelos telespectadores. O texto pode ter diversos efeitos no leitor; muitas vezes aquilo que se considera como absolutamente certo pode ser redefinido, mudado e reorganizado pelo ato da leitura.

Em outras palavras, não somente é o leitor um efeito do texto, à medida que os horizontes do leitor e do texto se fundem, mas o leitor é também revelado como parte de um efeito histórico. E por outro lado, deve-se levar em

---

<sup>37</sup> No Brasil, de acordo com estudos do projeto Donos da Mídia, o Sistema Central de Mídia é estruturado a partir das redes nacionais de televisão, ou seja, conglomerados que lideram as cinco maiores redes privadas (Globo, Band, SBT, Record e Rede TV!) controlam, direta e indiretamente, os principais veículos de comunicação no País. A configuração do sistema de redes nacionais foi sendo construída, no início da década de 1960, com duas características básicas: forte apoio dos recursos públicos e um modelo de negócios baseado na afiliação de grupos regionais privados a esses conglomerados nacionais. Até hoje, cerca de um terço das prefeituras municipais e outra parcela substancial de empresas públicas estaduais financiam a interiorização dos sinais das redes comerciais ([www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br)).

conta que a linguagem não é algo desprovido de compromisso ou intencionalidade; ela sempre vai além de si mesma.

“Uma pessoa que quer entender precisa questionar aquilo que está além do que foi dito. Ela precisa entender como uma resposta a uma questão. Se voltarmos para aquilo que estava por trás do que foi dito, então invariavelmente levantaríamos questões além daquilo que foi dito. Nós entendemos o sentido do texto somente através da aquisição do horizonte da questão...(GADAMER, 1989, p. 370)

A violência que se manifesta nela é um produto das conveniências e interesses e das relações de poder entre os dois campos, midiático e político. O caso Portanova volta à pauta do telejornal, no dia 15 de agosto. Os apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes anunciam a matéria com a seguinte chamada:

“A polícia tem mais de 20 suspeitos. Mas o foco das investigações sobre o seqüestro dos funcionários da Rede Globo se fechou em dois integrantes da quadrilha que domina os presídios paulistas (William Bonner e Fátima Bernardes)”

“É na região sul de São Paulo que a polícia procura os três cativeiros por onde passou o repórter Guilherme Portanova, mantido refém durante 40 horas. “Nós temos em torno de 20 nomes que nós estamos pesquisando para saber da efetiva participação dessas pessoas no crime contra os funcionários da emissora”, disse o delegado Wagner Giudice. Guilherme e o auxiliar-técnico Alexandre Calado foram rendidos no sábado. Calado foi solto no mesmo dia. Guilherme reapareceu 24 horas depois que a TV Globo atendeu a exigência dos seqüestradores de exibir um vídeo com críticas ao sistema prisional. A polícia acredita que a ordem do seqüestro tenha partido da penitenciária de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo. É onde desde maio se concentra a maior parte dos chefes da quadrilha responsável pelo seqüestro. Entre os suspeitos de terem participado da ação estão dois ex-presidiários que, de acordo com policiais, se parecem com os retratos-falados. Testemunhas que presenciaram a ação dos seqüestradores estão sendo convocadas para fazer o reconhecimento fotográfico dos principais suspeitos. Um deles é um assaltante conhecido da polícia, considerado também um foragido da Justiça”(JN – 15/08/06).

A partir desse dia o JN tira o foco de suas matérias do crime organizado. A matéria vai ser trabalhada com as mesmas imagens da libertação do repórter e técnico da TV Globo. Após, a matéria do repórter César Tralli, não há nenhum comentário dos apresentadores da questão. De imediato entra a repórter falando sobre previsão do tempo. As próximas matérias, nesse dia, serão do campo da corrupção. Ao final do JN, William Bonner anunciou que antes da propaganda eleitoral as entidades representantes dos veículos de comunicação lançariam um manifesto de Basta à Violência.

### **8.5 Discursos em oposição: início do período eleitoral**

Após a edição do JN, tem início nesse dia, a campanha eleitoral de rádio e televisão. No primeiro turno, os programas aconteceram nos seguintes dias da semana: **terça-feira, quinta-feira e sábado**. Foram 25 minutos determinados pelo TSE, no primeiro turno, para os candidatos à presidência da República, sendo que desses, 10 minutos e 21 segundos para Geraldo Alckmin, da coligação “Por Um País Decente” (PSDB-PFL), e 7 minutos e 21 segundos para Luiz Inácio Lula da Silva, pela coligação “A Força do Povo” (PT-PRB-PCdo B).

Os dois slogans escolhidos pelos candidatos - “por um país decente” e “a força do povo” - são discursos construídos que buscam reforçar a relação de força entre ambos, ou seja, que um ‘luta’ por um país limpo, livre da corrupção e da violência, e o outro, que sua reeleição representa o povo no poder.

No primeiro turno foram gravados quarenta programas do horário eleitoral, ou seja, tanto do horário da tarde (das 13h às 13h25) quanto da noite (20h30 às 20h55), para verificar alteração de informações e dados.

#### **8.5.1 Geraldo e a campanha eleitoral**

No primeiro dia do horário eleitoral, o candidato Geraldo trabalhou a familiaridade com as pessoas. Apareceu andando com as pessoas nas ruas, nos bairros, de terno ou de camisa branca, formal, com gravata, de mangas arregaçadas. Depois, aparece sentado, e o cenário atrás dele se movimenta

lentamente, está em segundo plano, desfocado, mas parece ter uma janela, uma porta, lembra um ambiente doméstico, provavelmente uma sala, onde há uma mesa, móveis e objetos de decoração.

Ao longo do primeiro turno, a campanha do candidato Geraldo foi construída sobre a imagem de um homem despojado, trabalhador e comprometido com a sociedade. Ora ele estará andando nas ruas, ora vistoriando obras, com capacete, dando autógrafos e sendo acolhido pela população. A assinatura de Geraldo foi caminhando para frente com a bandeira brasileira atrás.

Por vezes, o candidato apareceu visitando escolas, vestido de maneira formal e cumprimentando as pessoas de forma contida, uma das suas marcas. Sempre é elogiado pela população e por amigos que falam sobre sua humildade, e lembram a sua trajetória na vida e conseqüentemente sua ascendência política e social, uma vez que o rapaz humilde conseguiu se tornar médico. Mostram imagens de arquivo de Geraldo ao lado de Mário Covas, ex-governador de São Paulo, considerado um dos mais importantes e influentes políticos brasileiros.

Na campanha eleitoral foi utilizado como elemento principal o depoimento de pessoas, que muitas vezes o fazem de maneira emocionada, falando das oportunidades dadas por Geraldo quando governador de São Paulo.

Os depoimentos objetivavam criar empatias entre público e candidato, pois as pessoas retratam situações vividas, quase todas de dificuldades e que foram solucionadas por aqueles que pleiteiam cargo público.

Os cenários ligados ao campo da segurança pública foram construídos tendo como base a participação do então governador Geraldo Alckmin comandando as missões policiais. Nas imagens, o candidato toma para si a responsabilidade do comando da segurança pública. Em outros momentos, Geraldo aparece com um *walk talk* na mão ou em uma obra com mapas nas mãos, apontando para o que deve ser feito, ou ainda em inaugurações. Geraldo sempre aparece caminhando com a bandeira do Brasil ao fundo, dando a entender que ele leva o país para o futuro. As imagens externas sempre mostram um Geraldo que administra, fiscaliza, comanda obras, pessoas, vistoria ações de saúde, educação, transporte, áreas de fronteiras e

principalmente segurança pública. É o homem que sabe de tudo, conhece tudo o que acontece na administração. Essa imagem foi construída com a finalidade de se opor a Lula, que durante as denúncias de corrupção no seu governo, nos anos de 2005 e 2006, disse desconhecer o envolvimento de seus colaboradores e ministros. Não sabia o que acontecia no seu governo.

Os ataques a Lula, adversário na campanha de Geraldo, são feitos sempre pelo apresentador do programa eleitoral, que mostra as páginas de jornais, de revistas e de matérias na televisão, com os escândalos que envolvem o PT com corrupção e também na insegurança da população.

A campanha de Geraldo se mostrou muito mais agressiva, pois todo tempo atacou Lula de forma declarada. Porém, durante o horário eleitoral, em suas peças de TV, não atacou diretamente o adversário, deixando que o apresentador do programa o fizesse. Geraldo especificamente trabalhou suas propostas e falou sobre suas gestões passadas. Os recursos visuais foram instrumentos importantes de sua campanha, pois a partir dos recursos gráficos atacou o candidato a reeleição. Utilizou fotos de políticos envolvidos em escândalos do PT, fundamentalmente fotos de Lula com integrantes do Partido.

Nos programas dos dois turnos, a imagem de Geraldo não sofreu alteração, ou seja, de bom moço, de administrador, aquele que sabe, que fez e faz, que comanda, que tem experiência. A campanha de Geraldo foi focada na ética e moralidade pública, assim como divulgando os números de combate à violência em São Paulo. Se ele fez por São Paulo, com certeza, faria pelo Brasil, afirmava a campanha.

### **8.5.2 Lula e a campanha eleitoral**

Já o candidato Lula trabalhou nesse primeiro momento, com uma pequena retrospectiva de sua vida, mostrando várias fotos dele em vários momentos, desde a fase sindicalista até a posse ao lado de sua esposa e, já como presidente, ao lado de várias autoridades, inclusive com o presidente dos Estados Unidos, George Bush. Essa imagem refletiu o crescimento e desenvolvimento da pessoa Lula ao longo dos tempos. Da fase simples, como homem do povo até assumir o cargo máximo do país.

A campanha de Lula buscou resgatar a origem do povo brasileiro, no qual os apresentadores dos programas foram representados por um índio, uma negra e um homem branco, que vestiam as cores vermelha (lembrando vagamente o partido), verde e azul (cores da bandeira do Brasil). Ao contrário da campanha do adversário (Geraldo) que tentou se mostrar um homem humilde, do povo, Lula trabalhou especificamente esses aspectos, de homem simples, mostrando cenas em que tocava as mãos das pessoas, casas de madeira, cenários de pobreza, ilustrando, lembrando por vezes, um quadro de Juan Miró. Lula sorria serenamente no estúdio quando falava nos avanços sociais e tecnológicos, demonstrando tranqüilidade e equilíbrio. As fotos de Lula suado, de mangas arregaçadas, apertando as mãos de um trabalhador e deixando que um menino negro toque seu rosto foram marcas constantes de seus programas.

De um cenário simples, como foi sua vida, entra um mais sofisticado, em estúdio, com muita iluminação, lembrando sucesso, crescimento e avanço. Do lado esquerdo, tem a bandeira nacional e do direito o mapa mundi absolutamente clean e moderno.

As imagens trabalhadas do candidato do PT geralmente mostravam um homem seguro, vestindo um terno azul-marinho, gravata vermelha e um broche de metal da bandeira do Brasil. Lula sempre falava com confiança, e faz contraste com pessoas nas ruas, caminhando, conversando e com autoridades importantes em diversos locais do mundo. Quando o candidato falava sobre segurança pública, aparecia de camisa amarela e gravata vermelha de listras. À medida que ele falava, a câmara ia fechando, dando significado de intimidade, e conhecimento dos problemas brasileiros.

A campanha do candidato à reeleição valorizou o simples, ou seja, aquilo que tocava diretamente a realidade da população brasileira. Em determinadas cenas do programa eleitoral, apareciam jovens que falavam sobre comida e mostravam um enorme prato de feijão, arroz, bife e salada. Foram utilizados recursos visuais como comparativos, de estatística entre o que o governo anterior fez e o de Lula. Logo em seguida, entrava depoimentos de pessoas que foram beneficiadas com o bolsa família.

Nos dois turnos, a campanha e o discurso político de Lula foram os mesmos, ou seja, construídos em cima de cenários dinâmicos e sofisticados,

com cores vivas e pop. A imagem do candidato teve como base a tranquilidade e informalidade, tal qual ele é. A imagem de um Brasil caboclo, negro, índio, mestiço enfim, de um Brasil fértil, agrícola foi o tom da campanha. Mas da mesma maneira que Geraldo, o candidato Lula trabalhou a questão da violência no campo das aparências, ou seja, divulgando algumas ações realizadas pela Polícia Federal, mas culpando sempre os governos anteriores pela situação vivida pela sociedade.

Portanto, os cenários foram montados e a dramatização, a teatralização e a encenação dos papéis foram acionadas como parte de um ato, no caso aqui, a campanha política, como parte de um contexto maior, com a finalidade de convencer e atrair o eleitor para o discurso político que fora produzido.

Esse é de fato o momento em que a sociedade, 'oficialmente', começou a ficar atenta às propostas dos candidatos. Foi o momento em que os candidatos dispararam os feitos e buscaram convencer os eleitores.

## **8.6 A violência no cenário político**

Retomando o programa inicial dos dois candidatos foi possível perceber mais uma panorâmica da vida e a inserção dos mesmos na vida política brasileira. No mês de agosto, haverá duas manifestações de Geraldo sobre violência e uma de Lula. Todas no JN, em questões específicas, quando indagados pelos repórteres em questões particulares.

Percebe-se que o assunto somente será tratado pelos candidatos quando suscitados pelos jornalistas, ou em momentos específicos. A violência não é uma temática dos discursos políticos, até porque a 'fala' dos candidatos deve atrair, seduzir e convencer para aquilo que está sendo dito. O discurso representa um referencial do candidato que será identificado por aquilo que pronuncia, mesmo que, às vezes, de forma vazia e sem sentido. Os profissionais de comunicação que trabalham na campanha dos candidatos procuram massificar questões atrativas e de 'interesse' dos eleitores. Divulgam



o que é positivo e escondem o negativo, com a finalidade de não associar a imagem dos políticos com a ineficiência.

Evidentemente que trabalhar com dados da violência não é uma questão fácil. Primeiro, a grande dificuldade que se constata é com relação a um banco de dados oficial com um diagnóstico da situação. No Brasil e estados, de uma forma geral, os dados representam elementos que podem ser usados de forma contrária aos que estão no poder e que postulam novamente o comando do cargo do executivo, seja em nível nacional ou estadual. Os números podem ser utilizados numa campanha contra eles, dependendo do alcance das propostas estabelecidas.

Segundo, em muitos casos, faltam instituições e pessoas qualificadas para fazerem o levantamento da situação. É necessária determinação e investimentos por parte das autoridades para se estabelecer estatísticas oficiais sobre algumas questões importantes na sociedade, entre elas, a violência. A violência sempre escancara um quadro negativo e referencia ações pontuais em outras áreas estratégicas de um país ou estado. Violência não é apenas segurança pública. É um conjunto de fatores que somados representa a qualidade e direitos do homem em sociedade.

### **8.6.1 A violência como caso de polícia**

Geralmente quando se fala em violência, se entende que a responsabilidade é da polícia e de seu aparelhamento. Na há uma perspectiva cultural na sua compreensão, assim como um debate subjacente sobre o problema. Violência é caso de polícia, e como tal deve ser tratada com repressão e coerção. A própria construção dos meios de comunicação também caminha nesse viés, ou seja, como a polícia trabalha com os casos de violência.

No dia 16 de agosto, a edição do JN trabalhou nessa perspectiva, da violência como trabalho da polícia, ao abrir sua edição com a libertação de um empresário pela polícia:

“ Um empresário foi libertado hoje em São Paulo, depois de mais de um mês seqüestrado (manchete).

“ A periferia é, de novo, cenário do crime que apavora São Paulo. Na Favela Santa Clara, há um refém em poder de seqüestradores. Segundo a polícia, o encarregado de vigiar o cativo reagiu a tiros e foi morto. **O grupo de elite da PM, especializado em situações de confronto, reforça o aparato policial.** Chegam também policiais da delegacia anti-sequestro. E começa uma longa negociação com os seqüestradores que mantêm a vítima no andar de cima da casa. - O que você quer fazer, eu estou aqui do seu lado. Tira as arma ai... vc tira. - Pega a munição que ta ai dentro do pente, ai, joga o pente, pega a munição do outro revolver, ai... então, pra nos agilizar ai... Cinco horas depois, os seqüestradores entregam as armas e libertam a vítima: José Fortes Reina, 57 anos, é empresário da construção civil. Ele foi pego na Grande São Paulo há 33 dias. Um dos seqüestradores presos é menor de idade. Tem 16 anos. O outro, tem 28. Com eles, a polícia encontrou oito bananas de dinamite. ‘Eu já estourei vários cativos e eu nunca vi dinamites em cativo, foi a primeira vez’, conta o delegado Antônio de Olin. Segundo a polícia, os explosivos seriam usados em atentados contra agências bancárias e o dinheiro do resgate serviria para financiar fugas de cadeias. A ordem do seqüestro partiu da quadrilha que age dentro dos presídios - como no caso do seqüestro da equipe da TV Globo. Uma denúncia trouxe a polícia a um terreno na Zona Sul, apontado como um dos lugares que teria servido de cativo para o repórter Guilherme Portanova. A agonia do jornalista e do empresário é vivida hoje por outras seis pessoas, seis reféns que ainda estão em poder de sequestradores no Estado de São Paulo (16/08/06).

A ação da polícia é trabalhada de forma tática, ou seja, não como um conjunto de outros fatores que culminam em tais atos dentro da sociedade. A matéria reforça a ação última que deve ser adotada para libertação de reféns de sequestros.

O caso Portanova foi usado de maneira indireta, ou seja, a partir do sequestro e libertação do empresário, o repórter Cesar Tralli aproveitou a deixa para trabalhar o caso do repórter da emissora, mostrando novamente imagens da libertação de Guilherme Portanova. A matéria foi toda elaborada levando em consideração, o que ele vai chamar de “crime que apavora São Paulo”, mas não cita dados de quantos sequestros ocorrem na capital ou estado. A ênfase de preocupação remete mais a questão dos funcionários da emissora do que a situação de um modo geral.

Outra matéria que demonstra o papel da polícia: “Polícia do Pará evita que bandidos libertem presos de penitenciária de segurança máxima”. O JN mostra imagens do presídio de segurança máxima e a ação da polícia:

“A polícia do Pará conseguiu evitar que bandidos libertassem presos da penitenciária de segurança máxima de Santa Izabel. A quadrilha invadiu o presídio com uma metralhadora roubada do Exército. No tiroteio, dois invasores morreram- e quatro conseguiram escapar. Um policial também foi morto” (16\08\06).

As matérias são divulgadas uma atrás da outra, e em seguida entra outra, mostrando a Polícia e a Receita Federal efetuando a prisão de 97 pessoas acusadas de sonegar impostos. São imagens de várias pessoas sendo presas, armas, dinheiro e empresários.

O que se constata que não há uma continuidade na discussão das questões, geralmente o telejornal enfatiza pontos diferenciados e ações que são desenvolvidas no momento, sem contextualizar o porquê de determinadas atitudes da polícia e da justiça. É importante que se destaque, que o JN pode ser visto como uma forte voz do Sudeste brasileiro, pois a realidade, principalmente de São Paulo, é vista como um todo, ou melhor, o Brasil e seus estados são vistos sob a perspectiva paulista, apesar de realidades diferentes.

Apesar da violência se constituir em um mapa diferente nas regiões brasileiras, com algumas semelhanças na questão urbana, o telejornal a trata de forma igual e quase sempre do ponto de vista que se fortalece em São Paulo, o crime organizado. Por isso, em suas edições nesses três meses de análise, se constata uma reivindicação explícita para a questão paulista. Ou melhor, o crime organizado e sua atuação no estado de São Paulo sempre é o foco.

Isso é constatado na edição de 17 de agosto, quando o JN tratou sobre o Regime Disciplinar Diferenciado - RDD<sup>38</sup>, questão considerada polêmica, e que atingiu diretamente o crime organizado em São Paulo:

---

<sup>38</sup>A Lei nº 10.792/03 instituiu o RDD com a finalidade de segregar presos provisórios ou condenados, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal

“RDD em discussão. A população de São Paulo, que desde maio tem sido aterrorizada por ondas de atentados criminosos, está assistindo **a uma grande polêmica jurídica** Uma discussão sobre o tratamento que deve receber o bandido acusado de comandar os ataques de dentro da cadeia” (JN – 17/08/06).

É pertinente destacar se é uma polêmica jurídica, com certeza não faz parte da discussão da população, pois as questões pertencentes ao campo das leis passam pelo entendimento de alguns estudiosos do assunto. Ou melhor, a luta se trava num espaço particular de conhecimento e não da sociedade como um todo. Essa polêmica levantada tem mais o cunho de gerar as divergências dos campos, jurídico, midiático e político com relação ao RDD. A polêmica seria mais da mídia ou da TV Globo, que foi ferida nas suas ações enquanto maior emissora do país, ao ter uma equipe sequestrada e ser obrigada a divulgar um vídeo do crime organizado.

Aqui, não se levanta a atitude negativa e nociva das pessoas envolvidas no crime organizado, de intervir diretamente na divulgação de informações por uma emissora de televisão, mas o comportamento da mesma emissora com relação ao tratamento dispensado à violência e sua construção para a sociedade. Se a sociedade vive um momento denominado de pós-mídia, isto é, de exacerbação do papel dos meios na vida das pessoas e sua influência direta nas atitudes e discussões, é necessário que essa instituição (mídia) contextualize as questões sociais e as trabalhe de forma a gerar debates críticos e sérios, com a finalidade de refletir sobre o papel dos governantes na sociedade. As mídias constituem uma instância que não promulga nenhuma regra de compromisso, nenhuma norma, nenhuma sanção. Mais que isso, as mídias e a figura do jornalista não têm nenhuma intenção de orientação nem de imposição, declarando-se, ao contrário, instância de denúncia do poder (CHARAUDEU, 2006, p. 18).

O RDD não pode ser apenas uma polêmica para gerar audiência e questionamentos, mas o que de fato isso representa na questão dos direitos

---

ou da sociedade ou sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

sociais e os resultados advindos após sua aplicação. O que mudou no Brasil após a utilização desse sistema?

**“Duas horas de banho de sol por dia sem visitas íntimas, sem acesso a meios de comunicação, sem conversas com agentes penitenciários.** São as regras para os presos em Regime Disciplinar Diferenciado. O temido RDD foi criado em maio de 2001, como medida administrativa para reprimir presos perigosos como Fernandinho Beira-Mar. Em 2003 virou lei. Promotores, autoridades responsáveis pela segurança pública e administradores penitenciários, em geral, aprovam o RDD. De outro lado juristas e advogados criminalistas tendem a achar que o RDD é inconstitucional. “Fere a constituição porque atinge a **dignidade humana**. E qualquer um do povo poderá se ver nas bases dos tribunais, preso um dia e a dignidade desta pessoa terá que ser preservada”, acredita o advogado Antônio C. Mariz de Oliveira. Nesta semana, o Tribunal de Justiça de São Paulo considerou inconstitucional a permanência de Marcos Camacho, em RDD. O criminoso, acusado de comandar os atentados em São Paulo, desde maio, só não saiu porque tinha um outro pedido de RDD, que foi prorrogado por mais um mês. Na opinião do ministro da Justiça, essa decisão será revista no Supremo Tribunal Federal. “Eu não considero inconstitucional. Considero uma medida dura, uma medida que tem que ser usada com muito cuidado. Tem que ser reservada para chefes de quadrilha, mas não é inconstitucional”, disse o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O Ministério Público de São Paulo defende penas ainda mais severas, que já foram encaminhadas ao Congresso. ‘Infelizmente precisa ser adotada como uma **medida de segurança social**. A sociedade precisa se preservar, precisa evitar que estas lideranças continuem a liderar o tráfico, os seqüestros, a prática de crimes fora dos presídios’, acredita Rodrigo Pinho, procurador-geral de Justiça de São Paulo (JN - 17/08/06).

A questão foi levantada pelo JN com a finalidade de questionar as “regalias” dispensadas aos criminosos e teve objetivo principal de atingir os envolvidos no sequestro dos funcionários da TV Globo. O telejornal não fez uma relação direta da questão, mas esse teria sido um dos motivos que levaram os bandidos a sequestrarem a equipe. Constata-se, neste sentido, que o JN vai advogar mais em causa própria do que em favor da sociedade, e também não demonstra nenhuma preocupação com a questão da dignidade

humana ou ressocialização dos presos. Levanta a polêmica levada mais pelo interesse pessoal e contrária ao RDD.

Como a população, por vezes, não tem um entendimento completo da questão, não sabe, por falta de dados mais consistentes e de um debate mais aberto e claro, acaba tendo uma percepção parcial do problema e se posicionando, em alguns casos, favorável ao veículo, pois a discussão é uma via de mão única. É recorrente lembrar que o telejornal vinha insistentemente noticiando matérias do crime organizado, logo, ao se inserir a discussão dos 'privilégios' aos encarcerados, provavelmente a opinião pública se posicionará contra, conforme leque de informações que foi disponibilizado para ele sobre a questão.

Outras matérias sobre violência também tiveram destaque, como a prisão de um professor acusado de matar uma menina de seis anos, nos Estados Unidos. Matérias de menos impacto, mas com destaque no telejornal. Aliada a questão da violência, constata-se que o JN trabalhou durante todo o mês de agosto matérias sobre corrupção, envolvendo governadores, deputados, juízes, empresários e outras autoridades. Portanto, para o telespectador não há uma separação, pois corrupção se insere no campo do crime, ou seja, envolveria também violência, desrespeito às leis, às normas e à sociedade.

Em 18 de agosto, o JN abriu sua edição com as seguintes manchetes:

“o governo quer bloquear as finanças da quadrilha que comandou uma série de ataques, em São Paulo. Centenas de contas bancárias foram identificadas. A Organização dos Estados Americanos – OEA condena o Brasil por violação dos direitos humanos na morte de um paciente psiquiátrico, no Ceará...” (JN - William Bonner e Fátima Bernarndes – 18/08/06).

No primeiro bloco do telejornal foi destacada a matéria dando conta que o governo de São Paulo e Federal pretendiam atacar as finanças dos criminosos para evitar novos atentados no Estado e enfraquecer a quadrilha que domina os presídios paulistas.

É relevante destacar que o primeiro e o último blocos são aqueles que de imediato despertam o interesse do telespectador: um por está colado às manchetes anunciadas e o outro por prenunciar o término do noticiário. Neste sentido, as matérias são enquadradas estrategicamente nos blocos com a finalidade chamar a atenção do público. Os enquadramentos podem incorporar tanto o receptor como o emissor. No caso do receptor, o mesmo pode considerar ou desconsiderar o fato e sua dimensão política, mas tudo vai depender da sua repercussão no aparato cognitivo e emocional. Temas controversos, como a cobertura de fatos políticos, especialmente os violentos, sempre envolvem disputas em torno da rotulação dos atores, a descrição das ocorrências, o realce escolhido aos detalhes, a titulação e a edição em geral, as conexões que faz ou deixar de fazer com contextos mais amplos, presentes e passado (WAINBERG, 2005, p. 16).

Durante a pesquisa se constatou que matérias pertencentes ao campo da violência sempre estavam ou no início ou no final do telejornal, mas quase todas com destaques, isto é, com manchetes na abertura do JN.

Nessa edição foram veiculadas imagens de presidiários, presídios, autoridades estaduais e forças armadas discutindo estratégias de combate ao crime. A matéria serviu também mais uma vez para trabalhar sobre a questão do RDD e, inferi o papel das instituições responsáveis pela segurança pública. Foram dois minutos e 13 segundos de matéria.

**"Dezesseis assaltantes** de banco do Pará. Foi o primeiro grupo transferido para a penitenciária federal de Catanduvas, no Paraná - onde até agora, só estava o traficante Fernandinho Beira-Mar. Por enquanto nenhum chefe de quadrilha mantido em RDD, Regime Disciplinar Diferenciado, será mandado de São Paulo para o novo presídio, de segurança máxima. **O governador disse que não é porque teme novos ataques."Não temo. Só acho que estão em RDD.** Acho temos à mão pra qualquer interrogatório imediato e é só por isso que neste momento não se transfere', disse o governador de São Paulo Cláudio Lembo. Estratégias de combate ao crime organizado foram discutidas hoje em São Paulo pelas áreas de segurança do estado, do governo federal e forças armadas. As autoridades informaram que o objetivo principal agora é bloquear a movimentação de dinheiro entre os integrantes dos grupos criminosos. No caso de São Paulo, já foram identificadas centenas de contas

bancárias. Os dados serão repassados ao governo federal, na próxima reunião marcada para quinta-feira que vem. Para o secretário de Segurança de São Paulo, o Banco Central pode tomar medidas administrativas para que os criminosos não movimentem mais as contas. 'Não é possível que bancos continuem abrindo contas correntes como se fosse um ato administrativo de tirar uma carteira de identidade ou documento singelo', acredita Saulo de Castro Abreu, secretário da Segurança de São Paulo (JN - 18/08/06).

Percebe-se uma transferência de responsabilidades, ou seja, a polícia questionando as instituições financeiras por efetuarem abertura de contas correntes para criminosos, mas que não consegue, a partir desses dados chegar aos envolvidos. Logo, em seguida, o repórter José Roberto Burnier apresentou, o que chama de contabilidade da quadrilha, papéis com valores com gastos na compra de armas, drogas e empréstimos para criminosos. Esse fato demonstra a inoperância da polícia em detrimento do poder mídia. Por diversas vezes, ao longo do período de análise, se constata o JN tendo acesso exclusivo a dados que deveriam ser da justiça ou da polícia.

"Documentos obtidos pelo Jornal Nacional mostram parte da contabilidade da quadrilha que age em São Paulo. São balanços detalhados, que incluem gastos com armas, drogas e até empréstimos entre os criminosos. Esse material, faz parte do inquérito da Polícia Civil e do Ministério Público - que já levantou números de contas bancárias. Isso é um combate sofisticado que exige softwares, exige recursos de informática e agora vamos integrar mais isso pra chegar ao momento final desse combate", afirmou o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos. A Febraban informou que, na abertura de contas, os bancos exigem diversos documentos e consultam o Banco Central para saber se há restrições ao novo cliente. E que movimentações estranhas costumam ser notificadas ao BC" (JN – 18/08/06).

A matéria não informa o montante de recursos movimentado. Apenas diz que teve acesso, mostrando papéis, mas não informa quanto foi gasto com cada item, período e de onde foram compradas as armas. De onde vem e para onde vai esse dinheiro, quem movimenta e as providências para coibir a transação.



Demonstrando a expansão das ações do crime organizado no Brasil, a apresentadora Fátima Bernardes ainda dá uma nota informando que a Polícia de Minas Gerais teria recebido informações de que a quadrilha que domina os presídios paulistas pretendia libertar presos em Belo Horizonte. Com imagens de um galpão com carros roubados desmanchados, afirma que foram encontrados uniformes de policiais militares de São Paulo, e que a segurança nas delegacias teriam sido reforçadas.

Logo em seguida, entra outra matéria sobre a morte de um refém que estava nas mãos de assaltantes, assassinado à bala, mas a suspeita recai sobre policiais que teriam disparados tiros no local do cativeiro. A matéria foi elaborada a partir de simulações com desenhos e gráficos:

“Na hora de levar as crianças para a escola o susto: dois rapazes que se esconderam durante a madrugada anunciam o assalto. Levam a mãe e as duas crianças para dentro. Querem jóias e dinheiro. Como não encontram, tentam sair com o dono da casa, um comerciante, para sacar dinheiro num caixa eletrônico. O vizinho percebe a ação e avisa a polícia. Os policiais chegaram e deram ordem para que os assaltantes se entregassem. O dono da casa saiu primeiro e acabou morto, com dois tiros. Segundo a polícia, só um exame de balística vai dizer de onde partiram os tiros que mataram Adilson Vale, de 48 anos. ‘A arma que teria vitimado esse senhor, na verdade, não pode ser dita agora sem os trabalhos da polícia’, diz o delegado Jorge Atum Sobrinho. Os assaltantes acabaram detidos. Eles têm 16 e 17 anos. A Polícia Militar de São Paulo divulgou há pouco uma nota em que afirma que os tiros que mataram o comerciante não partiram dos policiais. As armas de quatro soldados foram recolhidas e serão examinadas” (JN - 18/08/06).

As várias matérias apresentadas constroem um sentido de que ninguém está a salvo, que qualquer um pode ser vítima da violência e demonstra, nos casos exibidos, o despreparo da polícia para lidar com a questão. Isso pode ser constatado com a fala do ministro da Justiça, Márcio Bastos quando afirma ser necessário “um combate sofisticado que exige softwares, exige recursos de informática” para chegar aos criminosos; o não cumprimento do RDD e; a morte do refém nas mãos dos assaltantes.

O interesse da mídia pela violência é questionado por Adorno (1995) que acredita que ela (violência) acaba sendo reduzida à sua expressão criminal, deixando os veículos de divulgarem outras importantes formas de violação de direitos – humanos, civis e políticos. E indaga: “Quais as motivações das agências de comunicação, ao veicular a violência (apenas) de determinada forma? (1995, p. 188). Na divulgação e tratamento, prevalece para o sociólogo, o tratamento impressionista do tema, pelo foro privilegiado dado aos crimes e aos agentes e autoridades encarregados de contê-los, os quais se tornariam alvos constantes de críticas. Para ele, esse aspecto acaba figurando como uma estratégia que busca, muitas vezes, a morbidez e reforça apenas o lado negativo dos processos e atores sociais, principalmente, a polícia será, sistematicamente, tratada como corrupta, incompetente, arbitrária e violenta. Constata-se assim, uma ausência na cobertura feita pela mídia, de uma discussão profunda acerca das razões do descontrole da criminalidade e, em particular, sobre o poder.

No sábado, dia 19 de agosto, não será diferente, o JN continuará enquadrando a violência como uma das principais temáticas de sua edição, Nesse dia, o telejornal discorrerá sobre a suspensão da folga dos policiais, que denominará de “operação de emergência”, com a finalidade de coibir a violência em São Paulo. A matéria vai misturar ação do crime organizado com assaltos e reféns: “A polícia de São Paulo suspendeu a folga de fim de semana e está promovendo ações de inteligência no combate ao crime organizado” (JN – 19/08/06).

A matéria mostrará imagens de várias vítimas, sangue, presos, pessoas se manifestando contra a grave situação e familiares chorando. Todo um ambiente é preparado para colaborar na construção do quadro de violência e de intranquilidade vivido pela população. As falas tentam reforçar a gravidade da situação:

“Hoje foi enterrado o comerciante baleado depois da intervenção de quatro PMs durante um assalto. Dois enterros, duas histórias trágicas. O comerciante Adilson Vale, de 48 anos, morreu dentro de casa. Ele e a família ficaram reféns de adolescentes armados. Adilson acabou atingido por dois tiros e morreu. Ainda não se sabe se ele foi morto pela polícia ou pelos

assaltantes. **'Nós não temos mais segurança, nós estamos presos dentro da nossa casa e eles estão por fora. Eles estão soltos'**, diz Iracy Spisso, cunhada de Adilson. O aposentado José Vicente dos Santos também morreu dentro de casa. Ele e um amigo tiveram os pés e as mãos amarrados e levaram tiros na nuca. Os ladrões roubaram apenas um aparelho de DVD. 'A gente vê acontecer com outras pessoas e jamais a gente chega a pensar que vai acontecer com a nossa família. E quando acontece abala de um modo geral', fala Fernando Santos, irmão de José Vicente..."

O texto é elaborado na perspectiva de impotência do cidadão diante da violência. Não são as ruas perigosas, esse perigo atravessou as paredes dos lares. Qualquer pessoa, dentro ou fora de casa, está sujeita a essa violência. O que antes, as pessoas viam ou ouviam através de depoimentos ou veículos de comunicação, hoje sofrem no dia a dia. Nesses três meses, notícias foram divulgadas demonstrando o cidadão refém dessa violência. Na matéria acima, percebe-se ao mesmo tempo, um desabafo da sociedade e a defesa das autoridades paulistas, tanto é assim que, em quase todas as matérias, o governador de São Paulo é ouvido sobre a questão, uma forma de demonstrar sua atuação e iniciativas de combate ao crime. A imagem tem a particularidade de produzir o efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que se faz ver. Ela pode fazer existir ideias ou representações. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas e outras, com capacidade de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, que podem produzir efeitos sociais de mobilização ou de desmobilização (BOURDIEU, 1997, p. 28).

"Para combater toda essa violência em São Paulo e a quadrilha que age dentro dos presídios, a **Secretaria de Segurança Pública suspendeu todas as folgas dos policiais**. E traçou como meta localizar o maior número possível de bandidos procurados pela Justiça, contra os quais já há mandados de busca expedidos. Um deles acabou morto, ontem à noite, em confronto com a polícia. Ele teria participado do seqüestro de uma criança e de ataques em São Paulo. No Vale do Paraíba, sete pessoas foram presas. Duas centrais telefônicas foram desativadas. Nos locais, a polícia encontrou documentos e agendas dos criminosos. Segundo as investigações, as centrais eram usadas para transmitir ordens das cadeias para as ruas. O **governador Cláudio Lembo disse que pretende construir novos presídios com a ajuda da iniciativa**

**privada.** ‘Nós teríamos que construir um presídio por mês para cumprimento dos mandados judiciais de prisão’, disse o governador. O governador Cláudio Lembo esclareceu que os investimentos seriam feitos pelas parcerias público-privadas, mas que a administração dos presídios continuaria a cargo do governo do estado” (JN – 19/08/06).

O crescimento das ações criminosas e o número de pessoas envolvidas são assustadores, apesar de não haver especificação de dados, que precisaria que o governo paulista construísse “... **um presídio por mês para cumprimento das ações judiciais**”. Essa pequena fala tem um efeito de quantidade na mente dos telespectadores, demonstrando o quanto a questão está sem controle. As cenas da comunicação de massa moldam muito do que se imagina do mundo (MARCONDES FILHO, 2008).

O telejornal busca enfatizar as responsabilidades do governo paulista e ações que empreende com a finalidade de coibir os atos criminosos, inclusive buscando parceria com a iniciativa privada. O JN defende, mesmo que implicitamente, o governo estadual e transfere a responsabilidade para a União. No dia 21, Chico Pinheiro e Fátima Bernardes abrem o telejornal da noite anunciando as seguintes manchetes e voltam a falar no caso Portanova:

“Justiça pede a prisão temporária de um dos suspeitos de envolvimento no seqüestro da equipe de jornalismo da TV Globo;  
- O financiamento da quadrilha;  
- A origem e o destino do dinheiro dos bandidos que comandaram o ataque em São Paulo;  
- Eles usam caixa 2 para fraudar a própria contabilidade;  
- Começa no Rio o julgamento de um PM acusado de participação na chacina de 29 pessoas” (JN – 21/08/09).

Percebe-se uma homogeneização no tratamento das notícias, principalmente com a violência, em que a mídia coloca no mesmo “pacote” todo tipo de fato e ocorrências. Não há uma distinção, caracterização e nem explicação. Nas matérias elaboradas sempre estão presentes imagens ou representações sociais do crime e da violência ou do medo da população, numa perspectiva de exagero ou excessiva exposição, ou emocionalmente

reativa a uma situação não bem entendida de conflitos, tensões e problemas socioeconômicos acirrados (ZALUAR, 2004).

O primeiro bloco do telejornal começou com a matéria sobre a pista que a Polícia teve na investigação do sequestro da equipe da TV Globo. Fátima Bernardes anuncia que um dos carros usados na ação não foi levado por assaltantes, mas por um manobrista, que desapareceu. A versão do assalto foi montada pelo dono do estacionamento para que o seguro cobrisse o prejuízo. A matéria será realizada por César Tralli e terá 1min50seg.

“O dono do Vectra usado no seqüestro ficou sem o carro em uma rua de restaurantes finos, na Zona Oeste de São Paulo. A ocorrência, registrada na delegacia, foi de assalto a mão armada. O manobrista Manoel da Silva Filho contou à polícia que pegou o carro na porta do restaurante e foi rendido por um ladrão, no caminho para o estacionamento. Era quinta-feira, dois dias antes do seqüestro. No sábado, quando a equipe da TV Globo já era refém, o dono da empresa em que o manobrista trabalha chegou a dar detalhes do tal assalto. ‘O bandido disse para descer, não olha para a minha cara e sai andando’, falou ele. Mas, policiais da Divisão de Anti-seqüestro acabaram descobrindo que a versão do roubo é mentirosa. Segundo a polícia, o assalto foi inventado para tentar dar um golpe no seguro e encobrir a verdadeira história. O que aconteceu é que o Vectra simplesmente foi levado embora por um dos manobristas, que assumiu a direção e não apareceu mais. Luciano José da Silva, o manobrista que sumiu com o carro, está sendo procurado. Desde que a farsa foi descoberta, os policiais já estiveram em sete endereços. Não encontraram Luciano, nem a família dele. Um dos donos da empresa de manobristas disse para a polícia que inventou a história do assalto porque o seguro dele não cobre casos de furto” (JN – 21/08/06).

Logo em seguida, Chico Pinheiro informa sobre as investigações das finanças do grupo que comandou os ataques em São Paulo, onde os promotores descobriram até caixa dois dentro da própria quadrilha. Mas constata-se que não há uma lógica na matéria, o repórter José Roberto Burnier tenta criar um link entre as péssimas condições dos presídios e o caixa dois, pois a matéria tem como pano de fundo rebeliões e o estado dos presídios paulistas:

“Destruída em uma rebelião, há dois meses, a penitenciária de Araraquara, no interior paulista, começou a ser reformada hoje. Cerca de 600 presos foram transferidos. Mas para a Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda há presos dormindo no chão, sem direito a visitas e falta de remédios. Na Penitenciária de Mirandópolis, também superlotada, celas estão sem portas e túneis foram cavados para fuga. Um vídeo, gravado durante uma vistoria, foi usado pela defensoria pública de Araçatuba para pedir a remoção dos presos”.

A matéria mistura conteúdos, entre rebelião, dignidade humana e transferência de presos e reforça o fortalecimento das quadrilhas nos presídios paulistas. O repórter utiliza infográficos para explicar a circulação do dinheiro entre os bandidos:

“Assim como a polícia, os promotores do Grupo de Ação e Repressão ao Crime Organizado estão investigando as finanças da quadrilha responsável pelos ataques em São Paulo. Eles já identificaram mais de 100 pessoas ligadas aos criminosos. E é a partir desses nomes que os promotores estão localizando as contas bancárias. **Do dinheiro da quadrilha, 90% vêm do tráfico de drogas; 10% de seqüestros e assaltos.** Os valores arrecadados são enviados para os chefes regionais do grupo, que decidem quanto vai para os parentes de presos, e quanto será usado na compra de armas e drogas. Os promotores também descobriram até caixa dois dentro da quadrilha para pagamento de propinas entre os integrantes. As pessoas que são responsáveis pelo gerenciamento de diversas contas realizam desfalques e desvios de dinheiro dentro do próprio grupo criminoso. **A grande maioria dos integrantes deste grupo criminoso vive na mais absoluta miséria, ao contrário dos líderes,** diz o promotor Roberto Porto” (JN – 21/08/06).

A matéria identifica importantes dados de origem do dinheiro e das ações criminosas realizadas no estado de São Paulo, destacando a corrupção entre os integrantes. Esse aspecto objetiva ironizar dois aspectos no país: que o ato de corrupção é praticado até e por bandidos e; as denúncias que vinham sendo feitas desde 2005, contra políticos e instituições de pagamento de propinas e de caixa dois. Procura enfatizar também a hierarquia na distribuição de recursos entre os membros quando afirma: “...**a grande maioria dos integrantes deste grupo criminoso vive na mais absoluta miséria, ao contrário dos líderes**”.

Deve ser observado que a mídia não se limita à definição da agenda pública, tendo um comportamento “neutro” sobre os assuntos que divulga. Ela (mídia) realiza o “enquadramento” (*framing*) (GOFFMAN, 1986): a mídia fornece os esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos. Na verdade, ela privilegia alguns desses esquemas, em detrimento de outros. O controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos, que alicerça a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo, não passa despercebido dos agentes políticos, que hoje, em grande medida, orientam suas ações para o impacto presumível na mídia.

### **8.7 Geraldo e a segurança nacional e pública**

No dia 21 de agosto, o candidato Geraldo trabalhou no horário eleitoral especificamente segurança nacional, e aproveitou também para questionar o governo com relação a questão da segurança pública, uma vez que armas e drogas, base de sustentação do crime organizado, entram facilmente na fronteira do Brasil com outros países. Indiretamente, Geraldo culpa o governo federal pelo aumento da violência no Brasil. Primeiro, pelo não policiamento das fronteiras; segundo, isso ocasiona o armamento dos bandidos, o que geraria um maior número de assaltos, sequestros e outros casos de violência. O programa inicia com o candidato na fronteira do Brasil com o Peru:

“... entrar no Brasil por aqui é muito fácil. Não há qualquer fiscalização. Deste lado do rio fica o Brasil, do outro a Bolívia. Quando o rio seca até a pé dá para cruzar a fronteira...” (Horário Eleitoral – 21/08/06).

Aparece um motorista afirmando que pela fronteira entra drogas, armas. “tudo aqui entra”. Volta para o candidato, ele aparece agora na fronteira do Brasil com o Paraguai. Separando os dois países, o rio Paraná. O candidato solicita que o telespectador acompanhe um barquinho que vai passando. “Veja como é fácil atravessar a fronteira. Aqui ninguém fiscaliza ninguém”, afirma. Um feirante entrevistado diz que para buscar armas e drogas no Paraguai, é muito fácil.

Novamente Geraldo aparece no marco da fronteira. Essa imagem tem o sentido de reforçar a identidade do candidato, de homem que fiscaliza, trabalha e conhece a realidade do Brasil:

“... do lado esquerdo é o Paraguai, do lado direito é o Brasil. Por aqui, são mostradas imagens do local, **não tem polícia nem fiscalização. Passa droga, arma, carro roubado.** Essa é uma tarefa do governo Federal. Não adianta o presidente ficar de ar condicionado, andando de avião. É preciso ver os problemas e trabalhar para resolvê-los” (Horário Eleitoral – 21/08/06).

Essa fala política é midiaticizada, pois ela é particular para a televisão, privilegia a astúcia verbal e o discurso breve reforçado pelas imagens. Adota-se estilos da vida cotidiana, da vida privada por meio do agenciamento da gestualidade, pois o corpo torna-se recurso central dessa linguagem de aparência e de teatro do político. Essa maneira de produzir a cultura por meio do espetáculo leva à invisibilidade das massas, suplantadas pela visibilidade do homem-político (GREGOLIN, 2003, p. 11). Logo em seguida são mostradas imagens de um Posto de fiscalização abandonado, marcado por balas, demonstrando a inoperância e incompetência do poder político. E a mídia sendo utilizada como poder social e simbólico de inferi sobre as questões sociais, de ser ‘testemunha’ dessa realidade.

“...Tudo abandonado. Nós vamos transformar esse posto, assim como dezenas de outros postos de policiamento de fronteira para coibir o tráfico de drogas e o contrabando de armas. Um estado como São Paulo, **apreende mais de 2 mil armas** por mês, **70 por dia**, mas não adianta fazer esse trabalho se o governo federal não policiar as fronteiras. É como enxugar gelo. Quer mais exemplos? É o presidente que tem o poder de mandar projetos de lei para o Congresso para melhorar a segurança. Leis mais duras contra o crime. Pela nossa Constituição, o presidente é o comandante e chefe das forças armadas. Ele deveria ser o líder de uma Política Nacional de Segurança”

O candidato responsabiliza o então presidente da República e candidato a reeleição, Lula pela onda de violência que assusta a população brasileira, mesmo sabendo das definições que cabem aos Estados no cumprimento de



políticas públicas de segurança pública. Geraldo culpa Lula pelo que está acontecendo, principalmente no estado de São Paulo, no campo da violência:

“...Mas o atual presidente não assumiu a tarefa que era dele, cortou o dinheiro que estava previsto no orçamento e ainda veio criticar nas horas mais difíceis. Logo ele que me pediu apoio por duas vezes, porque não tinha construído **os presídios que prometeu** na campanha passada e eu ajudei, porque para mim não interessa se somos adversários na política, o **que interessa é a segurança da população**” (Candidato Geraldo-21/08/06).

Como se sabe no jogo político o que vale é desmoralizar o adversário. Ganha quem tiver maior trunfo contra os candidatos de partidos contrários. Se a campanha política é um jogo de encenação, logo o discurso político deve obedecer também essa lógica, pois ele é o instrumento de persuasão e de convencimento. A linguagem política necessita de uma comunicação calculada, procura efeitos precisos; não desvenda senão uma parte da realidade, pois o poder também deve sua existência à apropriação da informação, dos conhecimentos exigidos para governar, administrar e para exercer seu domínio (BALANDIER, 1982). E Geraldo procurou trabalhar neste momento com esses aspectos importantes, uma vez, que mostra imagens de um local que jamais deveria está abandonado, pois é estratégico para o país, mas também esconde quais as verdadeiras atribuições da União e dos Estados.

A televisão provoca a invasão progressiva pela imagem que suplantará a palavra, ou seja, a tela torna-se o lugar onde tudo pode ser mostrado sob um aspecto dramático para que se formule um julgamento, a partir do que é “visto”. A política, neste sentido, continua o autor, se faz pela difusão cotidiana de imagens e o poder dispõe assim de uma verdadeira tecnologia das aparências, que lhe permitirá produzir ao mesmo tempo a impressão de uma certa transparência ou de suscitar a convivência passiva ou ativa de numerosos governados-espectadores com o sentimento de uma liberdade de determinação – em face da imagem introduzida no universo privado – e de possibilidade de participação – graças às intervenções que lhe são propostas (BALANDIER, 1982, p. 67).

Entra o apresentador da campanha dizendo que Lula pediu a Geraldo, quando governador de São Paulo, que abrigasse o traficante Fernandinho Beira-Mar<sup>39</sup>. Geraldo colaborou, atendeu o pedido. Neste momento, a finalidade é construir uma imagem de Geraldo preocupado com a população, e não com questões de partidos, pois são de legendas diferentes. A sociedade estaria acima dessas divergências. O que importa é a segurança das pessoas. No horário entra o povo falando sobre a coragem de Geraldo: **“...o próprio governo federal reconheceu isso, ninguém queria, mas o Geraldo recebeu o Fernandinho Beira-Mar”**.

Geraldo lembrou que o governo Lula, em quatro anos, construiu um único presídio e entregou somente às vésperas das eleições. E que ele, construiu 75 novos presídios. Nos últimos anos, o número de presos subiu de 55 mil para 144 mil e os mais perigosos cumprem pena em presídios de segurança máxima. Aparecem imagens de presídio de segurança máxima, onde Geraldo mostra que o piso foi feito de concreto e chapa de aço. Os presos ficam em salas individuais, não tem rádio e nem TV, nem direito à visita

---

<sup>39</sup> Luiz Fernando da Costa, mais conhecido como Fernandinho Beira-Mar, é considerado um dos maiores traficantes de armas e drogas da América Latina. Nascido na favela Beira-Mar, no município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro), começou a vender drogas antes dos vinte anos de idade, e hoje é um dos líderes de uma das principais facções criminosas do estado. Entre os 18 e 20 anos, Luiz Fernando começou a praticar os primeiros assaltos. Lojas, bancos e até depósito de materiais militares eram seus alvos principais. Foi acusado de furtar armas pesadas do Exército e de vendê-las para traficantes do Rio. Aos 20 anos, foi preso por assalto e condenado a dois anos. Cumpriu a pena e, ao sair, voltou a morar na Favela Beira-Mar, onde se tornou um dos “cabeças” do tráfico local. A ascensão de Beira-Mar ocorreu entre 1990 e 1995, quando abriu canais próprios de distribuição de drogas e conquistou morros como Borel, Rocinha, Chapéu Mangueira e a Favela do Vidigal. Preso em 1996, não ficou nem um ano no presídio de Belo Horizonte. Agentes penitenciários foram acusados de ter facilitado a fuga dele. Montou gigantesco esquema de lavagem de dinheiro no maior banco federal estatal do país e teria morado no Paraguai, Uruguai, Bolívia e Colômbia, onde se aliou às Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Foi recapturado pelo exército colombiano, em atuação conjunta com agentes norte-americanos e repatriado para o Brasil em abril de 2001. Na época, era apontado como responsável por 70% das remessas da cocaína distribuída no país. Em 2002, preso em Bangu I, organizou rebelião com a finalidade de matar Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê, e outras lideranças de uma facção criminoso rival. Nos últimos três anos (2003 a 2006), Fernandinho Beira-Mar vem sendo transferido constantemente de presídio e mantido em rigoroso isolamento, tendo em vista a elevada periculosidade (<http://oglobo.globo.com>).

intima. Nenhuma regalia e ainda são vigiados por câmeras. As regras são duras e os bandidos não gostam. Entra o apresentador: "...o Geraldo agiu de forma correta, não pode dar mole. Bateu de frente com o crime organizado, e aí tá incomodando muita gente".

A campanha tentou construir o discurso de que é preciso ser forte e ter atitudes para combater a violência. Tem que enfrentar de frente a questão, como Geraldo fez em São Paulo. Implicitamente como o presidente Lula vinha sendo combatido por desconhecer os desmandos dos seus colaboradores e membros de partido, logo também estaria de costas para a violência. Ou melhor desconhecia o que acontecia no Brasil.

O discurso repetitivo do candidato Geraldo visa atingir o adversário, assim como não perder a linha adotada de sua campanha de ser competente, audacioso e despojado. O silêncio e a linguagem são imperativos dos políticos, são atos que definem a expressão verbal do poder, e são uma das condições da arte dramática. São substâncias. Visam o efeito mais do que a informação e procuram a influência duradoura sobre os indivíduos, o que permite ao discurso político ter um conteúdo fraco ou repetitivo, pois o que importa é a maneira de dizer e de ser ambíguo (BALANDIER, 1982).

### **8.7.1 Enquanto isso no Jornal Nacional...**

Percebe-se que a partir do sequestro da equipe da Globo, o JN priorizou casos semelhantes a esses, isto é, de sequestros, numa demonstração de reforçar a grave situação que atinge a todos, dentro ou fora de casa. No dia 22 de agosto, telejornal novamente enquadra a violência como preocupação primeira do brasileiro. Ou seja, esse enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso seja verbal ou visual (GITLIN, 1980). Isso não teria sido ruim se de fato a emissora estivesse preocupada em discutir com as autoridades e sociedade propostas viáveis de combate à violência, mas o que se constata é que o telejornal destacou tão somente a questão em São Paulo. Toda discussão girou em torno desse Estado. As edições do telejornal

não divulgaram estudos que apontassem saídas ou mostrassem as políticas públicas implementadas para a questão da segurança pública. Do mesmo modo percebe-se que o governador de São Paulo foi isentado de toda ou qualquer responsabilidade pela questão. A questão da segurança pública figurou, no telejornal, como responsabilidade do governo federal e, especificamente, em 2006, ano de eleições, do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

“Em São Paulo, o sequestro de um comerciante vai completar cinco meses. São 140 dias seqüestrado e apenas quatro ligações dos criminosos. **A família procurou a imprensa.** ‘A gente quer um contato só isso que a gente quer’, diz um parente do seqüestrado. Henrique Vieira da Silva, de 56 anos, é comerciante em Carapicuíba, na Grande São Paulo. A última ligação dos seqüestradores foi há três meses. ‘Falavam que a pessoa que estava cuidando dele no cativado estava ficando muito nervosa e que nós tínhamos que correr atrás do dinheiro’, conta o parente. No dia do sequestro, ele e uma amiga saíram de uma loja, quando dois homens armados chegaram a pé e obrigaram as vítimas a entrar na caminhonete do comerciante. Quatro dias depois, a amiga foi solta, sem pagamento de resgate...” (JN - 22/08/06).

Nesse dia, o JN fez um relato do número de casos registrados, de janeiro a junho, a polícia contabilizou, em São Paulo, 64 sequestros. Seis ainda, naquele momento, estavam em andamento. O caso mais longo era do comerciante de Carapicuíba que há cinco meses estava sequestrado. “Até agora ninguém foi preso e os investigadores têm poucas pistas” (JN – 22/08/06).

Caracterizando a sociedade pós-mídia é pertinente o papel que a família atribui à imprensa, pois a partir dela, acredita ser possível obter informações do parente sequestrado. A mídia é a instituição responsável por essas informações, mais que a polícia ou à justiça. Até mesmo pelas dificuldades que o cidadão comum tem de ter acesso essas instituições. A mídia passa a ocupar o lugar das instituições, fato esse que provoca distorções significativas: a população em vez de se dirigir à justiça para valer seus direitos, ou à polícia para obter mais segurança, às escolas e universidades para aprender e melhorar sua formação, recorre aos meios de comunicação, como se estivessem lá para suprir essas necessidades contra os poderes constituídos

(MARCONDES FILHO, 2008). A penetração é intensa da televisão no país, o brasileiro assiste, em média, quatro horas e cinquenta e três minutos de televisão por dia (IBOPE, 2006), portanto, fornece um repertório comum por meio do qual as pessoas de classes sociais, gerações, sexo e regiões diferentes se posicionam, se situam umas em relação às outras. Nesse sentido, a televisão participa, na contemporaneidade, de maneira incontestada, da construção das teias da sociabilidade, aqui e alhures (HAMBURGUER, 1998, p. 441).

Outra matéria de destaque foi o recomeço do julgamento do policial militar acusado de participar da chacina da Baixada Fluminense. No dia 23 de agosto, esse fato volta a ser notícia, quando os apresentadores informam a condenação do policial militar. A matéria destaca o funcionamento da justiça no caso:

“Foi condenado hoje o PM acusado de participar da chacina em que **29 pessoas** foram mortas, ano passado, na Baixada Fluminense. O policial Carlos Jorge de Carvalho permaneceu o tempo todo olhando para o chão, enquanto defesa e acusação debateram durante horas no tribunal do júri. Pela manhã os promotores mostraram fotos das vítimas tiradas logo depois da chacina. Os parentes ficaram emocionados. Alguns passaram mal. A defesa apresentou a tese de que Carlos Jorge não participou do massacre. Mas um sobrevivente reconheceu o policial como o autor dos disparos. De acordo com a promotoria, esta foi a principal prova contra o soldado. Carlos Jorge foi condenado depois de três dias de julgamento. Outros seis PMs também vão sentar no banco dos réus no fórum de Nova Iguaçu, mas as datas ainda não foram marcadas. O advogado do condenado vai recorrer da sentença (JN - 23/08/06).

A matéria será contextualizada no julgamento do policial. As vítimas passam a ser secundárias. Não se constata uma reconstrução dos fatos e identificação das pessoas que foram mortas e em que contexto. A matéria é mais um registro. É interessante indagar: o que faz um acontecimento virar notícia, principalmente num telejornal como o Jornal Nacional? Essa noticiabilidade leva em conta os atributos do fato em si – a matéria prima das notícias – e as circunstâncias e exigências do trabalho jornalístico (MOTTA,

1997). A razão de ser das notícias de interesse humano está vinculada ao interesse que despertam no público, por isso, permite maior liberdade interpretativa por parte dos jornalistas, não apenas na seleção do objeto noticioso como também no seu tratamento.

Para Motta, “não é o fato que conta mas sim o conto do fato” (1997, p. 315), ou melhor, as notícias de interesse humano, e aqui fala-se do assassinato de 29 pessoas, podem ser entendidas como pertencendo à ordem do mito, uma vez que veiculam respostas plausíveis para questões desconcertantes sob a forma de estórias. Nelas, “o real é apenas um vago referente” (1997, p. 315), para o início da “livre interpretação do narrador”.

O caso Portanova volta a ser notícia, com a prisão do manobrista que era procurado por suspeita de envolvimento no sequestro do repórter e do técnico.

“...Luciano José da Silva era manobrista de uma empresa que prestava serviços a um restaurante e desapareceu com o Vectra de um cliente três dias antes do seqüestro. O carro foi um dos que os seqüestradores usaram para transportar os reféns. Com a prisão temporária decretada hoje, a polícia encontrou Luciano num estacionamento, onde trabalhava há uma semana (23/08/06).

No dia 24 agosto, o telejornal da TV Globo novamente deu destaque para o bloqueio de mais de 400 contas bancárias de suspeitos de integrar a quadrilha que comandou a onda de atentados no estado de São Paulo. Constata-se que os repórteres e apresentadores não vão mais dizer crime organizado ou PCC. A perspectiva da matéria agora, terá ênfase no governo estadual.

“...O governo de São Paulo pediu o bloqueio de mais de 400 contas bancárias de suspeitos de integrar a quadrilha que comandou a onda de atentados no estado. Na reunião a portas fechadas representantes das áreas de segurança de São Paulo e do governo federal decidiram criar um banco de dados unificado para combater a lavagem de dinheiro da quadrilha que age no estado...” (JN – 23/08/06).

Nessa perspectiva adotada pelo telejornal, o governo paulista cumpriu a sua parte ao entregar às autoridades federais listas com 110 nomes e os números de 982 telefones e 412 contas bancárias que seriam de integrantes do

grupo criminoso responsável pelos ataques no estado. Os dados foram repassados ao Ministério Público Federal, que pediu à justiça o bloqueio imediato dessas contas. O jornal vai cobrar agora, as atitudes dos órgãos federais no combate à violência:

“...O governo de São Paulo promete entregar na semana que vem outra lista de empresas suspeitas de envolvimento com o esquema. O que nos interessa num primeiro momento imediatamente é secar a fonte, que esse dinheiro seja imediatamente estancado. O importante é que o **Ministério Público Federal e a Justiça Federal também se envolvam nesta questão**”, disse Saulo de Abreu, secretário de Segurança de São Paulo (JN – 23/08/06).

É interessante lembrar que essa atitude foi possível, após a TV Globo, ter acesso ao documento listando o número de criminosos que tinham conta bancária, assim como o caixa dois da referida quadrilha. A partir daí houve uma cobrança velada da polícia e da justiça para tomarem uma atitude com relação a situação. Percebe-se a interferência direta da mídia e de seu poder. A relação entre a mídia e a área de segurança pública é marcada por ambigüidades, conflitos e sentimentos controversos. Os meios de comunicação acabam selecionando os problemas de violência e criminalidade como um dos principais para os leitores, ouvintes e telespectadores. Mas, ao mesmo tempo, os órgãos de segurança necessitam da mídia, pois ela será o “palco no qual atuam alguns de seus mais importantes agentes, e por meio do qual se comunicam com o público e adquirem notoriedade (BEATO, 2007, p. 32).

Há uma crítica a nebulosidade existente entre as organizações de justiça que não deixam claras as informações ou dados sobre a questão, o que provoca um obscurecimento do fato de que essa relação não é claramente conhecida, dando origem a muitos mal-entendidos na cobertura sobre segurança pública no Brasil.

“ É quadro recorrente governantes, gestores e policy makers não disporem na área de segurança de instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das atividades empreendidas: bases de dados e sistemas de informação são precários e a cultura prevalecente nas organizações não incorpora ainda as utilidades executivas da gestão do

conhecimento. Consequentemente, não se define um agenda de problemas prioritários, terminando por gerar estratégias e atividades de cunho puramente reativo e sem resultados” (BEATO, 2007, p. 33).

O que é mais preocupante, é quando a mídia determina ou muda a agenda de prioridades na discussão ou materialização do problema da violência. Fatos de grande repercussão explorados pela mídia terminam por fornecer esta agenda aos gestores. O que gera a notícia pauta a agenda de prioridades dos governantes. São inúmeros os exemplos de reações das autoridades a eventos, como o do ônibus 174, o da Favela Naval ou os ataques do PCC, que confirmam a tese da ausência de uma orientação política mais sólida na área de segurança. Medidas, leis, projetos, planos e políticas são orientados por tais eventos extraordinários. O aspecto mais perverso disto é que, ao tratar daquilo que se traduz nas grandes notícias, termina-se olvidando a rotina perversa e sem apelo midiático que vitima centenas de jovens na periferia das grandes cidades. Já os incidentes envolvendo pessoas da classe média para cima, capazes de mobilizar a atenção da imprensa, passa a ocupar uma posição central para os governantes, reforçando o quadro de desigualdade na provisão da segurança pública (BEATO, 2007, p. 33).

Mesmo que a emissora não use diretamente a relação do sequestro de sua equipe de jornalismo com o crime organizado, na sua edição a matéria do caso Portanova foi colocada estrategicamente após a matéria das contas bloqueadas dos bandidos em São Paulo. E o foco da reportagem recaiu sobre o manobrista do carro que levou a equipe da TV Globo:

“O manobrista que roubou um carro usado no sequestro da equipe de jornalismo da TV Globo confessou que vendeu o Vectra a um bandido. Luciano José da Silva foi preso ontem. Procurado durante dias em 16 endereços, o manobrista acabou sendo encontrado num estacionamento. Era o primeiro dia dele no novo emprego. ‘Deixa eu falar com você, chega aqui. Chega na boa, vem cá’, diz o policial. Até duas semanas atrás, Luciano José da Silva trabalhava para uma empresa de manobristas que atende restaurantes na zona sul de São Paulo. E desapareceu com o Vectra de um cliente. Três dias depois, o carro foi usado no sequestro do repórter Guilherme Portanova e do técnico Alexandre Calado. Policial: Você sabe do Vectra? Sabe? Luciano: Eu posso explicar pro senhor. Policial: Então, fala rápido! Você tava no Vectra? Luciano: Tava sim senhor. Policial: Então tá



bom. Mete uma algema nele. É ele mesmo. Logo que foi preso, Luciano disse que assaltantes haviam roubado o Vectra, quando ele levava o carro do restaurante para o estacionamento. Policial: Para onde você foi com o Vectra? Luciano: Eu fui pro estacionamento, meu senhor. Policial: E aí o que aconteceu com o Vectra? Luciano: Dois caras me 'enquadrou'. Policial: Enquadrou? E você sumiu e não contou nada? É o próprio, meu! Com prisão temporária decretada, o manobrista foi levado para a sede da divisão anti-sequestro. Na delegacia, foi identificado criminalmente pela primeira vez. Confessou que recebeu dinheiro pelo Vectra e que a encomenda partiu de um ladrão de carros. Repórter: Você conheceu ele aonde, num bar, em que situação? Luciano: Num bar, senhor. Repórter: E ele disse o que pra você? Luciano: Ele falou que tava precisando de um carro, né? Um carro grande, quatro portas. Pode ser um Vectra, pode ser... Repórter: **Sabia que o carro ia ser usado em sequestro**, Luciano? Luciano: Não senhor. O manobrista disse à polícia que, no mesmo dia em que furtou o Vectra, deixou o carro com a chave no pneu em uma rua, perto da TV Globo e próximo do local do sequestro. Segundo ele, os homens que fizeram a encomenda vieram buscar o carro logo depois. No dia seguinte, Luciano marcou encontro em um bar de uma rua, também na Zona Sul, buscar o pagamento pelo furto do carro. A polícia acredita que a prisão do manobrista pode levar aos sequestradores (JN – 23/08/09).

A matéria não apresenta fatos novos, mas é uma forma de cobrar a atuação da polícia na prisão dos envolvidos no sequestro e ligá-la ao crime organizado de forma indireta, pois não é dito, mas sempre está ligado a fatos que tratam sobre o assunto. Constata-se também que o diálogo entre o policial e o manobrista é todo feito em frente as câmeras da TV Globo.

No dia 25 de agosto, o JN abriu a edição novamente falando sobre o número de sequestros em São Paulo, mas a matéria especificamente trata sobre o assassinato do diretor de uma cooperativa de transporte. Portanto, não há uma correlação entre os dois assuntos, mas é uma maneira de se reportar ao caso Portanova, sem citá-lo, pois também não há fatos novos:

“Desde o começo do ano, **64 sequestros foram registrados pela polícia de São Paulo**. Um novo caso intriga os investigadores: o do diretor de uma cooperativa de ônibus e vans, que apareceu morto. Luto nas garagens. Nas lotações, um sinal de protesto contra a violência. Desde o ano passado, Francisco Manoel do Vale, de 40 anos, era diretor da maior

cooperativa de transporte coletivo de São Paulo, com 1,7 mil veículos. Na quarta-feira, depois do trabalho, Francisco foi a um terreno onde criava cavalos. Segundo testemunhas, no local dois homens dominaram o diretor e o obrigaram a entrar em um carro branco, onde havia mais uma pessoa. Hoje, às 7h, a Polícia Rodoviária encontrou um corpo no acostamento de uma rodovia. Era do diretor da cooperativa de transportes, morto com três tiros. O irmão de Francisco contou a um delegado que, ontem à noite, a família entregou o dinheiro exigido pelos criminosos. A polícia não foi avisada. 'Eu dei o dinheiro na mão de dois motoqueiros. Não cheguei a pegar a placa que tava coberta com um saco' disse o irmão de Francisco. A polícia divulgou, no início da noite desta sexta-feira, os retratos falados de dois bandidos e **investiga se houve seqüestro ou se existe** relação com o atentado que Francisco do Vale sofreu, no ano passado, em que quase foi assassinado (JN – 25/08/06).

A matéria foi elaborada evidenciando a gravidade da situação, mostrando que as pessoas estão à mercê dos criminosos, com a possibilidade de sofrerem atos de violência em qualquer hora ou momento do dia. Ao interpretar essa situação construída pelo telejornalismo é preciso levar em conta que a linguagem molda a visão do homem e o seu pensamento – simultaneamente a concepção que ele tem de si mesmo e do seu mundo. Essa visão que terá da realidade será moldada pela linguagem, ou seja, o mundo é uma barbárie.

Retoma-se Habermas (1989) e a sua discussão sobre os processos comunicativos que passam pela interação, resultante de uma coordenação de planos de ação, de entrelaçamentos de conteúdos e ações em diferentes espaços sociais e épocas históricas. Sua teoria apresenta duas modalidades de interação: o agir estratégico, uma força coercitiva e manipuladora que usa o sujeito como objeto; e o agir comunicativo, presente a persuasão, usa as possibilidades de convencimento para manter o consenso. O agir estratégico utiliza a linguagem para transmitir informações, através da influência de um plano de ação sobre um outro plano, o do indivíduo objeto. O agir comunicativo usa a linguagem como fonte de integração social através da força consensual do entendimento lingüístico, busca o convencimento pelo argumento. Para o autor, o entendimento motivador da convicção presente numa integração comunicativa, no agir comunicativo, e o da influência presente num agir

estratégico que induzem um comportamento. A diferença está no princípio que viabiliza cada ação, estratégica ou comunicativa. Ou seja, perpassa pela intenção de quem planeja a ação, aqui fala-se da emissora de maior audiência da televisão brasileira, sem perder de vista que por ser ação, já carrega em si o princípio da força que há de ser exercida em consonância com o interesse de quem a exerce. Para que ocorra uma ação comunicativa, a ação estratégica é corrompida. Já uma ação estratégica para que se processe, necessariamente, o mundo de integração comunicativa é colonizado.

Nos dias 26, 27, 28 e 29 o Jornal Nacional continuará noticiando fatos sobre violência, mas sem maiores conotações ou proporções, mas a questão permaneceu nas suas matérias e reportagens. No dia 30 de agosto, o JN inicia sua edição falando sobre três notícias de violência que preocupam cidadãos de todas as classes sociais em todas as regiões, afirma os apresentadores, e apresenta fatos do Nordeste, Sudeste e Centro Oeste.

“Um rapaz de 29 anos que foi espancado na saída de uma boate morreu hoje em Brasília. Ivan Rodrigo da Costa foi agredido na semana passada por cinco rapazes numa discussão de trânsito. Teve traumatismo craniano e perfurações no intestino. Os agressores foram presos - acusados de homicídio. Três dizem que agiram em legítima defesa. Os outros dois negam participação. Todos foram reconhecidos por testemunhas”.

“No Sudeste, na região metropolitana de Belo Horizonte, a vítima foi um menino de 9 anos. Ele foi baleado ontem na porta de uma escola na cidade de Santa Luzia - durante uma briga de gangues. E morreu à noite. Outras duas crianças e dois adultos também foram atingidos. Dois suspeitos estão detidos”.

“Em Petrolina, sertão de Pernambuco, uma adolescente de 13 anos foi morta por asfixia, por colegas de escola. Segundo a família da vítima, a menina vinha sofrendo ameaças há quase um ano. Dois estudantes foram encaminhados à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente. Mas testemunhas dizem que outros jovens também participaram do crime” (JN – 30/08/06).

As matérias demonstram que ninguém está a salvo da violência, seja em que classe ou contexto, pois a mesma está em todos os lugares, e pode atingir

qualquer um, em qualquer lugar. A violência tomou conta dos espaços públicos.

Ao interpretar essa construção do telejornalismo sobre a violência recorre-se a hermenêutica como uma ação reflexiva que oferece instrumentos conceituais aos quais o sujeito pode pensar sobre si mesmo e seus processos de comunicação com o mundo. De que forma a televisão materializa essas concepções de realidade? Como o mundo é construído para os indivíduos? Essas são indagações que transversalmente cortaram a presente pesquisa, num ir e vir constante, com a finalidade de compreender a realidade a partir das imagens e conteúdos divulgados pela televisão. Nesse sentido, a hermenêutica possibilita em atividade com a práxis, a autoconsciência do sujeito comunicativo. Implica em compreensão - tempo, situação, espaço - e tem como objeto o alcance dessa compreensão - interesse. A práxis consiste na relação entre interesses cognitivos, abstratos e cotidianos, relacionados ao mundo da vida.

O tratamento dispensado às informações sobre o fenômeno violência foi uma das principais preocupações da análise, tanto na inserção de imagens, expressões, formas e conteúdos. É importante rever os processos comunicacionais com a finalidade que os indivíduos possam, a partir de oportunidades informacionais, pensar sobre si mesma (GADAMER, 2002). Compreender, para Gadamer, é saber usar as informações de forma que se leve a interpretar a vida, ações, idéias, teorias e conceitos que movem culturalmente os indivíduos, distinguindo ou percebendo o que há por trás das aparências das “notícias divulgadas” (grifo nosso). Para saber corretamente descrever como é uma dada coisa é preciso pô-la em questão, os modos de ser – as representações.

Ao ‘consumir’ as informações da mídia é necessário que os indivíduos possam ter aquilo que aponta Gadamer elevada amplitude de visão, ou seja, adquirir um horizonte significa aprender sempre ver além do que está próximo, não para afastar o olhar, mas para melhor ver, num conjunto mais vasto e em proporções mais justas (2002, p. 327). Compreender em que contextos as matérias estão sendo elaboradas e com que sentido. E neste caso, compreender a questão é a chave da explicação da experiência hermenêutica,

uma digressão fundamental em relação ao sentido no pensamento do intérprete. Para compreender é necessário a mediação da linguagem.

Em Gadamer o que revela a compreensão é a essência sempre de uma existência da tradição, sendo essa de caráter linguístico, pela natureza do meio que representa. Ou seja, a compreensão vem a ser, um acordar do sentido da linguagem em que aparece a verdade da coisa que um e outro interlocutor procura encontrar, a “linguagem comum” ou ainda “explicação-conjugada” (2002, p. 402). O comum significa que o meio (o nós) como diálogo transforma os processos de realização da ação de compreender em processos de comunicação. Este comum está na base dos conceitos de verdade e de vida dos meios. Altera a relação da palavra e da coisa na medida em que a compreensão de um interlocutor requer uma especial integração no diálogo – a compreensão é uma recepção de qualquer coisa que interroga, o comum. É interessante destacar que o número recorrente de matérias sobre o fenômeno violência apresentado no telejornal, acabou por inviabilizar a própria natureza de interpretação dos indivíduos, pois diariamente os telespectadores foram ‘bombardeados’ de notícias e imagens de atos considerados violentos.

Na mesma noite mais notícias sobre o caso Portanova, com a identificação de mais dois acusados de fazer parte da quadrilha:

“A polícia de São Paulo identificou mais dois acusados de fazer parte da quadrilha que seqüestrou a equipe da TV Globo. Um deles está preso. Douglas de Moraes é o homem acusado de receber o Vectra usado no seqüestro. Ele era fugitivo. Dias depois do seqüestro, ele foi preso numa blitz da PM e acabou voltando para a cadeia. O envolvimento de Douglas foi apontado por Luciano José da Silva, o manobrista que furtou o Vectra. No interrogatório, Douglas disse que repassou o carro para um comparsa: Sérgio Moura da Silva, o Mufamba, que responde inquérito por receptação e furto. Mufamba e Douglas são vizinhos em uma favela, que fica perto da TV Globo e a um quarteirão da padaria onde houve o seqüestro. Segundo a investigação, os dois foram encarregados de indicar o melhor dia e horário para a ação. A polícia acredita que Mufamba estava na padaria quando o repórter e o auxiliar técnico foram rendidos. Com a foto de Mufamba na mão, policiais da divisão Anti-Seqüestro prepararam o cerco à favela. - Vocês vão entrar na Aracai. 111, 112, 113. Gert vai parar logo na entrada. - Não quero tiro, não quero nada, deu pra entender? Na casa de Mufamba, nem sinal dele. A família disse que, depois do seqüestro, ele não foi mais visto. Estaria na

casa da namorada, para onde os policiais seguem. Lá dentro, Mufamba também não está. A prisão dele já foi pedida. Para a polícia, encontrar Mufamba agora, é chegar mais perto de executores e mandantes do seqüestro” (JN – 30/08/06).

A matéria foi uma espécie de resposta à sociedade pelo sequestro da equipe da TV Globo, emissora de grande poder. Até esse momento, a polícia só havia prendido pessoas com uma relação mínima no caso, nenhum mandante ou envolvido de fato no caso tinha sido preso.

No dia 31 de agosto, o Jornal Nacional destacou a violência nas escolas. A perspectiva adotada pelo telejornal foi o temor cada vez maior dos professores com relação a questão, que assusta e amedronta:

“Nas **escolas públicas** brasileiras, uma outra pesquisa jogou luz sobre um problema crescente: a **violência que ameaça os professores dentro das salas de aula**. A obediência e o respeito ao professor parecem ser a regra numa turma. Mas nem sempre é assim. A professora Simone Mendicelli foi agredida por um aluno de apenas 11 anos. Ele começou a dar as respostas de uma prova em voz alta. A professora ameaçou tirar o teste e o estudante não gostou. ‘Disse que iria me matar. Quando eu sentei na minha mesa e comecei a trabalhar, me distrai, ele jogou a pedra com tudo’, lembra Simone. ‘Começou todo mundo a chorar’, conta uma aluna. Simone precisou levar pontos no rosto e ficou um mês de licença. O caso foi parar na polícia e o aluno acabou transferido...” (JN – 31/08/06).

A notícia poderia ter feito uma reflexão ou debate maior sobre a questão, procurando enfatizar o papel da família e das instituições nas questões dos valores, assim como no próprio desempenho dos meios de comunicação de divulgar informações sobre o respeito, ouvindo especialistas e autoridades. Constata-se a ausência de fontes especializadas na discussão do problema, resultando disso uma série de notícias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade de debates. Mas é apenas uma constatação que a violência encontra-se nos espaços da educação. A matéria continuou ressaltando um estudo realizado pela UNESCO e Ministério da Educação sobre a violência em sala de aula. Informa que a pesquisa foi realizada em

quatro capitais, mas não diz quais, identificando apenas o Distrito Federal, apontando percentuais da questão:

“... A pesquisa foi feita em escolas públicas **de quatro capitais e no Distrito Federal** e mostra que **47% dos professores e funcionários** ouvidos já foram xingados por alunos e **11% já apanharam**. A agressão à Rejane foi ainda mais grave. A professora foi atingida no olho por uma cadeira jogada por um aluno de 12 anos e perdeu a visão. ‘Agora, com a idade que eu tô, com o tempo de serviço que eu tenho, vou mudar de profissão? E eu gosto’, fala a professora Rejane Sanches. A sensação de insegurança preocupa...” (JN – 31/08/06).

O telejornal buscou nas edições enfatizar a violência nos vários campos: policial, urbana, interior, trânsito, prisões, escolas entre outras. O objetivo é demonstrar o crescimento e seu enraizamento.

A TV Globo pautou seu discurso numa conceituação própria de violência, fazendo releituras e ampliações sem levar em consideração o que se entende nas teorias do conhecimento sobre violência. A violência é tomada como uma conceituação generalista, ou seja, tudo que gera insegurança é atribuído ao campo da violência ou sistematizado como tal. Continuou o repórter abordando, agora, a presença de armas nas escolas e o descontrole da violência:

“...Quando perguntados se já viram armas na escola, mais de **30% professores** disseram que sim; **8% delas** eram revólveres. A professora Ana Claudia Rodrigues mostra uma munição encontrada no pátio da escola. **‘Hoje em dia não é que nem o policial que antigamente saía para trabalhar e não sabia se voltava. Hoje até o professor’** fala ela. Para a coordenadora da pesquisa, as escolas refletem a violência que acontece fora delas. Também com o acesso maior à educação, o perfil do aluno de escola pública mudou. Segundo a especialista, falta dar aos professores treinamento adequado pra lidar com essas crianças e adolescentes. ‘Os professores se queixam muito de salários, de capacitação em determinados temas que tem a ver com esse cotidiano desse jovem. Se queixam muito dessa panela de pressão que é a escola’, avalia a pesquisadora Miriam Abramovay” (JN – 31/08/06).

O telejornal não ouve nenhuma autoridade no assunto para explicar o que vem sendo feito para combater essa questão. Quais as orientações para os professores ou pais? Como conduzir uma situação dessa natureza dentro de sala? Há algum profissional dentro da escola que possa conversar ou orientar um aluno considerado desajustado? Se as estatísticas assustam o que o estado tem feito para combater esse problema? É importante perceber como esse discurso se constrói, se estrutura e produz significações para os telespectadores. Afinal, como bem lembra Becker (2006, p. 71), o telejornal tem linguagem e discurso complexos, regularidades e estratégias enunciativas singulares, que devem ser reveladas com clareza para que as pessoas possam compreendê-lo como um gênero que cria um mundo, e não o mundo.

De uma forma geral, o panorama traçado nos conteúdos constituem um mapa da sociedade extremamente negativo, pois a violência invadiu todos os espaços, inclusive as escolas que antes eram lugares invioláveis, assim como os lares. Esse quadro constatou o aumento substancial da violência, nos últimos anos, evidentemente sem especificar tempo, mas a matéria procura fazer um recorte, com características do período do então presidente da República, com a finalidade de cobrar pelo agravamento desse problema social. Não se percebeu uma cobrança dos governantes estaduais no cumprimento de políticas públicas voltadas à segurança pública. É importante não esquecer que 2006 foi o ano de eleições para renovação ou manutenção, por reeleição, para os cargos de governador, presidente da república, além da escolha de senadores, deputados federais e estaduais. Esse momento poderia ter sido utilizado para uma prestação de contas das políticas públicas realizadas em favor da sociedade.

A sociedade vive uma nova experiência de relação social, pois hoje, o conhecimento que as pessoas adquirem do mundo são especificamente mediados pelos suportes midiáticos. A realidade é o que a mídia divulga. E a sensação que se tem a partir das inúmeras matérias divulgadas sobre violência é que a sociedade virou um caos e que o poder público perdeu o controle sobre a mesma.



Recorre-se a Bourdieu, quando o sociólogo afirma que a representação da televisão torna-se um instrumento de criação da realidade, ou seja, a partir dela ruma-se a universos em que o mundo social é descrito\prescrito por essa instituição tecnológica. “A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política” (1997, p. 29). Por isso reafirma-se a importância do estado de reflexão desse tempo pós-mídia, na perspectiva em que a instituição televisão exerce grande influência no social e na produção da cultura contemporânea. No Brasil, a televisão tem um papel central, pois grande parte da população a utiliza como meio de informação, formação e entretenimento. Ela é ao mesmo tempo referência e influência nas relações sociais.

O mês de setembro inicia, e com ele a saga da TV Globo de apresentar um número considerável de conteúdos jornalísticos sobre violência, juntamente com as denúncias de corrupção que assolavam o governo federal. Essa dobradinha violência e corrupção foi uma constante ao longo dos três meses de análise das edições do Jornal Nacional. A violência no primeiro bloco e matérias sobre corrupção ou no bloco seguinte ou no final.

Logo no dia primeiro de setembro, o JN abriu sua edição mostrando imagens do cobrador saindo do ônibus e correr pelas ruas de Belo Horizonte, atravessou a rua e entrou novamente no ônibus. Essa foi uma estratégia para escapar dos assaltos, informa a jornalista. Continua dizendo que em Belo Horizonte o medo dos assaltos está levando cobradores a uma medida inusitada:

“O ônibus se aproxima do sinal de trânsito e o cobrador já está em pé na porta. Ele desce e sai correndo pelo meio da rua com um pacote nas mãos. Ele atravessa a avenida e entra em uma agência bancária. Cinco minutos depois, sai correndo de novo, ele tem que voltar ao ônibus que está parado em outro quarteirão. Os passageiros ficam esperando por ele. ‘Se você tem hora marcada, como é que fica, indaga o repórter à passageira’. ‘Atrasa a viagem, complica para você que tem compromisso’. O cobrador confirma que saltou do ônibus para depositar o dinheiro das passagens’. O depósito tem que ser feito de acordo com o que você tem em mãos, até para a minha própria segurança, devido aos assaltos’. ‘É uma ordem da empresa’; ‘É uma norma da empresa, tem que fazer’. A corrida dos cobradores é uma cena que se repete todos os dias, várias vezes aqui nesta esquina. Toda vez que eles acham que têm muito dinheiro nas mãos, eles saltam do ônibus para fazer o depósito. Ontem, com uma micro-câmera, flagraram um outro ônibus da mesma

linha, no mesmo lugar. O trocador aparece pulando a roleta depois de ir ao banco. Por que parou aí, indaga o repórter – porque tem que fazer depósito” (JN – 01/09/06).

O telejornal buscou nas suas edições colocar matérias inusitadas e particulares de como as pessoas se defendem contra o problema violência, demonstrando que as soluções são procuradas pelos cidadãos e, não pelas autoridades responsáveis. O cidadão que tem que encontrar um ‘jeito’ de fugir ou se proteger dos bandidos.

O enfoque do dia 04 de setembro, da edição do JN, foram assaltos a bancos. O texto tratou da prisão do advogado de um dos chefes do bando que controla os presídios, e que planejava roubar bancos em Porto Alegre e Maceió. A matéria apresentou uma teia ligando várias localidades:

“O escritório, no centro de **São Bernardo do Campo**, é do advogado Edson dos Campos Lusiano. Ele foi preso por envolvimento com a quadrilha que age nas prisões do Estado. Chegou a visitar um dos chefes do grupo, na segunda-feira. A prisão do advogado faz parte da investigação do roubo de 164 milhões de reais do Banco Central em **Fortaleza**. No ano passado, segundo a Polícia Federal, do roubo participaram criminosos de **São Paulo** e de outros **seis estados**. Entre eles os 26 homens que cavaram o túnel para roubar dois bancos em **Porto Alegre**. [...] Em **Peruibe**, no litoral paulista, os agentes encontraram 470 mil reais no forro desta casa. [...] Em uma fazenda na cidade de **Pium**, um isopor escondia 196 mil reais. A propriedade seria de um dos chefes da quadrilha presa sábado no **Piauí**. Há mais de cinco meses a Polícia Federal está monitorando essa organização criminosa que está atuando no estado do **Tocantins**. Em **Maceió** a organização chegou a cavar outro túnel de 90m. Três bancos seriam assaltados. A obra parou para que os bandidos ajudassem a... concluir o outro túnel de **Porto Alegre**. Agora pouco, agentes federais apreenderam 91 mil dólares. O dinheiro estava na casa em **Ribeirão Pires**, na grande São Paulo, onde mora um parente de Raimundo Lourinho Neto, que teria planejado o assalto em Fortaleza. Até agora 44 suspeitos estão presos. Todos serão transferidos para a Polícia Federal do **Ceará** que concentra as investigações” (JN – 04/09/06).

A notícia cria um link entre os diversos assaltos ligando as regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Norte. É interessante o papel que a emissora desempenha, quando demonstra o acesso que tem a determinadas

informações que deveriam ser da polícia ou da justiça. Na avaliação do jornalista Azevedo, a mídia sempre teve esse papel de deflagrar processos e descobrir informações, mas no Brasil ele é muito mais valorizado justamente pela falha dos outros sistemas. Para ele, a polícia não funciona e só investiga o que tem realmente repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia, às vezes. “Há muitos em que se a imprensa não investigar, a polícia, por incompetência, ou por desleixo, acaba não investigando” (apud RAMOS, 2007, pp. 21-22).

Nessa mesma edição foram divulgados fatos jornalísticos sobre apreensão de armas escondidas dentro de um poço num fundo de uma casa, em Pedro Juan Cavelo, no Paraguai na fronteira do Mato Grosso do Sul. O arsenal foi utilizado no mercado ilegal brasileiro. Foram 600 armas, entre escopetas, fuzis, metralhadoras, silenciadores e munição, avaliadas em 1 milhão de dólares. O armamento pertencia ao comerciante brasileiro Alberto Dorneles, que já vinha sendo investigado por tráfico internacional de armas. No texto foi informado que o comerciante seria o principal fornecedor de armas para organizações criminosas no Brasil, entre elas grupos ligados a Fernandinho Beira Mar: “...a polícia não tem mais dúvida, mesmo preso o traficante carioca tenta reestruturar a quadrilha na fronteira com o Paraguai” (JN – 01/09/06). Os jornalistas não explicam de que forma o traficante comanda a quadrilha.

A edição tratou ainda sobre a prisão, pela polícia do Acre, de um ex-presidiário suspeito de ter assassinado a jovem portuguesa Vanessa Serqueira que fazia uma pesquisa para a Universidade da Costa Rica. E também sobre o afastamento da diretora de segurança do Centro de Ressocialização por ter permitido que Suzane Von Richtoffen usasse a internet. A jovem cumpre pena pelo assassinato dos pais. Os privilégios dispensados a Suzane irritavam as outras presas.

## **8.8 As várias falas sobre violência**

Partindo do pressuposto de que homogeneizar é misturar um conjunto de elementos para dele fazer um todo coerente, com dados semelhantes, não se pode agrupar violências com características diferenciadas e delas criar homogeneidade. Neste caso, a TV Globo, utilizou desse mecanismo, quando misturou as várias violências, sem, no entanto, criar uma lógica ou diferenciação na discussão das mesmas, pois as situações nesse campo têm raízes, origens, causas e consequências diferentes.

A uniformização acaba pasteurizando a situação, criando um hibridismo incompreensível e sem lógica. Há uma mistura de conteúdos que tratam os vários tipos de atos violentos, geralmente agrupados, sendo divulgados uma em seguida da outra, o que gera uma sensação maior de casos de violência. Não há uma distinção, nem descrição ou explicação sobre os casos. É quase imperceptível compreender o que está no campo semântico da violência, da segurança pública, da criminalidade e das responsabilidades das autoridades.

E por vezes, essa violência é tratada como espetáculo, ou seja, as imagens captadas objetivam atingir o 'sensacional' e 'prender' a atenção da audiência. Como bem analisa Debord (1997), as relações entre as pessoas não seriam mais mediadas apenas pelas coisas, mas diretamente pelas imagens. Para ele, a imagem é uma abstração do real, e o seu domínio é o espetáculo. O espetáculo estaria: na relação social entre as pessoas, mediada por imagens; no modelo atual da vida dominante na sociedade e na exploração de toda a atividade social.

A construção televisiva é formada por uma sucessão de imagens e informações. As pessoas, por vezes, captam àquelas que são de seu interesse. Mas no caso específico da violência, percebe-se que há uma atenção maior por parte da audiência, pois o número de matérias nesse campo tem aumentado substancialmente nos últimos anos. Até a década de 1990, os fatos violentos eram tratados em programas específicos ou jornais sensacionalistas. Hoje, conforme pode ser constatado a violência saiu dos cadernos de polícia e passou a fazer parte das manchetes e matérias dos telejornais, ocupando no caso do Jornal Nacional, o horário nobre da televisão brasileira. O JN começou a cobrir, pelo menos no período de análise, todo e qualquer caso de violência, dos mais simples aos mais complexos, não diferenciando e nem separando os tipos.

Há uma padronização das formas de produção de sentido dos discursos midiáticos e a redundância demasiada dos conteúdos enfocados são prejudiciais ao livre exercício da cidadania e ao convívio social (CHARAUDEAU, 2004), em virtude da possibilidade de a mídia atuar como força alienante ou homogenizadora de sentidos. O autor chama a atenção para a responsabilidade de que o cidadão deve reivindicar maior neutralidade do discurso midiático e a heterogenização mais significativa dos conteúdos abordados. O que não se percebe ao longo desse período, em 2006, na produção telejornalística da Globo. Pois, na contemporaneidade, é a disputa não com qualidade e veracidade da informação e sim quem noticia primeiro e com mais detalhes exclusivos, prejudicando assim o caráter informacional das mídias, passando a ser jogos de interesses e cada vez mais a lucratividade de quem detém os meios de comunicação e de interesses.

Charaudeau acrescenta, que a informação midiática fica prejudicada porque os efeitos visados, correspondentes às intenções da fonte de informação, não coincidem necessariamente com os efeitos produzidos na audiência, pois este reconstrói implícitos a partir de sua própria experiência social, de seus conhecimentos e crenças. Segundo, o contexto no qual aparece, uma informação pode produzir um efeito de banalização, de saturação, de amálgama ou, ao contrário, de dramatização. Se as manchetes dos jornais são diferentes, é por que, para se diferenciar do concorrente, cada jornal deve produzir efeitos diferentes.

Na perspectiva gadameriana é necessário fazer distinção entre o “mundo” e o “ambiente”, pois o que distingue o primeiro do segundo é a linguagem, que não é somente uma das poses do homem no mundo; ao contrário, dela depende o fato do homem ter um mundo. “O mundo como um mundo existe para o homem e não para outra criatura que está no mundo. Mas, este mundo é verbal por natureza” (GADAMER, 2002, p. 443).

### **8.8.1 Discurso do outro**

Percebe-se que nas matérias jornalísticas da TV Globo, o discurso sempre é do outro, ou seja, o outro que é contra ou a favor de determinada medida adotada. O outro, em tese, seria a sociedade, mas em poucos espaços se constata representações ou mesmo a sociedade civil se manifestando com relação a essas medidas. É o caso da matéria do dia 06 de setembro, quando o telejornal destacou o envolvimento de mais de 30 advogados com bandidos perigosos, inclusive com suspeitas de participarem em assassinatos. A matéria terá como foco a necessidade dos advogados serem revistados na entrada dos presídios, como forma de coibir a entrada de objetos, como aparelhos de celular:

“...A advogada Ariane dos Santos é acusada pela CPI do tráfico de armas de participar do esquema que ordenou a morte do juiz corregedor de presidente Prudente. Antônio Machado Dias foi assassinado a tiros, em 2003. Ela nega envolvimento... [...] Documentos da CPI mostram que, no dia do crime, Ariane esteve no presídio de Avaré, em São Paulo, com Marcola, chefe da quadrilha suspeita de matar o juiz. Ela também recebeu uma ligação dos bandidos 1 minuto depois do assassinato. Ariane disse que nunca levou celular para dentro do presídio... [...] Na agenda do grupo criminoso, é registrado o pagamento de 10 mil reais, no mesmo dia em que aparece valor igual ao depositado na conta dela. Ariane nega fazer parte da quadrilha. Ela disse que defende pessoas que são acusadas. Mas o relator da CPI, deputado Paulo Pimenta não tem dúvidas. Eu acredito que tenha indícios suficientes para pedir o indiciamento dela, não só por envolvimento com a organização, como também integrante do assassinato do juiz” (JN – 06/09/06).

São mais de 3 minutos de áudio, e o repórter afirmou que a CPI investiga 34 advogados suspeitos de envolvimento com quadrilhas. Entre as sugestões apresentadas, duas regulamentam a visita do advogado ao preso:

“...Primeiro ele só poderia visitar quem o contrata com a procuração assinada e todo advogado seria revistado em presídio. Hoje, eles entram e saem sem passar pela segurança. O presidente da OAB, Roberto Busato se manifesta dizendo que a Ordem nunca foi contra a revista de advogados em presídios. Ela é contra a revista manual, o presidiário, em que se apalpa a pessoa. ‘nós entendemos que este tipo de revista deve

ser feita no presidiário. A revista eletrônica, a revista moderna, aquela a que todo mundo se submete, por exemplo, nos aeroportos, deve haver obrigatoriamente nos presídios e em quem quer seja', afirma" (JN – 06/09/06).

A matéria se insere no campo da polêmica, pois os advogados, diferente do que acontece em outros países, no Brasil são contra a revista, pois acreditam que viola o direito deles enquanto profissionais. A discussão foi em virtude da entrada nos presídios de aparelhos celular e outros objetos, via advogados. Nenhum outro segmento da sociedade foi ouvido a respeito dessa questão. A discussão fica restrita as entidades diretamente envolvidas, no caso aos advogados. Mesmo compreendendo que o papel da mídia é apurar as informações e divulgá-las para a sociedade, cabe também como instituição formadora de opinião abrir o debate com a finalidade de esclarecer a sociedade o porquê de levantar pontos importantes.

O JN discorreu durante as edições algumas questões importantes relacionadas ao combate à violência, como RDD, bloqueio de contas de criminosos, revista de advogados, entre outras, mas não dá continuidade nas mesmas. Constata-se dessa forma que as questões são apenas levantadas com a finalidade de criar um fato novo a ser informado, mas sem a intenção de aprofundar a questão com a sociedade ou especialistas.

Em outra matéria nesse dia, o JN vai abordar as regalias de um traficante condenado, em uma delegacia de Belo Horizonte. São divulgadas imagens do preso solto nas redondezas da delegacia, no bar:

“...Delegacia para **48 presos com 560**. Eles lotam as celas. Lá dentro, eles têm celular. Nós conversamos com eles. Preso falando – agora, ta embaçado de falar, entendeu, colega. Pergunta o repórter, por quê?. Responde o preso – é porque os policiais ta na galeria aqui, ô. Continua o repórter: A entrada de celulares não é o único privilégio aqui na delegacia. O Jornal Nacional teve acesso a imagens que mostram um preso condenado em regime fechado, passando aqui pela rua. Ele sai da cadeia e vai até aquele bar ali ao lado. Este homem de camisa azul e boné é Ronaldo Efigênio da Silva, condenado há 6 anos e 4 meses por tráfico de drogas. Ainda precisa cumprir dois anos e dez meses. Ele sai calmamente pela porta da delegacia e vai caminhando para o bar tomar café. O delegado Wellington Perez é ouvido, e diz 'que hoje, eu vejo

como uma irregularidade, sem dúvida. A gente tem que apurar isso com muita seriedade, com rigor. As medidas cabíveis serão tomadas'. Volta ao repórter que informa que segundo a polícia, denúncias de corrupção, na delegacia de Venda Nova, estão sendo investigadas há pelo menos 3 meses. A Secretaria de Defesa Social vai desativar a delegacia até o fim do mês. Mil detentos já foram transferidos" (JN – 06/09/06).

Constata-se que em diversas matérias, o JN tem acesso privilegiado a determinadas informações e imagens, dados que deveriam ser exclusivos da justiça e polícia. Essas informações chegam à emissora com a finalidade que a mesma divulgue, muitas vezes, numa forma de pressionar as instituições e de serem cumpridas as regras. Nenhuma outra matéria será realizada após essa denúncia feita no telejornal. A sociedade fica sem saber se de fato foram tomadas as providências, e se as punições foram aplicadas.

Outras três notícias vão ainda compor a agenda do JN: uma que trata sobre a prisão pela polícia Federal de 10 pessoas acusadas de tráfico de mulheres para a Espanha; uma sobre a prisão de um homem acusado de aprisionar a mulher e a filha por 6 anos, em Itapetininga, na Bahia. O marido mantinha as duas presas em um barraco de madeira, sem água, sem energia, sem contato com nenhuma pessoa e; outra sobre um vigia de um banco que mantinha por mais de 6 horas, 40 pessoas como reféns, em uma agência de Taubaté, em São Paulo.

"...Segundo a polícia 40 pessoas foram libertadas pelo vigia, José Roberto de Oliveira Ramos, de 28 anos, ao longo da tarde. Ele começou a trabalhar na agência nesta segunda-feira. Hoje, no início da tarde, sacou a própria arma e fez vários disparos. No desespero, algumas pessoas, pularam do primeiro andar e se feriram, uma delas teve fratura exposta na perna. Segundo a polícia, duas mulheres estão com o vigia dentro da agência. Um tiro foi disparado, mas ninguém ficou ferido. Tudo isso seria por causa de um desentendimento com a ex-noiva e a reivindicação dele, 'é a presença dela'. (JN - 06/09/06).

Em determinadas edições, o JN mais parece um programa focado nas temáticas violência, segurança pública e criminalidade, fugindo do seu caráter jornalístico de informar a sociedade. Há uma relação tensão entre mídia e segurança pública (BEATO, 2007), mas também marcada por laços intensos



de dependência mútua. Segundo o sociólogo, para operadores e alguns estudiosos do tema, a mídia é parte do problema de criminalidade e violência no país, pois governantes, policiais e *policy makers* destacam frequentemente o papel negativo da cobertura jornalística da segurança pública, bem como o descrédito decorrente lançado sobre as instituições de justiça (2007, p. 32).

Na edição do dia 08 de setembro, o telejornal enfatizou outro tipo de violência, a ambiental. Abriu com a manchete de denúncia de um crime continuado: as motosserras trabalham no Pará, derrubam a mata ilegalmente, enquanto os donos compram o silêncio em Anapú, lugar do assassinato de Doroty Stang, em 2005. A apresentadora chamou a matéria, dizendo que o pedaço do Brasil em que foi assassinada a missionária, ainda produz fatos capazes de envergonhar e indignar os brasileiros. Os crimes ambientais continuam em Anapú e são confessados naturalmente, diante de uma câmera. São quase três minutos de matéria em que mostram imagens da mata, caminhões com toras, homens derrubando as árvores com motosserras e imagens de arquivo de Doroty Stang:

“... A seca favorece o transporte clandestino na Amazônia. Sem atoleiros nas estradas, os caminhões entram na mata para retirar as toras. É o período em que a floresta é mais agredida. Anapú, Oeste do Pará, este é o assentamento criado pela missionária Doroty Stang, assassinada aqui no ano passado. Ela defendia a preservação da mata, nessa área de 200 mil hectares. Ao longo do caminho, clareiras e dezenas de toras retiradas irregularmente. A destruição da floresta é resultado de um acordo ilegal feito entre os moradores do assentamento e um madeireiro. Ele abre estradas para escoar a produção de lavouras. Em troca, pode comprar as árvores derrubadas pagando preços menores que do mercado. Uma tora que custa 2 mil é vendida por apenas 50 reais. O madeireiro é quem faz o pagamento... [...] O que avança rápido no Pará é o desmatamento que cresceu 50% nos últimos 12 meses. De acordo com o ministério do Meio Ambiente. A quantidade de caminhões nas estradas da região, mostra que na Amazônia o caminho está livre para a exploração ilegal da madeira” (JN - 08\09\06).

Apesar da entonação grave da matéria, não há na construção do texto, nenhum dado explicativo do que representa a questão na região amazônica ou

sobre a vida desses pequenos agricultores. A perspectiva adotada foi de crime ambiental, devastação da floresta, sem considerar a realidade desse homem que vive nessa região. A matéria tem mais cunho alarmante do que informativo propriamente dito, pois não acrescenta fatos novos ou discorre sobre as políticas públicas implementadas pelo governo. Agricultor e empresário são tratados como bandidos.

O telejornal vai também tratar sobre a violência entre torcedores de times, onde houve a morte de um homem e o ferimento de dois. A briga entre torcidas organizadas aconteceu no caminho do Maracanã, quando torcedores do Fluminense foram cercados por botafoguenses. Um dos feridos era menor de idade.

No dia 09 de setembro, a briga entre torcidas voltou a ser manchete do telejornal, quando noticia que a Polícia do Rio de Janeiro vai pedir apoio ao Ministério Público para acabar com as torcidas organizadas. Em seguida, mostra imagens do sepultamento do torcedor do Botafogo assassinado num confronto com a torcida do Fluminense. Informa ainda que os investigadores estão rastreando páginas da internet, onde a briga teria sido planejada. Numa delas, um torcedor do Botafogo fala em vingança.

No dia 11 de setembro de 2006, no primeiro e segundo blocos do telejornal foram trabalhadas as notícias do assassinato do coronel Ubiratan Guimarães<sup>40</sup>, os conflitos de terras na região Norte e as homenagens as vítimas do atentado de 11 setembro, nos Estados Unidos.

A jornalista Fátima Bernardes anunciou:

“...a polícia de São Paulo ouviu seis pessoas sobre o assassinato do coronel Ubiratan Guimarães que comandou a invasão ao presídio do Carandiru, há 14 anos” (JN - Fátima Bernardes – 11/09/96).

“No apartamento nenhum sinal de tiro, nem de assalto ou arrombamento. Na sala, o corpo encontrado ontem

---

<sup>40</sup> O coronel Ubiratan Guimarães foi o responsável por comandar a PM na invasão à Casa de Detenção, no complexo de Carandiru, zona norte de São Paulo, no dia 02 de outubro de 1992, numa briga de presos no Pavilhão 9, que resultou na morte de 111 presos. O episódio ficou conhecido como o Massacre de Carandiru. Em junho de 2001, o coronel foi condenado a 632 anos de prisão pela morte de 102 pessoas e cinco tentativas de homicídio. Por ser réu primário, recorreu da sentença em liberdade (RAMOS, 2007, p. 22).

a noite. O coronel Guimarães levou um único tiro. O projétil... [...] O coronel e deputado estadual ficou conhecido em 92, quando comandou a invasão do Carandiru onde 111 presos morreram. A última pessoa vista saindo do apartamento foi a namorada do coronel, a advogada Carla Sepolina que prestou depoimento hoje.[...] O coronel Ubiratan tinha em casa 7 armas, uma está desaparecida é um revólver 38, mesmo calibre usado para o assassinato. Para a polícia o coronel foi vítima de crime passional ou foi morto por vingança num assassinato motivado pela paixão ou pelo ódio” (JN – repórter Cesar Tralli -11/09/06).

Para falar sobre o assassinato, o repórter utilizou simulações e gráficos, fazendo com que o público entenda e perceba a forma como tudo aconteceu, hipoteticamente, no apartamento da vítima. Há uma simulação da realidade, pois ninguém testemunhou o assassinato. Os enunciados do telejornal tem a função de permitir que aquilo que se diz exista, e por outro lado de dizer o que não existe. Para Becker (2006, p. 70)), esses enunciados funcionam como palavras-de-ordem, utilizam determinadas associações entre texto e imagem, depoimentos testemunhais, gráficos e mapas, que visam garantir a precisão, a objetividade e até mesmo a neutralidade da notícia, gerando um efeito de verossimilhança.

Nesse dia, a Caravana do JN encontrava-se em Belém, com Pedro Bial e William Bonner, que ao vivo entraram no telejornal falando sobre a Amazônia, dos avanços e necessidades. Mas trabalhou especificamente da violência na disputa por terras e o desmatamento na região.

Para isso chamou a repórter Maríndia Moura, da TV Rondônia, afiliada da Rede Globo, e fez a seguinte afirmação: “o Brasil todo sabe como isso já provocou mortes por lá”. São utilizadas imagens de arquivo de conflitos, morte da missionária e de desmatamentos: “Uma região cercada de conflitos e de cobiça. Nos últimos anos as brigas por terra somaram **159 mortos em quase 2,5 mil confrontos...**” (JN – 11/09/06).

A repórter não informou como ou quem contabilizou as mortes e conflitos, apenas identificou números, pois a quantidade remeteu a volume e extensão, causando perplexidade diante da questão. E continuou lembrando dois fatos de maior visibilidade na região, Brasil e mundo:

“...o assassinato da missionária Dorothy Stang, ano passado (2005) no Pará e o massacre de Corumbiara, que **deixou 13 mortos há 11 anos**, em Rondônia, tiveram até repercussão internacional. Cidades pequenas surgem no meio da floresta derrubada por madeireiros que não respeitam as leis. Os últimos números mostram que **foram registradas 221 invasões em todo o Brasil – 30 só na região Norte. E são 1.385 assentamentos. Em Rondônia, 144.** Como o de Américo Ventura, próximo a Porto Velho. Lá, as famílias têm estradas, energia elétrica, escola, um posto de saúde e assistência agrícola. A área de uma fazenda que foi desapropriada pelo, **há 11 anos, tem três mil hectares com 90 famílias** foram assentadas lá. **Quatro delas**, sobreviveram ao massacre de Corumbiara. A terra é cultivada com café e principalmente abacaxis. ‘Nós temos que fazer a terra produzir aquilo que ela nos oferece, é por isso que eu acho que está dando certo aqui’, acredita o agricultor. Continua a repórter: As invasões não são só por um pedaço de terra. Garimpeiros de todo o país vêm em busca das pedras preciosas na reserva Roosevelt, no sul de Rondônia. A disputa pelo diamante interditou o garimpo, depois que índios **cintas largas mataram 29 garimpeiros**. Histórias que estão longe de um fim” (JN – 11/09/06)

Percebe-se que a matéria apresentou algumas contradições, e não deixou claro o que de fato é o conflito de terras na Amazônia. Foram constatadas:

- a) – a repercussão internacional dos dois fatos tem destaque relevante, em oposição ao próprio conflito. Como se essa repercussão “...tiveram até repercussão internacional” mudasse alguma coisa na vida das pessoas na Amazônia;
- b) – as invasões na Amazônia são colocadas no mesmo patamar das registradas em outras regiões brasileiras;
- c) – a matéria não deixou claro se os assentamentos são positivos na região;
- d) – o café e o abacaxi não são produtos próprios do solo amazônico;
- e) – os madeireiros e os índios são tratados da mesma forma, ou seja, como bandidos;
- f) – a repórter apresentou números, mas não explicou quem contabilizou ou registrou os conflitos na região;

- g) – os conflitos de terra e a questão dos garimpeiros são problemas distintos, que mereciam destaques diferenciados, pois o segundo é proveniente da vinda de milhares de pessoas atraídas pela “abundância” de ouro, diamantes e outros metais.

A matéria parece uma ilustração do que é Amazônia, na verdade sem ser. Com relação ao fazer jornalístico é importante enfatizar, embora possa parecer óbvio para quem estuda esse campo, que o jornalista interpreta fatos, a matéria-prima da notícia, mas “as provas da verdade, ou, melhor dizendo, da veracidade de uma informação são, igualmente, da ordem do imaginário”, isto é, baseadas nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito. Neste sentido, não existe uma verdade única, pois cada veículo tem a sua (CHARAUDEAU, 2006, p. 55).

Não se pode negar que a informação ou o discurso informativo (CHARAUDEAU, 2006), é uma atividade linguística que propicia o estabelecimento de vínculos sociais e permite a identificação das instâncias informativas veiculadoras, apresentando, ainda, as principais características desse tipo de discurso e explicações relacionadas às diversas formas de conhecimento e aos mecanismos de produção de sentido. É pertinente lembrar que as mídias como constituídas e constituintes de uma verdadeira “máquina midiática”, que fabrica as informações fornecidas, discutindo também a existência de um contrato midiático, no qual e pelo qual as mídias desempenham o papel de detentoras do conhecimento, em relação ao público, que viria a ser a parte interessada em obter esse conhecimento ao qual não teria acesso, sem a ação da mídia. Tal contrato atenderia aos interesses de ambas as partes, pois enquanto a população teria acesso ao conhecimento de que necessita, a “máquina midiática” teria à disposição um público consumidor cativo para as informações que fabrica, “uma mão lavando a outra”. Nas mídias, os jogos de aparência se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denunciado mal e da mentira, explicação dos fatos e descobertas da verdade (CHARAUDEAU. 2004, p. 29).

Outro destaque dessa edição do dia 11 de setembro de 2006, foram as homenagens às vítimas dos atentados terroristas nos Estados Unidos, que

completava nessa data 5 anos. Mais de 3 mil pessoas foram mortas nos atentados. Atentado esse que chocou o mundo.

No dia 12 de setembro, foi a vez dos crimes cometidos na internet terem destaques com a prisão de 51 pessoas, acusadas de roubar dinheiro de contas bancárias. As manchetes de abertura do telejornal, entre outras: "... Cinquenta e uma pessoas estão presas pelo roubo de 100 milhões de reais; Ministério Público acusa Polícia Federal de vazar informações de uma investigação sigilosa" (JN – 12/09/06)

A matéria sobre a operação da Polícia Federal batizada de replicante que colocou 51 pessoas na cadeia, acusadas de roubar dinheiro de contas bancárias, através da internet, entra logo no primeiro bloco do JN, e foi identificada na pesquisa como sendo do campo semântico da violência por ser crime e roubo. Aqui, a Polícia Federal foi percebida como "fazendo" seu papel:

"... Carros e até um Jet ski foram parar no pátio da Polícia Federal. Segundo os investigadores são bens comprados com o dinheiro roubado na internet. Esses criminosos acessaram as contas para realizar transferências entre contas para compra de produtos, pagando pela internet e também para pagamento de títulos diversos, os famosos boletos, informa o delegado Cristiano Sampaio. A investigação durou 8 meses. A quadrilha atuava em Brasília e em mais 4 estados. Entre os mais de 50 presos, estão dois policiais militares e um civil, acusados de extorquir dinheiro da quadrilha e depois tentar entrar no esquema. Assim como o número de presos, também é extensa a lista de acusações. A quadrilha deve responder a 7 crimes, entre eles estelionato, lavagem de dinheiro e violação de sigilo bancário. A pena mínima é de 8 anos de prisão. Pelo levantamento da polícia a quadrilha já movimentou quase 100 milhões de reais" (JN – 12\09\06).

Por mais que o caráter desse tipo de crime seja diferenciado, dos que normalmente vinham sendo noticiados pelo telejornal, na seleção da edição eles são agrupados junto com as outras matérias de violência. O que para o receptor ao final da edição é computado como um maior número de matérias sobre violência.

A segunda matéria foi o envolvimento da instituição Polícia Federal no crime de violação de sigilo, ou seja, na matéria anterior ela cumpre o seu papel, e nessa segunda, está sendo apontada como ré, pelas atitudes adotadas.

A apresentadora do JN informou aos telespectadores que o Ministério Público Federal acusou a Polícia Federal de vazar informações sobre uma investigação sigilosa. Sete empresas foram investigadas por fraudes que envolveram contratos milionários com órgãos públicos. Os empresários estavam combinando as concorrências públicas e oferecendo vantagens aos servidores para manipular os resultados. Nos últimos anos, desde a posse de Lula, no primeiro mandato como presidente da República, a Polícia Federal realizou diversas operações e prisões contra políticos, empresários e funcionários que cometeram atos ilícitos. E agora, a instituição era acusada de abusos e de violação de sigilo. Logo em seguida entra a matéria com quase dois minutos, mostrando imagens de policiais apreendendo computadores e diversos documentos:

“...A operação mão-de-obra investiga fraudes em licitações para contratação de funcionários terceirizados para trabalhar no Senado e em cinco órgãos federais. Seis pessoas já foram presas. A pedido do Ministério Público a justiça autorizou busca e apreensão de provas também no Senado, no fim de julho, mas só encontrou computadores e cofres vazios. Agora, o Ministério Público diz que sabe o porquê. Os funcionários do Senado, alvo da investigação, tinham sido avisados com antecedência sobre a busca. Os procuradores responsáveis pelo caso pediram explicações à Polícia Federal. Depois de muita insistência eles receberam este relatório assinado pelo diretor executivo da PF, Zumar Pimentel. O documento confirmou que houve vazamento e que isso é uma prática da PF quando se trata de operações em órgãos públicos e o relatório ainda faz outras revelações. O delegado escolhido para comandar a operação foi o superintendente da PF em Pernambuco, Bergson Toledo Silva, amigo do presidente do Senado Renan Calheiros. O próprio Bergson no relatório explica: ‘meu trabalho era de facilitador. Em conhecendo o presidente do Senado, melhor seria o contato para a realização dos trabalhos’. Bergson conta que localizou Renan de madrugada e pediu que ele indicasse um funcionário para acompanhar o trabalho dos policiais na manhã seguinte. Renan indicou o diretor geral do Senado Agaciel. Mais um dos principais alvos de investigação, suspeito de participação no esquema irregular de licitações. Luciano Rolim, procurador de Justiça disse: ‘essa pessoa foi favorecida indevidamente pela comunicação, até porque ela teve

conhecimento que no dia seguinte seria realizada uma busca e apreensão em sua sala de trabalho. Em **indubitável que essa comunicação prévia, trouxe prejuízos irreparáveis à medida.** Segundo o procurador, o vazamento de operações sob sigredo de justiça é crime de violação de sigilo funcional e ato de improbidade administrativa. O Ministério Público vai enviar ofício ao Minsitro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedindo explicações sobre o caso” (JN – 12/09/06).

Pode-se constatar, que a partir da matéria, o telejornal deixa nas entrelinhas que a Polícia Federal tem dois pesos e duas medidas nas suas ações. Como a investigação envolve pessoas amigas, o órgão “protege” os envolvidos, alertando-os sobre as medidas que vão ser adotadas pela Justiça. Como o funcionário é do Senado, e o Poder Legislativo é aliado do governo Lula, logo é necessário avisar o presidente da Casa com a finalidade de se precaver. E o pior, Renan Calheiros coloca a disposição da Polícia Federal o funcionário que está sendo investigado contra as licitações. No caso específico desse dia, é levantada a lisura do órgão. Outro agravante são as suspeitas sobre Legislativo, poder que tem a incumbência de fiscalizar e aprovar leis em favor da sociedade. O descrédito às instituições foi uma constante nas matérias jornalísticas.

O país se aproxima do primeiro turno, e uma avalanche de matérias negativas trafegam diretamente no campo da violência, com a finalidade de demarcar a falta de recursos na área de segurança pública. Ainda nesse dia, 12 de setembro, o telejornal destacou o depoimento da namorada do coronel que comandou a invasão ao presídio do Carandiru, Ubiratan Guimarães, assassinado no final de semana. A matéria teve mais de dois minutos e foi toda feita em cima de simulação de como o coronel teria sido assassinado, usando vários fotos do casal, apartamento, carro e revólver.

No dia 14 de setembro, o JN voltou a falar sobre os ataques a São Paulo, noticiando a prisão de 22 pessoas presas no interior do Estado por ligação com a quadrilha que organizou os ataques nos meses de maio e julho. Também foram apreendidos celulares, armas, dinheiro e drogas. Na capital a sede do Ministério Público estadual que foi alvo do atentado, recebeu vidros especiais à prova de bala. Desde o sequestro da equipe da Globo que os



nomes de facções criminosas, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) não serão mais mencionados. O diretor de Jornalismo da Rede Globo, Carlos Schroeder (in RAMOS, 2007), explica que a omissão desses nomes não prejudica o entendimento da informação, enquanto que a adoção deles daria às quadrilhas um status institucional que elas não têm:

“... provocaria situações inusitadas. Suponha que alguém, não se sabe quem, porque bandido não se identifica, diga que o crime foi cometido pelo terceiro Comando. O que faríamos? Desmentiríamos a informação? Como? Dizendo que, diferente do que informamos, a chacina na área tal foi cometida pelo Terceiro Comando e não pelo Comando Vermelho? Mas como ter certeza disso? Impossível. Dessa forma, a melhor política é chamar todos de quadrilha, que é o que são, sem erro” (RAMOS, 2007, p. 59).

Essas quadrilhas não podem ser consideradas interlocutores válidos no debate com a sociedade, pois não representam e nem tem status institucional para manter um diálogo de discussão.

### 8.9 Segurança pública como prioridade: um discurso

Esse é o tom do discurso político proferido por Geraldo na segunda vez que falou sobre a questão no seu programa eleitoral do dia 14 de setembro de 2006. Dessa vez enfatizou suas ações quando esteve à frente do governo de São Paulo. O programa iniciou falando das ações adotadas quando dos ataques ao Estado paulista. São 10 minutos destinados à violência, com imagens da posse de Geraldo ao governo paulista, rebelião de presos, reuniões com o comandante da Polícia Militar, policiais em ação e em treinamento:

“Hoje, eu quero tratar de um assunto que interessa a todos os brasileiros: **segurança**. Quero mostrar o que **eu fiz como governador** e o que eu pretendo fazer como presidente para combater a violência, ponto por ponto, é o meu dever. Na eleição passada, o atual

**presidente prometeu mundos e fundos.** Disse que ia resolver o problema, que segurança era com ele, que era tarefa do presidente, mas na verdade é que nesses **4 anos ele se omitiu**, e esse não é o comportamento correto. Meu jeito é diferente e minha ação é diferente. **Eu investi, eu trabalhei, batalhei para mudar a lei, dei duro contra os bandidos**, enfrentei uma batalha por dia, todos os dias, porque é assim que tem que ser” (Horário eleitoral - Geraldo – 14/09\06).

O discurso político de Geraldo caminhou no sentido daqueles que estão em posição contrária, e podem fazer a crítica, pois eles não estão no comando. Portanto, ficou mais fácil criticar e cobrar as promessas de campanha. Por outro lado, ele fez comparação entre as ações realizadas em São Paulo com as ações do presidente da República que deve comandar os 26 estados brasileiros. Ele imputou Lula a responsabilidade pelo aumento da violência no país proveniente da omissão de sua administração, pois o que prometeu não cumpriu.

É importante lembrar que o discurso político é a fala do contraditório, ou seja, o de questionar o que o outro não fez, mas não necessariamente dizer o que de fato vai fazer. Mas dar algumas indicações de como será o comportamento caso esteja no lugar de disputa. Como bem disse Miguel (2000) o discurso político deve, de alguma forma, responder à pergunta “o que eu faria, se tivesse poderes para tanto”. Quanto mais clara (e honesta) for a resposta, mais lúcida pode ser a decisão dos cidadãos e eleitores. O que está em jogo é o cargo e o discurso mais convincente poderá vencer a disputa. É necessário negatizar o comportamento do adversário. E o discurso de Geraldo obedeceu essa lógica, ou seja, desconstruir as ações de Lula, divulgando fatos negativos do governo e pontuando questões específicas onde houve falha na administração.

O que se percebeu na fala de Geraldo foi um discurso de alguém que desconhece o Brasil e suas diferenças, pois a partir de São Paulo toma como verdade todo o resto do país. Os eleitores não se veem ou sentem contemplados na fala do candidato, pois a realidade paulista acaba se tornando totalizante. Continuou o programa com a fala do apresentador listando as ações de Geraldo:

“Março de 2001, Geraldo assume o governo de São Paulo. De cara, enfrenta uma **rebelião em 29 presídios**. Os criminosos testam a autoridade do novo governador. Geraldo reage com equilíbrio, firmeza e sufoca os motins. Essa é a marca do Geraldo na segurança pública: comando, trabalho e investimento. **Sete novos helicópteros, 24 mil novas viaturas, 54 milhões de reais em munição, armas modernas e tecnologia e INFOCRIM** – cadastro de ocorrência policiais interligando as principais cidades e tudo por computadores. Este equipamento inglês, analisa drogas em 8. Este revela o DNA do criminoso. Nas ruas, as mega blitzes caçam bandidos e armas. Na porta das escolas, a polícia aperta o cerco contra traficante. E aqui está o Geraldo de madrugada dando força para a polícia, estimulando a tropa. Geraldo investiu pesado em treinamento. Tropas de elite treinadas pela SWAT americana e policiais preparados para combater os criminosos” (Horário Eleitoral – 14/08/06).

O candidato do PSDB não apresentou nenhuma proposta para segurança pública, apenas relatou o que fez quando esteve no governo de São Paulo. Na mesma linha do Jornal Nacional, o discurso político de Geraldo toma São Paulo como referência para o país. O discurso caminhou na desconstrução dos atos do atual presidente da república, ou seja, de que nada foi feito.

É pertinente destacar que o discurso político tem como um dos seus elementos básicos ou características, não dizer claramente os fatos, pois as reais intenções, conforme afirma Charaudeau (2006), não são pronunciadas, apenas maquiadas de palavras que amenizam o seu sentido. Ou como diz o sociólogo é o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

### **8.9.1 Violência a todo custo**

O assassinato do coronel Ubiratan voltou a ser manchete do JN. Os apresentadores informaram que peritos de São Paulo concluíram que o coronel que comandou a invasão do presídio do Carandiru foi morto com a própria arma. E a namorada dele prestou o terceiro depoimento. A matéria foi uma

repetição das imagens já apresentadas em edições anteriores do telejornal, do apartamento do coronel e falando sobre a namorada Carla Cipolina. Outra matéria de destaque foi o assassinato de uma médica perita do INSS, em Governador Valadares, no leste de Minas Gerais.

“A perita tinha acabado de sair de casa quando foi atingida por três tiros no peito. Segundo testemunhas, o atirador estava numa bicicleta. Ele deixou cair uma sacola que está sendo periciada. Maria Cristina Sousa Filipe da Silva, de 56 anos, foi socorrida pelo marido, que é médico, mas morreu no hospital. Há três meses, numa entrevista, ela falou sobre as agressões e ameaças aos peritos no leste de Minas...[...] Nós precisamos urgentemente elucidar esses casos porque com certeza, em sendo da perícia médica, tem ramificações fortes e verdadeiras quadrilhas fraudando a previdência, acredita Luis Argolo, da Associação Nacional de Médicos Peritos” (JN – 15/09/06).

A questão principal evidenciada na matéria foi a falta de segurança para aqueles que andam no caminho da lei, pois a perita vinha denunciando casos de corrupção no INSS e pagou com a sua vida. O telejornal nos enunciados deu atenção a vários casos de violência e de segurança pública, não somente os de grande repercussão, mas qualquer notícia de criminalidade e de ineficiência da ação do governo.

A manchete do dia 16 de setembro de 2006, do JN enfatizou novamente a morte do coronel: “a investigação do assassinato do coronel que comandou a invasão do Carandiru teve hoje novo capítulo, em São Paulo. A namorada dele passou a ser considerada suspeita” (JN – 16/09/06). Para que o caso do coronel tenha relevância e chame atenção do público ele sempre será identificado como o responsável pela invasão do presídio de Carandiru. Esse fato teve grande repercussão na sociedade brasileira, pois foram mortos mais de 100 presidiários, e também foi transformado em filme, o que tornou o caso ainda mais popular e chocou a sociedade.

De 17 a 23 de setembro, o caso do coronel ganhou também as manchetes do telejornal. Em determinadas matérias o JN anunciou que a justiça determinou quebra de sigilo telefônico de coronel assassinado em São Paulo. Também foi decretado segredo de justiça no caso, para garantir a privacidade dos investigados. Em outras divulgou os laudos da morte do

coronel Ubiratan e poucos depois, fez uma descoberta sobre a principal suspeita; a namorada Carla Cepolina. O telejornal mostrou imagens de circuito interno do prédio do coronel que mostra que a blusa escura que Carla entregou para a polícia não foi a que vestia na noite do crime. Depois o JN anunciou os laudos da morte coronel pela polícia. Em 23 de setembro, o JN anunciou o encerramento das investigações pela polícia de São Paulo, da morte do coronel e indiciou a namorada Carla Ceppolina.

A exposição intensiva ou repetida de imagens violentas pode aumentar a dessensibilização, a assimilação e o medo entre o público. A violência extrema acrescenta à violência certa dessensibilização sobre a qual os investigadores põem a tônica. Ora, este "movimento de dessensibilização à violência procede paradoxalmente de uma sociedade em que a violência se tornou hipersensível" (MONGIN, 1998, pp.18-19). A violência se desdobra, oscilando entre um movimento de interiorização invisível e um movimento visível de exteriorização. Não existe violência que não seja secreta, acaçapada, subterrânea, invisível, ou demonstrativa, explosiva, exacerbada e hipervisível.

"[...] esta insensibilização a violência acompanha-se da constatação de uma violência exterior cada vez mais insuportável e de uma interiorização da violência que se esconde sob a máscara insensível do espectador [...]" (MOUNGIN, 1998, p.162).

Essa superexposição que os cidadãos são envolvidos pelas imagens televisivas geram uma dessensibilização e ao mesmo tempo um temor exacerbado do mundo "lá fora".

## **8.10 Lula e a segurança pública**

No mesmo dia, 23 de setembro, o candidato a reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva falou pela primeira vez sobre segurança pública no programa eleitoral. Esse discurso ocorreu, 38 dias após iniciado o horário eleitoral. Em sete minutos, o programa misturou imagens em computação gráfica, ilustração do mapa do Brasil, com imagens reais dos presídios; imagens virtuais das maquetes de penitenciária e instalações, celas e policiais em situação de simulação de ação.

“...o **problema da segurança** desafia governantes no mundo todo e muito especificamente no Brasil. Apesar de ser **responsabilidade dos estados**, o governo federal tem participado ativamente da segurança pública. A nossa prioridade tem sido **corrigir um dos erros mais graves** que encontramos, a **falta de integração dos trabalhos das polícias do país**. E já avançamos bastante. **Criamos o Sistema Único de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança** que já estão funcionando em todos os Estados. Os gabinetes de gestão integrada que unem trabalho de autoridades estaduais e federais. Estamos implantando o **Sistema Penitenciário Federal que estava no papel desde 1984**. **Estamos modernizando a Polícia Federal para que ela além de combater o crime organizado, sirva também de modelo para as polícias estaduais**. Com essas mudanças no sistema de segurança, temos mais condições agora de ajudar os Estados na luta contra o crime” (Horário Eleitoral – Lula – 23/0/06).

A primeira questão que o candidato e presidente Lula buscou esclarecer foi a responsabilidade que cabe aos Estados e a União com relação a política de segurança pública. Apesar de não discorrer sobre as competências de cada um, procurou no seu discurso, eximir seu governo de culpa pelo aumento da violência e do crime organizado. Segundo, como não poderia deixar de ser, apontou os erros cometidos pelos governos passados, e apresentou as inovações, avanços e políticas implementadas no seu governo, mas sem discorrer em dados, as palavras são costuradas apenas no campo do discurso. De fato não disponibilizou o significado e resultados auferidos após essa integração. E falou que ainda estava sendo implantado o Sistema Penitenciário Federal.

Constatou-se que houve apenas um jogo de palavras, isto é, que seu governo cumpriu com aquilo que lhe cabia, e que os governadores não assumiram o seu papel na gestão da segurança. O programa de Lula misturou real e virtual, ou seja, imagens em computação gráfica e imagens de ações da polícia e dos presídios, com a finalidade de demonstrar o que foi feito. E mais: ilustração do mapa do Brasil; imagens reais dos presídios; imagens virtuais das maquetes da penitenciária com suas instalações e celas e policiais em situação de simulação em ação. Realidade e ficção.

“...continua o locutor: **antes de Lula**, o governo fazia muito pouco na área de segurança pública. **Não havia articulação com os Estados nem os investimentos necessários** em presídios, tecnologia ou inteligência policial. Isso mudou muito o Sistema Único de Segurança Pública criado pelo governo Lula. O sistema está integrando órgãos de segurança de todo o país. Reunidos no gabinete de gestão integrada, eles usam um moderno sistema de informações, o INFOSEG, que consulta os dados em tempo real e mais, planejamento das ações contra o crime organizado. Sistema penitenciário Federal. Penitenciárias de segurança máxima. Uma lei previa a construção delas há 22 anos. Mas só com o Lula elas saíram do papel. A de Catanduvas, no Paraná já funciona, as outras 3 estão em construção. Em todas, equipamentos de ponta garantem rigor máximo e controle absoluto. A chance de entrarem celulares, armas e drogas é zero. Força Nacional para enfrentar distúrbios. Uma força que pode ser acionada para atuar em qualquer parte do país. Na Polícia Federal, outro avanço; crescimento do efetivo de 9 mil para 15 mil homens. Equipamentos que só as policias mais modernas do mundo têm. **E pela primeira vez, o Brasil viu gente rica ir para a cadeia**”. (Horário Eleitoral - Locutor – 23/09/06).

O locutor do programa eleitoral do candidato Lula, apresentou as ações, mas não informou os percentuais de recursos destinados no orçamento da União para segurança pública, e nem o que de fato foi investido. O discurso político construído advogou na modernização do país, na área de segurança pública, pós governo Lula, com a utilização das seguintes expressões: inovação, tecnologia, inteligência policial, avanço, tempo real e equipamentos modernos.

Percebe-se também a construção de um sentimento de justiça, quando afirma que “pela primeira vez, o Brasil viu gente rica ir para cadeia”, ou seja, que não importa se for rico ou pobre, fez coisa errada, irá para cadeia. O candidato tentou uma proximidade com o eleitor. Lula, diferente de Alckmin, buscou uma fala de intimidade com o público. Todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (BOURDIEU, 2007), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. Ou melhor, o discurso político é assim submetido a uma dupla exigência; de uma parte, uma injunção à verdade: ele é então o “falar verdadeiro”, e exprime em sua transparência as próprias coisas. De outra parte, um imperativo de simplicidade: ele é então o

“falar-francamente”, língua ordinária, banalização cotidiana das ideias políticas, assim sendo, os políticos são submetidos a essa nova modalidade do falar político (COURTINE, 2003).

“...entra o povo falando: - É muito bom ver o corrupto hoje indo para a cadeia; - está se provando para o povo brasileiro que as pessoas que fazem coisas erradas tão sendo presas sim; - isso estourou na mão do governo sério, que tá combatendo isso (Horário Eleitoral – Lula – 23/09/06).

O discurso do candidato buscou uma proximidade com a população, ou seja, que ele entende o sentimento do povo, pois de fato, “ele” Lula compreende a injustiça que são cometidas com aqueles que não tem condições financeiras, pois cadeia seria para o pobre e não para quem tem dinheiro. As pessoas de fato são tratadas de forma iguais, sem privilégio para ninguém. O candidato buscou um discurso de familiaridade e de uma pessoa que já viveu como homem simples, trabalhador e pobre. Continuou Lula:

“Há muito tempo a questão da segurança não era encarada com tanta atenção pelo Governo Federal, como agora. E o maior exemplo dessa mudança é a Polícia Federal. Quando assumi, ela estava sem motivação para investigar e agir. Hoje é uma polícia eficiente com agentes altamente qualificados e equipamentos tecnológicos de primeira. Uma polícia que nos últimos 3 anos foi capaz de planejar e executar quase 300 operações especiais, sem precisar disparar um só tiro. E todas com absoluto sucesso...” (Horário Eleitoral – Lula - 23/09/06).

Na continuidade do programa, o candidato enfatizou a atenção que dispensou para a área de segurança pública, e afirma que “**há muito tempo a questão da segurança não era encarada com tanta atenção pelo Governo Federal**”. Evidentemente que numa campanha política os candidatos vão enaltecer os pontos positivos e esconder os negativos de suas administrações, principalmente quando tiveram a experiência de comandar ou estar no comando do poder, no caso específico do Lula. Valoriza as ações da Polícia



Federal. Os números apresentados buscam reforçar as ações, mas de fato não demonstram que tipos de ações foram realizadas, os resultados obtidos e os beneficiados. Também não informou quantos foram e permaneceram presos pelos atos cometidos. Não esclareceu qual o papel que deve ser desempenhado pela Polícia Federal, e o que difere das estaduais. De uma maneira geral, as pessoas não sabem distinguir o papel das polícias federal e estadual.

Ao afirmar atenção dada pelo governo, não descreveu ou apresentou dados sobre as regiões brasileiras e nem o significado do combate à violência.

“...Duzentas e setenta e seis operações especiais contra o crime organizado. 1.300 prisões por corrupção. Grandes operações como a Dominó, contra ex-autoridades de Rondônia. Operação Toupeira: um duro golpe do PCC. A Polícia Federal provou com inteligência e planejamento que é possível derrotar a corrupção e o crime organizado...” (Horário Eleitoral – Locutor - 23/09/06).

O programa apresentou imagens das ações da polícia federal, jornais da época com manchetes e matérias reforçando o discurso de Lula e como testemunho das ações. O candidato utilizou a televisão como fonte das informações que divulgou no programa eleitoral, ou melhor, demonstrou que o que fala foi comprovado pela mídia. Entrou novamente o candidato:

“...Como vocês viram, estamos lutando para derrotar o crime organizado. E vamos ganhar esta guerra. Não podemos deixar que certas situações, como a de São Paulo permaneça como está. Para isso vamos continuar fazendo a nossa parte e oferecendo toda a ajuda que for necessária. Vamos aprofundar a integração das forças de segurança, ampliar a rede de presídios de segurança máxima, levar a experiência e o modelo da Polícia Federal para as polícias estaduais. Investir cada vez mais em planejamento, inteligência e tecnologia, porque o nosso objetivo é um só: dismantelar a indústria do crime no Brasil. E esta é uma luta que está acima dos interesses políticos. Nela não há espaço para a demagogia, nem para as falsas promessas...” (Programa Eleitoral – Lula - 23/09/06).

O que é essa indústria do crime no Brasil? De que forma o cidadão pode proteger-se? Especificamente a fala de Lula é direcionada em nível institucional, ficando as pessoas sem entender o que de fato será feito para protegê-los do dia a dia da violência. Houve um jogo sutil de palavras de convencimento, característico do campo do discurso político, de utilizá-lo com a finalidade de conquistar adesões para suas ideias. De fato não há dados substantivos que comprovem as ações realizadas. Não há demonstração de estatísticas que comprovem a diminuição da violência nas regiões brasileiras; ou criação de um banco de dados que demonstrem ou constatem a redução do crime. Lula tentou desconstruir o discurso do adversário, das promessas fáceis e dos interesses envolvidos na escolha do candidato. A linguagem política necessita de uma comunicação calculada, conforme explicita Balandier (1982), procura efeitos precisos; não desvenda senão uma parte da realidade, pois o poder também deve sua existência à apropriação da informação, dos “conhecimentos” exigidos para governar, administrar e para exercer seu domínio.

“... Polícia Federal, 276 operações especiais; 1300 prisões para a corrupção. É assim que se combate o crime organizado e a corrupção, sem varrer o lixo para debaixo do tapete e permitindo que a sociedade veja a tudo com seus próprios olhos, sem medo de punir seja quem for, doa a quem doer. Um comportamento muito diferente de certos políticos que hoje se dizem defensores da ordem e da moral e que ontem faziam o contrário. O Brasil sabe muito bem quem deixou São Paulo refém do crime organizado. E os paulistas sabem quem mandou engavetar mais de 60 CPs para que seu governo não fosse investigado. O povo conhece e respeita Lula e sabe porque seu trabalho não deve parar. A hipocrisia e o desprezo ao povo não voltarão jamais a este país” (Horário Eleitoral – Locutor - 23/09/06).

O locutor reforçou o que foi dito anteriormente com objetivo de massificar as ações e reafirmar o que foi de fato feito por Lula. Mas de concreto não há apresentação do que será desenvolvido para mudar a realidade do cidadão que vive diariamente situações de violência.

No dia 28 de setembro de 2006, o Jornal Nacional destacou sua edição, com mais uma matéria sobre sequestro, que terminou de forma trágica em São Paulo. O homem que mantinha duas mulheres sob a mira de um revólver

matou uma delas e se suicidou. Apesar das tentativas de negociação dos policiais, depois de mais de 30 horas, Gilberto Gomes de Lima atirou no pescoço da vítima - que estava grávida dele. Ela morreu a caminho do hospital.

Nas mídias, de uma forma geral, os jogos de aparências (CHARAUDEAU, 2006) se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade.

### **O primeiro embate...**

Nesse dia, 28 de setembro, a Rede Globo realizou o seu primeiro debate eleitoral antes das eleições do primeiro turno com os candidatos presidenciais. O candidato a reeleição Lula<sup>41</sup> não participou desse primeiro embate, mas uma cadeira vazia esteve lá para representá-lo. É dessa forma que a TV Globo demarcou a ausência do candidato ao longo do programa, focalizando-a todo o tempo. A não participação do candidato no debate da maior emissora poderia ter prejudicado a reeleição, mas Luiz Inácio Lula da Silva, apesar das denúncias de corrupção no seu governo, teve o apoio da opinião pública. Todas as pesquisas demonstravam uma alta taxa de aprovação do seu governo<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Comunicado enviado à TV Globo de não participação ao debate: "Venho agradecer, respeitosamente, o convite desta emissora para participar do debate sobre as eleições presidenciais, marcado para hoje. Sou um dos políticos que mais participou de debates eleitorais neste país. No entanto, é fato público e notório o grau de virulência e desespero de alguns adversários, que estão deixando em segundo plano o debate de propostas e idéias, para se dedicar, quase exclusivamente, aos ataques gratuitos e agressões pessoais. Tenho demonstrado, em toda a minha vida, compromisso com os princípios democráticos e disposição para enfrentar qualquer tipo de debate. Somente na TV Globo, participei de três entrevistas ao vivo no "Jornal Nacional", no "Jornal da Globo" e no "Bom Dia Brasil" com perguntas livres e contundentes. O tom polêmico destas entrevistas, e a maneira como me comportei, demonstram que não tenho receio de enfrentar o debate franco e democrático. Não posso, porém, render-me à ação premeditada e articulada de alguns adversários que pretendiam transformar o debate desta noite em uma arena de grosserias e agressões, em um jogo de cartas marcadas. Aproveito para reafirmar o meu respeito à TV Globo e parabenizá-la pelo trabalho isento que vem fazendo na cobertura destas eleições. atenciosamente, Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>42</sup> Pesquisa Datafolha divulgada no dia 24 de outubro, próximo ao segundo turno, pelo Jornal Nacional da TV Globo mostrou que o presidente Lula apresentou a maior taxa de aprovação para um presidente desde que o Datafolha começou a fazer pesquisas nacionais de avaliação do governo Federal, em 1990. Em outras palavras, o governo Lula foi o mais bem avaliado

Os debates eleitorais realizados pelas emissoras representam momentos em que os candidatos, em tese, tem a oportunidade de esclarecer suas propostas de governo. Do mesmo modo que o horário eleitoral é realizado num exíguo espaço de tempo, os debates também obedecem a lógica desse reduzido tempo, geralmente o candidato tem, em média, um minuto para formular a pergunta e três para respondê-la.

Como na pesquisa se trabalhou com Lula e Geraldo, e com a ausência do primeiro no debate, foram analisadas somente as falas de Geraldo, excluindo os outros candidatos<sup>43</sup> participantes do pleito eleitoral, sobre segurança pública. Na fala do candidato Geraldo foi possível constatar que São Paulo será sempre o exemplo a ser utilizado para falar do Brasil no combate ao crime. Mesmo que as regiões tenham realidades diferentes, o candidato se valeu das estatísticas desse Estado para demonstrar que tinha conhecimento sobre segurança pública. É interessante que o candidato não informou quem divulgou os dados sobre a redução dos crimes no estado paulista. Percebe-se que não foram utilizados dados que comprovassem o aumento da violência no Brasil. O candidato apenas ilustra com informações, por vezes, divulgadas nos meios de comunicação.

“... eu fiz. Acaba de ser publicado um documento em que o Estado de São Paulo é o **vigésimo** segundo dos **vinte e sete** estados em índice de criminalidade. São **18 mortes por crime violento para cada 100 mil** habitantes. A média brasileira é de **trinta**. Em São Paulo é de **18**. Nós, tivemos problemas com o crime organizado, o governo enfrentou. Aliás, como é determinação do governo de São Paulo, reduzimos todos os índices de crime. Prendemos **90 mil pessoas** no estado, pusemos na cadeia... (GERALDO - 28/09/06).

O candidato aproveitou a ausência de Lula para culpá-lo pela lei de execuções penais, que, segundo Geraldo, piorou depois do governo de Lula:

---

desde que o presidente voltou a ser eleito pelo voto direto. O percentual dos que consideram o desempenho do petista ótimo ou bom chegou a 53% ([www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)).

<sup>43</sup> Participaram desse debate os candidatos Geraldo Alckimin (PSDB), Heloisa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT).

“... Lamento que o Congresso nacional e o Lula tenham piorado a legislação, porque a lei de execuções penais não avançou em nada na questão dos presos mais leves que poderiam cumprir penas sociais, penas alternativas. E amoleceu com o crime organizado. Antes da lei Lula, nós tínhamos a possibilidade de colocar no Brasil, em regime disciplinar diferenciado, líderes do crime organizado direito. Agora, tem que ouvir advogado do MP, leva meio ano, a justiça não decide. Só pode ficar um ano. Eu pretendo fazer o contrário. Primeiro, modificar a lei de execuções penais, no sentido de possibilitar a progressão penitenciária para o preso pequeno e vou endurecer com o crime organizado. Segundo, polícia de fronteiras. Os governos se esforçam, todo mundo trabalha, as polícias trabalham, nós pegamos o quarto escalão da droga. O Brasil não fabrica droga, ela vem de fora, de outros países. Falta polícia de fronteira para combater o tráfico de drogas e contrabando de armas. São Paulo, se pega uma arma a cada 20 minutos” (GERALDO – em 28/09/06).

Para o candidato Geraldo a segurança pública foi abandonada na área federal, declarando que houve uma omissão completa:

“... veja que levou quatro anos para fazer uma penitenciária. Tem 60 e poucos presos. O Brasil tem 382 mil presos. Aliás, eu separo bem política da questão da segurança. Quando governo federal me pediu para ficar lá no Estado, nas penitenciárias de segurança máxima, que construímos e que não existiam no Brasil, o Fernandinho Beira Mar, eu topei. Falei manda para cá, não tem problema, nós ajudamos. Era para ficar 30 dias, ficou 2 anos. O que o governo Lula fez, foi cortar o dinheiro da segurança. No governo anterior (de Fernando Henrique Cardoso), antes do PT, nos quatro últimos anos, foram repassados 560 milhões para os Estados. Cortou para menos da metade. A única coisa que ele fez foi cortar o dinheiro. Omissão completo e mal exemplo. É preciso coragem, não só para prender o ladrão de galinha, mas crime do colarinho branco. Começar como exemplo, de dentro do governo. Como é que pode um governo ter pessoas ligadas ao crime? Cinco ministros indiciados ou denunciados pelo MP. Que exemplo é esse para o país? Vou trabalhar firme e liderar no Brasil inteiro o combate ao crime. Essa é uma prioridade do Brasil (GERALDO – 28/09/06)..

Nessa segunda fala de Geraldo se constata alguns discursos, com a finalidade de desconstruir o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do candidato, entre eles: o discurso da solidariedade, o discurso da parceria, o

discurso da firmeza e o discurso do fazer ou da coragem. Esse último discurso deixa claro que faltou firmeza e atitude do presidente para combater a violência, mesmo que o candidato não utilize a expressão.

Geraldo acabou misturando segurança pública com corrupção, com objetivo intencional de confundir a compreensão do problema, pois coloca no mesmo patamar as duas questões. Ao finalizar sua fala, o candidato afirma que o combate ao crime será uma prioridade, mas não apresenta nenhuma proposta sobre a questão, e também procura usar São Paulo como exemplo.

### **8.11 Outubro - mês das eleições...**

Num clima entre violência e corrupção, pautado pela mídia, o brasileiro vai às urnas no dia primeiro de outubro, primeiro turno das eleições<sup>44</sup>. Com a saída na frente do candidato à reeleição Lula, o telejornal intensificou a divulgação de matérias sobre violência e corrupção. Em determinado momento há uma confusão entre os dois campos, pois ora é violência e logo em seguida corrupção, e vice versa. Constata-se que as duas questões terão proximidade, e serão utilizadas com a finalidade de ‘minar’ a candidatura do candidato a reeleição. Qualquer tipo de matéria de violência, desde aquelas pertencentes ao campo dos programas sensacionalistas, como as que não se enquadrariam no noticiário televisivo vão ser exibidas. É importante destacar, que a emissora a partir da ameaça sofrida, com o seqüestro da equipe de jornalismo, decidiu silenciar sobre crime organizado, quando emergiram fatos sobre a questão, foram utilizados de forma sutil. Com a redução de matérias sobre o crime organizado, o telejornal deu a impressão de que o poder público conseguiu controlar essa situação, pois ataques como os registrados no primeiro semestre de 2006, não foram mais identificados.

No mês de outubro, as temáticas foram diversificadas, abrangendo conteúdos jornalísticos como: assaltos com reféns, roubos de vários tipos, crimes de dentro das celas, assaltos a turistas, conflitos entre polícia e sem

---

<sup>44</sup> o candidato à reeleição Lula recebe 48,61% dos votos válidos, ou seja, 46.662.365 votos, e Geraldo, 41,64%, ou seja, 39.968.369 votos.

teto, morte de indigenista, prisões por engano, baleamento, invasão de fazendas, briga entre torcidas e sequestros. Diversas matérias do campo semântico da violência serão agrupadas, além dos crimes de corrupção, que somadas darão a impressão de que o telejornal cobriu somente fatos que estavam ligados diretamente a temática. A interpretação que se abstrai de quem assistiu o telejornal foi que o país estava sem comando, que o crime tomou conta da sociedade e que a violência barbarizou os homens. Ninguém estava a salvo.

Vinte seis dias antes das eleições do segundo turno, o quadro desenhado do país foi o mais caótico possível. A corrupção atingindo as diversas esferas de poder e a violência minando as diversas áreas e o cotidiano da sociedade.

A ideologia do mostrar a qualquer preço, do tornar visível o invisível e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel, analisa Charaudeau (2006, p. 20).

No dia 02 de outubro, o destaque foi dado para dois assaltantes que fizeram 40 reféns em joalheria de Limeira (SP). Um policial militar morreu em uma troca de tiros. No dia 03, foi a vez da polícia descobrir que um americano foi morto pela namorada brasileira.

“Em São José dos Campos, a polícia concluiu que um americano, desaparecido desde março, foi morto pela namorada. Raymond Merrill veio ao Brasil para encontrar uma brasileira que conheceu pela internet. Pouco depois, US\$ 50 mil sumiram da conta dele. Segundo a polícia, a brasileira é Regina Rachid, presa com o cartão bancário do americano. Ela se diz inocente. Exames vão determinar se o corpo de um homem, enterrado como indigente, é ou não o de Raymond.(JN -03/10/06).

O assalto iniciado no dia anterior, 02 de outubro, será manchete novamente no telejornal: “**Libertados 30 reféns em São Paulo**” (Manchete do JN – 03/10/06).

“Acabou, hoje cedo, a angústia de mais de **30 pessoas** mantidas reféns por assaltantes em Limeira, São Paulo. Os bandidos se renderam, mas um policial já

tinha sido morto. Foram momentos de muita tensão. Quase **cem policiais** cercaram a fábrica de jóias. Do lado de dentro, assaltantes, que vestiam uniformes parecidos com os da Polícia Federal, mantinham **35 pessoas reféns**. O policial militar Vagner Modesto, de 37 anos, que foi um dos primeiros a chegar ao local, morreu baleado ao trocar tiros com os bandidos. Em um portão ficaram as marcas do tiroteio que provocou a morte do policial militar. A situação ficou ainda mais complicada quando os reféns foram libertados, depois de nove horas de negociação. Todos saíram do prédio com as mãos levantadas. No início, a polícia não sabia quem era assaltante e quem era refém. Um cliente da fábrica contou que foi obrigado a trocar de roupa com os bandidos, para confundir os policiais. 'Eles me colocaram um daqueles coletes da Polícia Federal e me colocaram na frente. E disseram: Fica aqui que você vai ser um escudo para gente', disse o comerciante Jadir Barboza. Um dos primeiros a sair do prédio foi um empresário, que levava no bolso três barras de ouro. Ele foi preso. Na delegacia, disse que é inocente. 'Quando eu fui sair, um cara colocou na minha calça e eu nem sabia que era ouro. Estava embrulhado. O cara falou que o advogado dele ia pegar lá fora comigo', contou o empresário. A polícia suspeita que o empresário tenha planejado o crime. 'Achamos que ele deu para os assaltantes tudo o que a empresa tinha, quais valores, o que poderia ser roubado', afirmou o delegado Aparecido Capelo. Ao todo, depois que a polícia descobriu quem era quem, **outras nove pessoas acabaram presas**. Com a quadrilha foram apreendidos coletes à prova de balas, armamento pesado e muita munição" (JN – 03/10/06).

A matéria evidencia a impotência da sociedade, pois além da ousadia dos criminosos, pois num lugar público, o número de pessoas que foram feitas reféns, mais de 30. Qual lugar as pessoas estariam seguras?

No dia 04, volta a ser notícia no telejornal os crimes comandados de dentro dos presídios, agora, do estado do Ceará: "Bandidos condenados e presos, no Ceará, estão comandando crimes de dentro das celas"; "Um empresário passou 57 dias num cativado. O seqüestro foi planejado de dentro de uma cadeia, no Ceará. A conclusão é de um grupo de promotores. Com autorização da Justiça, eles fizeram escutas nos celulares dos presos..." (JN – Manchetes - 04/10/06).

De 05 de outubro até 20 de outubro o JN se configurou mais como um programa sensacionalista e de entretenimento, pois toda e qualquer matéria do campo da violência teve destaque, do mais simples ao mais complexo, sem nenhuma explicação lógica sobre as mesmas, entre elas: prisão de português que matou seis pessoas; aplicação de golpes dentro dos presídios;



investigação do assassinato do diretor do presídio Ary Franco; violência contra idosos; assassinato de perita do INSS, em Minas Gerais; morte de cabo de PM no Rio de Janeiro; assalto a 12 empresários chineses; confronto entre militares e moradores do rio Claro, em reintegração de posse; assassinato de um rapaz de 26 anos em Campinas, em shopping Center; violência no autódromo de Interlagos, além de outros fatos de menor repercussão.

Ao editar as notícias para a sociedade todas as noites, é levado em consideração a representação do campo jornalístico pelo fato de ele possuir o monopólio sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação. Por intermédio desses instrumentos, atinge desde o simples cidadão até os mais influentes. Os demais campos chocam-se cotidianamente com esse monopólio. Apesar do poder, o jornalismo ocupa uma posição subordinada nos campos de produção cultural; em termos de grau de legitimidade atribuída aos produtos simbólicos dele provenientes (BOURDIEU, 2007).

No dia 23 de outubro, o telejornal deu importância a dois fatos: a liberação de um assaltante confesso de São Paulo, e outra, sobre um mecânico acusado de matar 42 pessoas.

A primeira matéria:

“As vítimas de um assalto no interior de São Paulo ficaram boquiabertas com a decisão de um delegado de polícia. Um casal de trabalhadores rurais não desconfiou de três rapazes que pediram água na porta da fazenda (...) O assaltante apontou outras duas pessoas que também teriam participado do assalto. Os três foram detidos e trazidos para a delegacia da cidade. Mas o que chamou a atenção foi o desfecho do caso, que surpreendeu os policiais, as vítimas e até os suspeitos. Todos foram liberados” (JN - 23/10/06).

A segunda matéria:

“mecânico acusado de matar 42 meninos no Pará e no Maranhão confessou hoje um dos crimes diante de um júri, em São Luís. Francisco das Chagas deixou a penitenciária de São Luís em um carro, escoltado por policiais. O mecânico é acusado de ter matado e mutilado 30 meninos no Maranhão e 12 no Pará, entre os anos de 1991 e 2003. Hoje ele está sendo julgado apenas pelo último crime: a morte de Jonatan Silva Vieira, de 15 anos. O julgamento está sendo acompanhado por 400 pessoas (...). Durante o

interrogatório, Chagas afirmou que sofreu abuso sexual aos 6 anos de idade e chegou a chorar. Francisco das Chagas confessou diante do júri que matou Jonatan Silva Vieira por asfixia. E disse que escondeu o corpo e parte das roupas do rapaz em um terreno próximo ao local do crime...(JN - 23/10/06)

Essa matéria foi destaque ou enquadrada por três edições do telejornal, ou seja, dias 23, 24 e 25 de outubro, quando sairá a sentença do julgamento, condenado a 20 anos e 8 meses de prisão, em São Luís. Os enquadramentos constituem propriedades específicas da narrativa noticiosa, as quais encorajam percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares (ENTMAN, 1993). Esses enquadramentos de notícias podem ser constituídos por palavras, metáforas, expressões, ironias, imagens visuais, insinuações e sugestões da narrativa noticiosa. São dois os fatores do enquadramento: seleção e saliência. Outra matéria que recebe destaque é o julgamento do assassino do missionário indigenista, morto há 19 anos:

Neste 24 de outubro de 2006, começou o julgamento de um dos acusados do assassinato de um missionário jesuíta, em Mato Grosso. O crime foi há 19 anos. Antes do início do julgamento, um protesto pacífico contra a violência no campo. O missionário espanhol Vicente Cañas viveu entre os índios enauenê-nawê. Ele lutava pela demarcação de terras cobiçadas por fazendeiros no norte de Mato Grosso. Nos dez anos em que viveu na selva, o indigenista também trabalhou como agente de saúde para os índios. Vicente Cañas foi assassinado em abril de 1987, quando se preparava para levar medicamentos até uma aldeia. Dezenove anos depois, o primeiro dos seis acusados de participação no homicídio vai para o banco dos réus (JN - 24/10/06).

Ainda na edição desse dia uma matéria de mais de três minutos, evidenciará o papel desempenhado pela TV Globo enquanto poder, quando solicitou que o perito Ricardo Molina realizasse a análise das imagens de um suposto envolvido num assalto. Percebe-se, em alguns momentos, a emissora se instituir como o 'grande' poder fiscalizador, que busca corrigir os problemas sociais brasileiros dado a inoperância dos poderes instituídos. Tal atitude deveria ter sido realizada pelas instituições responsáveis – polícia e justiça – em proceder a verificação da denúncia:

“Camisa preta, calça jeans e tênis. Uma roupa comum, muito usada pelos jovens. Para a polícia, é também a

principal evidência de um crime. No dia 9 de setembro, quatro homens conversavam num posto de gasolina. As câmeras de segurança registraram o momento em que dois encapuzados chegaram disparando. Um deles estava de camiseta preta e jeans. (...). Para a polícia, ele é o principal suspeito, o assassino que volta ao local do crime. 'Pela maneira como ele se portou na filmagem – por duas vezes retornando ao local do crime – e, principalmente, pelas contradições em seu depoimento', alega o delegado William Grande. Rodrigo Cavalcanti de Melo está preso há 19 dias. Ele foi apontado pelas testemunhas como o homem que aparece sem o capuz. A conclusão de que ele é o mesmo que atirou (...) foi da polícia, sem que a fita passasse pelos peritos do instituto de criminalística. A pedido do Jornal Nacional, o perito Ricardo Molina analisou as imagens. O assassino tem o tronco menor que as pernas. O corpo de Rodrigo é mais proporcional. A altura do assassino é estimada em 1,80 metro. Rodrigo é dez centímetros mais baixo. "Não é a mesma pessoa. E era possível verificar isso apenas com o exame das imagens", assegura Molina. A fita com as imagens não chegou ao Ministério Público. Mesmo assim, o promotor Marcelo Alexandre de Oliveira diz que encaminhou o pedido de prisão preventiva confiando no trabalho da polícia, e a Justiça concedeu. 'Num primeiro momento, não se exigem provas e sim indícios. E indícios há', justifica o promotor. 'Eu acho que houve um erro, e esse erro tem que ser corrigido. Ele não deve e não teme. Não é justo meu filho pagar por uma coisa que ele não fez', diz a mãe de Rodrigo, Eleonora Cavalcanti de Melo. Depois de ser informado pela reportagem da situação de Rodrigo Cavalcanti de Melo, o juiz Leandro Cano revogou a prisão dele no início da noite" (JN - 24/10/06).

A TV Globo utilizará de seu prestígio e poder para inferir a importância de suas informações, caminhando no sentido da instituição do poder simbólico, que se refere à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos através da produção e transmissão de formas simbólicas (BOURDIEU, 2007; THOMPSON, 2002). Ao exercer poder simbólico, os indivíduos se fundamentam em vários tipos de recursos que podem ser descritos como os meios de informação e comunicação. Esses são as transmissões; as habilidades, as competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico (capital cultural); e a acumulação de prestígio,

reconhecimento e respeito atribuída a certos produtores ou instituições (capital simbólico).

Assim o poder simbólico segundo Bourdieu é o poder de construção da realidade, poder de dar sentido ao mundo, formando opiniões e pensamentos, tendo como ato intencional consolidar-se sobre as questões sociais e culturais, as prevalências da dominação econômica. O poder simbólico constrói a crença da realidade, criando uma nova visão de mundo, porém se articula por meio de estratégias de dominação organizadas e esquematizadas, tornando desnecessário o uso da força, o uso da violência ao corpo.

Três outros fatos vão compor ainda os conteúdos jornalísticos do dia 25 de outubro do JN: o baleamento de um turista francês, em Porto Alegre; a invasão de três fazendas, pelo MST na região de Presidente Prudente, São Paulo; a liberdade de jovem preso injustamente que foi acusado de assassinato.

No dia 26, o telejornal divulgou o terceiro dia de julgamento de um dos acusados do assassinato do missionário espanhol, morto há 19 anos; a violência fora do Morumbi, após jogo do Corinthians e Palmeiras; e a recusa pelo juiz Trazillbulo Ferreira, da saída de um dos assassinos do casal Friedenbach, da FEBEM, no mês de novembro.

No dia 27 de outubro, o JN abriu sua edição com manchete sobre marceneiro que faz mulher e amante reféns em loja, de São Paulo. A notícia misturou conflito pessoal e comicidade pelo ato praticado pelo homem.

“Um marceneiro mantém duas reféns dentro de uma loja, em São Paulo, há cerca de 20 horas. Atrás de uma porta, um homem armado, a mulher dele e a amante grávida de dois meses. Do lado de fora, a polícia tenta impedir que o pior aconteça. O filho de Gilberto Gomes de Lima chega para tentar fazer com que o pai se entregue. Em vão. A situação dele, não é segredo no bairro. Todo mundo aqui sabe que ele tem essa amante. E a mulher dele, com certeza, também sabe, senão, não teria vindo aqui, disse o filho. Gilberto não faz exigências e também não quer se entregar. A polícia chegou a se preparar para invadir a marcenaria onde os três estão. Cortou água e luz e instalou escutas. Foram ouvidas discussões entre Gilberto e as duas mulheres e um tiro, que segundo a polícia, foi acidental. À tarde, chegou uma escavadeira. A polícia segue negociando. Ele já afirmou que vai se entregar

nas próximas horas”, afirmou um policial militar. Toda vez que Gilberto tenta fazer uma ligação telefônica, a linha é transferida para um dos negociadores da polícia. Às vezes ele parece confuso e outras vezes calmo. Os policiais não tem visão para o local que estão os três, que parece uma garagem. Segundo os negociadores, um bom sinal é que, no início da noite de hoje, **Gilberto fez um jantar para as duas mulheres** (JN – 27/10/06).

Nesses três meses de análise do Jornal Nacional, foi possível constatar o modo e forma como telejornal da TV Globo fez o enquadramento do assunto violência e salientou para a sociedade. Enquadrar, numa perspectiva de selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los saliente, nas matérias jornalísticas, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para a questão levantada (ENTMAN, 1994, 82).

O visível e o invisível vão caminhar na mesma direção no “pós-mídia”, com interesses próprios de cada campo. Ou melhor, quem melhor interpreta a realidade para os eleitores. A disputa trava-se, na concepção de Fausto Neto (2003), em torno da interpretação e da avaliação da realidade que irá prevalecer no final do embate eleitoral, possibilitando, em condições de normalidade, a vitória daquele que formulou tal interpretação. Por outro lado, continua o estudioso da mídia, a disputa se dá pela afirmação ou negação da existência social dos atores sociais em competição e pela caracterização, positiva ou negativa, desses atores (FAUSTO NETO, 2003, 50-51).

### **8.11.1 O enfrentamento na arena política: último debate**

A TV Globo realizou no dia 28 de outubro, o último debate<sup>45</sup> entre os candidatos presidenciais para as eleições de 2006. O debate foi mediado pelo jornalista William Bonner, apresentador do Jornal Nacional.

---

<sup>45</sup> As regras da TV Globo para o debate foram estabelecidas da seguinte forma: nos três primeiros blocos, os candidatos responderam as perguntas dos eleitores, em 1'20 (um minuto e vinte segundos); depois o candidato adversário teve 40 (quarenta) segundos para formular uma outra pergunta, sobre o mesmo tema. O candidato teve novamente 1'20 para responder. O adversário fez a réplica em 1' (um) minuto), e o candidato teve mais 1' (um) minuto para a

O cenário montado pela emissora obedeceu, literalmente, uma arena de confrontos e espetáculos, similar aos anfiteatros romanos onde os gladiadores se enfrentavam. A arena circundada por arquibancadas, com a lógica de forçar o combate entre os oponentes, no sentido de defesa e ataque, tendo como testemunha o público, ou melhor, os eleitores.

Para o debate foram selecionados, a partir de pesquisa do IBOPE<sup>46</sup> 80 (oitenta) eleitores de todas as regiões brasileiras, ainda indecisos, com a finalidade de realizarem nos três primeiros blocos do programa, perguntas aos candidatos. Cada eleitor formulou cinco perguntas sobre temas gerais, totalizando cerca de 400. Dessas, a produção da Globo selecionou 12 e os eleitores que formularam perguntaram diretamente aos candidatos na arena da televisão.

O candidato selecionado se dirigia ao painel, instalado no centro da arena. Após, tocava um dos 12 (doze) quadrados do sistema digital, assim escolhendo um eleitor indeciso. O eleitor era localizado na platéia e fazia a pergunta, em 20 segundos, exatamente como foi formulada e referendada pelo funcionário do Ibope. O eleitor não podia reformular e nem acrescentar nada de novo, caso isso acontecesse, a palavra seria cortada de imediato.

De acordo com a fala do mediador, a preocupação da TV Globo, ao realizar esse debate teve a finalidade, de servir como momento útil e último de esclarecimento aos eleitores indecisos, para garantir uma discussão civilizada, sem grosserias e acusações levianas. É pertinente lembrar esse papel da mídia quando se intitula como porta-voz da sociedade, ou seja, atuando no sentido de “revelar” as intenções e as propostas dos candidatos, com a

---

tréplica. Esse mecanismo se repetiu quatro vezes em cada um dos três blocos do programa. De modo que quatro eleitores fizessem as suas perguntas.

<sup>46</sup> De acordo com informações do site [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br), o Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião Pública e Estatística – é um dos principais institutos de pesquisa da América Latina. Lidera o fornecimento de informações para a tomada de decisões de marketing, propaganda, mídia, Internet e mercado. O Grupo IBOPE é uma multinacional brasileira composta por 52 empresas. Atua diretamente em 13 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Para atendimento aos clientes internacionais, o IBOPE mantém um escritório comercial em Miami. Por intermédio de empresas associadas, atua também em El Salvador, Honduras, Nicarágua, Portugal e [Venezuela](#). O Grupo IBOPE mantém também uma parceria comercial em Portugal. No Brasil, tem [sedes](#) em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de filiais instaladas em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador.

finalidade de munir os eleitores de dados para a “correta” escolha nas eleições. A mídia se atribui a função de “descobrir a verdade por trás dos véus” e de revelá-la aos espectadores a partir de um paradoxo entre a proximidade, que é garantia de boa visão, e a distância, que assegura a isenção e a objetividade. Nessa relação, em que pode olhar o envolto e secreto e desvelá-lo, a mídia promete representar (interceder em favor de) uma dada coletividade e, ao mesmo tempo, “confrontar-se com os agentes políticos” (GREGOLIN, 2003, p. 13).

Nesse jogo é bom destacar que mesmo sendo um debate, em que 400 perguntas foram formuladas, a emissora selecionou apenas doze, não houve explicação de que modo foi feita a seleção e os critérios adotados na escolha.

O candidato Geraldo foi o primeiro a se manifestar. De uma maneira geral atribuiu a culpa pela violência no país ao governo federal. O candidato tucano afirmou que a origem dos problemas era proveniente do tráfico de drogas, ou melhor, da falta de polícia de fronteira.

Com relação à questão da violência, a pergunta foi feita ao candidato Lula pelo morador de Recife, Deiveson Menezes da Silva. O jovem informou que muitos amigos seus, já mataram e morreram na adolescência. E mesmo assim, muitos seguem o mesmo caminho. Ele acredita que esse problema é proveniente da má qualidade de vida, ensino, e principalmente pela impunidade. E perguntou, o que o senhor vai fazer para proteger os meus amigos?

O candidato respondeu olhando para o jovem:

“...acho que você tocou num assunto extremamente importante, hoje, quando você pega um jovem preso entre 25 a 30 anos. Na década de 80, quando começou a grande crise econômica brasileira, esse jovem não tinha nascido ou então, tinha entre 3 ou 4 anos. Ele é o resultado do descaso que ao longo da história se teve com a distribuição de renda no país; o descaso com a educação, e sobretudo, o descaso com a formação profissional dos jovens. É preciso que se tenha conhecimento do que leva uma sociedade ficar do jeito como ficou, onde existem lugares mais perigosos. O que nós temos que fazer? Nós temos que fazer um trabalho que não é responsabilidade de um prefeito, de um vereador, de um presidente ou governador. Só tem uma solução, é um trabalho

integrado entre todos os entes federativos, com o esforço que a gente puder fazer para apontar investimentos de inteligência numa polícia mais preparada, para que a gente possa concomitantemente ter uma política de geração de riqueza e de distribuição de renda, de educação, lazer e cultura, também são necessários se a gente quiser cuidar da segurança pública, mas sobretudo a gente deve ter um policiamento mais preparado para poder combater os lugares que são considerados mais perigosos para a sociedade' (Debate Eleitoral – TV Globo – 28/10/06).

A réplica do candidato Geraldo foi direcionada aos eleitores que estavam nas arquibancadas que circundavam a arena, com a finalidade de que sua fala fosse tocada em cada um:

“... hoje, os jovens, rapazes, irmãos, netos correm riscos de vida, em todos os finais de semana, em todas as grandes cidades brasileiras, lamentavelmente. E eu, vou trabalhar, se Deus quiser, como presidente para agir nas causas do problema. Além de educação, do crescimento, combatendo o tráfico de drogas. Esse é o grande problema. O Brasil não fabrica drogas, vem tudo de fora. Isso é falta de polícia de fronteiras. Onde está a Polícia federal, as forças armadas, a inteligência...” (Debate Eleitoral – TV Globo – 28/10/06).

Retornou ao candidato Lula, que procurou de forma sutil enfraquecer a fala de Geraldo, afirmando ter sido o quarto debate que participava e que o adversário sempre repetia as mesmas coisas, sem acrescentar algo novo:

“... primeiro, a Polícia Federal detectou que 86% das armas utilizadas em crimes, são armas brasileiras, fabricadas no Brasil. Segundo, no tempo que alguns governavam o Brasil (aponta para Alckmin), diziam que combatiam o narcotráfico, prendiam o coitado do caminhoneiro na fronteira. Faziam alarde, mas quem era responsável não era preso. A Polícia Federal acaba de prender, ontem (27/10), uma quadrilha, mas não prendeu o caminhoneiro, monitorou ele até chegar em São Paulo para prender a quadrilha inteira. Não tem momento na história deste país em que a Polícia Federal agiu da forma que ta agindo. Até a lei do abate, e vira-se para Alckmin, sabe que nós aprovamos no Congresso nacional, com voto do PSDB, PT e PFL pra gente evitar que contrabandistas ou traficantes utilizasse aviões pequenos e, as vezes, eu vi um filme na Força Aérea Brasileira, que eles colocavam crianças



na janela para evitar que atirássemos. A lei do abate acabou. A Polícia Federal atua na fronteira como jamais atuou, inclusive com o Exército. Agora, é importante dizer quantos quilômetros nós temos de fronteira. As pessoas precisam saber” (Debate Eleitoral – TV Globo – 28/10/06)..

A palavra retornou ao candidato Geraldo, que lembrou a participação de Lula no debate realizado há quatro anos, em que afirmou, que iria cuidar das fronteiras do Uruguai até a Guiana Francesa.

Nas campanhas eleitorais os adversários recorrem das falas e promessas realizadas pelo candidato na eleição anterior, com a finalidade de desconstruir do discurso da realização. A finalidade foi desacreditar e desqualificar o político, lembrando sempre o compromisso que assumiu, mas não teve competência para cumprir. Para comprovar o que falou, Geraldo lembrou que esteve na fronteira, e constatou o abandono, posto destruído, roubo de carros e contestou as afirmações do candidato Lula: “... o contrabando é óbvio, até sabem de onde é o contrabando. Se é tudo fabricado no Brasil, porque o presidente não vai lá fechar...”. “... o fato é que nós pegamos uma arma a cada vinte minutos no estado de São Paulo...”( Debate Eleitoral – TV Globo – 28/10/06).

Para confirmar seu discurso, Geraldo recorreu aos números com a finalidade de demonstrar que conhece a realidade brasileira, mas os dados divulgados se prendem ao estado de São Paulo: “... sabem quantos portes de armas foram dados nos últimos três anos? Responde: 63”. E anuncia que o presidente Lula gastou 200 milhões de reais para realizar o plebiscito de 2005, sobre o referendo de armas. Mas lembrou que legalmente vem sendo cumprida a legislação da concessão de porte de armas, inclusive afirmando que um estado como São Paulo, que tem 40 milhões de pessoas, foram concedidos apenas 63 portes de armas. E sentencia, que mesmo a despeito da lei, a polícia apreende uma arma a cada 20 minutos. Aproveitou para utilizar a arena como palco eleitoral, e afirmou aos eleitores presentes, que priorizaria a segurança pública. Contra-ataca dizendo que não culpará os outros ou o passado brasileiro. “Vou trabalhar no combate ao tráfico, ao contrabando e à lavagem de dinheiro. Mas não apresentou proposta de governo na área de segurança pública.

O candidato Lula buscou derrubar o discurso de Geraldo, partindo do que foi feito para que não se venda falsas ilusões para a sociedade. E ataca com ironia, mesmo tratando de um grave problema social: "... a perfeição da polícia de São Paulo resultou no PCC, que vocês acompanharam. O cuidado dele com os jovens resultou na FEBEM, conforme notícias veiculadas na televisão" (Debate Eleitoral – TV Globo – 28/10/06).

É interessante destacar quando é do interesse dos políticos, os dados e informações divulgados pelos meios de comunicação são importantes e esclarecedores. Quando vai de contra aos interesses são desacreditados e desestimulados, alegando perseguição dos veículos. Conforme as conveniências, eles concordam ou discordam do discurso jornalístico;

"... porque neste país, lamentavelmente, quando um governador consegue que sua polícia prenda um bandido famoso, até o governador vai para a TV aparecer, não deixa nem o delegado participar. Agora quando acontece desgraça, a culpa é do governo federal..." (Debate Eleitoral – TV Globo – 28/10/06).

A afirmação feita pelo candidato Lula foi proveniente das inúmeras matérias realizadas pelos meios de comunicação, principalmente a TV Globo, que culpou e cobrou uma ação da União com relação à violência que tomou conta de São Paulo, durante os três ataques do PCC. Lula procurou estabelecer as responsabilidades sobre segurança pública entre estado e União, lembrando que quando ele e Geraldo foram constituintes, a legislação foi taxativa, ou seja, segurança pública é responsabilidade dos estados. Ao governo federal cabe trabalhar o processo de integração com mais inteligência para a polícia federal. E lembrou que São Paulo foi o último estado a se inserir no sistema integrado. Mas também não apresentou nenhuma proposta, dentro das políticas públicas, para a área de segurança pública. Foi o discurso contra discurso, e de preferência, quem detém as melhores condições de enunciá-los.

Após os candidatos responderem perguntas dos eleitores indecisos, no último bloco do debate, os mesmos puderam fazer pergunta um ao outro. O candidato Lula fez a primeira pergunta a Geraldo, afirmando que a segurança pública de São Paulo, que o candidato fala tanto, terminou quando o mesmo deixou aparecer o PCC.

Geraldo iniciou sua fala, dizendo que quando Lula perguntou de onde viria o dinheiro para segurança, de imediato imaginou que seria o dinheiro do dossiê, (denúncia de desvio de dinheiro pelos integrantes do PT), ou seja, um milhão e 750 reais e dólares, que na sua concepção daria para uma pessoa ganhar um salário mínimo por 418 anos. A segurança pública, “eu trabalhei, eu não escondo, não passo responsabilidades para os outros”. São Paulo reduziu 52% dos homicídios, 64% de latrocínios. E enfatizou que “o PCC não era ligado ao seu partido. Geraldo deixou na sua fala, nas entrelinhas, que o PCC teria ligação com o partido do presidente da República. Não houve retrucamento por parte de Lula. Afirmou que seu governo trabalhou e bastante, deixando 130 mil policiais; prendendo 90 mil bandidos; construindo 75 unidades prisionais; investindo 10 milhões de reais; diminuiu pela metade, em São Paulo, o número de homicídios, ou seja, de 12 mil e 800 homicídios. Por fim afirma, que o governo Lula cortou dinheiro do fundo de segurança e do fundo penitenciário, prejudicando o estado paulista.

O debate ficou polarizado, ou seja, Lula dizendo que a responsabilidade não era da União e Geraldo culpando a União pelo aumento da violência. E por outro lado, a discussão ficou restrita ao estado de São Paulo, como se nos outros estados não existisse violência. O debate mais pareceu discurso de quem disputava uma vaga para o governo paulista.

Ao retrucar Geraldo, o candidato Lula usou novamente a ironia para dizer: “... se ele diz que cuida da segurança como diz que cuidou e depois de 12 anos no governo, o resultado é a maior quadrilha de gangster dentro da cadeia no governo dele”. E enfatizou: é preocupante “... saber o que poderia acontecer com o Brasil com o PCC. Segundo, na FEBEM, no estado mais rico da federação, gasta mil e oitocentos por criança por ano, e acaba sendo uma casa de produção de criminosos. Há um descaso, por parte do candidato Lula, com essas duas graves situações.

Tentando convencer os eleitores indecisos, Geraldo se dirigiu para os mesmos e afirmou que construiu três penitenciárias de segurança máxima em São Paulo e discursou sobre o seu empenho na segurança. Ainda utilizando a arena como palanque, proclamou que vai reduzir todos os índices de criminalidade; que continuará assumindo as responsabilidades, não culpando terceiros, e lideraria junto com os vinte e sete governadores do Brasil, liberando

os recursos do fundo de segurança, do fundo penitenciário, cuidando com empenho e fazendo a atribuição do governo federal.

O candidato só não explicou de que forma pretendia concretizar o seu trabalho ou suas propostas de governo na área de segurança pública. Esse problema social foi utilizado como estratégia para questionar as promessas e políticas do governo Lula.

É interessante constatar que a classe política que não é homogênea, pois tem políticas e ideologias diferenciadas, está quase sempre num espaço de disputa ou arena de confrontos, silencia também sobre as manifestações de violências porque a falta de políticas consistentes os tornam impotentes. Nesse momento, os dois, mesmo estando em lugares diferentes de disputa, preferem silenciar sobre situações que exigem uma competência no emprego das políticas públicas.

Os discursos, tanto jornalístico quanto político, sobre a violência são construídos entre ambigüidades e contradições. Observa-se como diferentes sujeitos, impregnados de múltiplos interesses permitem a formulação de uma nova perspectiva de violência, ou seja, a violência manifestada nesses discursos acaba sendo produto das conveniências, interesses e das relações de poder entre os dois campos, gerando inclusive a reformulação do conceito e das responsabilidades.

O processo eleitoral e as políticas públicas sociais são questões indissociáveis da democracia, uma vez que as eleições são realizadas com o objetivo de escolha dos representantes políticos, com base na elaboração de propostas de políticas públicas para a sociedade. Por outro lado, tem-se os meios de comunicação com a responsabilidade de informar a sociedade das questões de interesse público.

### **Descompasso das agendas**

É pertinente ressaltar que quando se compara os assuntos pautados pela mídia e pelos candidatos no horário eleitoral ou nos debates, percebe-se um descompasso entre as duas agendas públicas. Enquanto o Jornal Nacional foi enfático na apresentação de matérias de violência e na mesma medida

sobre corrupção, a agenda produzida pelos candidatos obedeceu elencar assuntos diversos. O candidato Geraldo procurou seguir a agenda estabelecida pelo telejornal da Globo, prendendo suas falas na questão da corrupção, proveniente da série de denúncias e fatos contra o governo Lula e seus colaboradores, assim como, em momentos pontuais lembrou o que fez no Estado paulista na área de segurança pública.

Já o candidato Lula quase que ignorou a realidade construída pelo programa jornalístico de maior audiência da televisão brasileira. Seu discurso foi pautado no falar simples, não simplório, das questões que atingem milhões de brasileiros, como educação, falta de energia, água, entre outros. Agendou sua fala tendo como base enfatizar aspectos simples da vida do brasileiro, mas de mudança no seu dia-a-dia, como bolsa-escola, bolsa-família, energia e água potável.

De acordo com Fausto Neto (2003), o horário eleitoral pode ser acionado com base nas estratégias de campanha dos candidatos para tentar reinstalar determinados temas na agenda pública da eleição, garantindo a possibilidade de disputa em torno da interpretação da realidade. A capacidade da reinserção do tema na agenda pública depende de um conjunto de fatores, dentre eles a competência comunicativa do horário eleitoral e o próprio lugar ocupado pelo assunto em cena na conjuntura eleitoral. Assim, uma interação, desigual mas combinada, entre a agenda da sociedade – detectada através de pesquisa de opinião e expressa em atos e falas de atores sociais – a agenda da mídia e a agenda elaborada pelo horário eleitoral confrontam, pela via da complementação e do confronto, uma agenda pública de temas inscrita no cenário eleitoral, que terá importante papel na disputa pela interpretação da realidade, um dos movimentos vitais da luta política eleitoral.

É importante analisar a forma como os indivíduos processam as informações sobre as questões sociais, principalmente a partir dos enquadramentos das notícias, demonstrando que eles podem ter consequências sobre a forma como as audiências percebem e compreendem um assunto ou evento, podendo até mesmo alterar suas opiniões. A televisão, ao enfatizar determinada informação sobre um assunto, ela se torna acessível à audiência e pode afetar opiniões e atitudes, tanto de uma perspectiva positiva quanto negativa do mesmo fato.

## **9. Considerações finais**

“A máscara não é necessariamente o que esconde a realidade. É verdade que em nosso mundo ocidental ela tornou-se – nas representações – um signo de dissimulação e mesmo de fraude: quanto mais ela oculta, mais simula. Oculta quando nos impede de ver o que permitiria identificar a pessoa mascarada –(...). Simula quando nos dá a ver uma imagem diversa da que está escondida, uma aparência que deveríamos ter por verdadeira (...). Dito de outra forma, um jogo de ser e parecer em que supostamente a pessoa não é enganada, pois reconhecer a máscara seria denunciar o simulacro”. (CHARAUDEAU).

Homogeneização da violência com a reconstrução de novos discursos sobre a mesma; esvaziamento da discussão e invisibilização do problema social; interesses contraditórios; desconhecimento do Brasil. Esses são importantes elementos identificados nos conteúdos jornalísticos e políticos sobre o fenômeno violência no Brasil.

A perspectiva positiva da visibilidade dos fatos pode ser, quase sempre, embargada pelos interesses dos campos em disputa, midiático e político, principalmente pela maneira como a cultura e conhecimento são produzidos e trocados, afeta a maneira pela qual a sociedade enxerga o mundo como ele é como ele pode ser; afeta quem decide sobre estas questões em determinado momento; e afeta como a sociedade, mídia e os candidatos, percebem o que pode ser feito a esse respeito (BENKLER, 2006). Em 2006, jornalismo e política, travaram uma guerra particular de interesses, tratando diferentes representações da violência, ora escondendo seu real significado para sociedade, ora expondo quando a questão poderia ter ganho na construção das relações de poder.

Qualquer reflexão sobre a violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia do objeto em análise. A interpretação de suas múltiplas faces tem gerado grandes discussões entre os estudiosos (SANTOS, 2005; ZALUAR, 2004; WIEVIORKA, 2006; ADORNO, 1995) com objetivo de alcançar definições consensuais. Assim, muitas são as tentativas de explicação e poucas definições concretas da origem de tal problemática. Figuram entre as reflexões teorias que sustentam que a violência resulta de necessidades biológicas, psicológicas ou sociais. De outro, estão os que explicam a violência como fenômeno de causalidade apenas social, provocada pela dissolução da ordem, pela vingança dos oprimidos, ou pela fraqueza do Estado no emprego de políticas públicas eficazes (MINAYO, 1997).

Para Chauí (2006), a dimensão pública assumida pela violência no Brasil, nos últimos anos, tem levado à “banalização do mal” – expressão cunhada em Arendt. Essa banalização seria exteriorizada nas imagens e expressas em palavras como chacina, massacre, guerra civil tácita, bastantes utilizadas no telejornal da Rede Globo, em 2006, entre outras. Imagens e ideias construídas a partir da “banalização do mal”, articulam-se junto a essas

expressões para formar um núcleo definido pela presença visível e inapelável da violência (CHAUÍ, 2006, p. 115).

Ao analisar o debate empreendido na esfera de visibilidade pública (GOMES, 2004), entre dois programas, um de caráter jornalístico e outro de natureza política, se depreendeu uma lógica diferenciada da que foi evidenciada em outros momentos do processo eleitoral brasileiro. Ou seja, o campo político apresentou ‘uma certa autonomia’ ou independência do midiático, na medida em que, o candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva, quase que ignorou as inúmeras matérias de violência produzidas pelo telejornal de maior audiência da televisão brasileira. De acordo com Soares (2006, p. 90), o resultado das eleições de 2006, relativiza a sempre mencionada força do poder midiático convencional no processo eleitoral, ou seja, Lula teria vencido apesar da mídia, no âmbito de um cenário de representação política desfavorável. Ao considerar a ampla cobertura jornalística dos problemas envolvendo o governo, inclusive a questão da segurança pública, o resultado eleitoral pareceu sinalizar inicialmente que o “poder da mídia” convencional, no processo eleitoral, não deve ser considerado como um dado bruto, o qual precisa ser examinado em relação à conjuntura, principalmente, aquela formada por meios alternativos, de natureza econômica e social.

Por isso, cada eleição deve ser observada e investigada como um momento próprio vivido no país, com comportamentos distintos tanto da mídia como dos políticos, não podendo ser copiado ou tomado como padrão, pois são situações em que as relações de poder trocam de lugares, ora a mídia mais próxima aos candidatos que apresentam preferência pelos eleitores, ora mais distante daqueles que divergem nos interesses.

Ao se adotar o enquadramento e a hermenêutica na análise do fenômeno violência percebeu-se o espaço distendido que ganhou no telejornalismo, com “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase ou exclusão” (GOFFMAN, 1986), quando necessárias, através dos quais o Jornal Nacional procurou construir um discurso próprio sobre a violência para a sociedade. O telejornalismo atribuindo um significado sobre o fenômeno, ora selecionando alguns aspectos de uma realidade percebida e fazendo mais salientes em suas matérias, de forma a inferir uma conceituação particular do problema, uma interpretação causal, uma



avaliação moral sobre a questão; ora generalizando como um problema homogêneo e igual dentro da sociedade brasileira.

O Jornal Nacional, apesar de tentar construir-se como uma representação nacional, é forte voz do Sudeste do país. As demais regiões brasileiras são 'colonizadas' por esse telejornalismo, que pauta os problemas sociais a partir de São Paulo. As pessoas ou demais regiões, numa perspectiva de interpretação dos conteúdos jornalísticos enunciados, não são percebidos como participantes das matérias, a não ser quando servem para reforçar o discurso da emissora. O Brasil é São Paulo e suas dificuldades. Da mesma forma, os candidatos presidenciais – Geraldo e Lula - polarizam seus discursos tendo como parâmetro o estado paulista. As situações são exemplificadas tomando outras realidades que não traduzem de fato os problemas sociais brasileiros.

Nessa linha de raciocínio, de generalização e homogeneização, acaba não se compreendendo se a violência no contexto das regiões brasileiras, é um fenômeno, um problema social ou proveniente da ineficiência do estado em gerir políticas de segurança pública.

Os discursos políticos vão obedecer quase uma lógica semelhante ao do telejornal, mas como uma diferença, em grande parte da campanha, o problema social violência será invisibilizado pelos candidatos, apenas retratado quando acionado pontualmente pelos meios de comunicação. A violência foi tratada como o discurso do outro, ou seja, a responsabilidade atribuída ao passado, a fatores externos ou a irresponsabilidades de outros governos.

Os caminhos são contraditórios. A mídia mostrou uma sociedade marcada pela violência, com imagens que dão a sensação que o mundo virou uma barbárie e que nada pode ser feito. Já os candidatos que postulavam comandar o País, amenizam essa realidade, ignorando dados ou trabalhando de forma que a sociedade acreditasse que os conteúdos jornalísticos divulgados não refletiam de fato a verdade. E que os casos apresentados eram isolados ou apenas representavam uma 'sensação' de violência. A fala dos candidatos sobre esse problema social não terá maior destaque na campanha eleitoral, pelo contrário, as falas serão insignificantes quando comparadas com o número de matérias produzidas pelo programa jornalístico, pelos ataques do

crime organizado em São Paulo e pelo mapa da violência que o telejornal tentou construir do país nas matérias diárias.

A televisão, assim como os candidatos, discutiram de forma superficial as propostas que abrangem o campo da segurança pública e com ele a violência, não contextualizando e nem se reportando a dados concretos. A questão foi tratada de forma pontual, sem levar em consideração o entendimento que as pessoas tem sobre a questão e de quem são as responsabilidades, União ou Estados, e nem com dados estatísticos realizados com pesquisas sérias, que demonstrem de fato qual o crescimento dessa violência.

No campo midiático a questão ficou no dimensionamento, ou seja, os números, os locais e os envolvidos são mais importantes do que a questão em si e suas causas. As conseqüências geradas são mais importantes naquele momento. Há uma defesa de interesses que não reflete o país como um todo, mas de parte de um Brasil diferenciado, de um Sudeste contra as outras regiões. O Brasil divulgado, defendido e informado é o Brasil desigual. É o Brasil do Sudeste.

No decorrer das análises foi possível constatar algumas lacunas, entre elas:

- a) A falta de responsabilidades mútuas: da mídia e dos candidatos na discussão de problemas que interferem no comportamento das pessoas em sociedade;
- b) A Ausência de uma perspectiva mais analítica que leve à compreensão da violência a partir de um quadro de referência mais amplo;
- c) A ausência de fontes ou especialistas com a finalidade de diversificar a cobertura jornalística, com debates sobre direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, entre outros. Percebe-se um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e análises mais profundas;

- d) O envolvimento no debate do fenômeno violência dos diversos segmentos da sociedade;
- e) A violência não pode ser discutida a partir de uma única representação social, pois é um problema que tem variáveis diferentes e que atinge a sociedade de diferentes formas; com efeito, não se pode conferir ao conceito de violência uma definição uniforme e homogênea, portadora de um único sentido. É equivocado falar-se em violência como se essa fosse uma “coisa”, um mero “referente”, uma “realidade extralinguística”;
- f) A falta de definição e diferenciação das políticas públicas e seu significado na vida das pessoas;
- g) A violência deve ser trabalhada com seriedade, não sendo banalizada e espetacularizada, pois é um dos maiores e mais preocupantes problemas diários dos brasileiros;
- h) É preciso desmistificar esse estado de barbárie; por certo a sociedade vive um momento exacerbado da questão, mas é necessário que o problema seja tratado com seriedade;
- i) A campanha eleitoral deve se constituir para os candidatos à reeleição como uma prestação de contas ou *accountability* de tudo que foi realizado ou que deixou de ser realizado;
- j) A existência de um descompasso entre a agenda pública construída pela mídia e a agenda pública produzida pela campanha eleitoral televisiva;

A discussão da violência ficou, neste sentido, nos meios de comunicação, no campo da aparência, pois o que foi mostrado nas telas foi o que causa impacto; o que choca; o que é visual, pois não basta apenas dizer números, é necessário identificá-los com imagens. Por outro lado, o conteúdo da discussão é esvaziado, pois além do tempo diminuto para as matérias, aprofundar a questão requer expor problemas estruturais e de interesses comuns. No caso dos discursos políticos, percebe-se, que eles não têm uma ligação real com o que acontece no dia-a-dia da população, já que são apenas

recortes de uma realidade enviesada e muita das vezes deturpada, já que só é mostrado o que tem interesse para o candidato.

Alguns estudos comprovam, entre eles o do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (RAMOS, 2006) que a área de atuação do jornalismo responsável pela discussão sobre violência e políticas públicas não conta com profissionais especializados para compreender o fenômeno da segurança pública e da violência em todas as suas nuances. Da mesma forma, a mídia como um todo e os governantes não dispõem de instrumentos de diagnósticos, apreensão e avaliação da violência no Brasil. As bases de dados e sistemas de informação existentes são precárias, e não há o interesse genuíno de aferimento da realidade, assim como uma agenda de discussão sobre a questão. Esses interesses podem ser imputados em duas perspectivas: constatar e eficiência ou ineficiência dos governos ou os interesses subjacentes dos veículos de comunicação enquanto empresas.

O mais preocupante é que, quase sempre, as questões divulgadas sobre violência pela mídia é que merecem destaque ou atenção por parte dos governos: o que gera notícia para a televisão, por exemplo, define a agenda de atuação do governo, e não o contrário. Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se destacar também as campanhas eleitorais, onde os candidatos acabam selecionando questões de maior visibilidade em detrimento de outras de importância estrutural. E muitas vezes as questões são tratadas como meros apêndices, sem discussões profundas ou de cunho elucidativo para a sociedade. Mais ainda: os dados apresentados, na campanha, muita das vezes, não correspondem de fato com a realidade, pois tem que ser levado em consideração que, determinadas áreas quando colocadas à mostra, podem causar perda de votos ou constatar a inoperância dos governos. E alguns governantes, têm receio desses números, ou mesmo não possuem estatísticas que realmente demonstrem a realidade.

Na avaliação de Senra (2000), a linguagem opera para tornar o mundo ausente e distante, desconhecido e pensável, enfim governável. Neste sentido, significa pensar que as informações estatísticas, por seus processos produtivos, não revelam as realidades, simplesmente, antes e acima de tudo o constroem. Às vezes, as análises de crescimento ou avanço, principalmente

da mídia, são feitas superficialmente, a partir de dados pontuais e de interesses imediatistas, sem levar em conta a execução de políticas públicas de longo prazo.

Em determinadas áreas, entre elas, segurança pública, são tratadas no 'campo' do segredo, ou seja, aquele que evita o conhecimento público da administração da justiça, todos os mecanismos que permitem que o funcionamento do Sistema de Justiça seja uma arte para somente os "iniciados" e, portanto, algo que possa ser manipulado pelos jogos de poder existentes. Assim sendo, o acesso à informação transforma-se nas organizações de tal Sistema, em fator estratégico desses jogos de poder (LIMA, 2004).

Para Balandier (1982) o silêncio e uma linguagem própria definem a expressão verbal do poder e são uma das condições da arte dramática. Constituem em parte sua substância. Visam o efeito mais do que a informação e procuram a influência duradoura sobre os indivíduos, o que permite ao discurso político ter um conteúdo fraco ou repetitivo, pois o que importa é a maneira de dizer e de ser ambíguo, podendo transformar o discurso quando deparado com diferentes questões. O discurso político, muitas vezes, é visto como reflexão real daquele que o pronuncia, mas não de forma clara, pois as reais intenções não são ditas, apenas mascaradas, têm suas palavras maquiadas para amenizar o seu sentido. Assim, a discussão da violência nos discursos políticos, assume um caráter de encenação, no sentido midiático, ou seja, o de utilizar artifícios de convencimento ou de reconstrução de sentido (LIMA, 2006; MIGUEL, 2000 E 2002; GOMES, 2004).

Uma das peculiaridades do caso brasileiro está no formato do acesso de partidos e candidatos à mídia eletrônica – a chamada propaganda eleitoral e partidária gratuita, que visa a reduzir a influência tanto do poder econômico (já que o espaço em rádio e TV não precisaria ser comprado) quanto da própria mídia (uma vez que os atores políticos teriam autonomia para apresentar seus próprios enquadramento e agenda). A capacidade efetiva de cumprir todas essas metas é discutida; mas é inegável que o horário eleitoral é entendido pela elite política como um elemento essencial de qualquer estratégia de campanha.

Por fim, nesta tese, conclui-se que em campanhas eleitorais os políticos utilizam-se de discursos que negligenciam os reais problemas relacionados à violência, assim como a televisão. Eles (políticos e televisão) não estão interessados ou que ainda não se preocupam em fazê-lo, recortando a realidade existente, de modo a dar invisibilidade a temas considerados importantes para a sociedade.

Também é importante inferir que as bases epistemológicas de um campo são sempre provisórias e deve haver a abertura para o exame do contraditório e da possibilidade de ampliações conceituais. A fonte para isto está na própria pesquisa que, quando interpretada, indica seus próprios limites e problemas de concepção. Portanto, é necessário ouvir os próprios telespectadores com a finalidade de entender como eles percebem esse problema social a partir das matérias veiculadas pelos telejornais e pelos discursos dos candidatos. Nesses termos, não se acredita na existência de uma palavra final (LOPES, 2004, p. 34), novas rupturas poderão surgir, expressando conquistas de saber, quando este for além da retórica e fruto de sua aplicação.

## Referência Bibliográfica

ADORNO, Sérgio. “Violência, ficção e realidade”. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: ECA/USP, Brasiliense, 1995.

ALMINO, João. **O segredo e a informação**. Ética e política no espaço público. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro, 8ª ed.: Record, 2007.

ARANTES, Otilia B. Fiori; ARANTES, Paulo E. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARISTÓTELES, . **Política**. Lisboa: Editorial Veja, 1998.

AVENS, Roberts. **Imaginação é realidade**. Tradução de Catherine Jean Greenlees e Sonia Maria Caiuby Labate. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BACZKO, B. **Lês imaginaires sociaux**. Mémoire et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

BAITELLO JUNIOR. Norval. **A era da iconofagia**. Ensaio de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**; tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa. Edições 70.

\_\_\_\_\_. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d’água, 1991.

BEATO, Claudio. A mídia define as prioridades da segurança pública. In: RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**. – Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BECK, Ulrich, Anthony Giddens, e Scott Lash. **Reflexive Modernization**, Cambridge, Polity Press, 1994.

BECK, U., GIDDENS, A., e LASH, S, **Modernização Reflexiva** : política, tradição e estética na ordem social moderna, Oeiras, Celta Editora, 2000.

BECKER, Beatriz. 500 anos do descobrimento nos noticiários da TV. In: PEREIRA JUNIOR, et all. (orgs.). **Telejornalismo: A nova praça pública**. – Florianópolis: Insular, 2006.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO et.al. **Teoria da Cultura de massa**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia**: sistemas de responsabilização da mídia. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BOLAÑO, César. “Debate: concentração da propriedade dos meios de comunicação social: 1 reunião de 2004, realizada em 16 de fevereiro”, In: **Brasil**. Concentração da mídia: Debates no Conselho de Comunicação Social (CCS). Brasília, Congresso Nacional, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 10ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**: de Guttemberg à Internet. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.



BUCCI, Eugênio. **Videologias**: ensaio sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_, Eugênio. **Brasil em tempo de tv**. São Paulo: Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

CALINESCU, M. **Five Faces of Modernity**. Durham, NC: duke University Press, 1987

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999..

CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CANO, Ignácio e RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves e BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Organizadores). **Homicídios no Brasil** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARMO, Paulo Sérgio. **Sociologia e sociedade pós-industrial**: uma introdução. – São Paulo: Paulus, 2007.

CÁRDIA, Nancy e SCHIFFER, Sueli . “**Violência e desigualdade social**”. Ciência e Cultura. SBPC, nº1, julho de 2002, p. 25.

CASANOVA, Marco Antônio. **Compreender Heidegger**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Série Compreender)

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede**; tradução Lauro Machado Coelho. – São Paulo: Summus, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_ - **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Público e Privado, despotismo. In: NOVAES, A. (org.) **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COSTA, Márcia Regina da. **A violência**: natural ou sociocultural?. – São Paulo: Paulus, 2006.

COURTINE, J-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho, Carmem de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DEBORD, Guy. **Anselm jappe**; tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, Guy. **A sociedade do espetáculo**; tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, J. **De La Grammatologie**. Paris, Minuit, 1967. Ed. Brasileira: São Paulo, Perspectiva, 1999.

ENTMAN, R. **Framing**: toward a clarification of a factored paradigm.

*Journal of communication*. N. Jersey 1. 26 de nov, 1993, p. 51-58.

FRANCISCATO, C.E. **A Fabricação do presente**. Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora Universidade Federal de Sergipe, 2005.

GITLIN, Todd. **The Whole world is watching**: mass media in the making & unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

FAUSTO NETO, Antonio. **Será que ele é**: A midiatização de um discurso proibido. Resultado de discussões entre os participantes da pesquisa “Mutações nos processos de noticiabilidade : novas estratégias de enunciação do discurso jornalístico”, e outros pesquisadores que integram a Rede Prosul de Pesquisa “Midiatização: sentido e Sociedade, Parte dele foi apresentada no VIII Seminário Estadual de Comunicação, no minicurso TV e cultura da Paz. Unisinos/São Leopoldo, 25 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. **Lula Presidente**: Televisão e Política na Campanha Eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

FEITOZA, Mirna. **A imagem do real** (a espetacularização da realidade através do telejornalismo). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução Raquel Ramallete, 29ª edição. Petrópolis, Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1995

\_\_\_\_\_, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE COSTA, Jurandir. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço Urbano e Criminalidade**: lições da Escola de Chicago. – São Paulo: Editora Método, 2004.

GADAMER, H.-G. **La dialectica de Hegel**. Madrid: Catedra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Hermeneutica em retrospectiva**; tradução Marco Antônio Casanova. – 2. ed. (Volume I) Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Hermeneutica em retrospectiva**; tradução Marco Antônio Casanova. – 2. ed. (volume II) Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOFFMAN, E. **Frame analysis** : an essay on the organization of experience. Reprinted. Boston : Northeastern University Presse, 1986.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa**. – São Paulo: Paulus, 2004.

GREGOLIM, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo.. – São Carlos: Claraluz, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Volume I 2.ed.. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. (1987a). **Dialética e hermenêutica**. Para a crítica hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: L&PM.

HAMBURGUER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História da vida privada no Brasil**.

Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. Condição **Pós-moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 11° ed. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre. Tchê, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991); tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. O Príncipe Eletrônico. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; EDGAR, Paulo A. Resende; SILVA, Hélio (orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

IZUMINO, Wânia Pasinato NEME, Cristina “**Violência urbana e graves violações de direitos humanos**. Violência e desigualdade social” . Ciência e Cultura, SBPC, nº 1, julho de 2002.

JAMESON, Frederic. **Espaço e imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Frederic Jameson. 4°ed./organização e tradução: Ana Lúcia de Almeida Gazzola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_, Frederic. **As marcas do visível**. Tradução: Ana Lúcia de Almeida Gazzola, João Roberto Martins Filho, Klauss Brandini Gerhardt, Marcos Soares, Neide Aparecida Silva, Regina Thompson, Roneide Venancio Majer. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

\_\_\_\_\_. Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism. Londres: Verso, 1992.

JAMIELSON, Kathleen Hall ; WALDEMAN, Paul. **The Press Effect: politicians, journalists, and the stories that shape the political world.** Nova York: Editora: Oxford University Press, 2003.

JENKS, KINZÓ, Maria D'Alva Gil. O processo eleitoral e as políticas públicas. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

KRIEGER, Gustavo. As políticas sociais no contexto das eleições. In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo; tradução Ruy Jungmann.** – 2.ed.ampl. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED. 2006.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. – (Coleção Fazer Jornalismo)

LASH, S. **Sociology of postmodernismo.** Londres e Nova York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Another Modernity: A different Rationalaty.** Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernização reflexiva. Política, tradição, e estética na ordem social moderna.** São Paulo, UNESP, 1997.

LAWN, Chris. **Compreender Gadamer.** Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LIMA, Venicio (org.). **A mídia nas eleições de 2006.** – São paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

LOPES, Luís Carlos. **O culto às mídias: interpretação, cultura e contratos.** – São Carlos: EdUFSCar, 2004.

MACÉ, Eric. **Les imaginaires médiatiques**. Une sociologie post-critique des médias. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**: contatos antecipados com a nova teoria. – São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. **Televisão**: a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988

MAIA, Rousiley. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Visibilidade midiática e paradoxos da accountability: o caso do ônibus 174. In: MAIA, Rousiley (coordenadora). **Mídia e deliberação**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª Ed., 2002.

MCCOMBS, M. & SHAW, D. 1972. **The Agenda-Setting** Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, New York, v. 36, n. 2, p. 176-187.

MCLUHAN, Marshal. **A galáxia de Gutenberg**. São Paulo, EDUSP: 1972.

\_\_\_\_\_. **Os meios de comunicação como extensões do homem**; tradução de Décio Pignatari. – São Paulo: Cultrix, 2007.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. – São Paulo: Paulus, 2006.

MEIROWITZ, J. *No Sense of Place* : **The Impact of Electronic Media on Social Behavior**. Oxford : Oxford University, 1985.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. Reflexões sobre a violência. In: LOBO, Sônia, organizadora; MARCHON, Paulo... [et al.]. **Violência**: um estudo psicanalítico e multidisciplinares. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**; tradução José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

MIÉGE, B. **L' espace public:au-delà de la sphère publique**. Hermes – Paris, CNRS Éditions, 1995.

MIÉGE, Bernard. **O Pensamento Comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994**. – Campinas, SP: Editora Unicamp: Imprensa Oficial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política e mídia no Brasil: episódios da história recente**. Brasília: Plano Editora, 2002.

MINAYO, M. C. de. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 1994.

MININNI, Giuseppe. **Psicologia cultural da mídia**. Tradução de Mario Bresighello. São Paulo: A Girafa Editora. Edições SESC SP, 2008.

MONGIN, Oliver. **A Violência das Imagens ou Como Eliminá-las?** Trad. Joana Ruas. Editorial Bizâncio: Lisboa, 1998.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image ET son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOTTA, Luiz Gonzaga. “Teoria da notícia: entre o real e o simbólico”. In MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo, 1997.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e Poder nas Eleições Presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos..** – 6ª. Ed. – Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Porto: Edições70, 1986



PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIM, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo.. – São Carlos: Claraluz, 2003.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e da política. In: RUBIM, Albino. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador:EDUFBA, 2004.

POSSENTI, Sírio. **O sujeito fora do arquivo**: ensaios em análise do discurso. Palestra apresentada no II Congresso de Neuropsicologia, 1995.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.. – Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RODOTÀ, Stefano. Tecnopolítica – **La democrazia e le nuove tecnologie della comunicazione**. Roma-Bari, Laterza, 1997.

SALES, Mione Apolinario. **(in)Visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências, América Latina**: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. Publicado em 2005.

SARTORI, Giovanni. **Hommo videns**: a sociedade teledirigida.

SENRA, Nelson de Castro. **Informação Estatística**: demanda e oferta, uma questão de ordem. DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação. V.1. nº 3 jun. ([www.dgzero.org.br](http://www.dgzero.org.br))

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**; a competição; sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. São Paulo: Ática, 1983.

SCHARTZENBERG, R. G. **L'État-spectacle**. Paris. Flmarion, 1977.

SOUZA, Percival de. **O sindicato do crime**: PCC e outros grupos. – São Paulo: Ediouro, 2006.

SIMÕES, Cassiano Ferreira e MATTOS, Fernando. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BRITOS, Valério Cruz e BOLAÑO, Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** – São Paulo: Paulus, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa; tradução: Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PURCS. – 5ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia;** tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O escândalo político:** poder e visibilidade na era da mídia; tradução de Pedrinho Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TUCHMAN, Gaye. **Telling Stories.** Journal of Communication. 1976, Vol. 26, n 4.

\_\_\_\_\_. **La producción de la noticia :** estudio sobre la construcción de La realidad. Barcelona : Gili, 1983.

VERÓN, Eliseo. **El living y sus dobles.** Arquitecturas de la panatalha chica. In: El cuerpo de las imágenes. Buenos Aires; Norma, 2001.

WAINBERG, Jacques A.. **Mídia e terror:** comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005. - (coleção comunicação).

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Tradução Eva Landa e Fábio Landa. – São Paulo: Perspectiva, 2006.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política..** – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação;** tradução de Zélia Leal Adghirni. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

**FNDC**. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: <[www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf](http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2006.

## TESES

ALBUQUERQUE, Afonso de. A batalha pela presidência: o horário gratuito de propaganda eleitoral na campanha de 1989. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

## Periódicos:

FOLHA DE SÃO PAULO, **Jornal**. “A violência da desinformação” – caderno Cotidiano, pág. 6, - publicado em 04 de março de 2007)

VEJA, Revista. Socorro! Edição de 7 de junho de 2000. Editora Abril. São Paulo.

## Sites consultados:

[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) – Acessos em: 20 de jul. 2007 e 30 de jan. 2008.

[www.comunidadessegura.org](http://www.comunidadessegura.org) – Acesso em: 30 de jan. 2009.

<http://donosdamidia.com.br/> Acessos em: 11 de abr. 2009 e 20 de dez.2009.

[HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil) - Acesso em: 30 de set. 2009.

<http://www.ibope.com.br> Acessos em: 20 de out. 2009 e 30 de Nov. 2009.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/retrospectiva2005/> Acesso em 14 de jul. 2009.

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/> Acesso em 14 de jul.2009.

[Http://planetasustentavel.abril.com.br](http://planetasustentavel.abril.com.br) Acesso em: 20 jan.2010;

[www.fpabramo.org.br/portal](http://www.fpabramo.org.br/portal) - Acesso em: 20 de jan. 2010.

**FNDC.** Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação:  
<[www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf](http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO, Jornal. “A violência da desinformação” – caderno Cotidiano, pág. 6, - publicado em 04 de março de 2007).

VEJA, Revista. Socorro! Edição de 7 de junho de 2000. Editora Abril. São Paulo.